

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Stefano Motta

**Crítica à “ampliação da democracia”
como caminho ao socialismo**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Luís Iasi

Rio de Janeiro

Abril de 2016

Stefano Motta

Crítica à “ampliação da democracia” como caminho ao socialismo

Membros da Banca de qualificação:

Prof. Dr. Mauro Iasi (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Sara Granemann (ESS/UFRJ)

Prof. Dr. Marcelo Braz (ESS/UFRJ)

Prof.^a Dr.^a Virgínia Fontes (FIOCRUZ/UFF)

Prof. Dr. Rodrigo Castelo (UNIRIO)

RESUMO

A classe trabalhadora é hoje hegemonizada pela luta por mais democracia, incluindo setores anticapitalistas que defendem a luta pelo socialismo. A partir de um estudo dos clássicos do marxismo sobre a relação entre democracia e socialismo e de algumas experiências históricas de estratégias que apostaram na “ampliação da democracia” como caminho ao socialismo, mostramos como a luta por uma democracia em abstrato, que não especifique seu conteúdo de classe, não somente não acumula forças para o socialismo como também desarma politicamente a classe trabalhadora e consolida a ordem burguesa. As formulações dos defensores de uma “via democrática ao socialismo” são alimentadas por um politicismo idealista, pois seria a partir da inserção nas instituições “democráticas” do Estado burguês junto com a pressão e controle destas instituições através de amplos movimentos de massa que se alteraria a correlação de forças dentro do Estado burguês, democratizando-o, e avançando assim progressivamente ao socialismo. Tal concepção estratégica está baseada numa visão unitária e coerente de hegemonia, acúmulo de forças, Estado, partido, classe e poder. A nosso ver a correlação de forças se modifica com avanços e recuos da força expressa pelas classes em luta, e não simplesmente pela disputa do consenso na sociedade e de suas representações políticas nas instituições do Estado burguês. A socialização da política só permite um avanço ao socialismo quando se torna socialização do poder político e isso acontece só quando esta socialização corresponde a uma socialização do poder econômico, portando quando o proletariado se constitui enquanto classe (ou na expressão de Marx na “construção do proletariado em partido”) assumindo sua autonomia histórica no enfrentamento da burguesia, expropriando-a de seu poder, socializando assim os meios de produção, a ciência, a técnica, a cultura e o conhecimento.

Palavras-chave: democracia; socialismo; Estado burguês; hegemonia; poder popular.

ABSTRACT

Working class is nowadays hegemonised by the struggle for more democracy, including anti-capitalist sectors which defend socialism. Starting from a theoretical study of classic Marxist authors about the relation between socialism and democracy, and from the study of some historical experiences which defend the “deepening of democracy” as a path to socialism, we show the contradictions of this strategy and the fact that an abstract struggle for democracy, which not specify its class content, will imply in a political disarming of working class and the consolidation of bourgeois order instead of accumulating strengths to socialism. Formulations of a democratic way to socialism are fed by an idealistic politicism, because it would be by “occupying” bourgeois State that we could democratize it progressively up to socialism. This strategy is based upon a unitary and coherent conception of hegemony, accumulation of forces, State, party, class and power. We think that the correlation of forces between classes just could be changed by progresses and retreats of class’ strength in the struggle against bourgeoisie, and not just disputing society ‘consent and political representations in bourgeois State. Political socialization just allow move forward to socialism if it becomes socialization of political power and this happens just when this socialization correspond to a socialization of economic power, i.e. when proletarians constitute themselves as a class (or in Marx terms, in the “construction of proletarians into a party”) assuming their historical autonomy facing bourgeoisie and expropriating its power, when moving forward in the socialisation of means of productions, science and technology, culture and knowledge.

Keywords: democracy; socialism; bourgeois State; hegemony; people power.

SUMÁRIO

Introdução: O mito do aprofundamento da democracia como ameaça à ordem capitalista.....	8
Capítulo 1: O legado dos clássicos: Estado, democracia/ditadura do proletariado e partido em Marx, Engels, Lenin e Gramsci.....	16
1.1 Democracia como inversão ideológica	16
1.2 A superação da ideologia: da alienação, fetichismo e reificação à consciência de classe.....	18
1.3 O caráter místico-religioso-fetichista do Estado (e do Trabalho) Abstrato.....	20
1.4 Consciência, Classe e luta de classe como parte de um todo indissolúvel e em constante movimento.....	27
1.5 Democracia-Ditadura como unidade de contrários em constante movimento: a ditadura do proletariado como extinção do Estado.....	30
1.6 Os instrumentos políticos para a superação da ideologia: a “construção do proletariado em partido”	35
1.7 Alguns elementos do debate sobre Estratégia e Tática na tradição marxista.....	43
Capítulo 2: O eurocomunismo e o Carlos Nelson Coutinho: entre Gramsci e Kautsky.....	47
2.1 Origem e princípios do eurocomunismo.....	47
2.2 Gramsci e o PCI: duas concepções de hegemonia.....	53
2.3 As massas que “controlam” o Estado e o partido como mediador.....	61
2.4 Carlos Nelson Coutinho e o problema da socialização da política.....	69
Capítulo 3: A “ampliação de democracia” como caminho ao socialismo na Estratégia Democrática Popular no Brasil.....	78
3.1 O particular desse debate na América Latina, periferia do capital.....	78
3.2 O “ciclo do PT” ou a Estratégia Democrática Popular como ruptura/reprodução do “ciclo do PCB” ou Estratégia Democrática Nacional.....	81
3.3 Acumulo de forças, Estado, poder, classe, hegemonia, legalidade/clandestinidade/ruptura, socialismo/democracia, partido: concepções em disputa de estratégias em disputa.....	88
Capítulo 4: O Chile de Allende, um divisor de águas no debate sobre democracia e socialismo.....	127
4.1 A particularidade da formação social chilena e da revolução de 1970-1973.....	127
4.2 Porque fomos derrotados? Duas estratégias na revolução em debate e tensão entre elas.....	131
4.3 A questão do poder, do Estado e o poder popular como germe de um novo Estado.....	140
4.4 As repercussões da revolução chilena fora do Chile.....	147
Conclusões.....	155
Referências.....	168

Agradecimentos

À minha classe, às trabalhadoras e aos trabalhadores que com seu suor, sangue e angústia nos canaviais de São Paulo, nas montadoras de São Bernardo, nas plataformas da Petrobrás na Bolívia, nas obras da Odebrecht em Mariel ou em Caracas e nos demais lugares de produção de mais-valia, permitiram financiar esta pesquisa.

Aos monitores do Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, principal intelectual coletivo responsável em ter provocado as questões teórico-políticas desse estudo; e em particular ao Scapi e ao Mauro, nossos mais importantes “marco de estrada”; e aos integrantes do grupo do Inventário do Rio de Janeiro e em especial ao Caio, Vitor, Bel e Fernando com quem começamos a sistematizar o acúmulo desse esforço coletivo.

A meus amigos-companheiros latino-americanos: aos salvadorenhos, nicaraguenses, venezuelanos, cubanos, argentinos, chilenos, colombianos, brasileiros com que cruzei caminhos nesse anos, com quem compartilhei muitas das inquietações aqui expostas e com quem aprendi muito na vida, em especial ao Jesus, Rafael, Juancarlos, Xiomara, Camilo, Tino, Vilma, Chamba, Gabriel, Centeno, Montse, Manuel, Ricardo, Maritza, Javi, Franci, André, Arlete, Suely, Alfonso, Chicão, Ivan, Judite, Petrus, Marcio, Ellen, Diego, Ramiro, Katia, Federico, Josefina, Marco e muitos outros.

Alla famiglia Motta que foi sempre perto nos momentos difíceis e não só que me ajudou emocional, mas também materialmente quando cheguei ao fundo do poço; e também a Franci e Pedrito, que foram parte da minha vida no Brasil, com quem aprendi muito, inclusive nos momentos mais duros da minha vida.

Aos vários professores e amigos da ESS da UFRJ como Zé Paulo, Carlos Nelson, Mauro, Sara, Marcelo, Mavi, Marildo, Luis, Henrique, Cesar, Glaucia, Leile que além de ser um contínuo estímulo intelectual-político, tem sido um exemplo de intelectuais orgânicos da nossa classe e que me ajudaram a encontrar um sentido em escrever uma tese e estar dentro da universidade.

Aos membros da banca: Mauro, Virginia, Maria Lidia, Sara, Marcelo, Rodrigo, pela generosidade na leitura do texto e as contribuições feitas.

A Assata e Negrita, cachorrinhas de casa, fonte inesgotável de carinho, que ajudaram muito na solidão de quem escreve uma tese.

*A democracia é uma das formas de Estado.
Entretanto nós, marxistas, somos
inimigos de qualquer Estado*

INTRODUÇÃO: o mito do aprofundamento da democracia como ameaça à ordem capitalista

Eis a pergunta que orienta o caminho desta tese: é possível a superação do capitalismo através do aprofundamento da democracia?

As transformações societárias advindas a partir dos anos setenta, produzidas pela crise do capitalismo iniciada nessa década e o desenvolvimento da terceira revolução industrial, a técnico-científica informacional, e que tiveram como consequência a expansão do capital financeiro, a reestruturação produtiva (desterritorialização da produção e acumulação flexível) e a ofensiva neoliberal, produziram uma expansão das relações capitalistas até os poros mais profundos da sociabilidade humana, uma mercantilização da vida como nunca antes vista, uma reificação da vida cotidiana e um nível de barbarização da vida social, produzida através do extermínio do sempre crescente exército industrial de reserva, a militarização da vida, a corrida armamentista das principais potências e os encarceramentos em massa.

Essas transformações junto com a queda do muro de Berlim em 1989 produziram a maior ofensiva do capital do século passado. Enquanto Fukuyama decretava “o fim da história” e o capitalismo se afirmava como a única ordem societária possível produzia-se uma contrarreforma do Estado através da adoção das políticas neoliberais e o desmonte de direitos históricos da classe trabalhadora, um dos períodos de maior recuo na luta dos trabalhadores. Foi também nessa época que se desenvolveu o pensamento pós-moderno¹ e a ideologia do fim das classes, que transformou todos os trabalhadores em “cidadãos” ou “multidões”.

Dentro dessa quadra histórica, o objeto de estudo que nos preocupa tematizar nessa tese, e que nos parece se constituía como uma particularidade desse período, é o apelo unívoco da grande maioria das forças políticas, tanto de direita como de esquerda, à democracia. Já nos anos noventa, o Banco Mundial e o FMI estabeleciam a “participação” como pré-requisito para o desenvolvimento de projetos de desenvolvimento em todas as

¹ Caracterizamos o pensamento pós-moderno como uma ideologia já que procura explicar a realidade carecendo de uma perspectiva da totalidade: de acordo com este pensamento não existe mais uma verdade sobre a realidade, mas verdades múltiplas, diferentes. Não existe “a realidade”, mas o discurso ou a imagem sobre a realidade. Tudo é efêmero, volátil, líquido. Portanto o que podemos conhecer é o fragmento, a parte, o micro, o local, o fenômeno (mas sem desvendar sua essência interconexa com as múltiplas determinações do todo). Tudo isso reforça o reino da imediatividade e dificulta a construção de projetos políticos anti-sistêmicos, já que a análise da totalidade, pressuposto para a construção de um projeto de classe, esta associada ao totalitarismo. A luta pelo poder do Estado é substituída com a luta pelo poder local e pelo “empoderamento das minorias oprimidas” (mulheres, negros, gays, etc.).

latitudes do mundo; ao mesmo tempo, na América Latina, assistimos a abertura democrática pós-regimes ditatoriais que também colocava a questão da democracia no centro do debate político enquanto na Europa a queda do muro reforçava, dentro dos partidos comunistas e socialistas europeus, a ideia de um caminho democrático ao socialismo contraposto ao caminho da União Soviética, ideia já surgida com mais força a partir de 1956, com o relatório Krushev que mostra ao mundo os crimes de Stalin e os erros do stalinismo, e amadurecida nos anos setenta através do surgimento do eurocomunismo.

As últimas décadas têm sido saturadas de palavras como participação, empoderamento, cidadania, estado democrático de direito etc. Elas foram e são utilizadas por grupos políticos que representavam as mais diversas frações de classes sociais, no fundo todos apresentando a importância e necessidade de ampliar/aprofundar a democracia. Independentemente se a democracia fosse para alguns um simples *slogan* de propaganda eleitoral e para outros, um princípio norteador de uma estratégia para a superação do capitalismo, havia um consenso sobre a equivalência entre mais democracia e mais igualdade, mais democracia e melhor distribuição da riqueza produzida, entre mais democracia e redução da pobreza, mais democracia e maior acesso a serviços básicos etc.

De fato nunca antes como nas últimas duas décadas, além de falar em participação, se abriram tantos espaços de “participação” (em governos municipais e outras instituições públicas como conselhos, fórum ou assembleias) que não eram espaços para decidir, mas para legitimar as ações dos governos.² Um dos modelos de participação que ganhou mais fama e foi tão divulgado por toda América Latina foi o orçamento participativo de Porto Alegre a partir do qual se replicaram milhares de experiências em outros municípios do nosso continente com a mesma dinâmica; em todas essas experiências enquanto milhões de pessoas foram envolvidas no “jogo” da participação para definir o destino de pequenas parcelas dos orçamentos de seus municípios, os grandes grupos monopólicos continuaram a ampliar seus

² “Os últimos oito anos do governo Lula foram criados dezoito conselhos nacionais, e 15 foram reformulados, totalizando em 2011, trinta e dois conselhos e duas comissões nacionais. Segundo dados oficiais, de 2003 a 2010, foram realizadas setenta e quatro conferências nacionais em diferentes temas mobilizando cerca de cinco milhões de pessoas. Bem, os documentos e estudos apontam que essa foi a tônica do governo federal em ampliar a esfera de democracia participativa. Mas, em que medida as definições são de fato implementadas? Qual a obrigatoriedade legal para sua efetivação? Os números são reveladores da ampliação do espaço de interlocução entre governo e sociedade civil. No entanto, o que se percebe é que há uma forte tendência para a desarticulação e fragmentação das políticas sociais e setoriais urbanas, e parte significativa da agenda governamental, no que se refere às ações das políticas sociais, passam ao largo dos espaços dos conselhos nacionais e estaduais das cidades. E as definições estratégicas muitas vezes não consideram o histórico de aprovações das resoluções das conferências nacionais e resoluções dos Conselhos, a exemplo do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades)” (MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS ET. al, 2012, 190).

lucros ao custo da superexploração da força de trabalho e da destruição dos recursos naturais dos diferentes países latino-americanos.

Esse consenso sobre a necessidade de ampliar e aprofundar a democracia se incorporou ao senso comum das últimas décadas; porém, a entrada do século XXI, sobretudo depois da agudização da crise do capital a partir de 2008, essa equivalência se torna mais contraditória posto que a crise mostrou de forma mais evidente que essas democracias são “falsas”, “formais”³. De fato, ao mesmo tempo em que o imperialismo invade militarmente os mais diversos territórios do globo produzindo genocídios permanentes em nome da “democracia”, são essas mesmas democracias autoconsagradas que jorraram trilhões de dólares do fundo público para salvar os bancos em 2008 e as que impuseram nos últimos cinco anos as mais duras políticas de expropriação de direitos à classe trabalhadora, as chamadas políticas de “austeridade” aos trabalhadores europeus, apagando conquistas de décadas de luta. Esse quadro, próprio dos países centrais, que produziu movimentos como o dos “indignados” na Espanha, o Occupy Wall Street” nos Estados Unidos ou o Movimento Cinque Stelle na Italia, não muda em regiões da periferia como a América Latina.

Aqui, após 20-30 anos de redemocratização, a abertura democrática que permitiu a criação de governo de partidos históricos de esquerda como o PT no Brasil, a FMLN em El Salvador, o Partido Socialista no Chile, a Frente Amplia no Uruguai mostrou para quem governam essas esquerdas e produziram rachaduras na ordem política a partir de mobilizações de massa, como as Jornadas de Junho no Brasil, o “movimento de los pinguinos” (estudantes secundaristas) no Chile, entre outros, embora para as massas isso não se apresente ainda como um projeto de dominação de uma esquerda para o capital e de esgotamento das estratégias democrático-populares, mas como uma “corrupção geral dos políticos a favor dos ricos”. Isso acontece sobretudo no Brasil onde a estratégia democrático e popular chegou a um maior grau de desenvolvimento em relação a outros países, tanto pelo grau de desenvolvimento e completude do capitalismo nesse país como pela complexidade das instituições da sociedade civil burguesa. Em lugares onde ela não pôde se desenvolver tanto pelas condições históricas, embora permitiram aplicar essa estratégia com maior radicalidade (como na Venezuela, na Bolívia e no Equador), essa estratégia goza ainda de uma sobrevida, que a nosso ver esbarrará pronto em seus limites.

³ Ainda não podemos dizer que o senso comum veja essas democracias como democracias de uma classe contra outra classe, a dos proprietários dos meios de produção que extraem mais-valia produzida por outra classe sempre mais expropriada da riqueza socialmente produzida.

De qualquer maneira, tanto no centro como na periferia do capitalismo, a democracia representativa mostra sempre mais sinais de crise⁴. As eleições já não mobilizam politicamente; quando não são acompanhadas de amplos processos de mobilização social, se tornam algo cotidiano, trivial, como ir ao mercado, e de fato tanto os candidatos como os votos que eles precisam são outras mercadorias mais: aqueles se vendem, estes se compram; nas consagradas “livres eleições” ganha quem tem a “liberdade” de conseguir os melhores, ou seja, os mais “generosos” financiadores das campanhas e quem têm a melhor estratégia de marketing político, que consegue vender melhor seu produto; as campanhas eleitorais não são fruto de processos de debates políticos internos nos partidos junto com os mais diversos setores da classe trabalhadora para debater a “grande política”, mas são conduzidas por grandes empresas de marketing que definem programas, discursos, agendas etc. em função de constantes pesquisas de opinião dos eleitores. A política mercantilizou-se sempre mais e a democracia mostrou sempre mais que acaba no ato das eleições, pois o significado do voto equivale a renunciar de decidir, a partir do momento em que os representados não têm nenhum controle sob seus representantes, ou seja, de fato, os representados carecem de representantes. Os parlamentos se tornaram mercados para comerciantes e lobistas; os dirigentes políticos se tornam comerciantes de vagas dentro da máquina do Estado e ágeis operadores dos interesses do grande capital.

Segundo uma pesquisa realizada em 2010 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/OEA, 2010, p.92), 80% dos latino-americanos consideram que quem manda e detém o poder de fato em seus países são os grandes grupos financeiros junto com os meios de comunicação de massa; e no que diz respeito à confiança que a população tem com relação a diferentes instituições dessas democracias, o primeiro lugar no índice de credibilidade está reservado às igrejas e o último aos partidos políticos; ou seja, a consciência da crise da democracia não está reservada só a uma vanguarda mais politizada ou a pesquisadores sobre o tema, mas faz parte do senso comum da grande maioria da população dos países latino-americanos; aliás, podemos dizer que o senso comum nesse caso está mais a

⁴ Nas eleições presidenciais de 2008, a população dos Estados Unidos que se encontrava em idade para votar acendia a 230,878,030, a população apta para votar totalizou 213,313,508. A quantidade de pessoas que exerceu o direito ao voto foi 132, 653,958, pelo que abstiveram-se de participar no sufrágio 80, 659,550, o 37,8 por cento dos aptos para votar (GARCIA ITURBE, 2012).

frente dos intelectuais e dirigentes políticos muitas vezes ainda presos ao fetiche da democracia.⁵

Entretanto, estamos diante de um paradoxo: apesar da crise da institucionalidade burguesa e da democracia, os movimentos que saíram as ruas nos últimos anos reivindicam “mais democracia”, uma “verdadeira” democracia frente à “falsa”, uma democracia “participativa” frente à “representativa”, uma democracia “real” frente à “formal”. A negação da coisa não amadureceu ainda o suficiente para a superação dela; não se visam ainda alternativas claras de outras formas políticas e de gestão do poder diferentes da democracia representativa e estamos frente a uma crise de legitimidade dos tradicionais instrumentos de luta da classe trabalhadora, principalmente partidos e sindicatos. Parafraseando Marx, os homens só se colocam os problemas que podem resolver, portanto a nova forma política não pode surgir sem as condições histórico-materiais para sua gestação.

Vimos então que o canto da sereia da “ampliação da participação e da democracia”, envolveu desde forças conservadoras de direita (Banco Mundial, FMI, Casa Branca, etc.), as da esquerda para o capital (PT, FMLN, CUT, Frente Amplio, Partido Socialista, Partidos socialistas europeus, Movimento 5 stelle da Itália), da esquerda altermundista do “Outro mundo possível” do Fórum Social Mundial (em que incluímos além das milhares de ONGs, Movimentos sociais, ATTAC, os “indignados” ou “Democracia Real Ya”, o “Occupy Wall Street” ou “We are 99%”, etc.), da esquerda anticapitalista democrático e popular e a esquerda dos novos socialistas utópicos (a das experiências de autogestão local, de economia solidária, das redes de apoio mútuo dos anarquistas, de movimentos sociais urbanos, dos Black Bloc, etc.); sujeitos políticos tão diferentes na sua origem histórica, na sua tradição teórico-política e na reivindicação de projetos políticos, alguns para a manutenção outros para a superação da ordem do capital. Entre todos esses sujeitos, esse trabalho pretende dialogar principalmente com as formulações teóricas que embasam as posições da esquerda anticapitalista democrático e popular (embora as reflexões sirvam também para questionar formulações da esquerda altermundista e a dos novos socialistas utópicos) por identificar nesse campo teórico político uma hegemonia nas forças de esquerda anticapitalistas na atualidade e por considerá-lo hoje como nosso principal aliado para a revolução socialista, já que conta com um importante potencial de luta e organização contra o capital. A delimitação

⁵ “Quanto menos a liberdade se liga por seu conteúdo aos ideais (e as ilusões) originários, tanto maior é a glória tributada ao fetiche vazio da liberdade; quanto mais a vida real é dominada pelos interesses das grandes lobbies, tanto maiores são as honras prestadas a esse fetiche com base e coroamento de toda manifestação propagandística” (LUKÁCS, 2011, p. 103).

desse campo de estudo nos remete ao debate sobre a relação entre democracia e socialismo, debate que não é novo na história do movimento comunista mundial e que data desde a época de Marx e do surgimento da social democracia alemã.

Por isso procuraremos, antes de tudo, no Capítulo 1, debater sobre a democracia e o socialismo na tradição marxista e escolhemos quatro autores que a nosso ver são emblemáticos nesse debate: Marx, Engels, Lenin e Gramsci. A escolha dos primeiros dois tem a ver com o interesse em resgatar a origem desse debate pelos fundadores do materialismo histórico dialético, pelo fato deles terem sido os primeiros a questionar as dimensões ideológicas da democracia e do Estado burguês, e por terem sido os primeiros a enfrentar, a partir do materialismo dialético, embates teórico-políticos sobre esse tema com a nascente socialdemocracia alemã, debates que ainda guardam muita atualidade. A escolha do Lenin tem a ver com o fato de ele ter sido a nosso ver o intelectual orgânico da classe trabalhadora que melhor conseguiu desenvolver após a morte de Marx e Engels a teoria do Estado e da revolução desde uma perspectiva marxiana, tarefa que esses deixaram incompleta.

No caso do Gramsci, consideramos que ele é o autor mais importante para decifrar a origem do debate sobre democracia e socialismo na atualidade pelas seguintes razões. Ele de fato introduziu novos elementos na teoria do estado e da revolução de Marx, Engels e Lenin, a partir da análise da particularidade do Estado e suas formas de dominação nas formações de capitalismo desenvolvido (sociedades ocidentais). Esse aspecto foi utilizado antes de tudo pelos responsáveis diretos da divulgação de sua obra (Togliatti e os dirigentes do Partido Comunista Italiano) e sucessivamente por outros intelectuais orgânicos do mundo inteiro para justificar a adoção de uma estratégia democrática e pacífica ao socialismo. Essa interpretação do Gramsci e as conclusões políticas que dela derivam, a nosso ver ainda guardam muita atualidade; é na análise dessas interpretações que será dedicado o Capítulo 2, onde analisaremos as formulações dos eurocomunistas, em especial dos dirigentes do PCI e as do Carlos Nelson Coutinho, autor central na introdução do debate sobre democracia e socialismo no Brasil. Nossa hipótese, junto com Massimo Salvadori, é que a influência teórica das formulações desses intelectuais orgânicos seja mais de Karl Kautsky que do Gramsci. Para demonstrar essa hipótese, resgataremos no Capítulo 1 outro Gramsci e mostraremos, além dos elementos novos, os elementos de continuidade com a teoria do estado e da revolução dos outros três clássicos, demonstrando que todos eles analisam o Estado e a democracia fiéis ao método marxiano, isso é, desde uma perspectiva da totalidade, de interdependência permanente das determinações da política e da economia.

Já tendo historicizado o debate sobre democracia e socialismo e esmiuçado os nós teóricos a esse atrelados, analisaremos nos Capítulos 3 e 4 algumas experiências latino-americanas do caminho ao socialismo através do “aprofundamento da democracia” que nos permitirão captar as particularidades históricas do tema do nosso estudo: a Estratégia Democrática e Popular no Brasil e a via pacífica ao socialismo do Governo de Salvador Allende no Chile. Por que a escolha dessas duas experiências e por que nos parecem emblemáticas para o nosso estudo?

Com relação à Estratégia democrática e Popular do Brasil ou o “ciclo PT” (Capítulo 3) consideramos sua importância pelo fato da experiência deste partido ser o ponto mais desenvolvido de um ciclo histórico que está se fechando na América Latina, ele representa a “anatomia do homem que nos dá a chave para entender a anatomia do macaco”, no nosso caso, a expressão mais desenvolvida das contradições expressas pela transição “democrática” ao socialismo na atualidade latino-americana. Não é casualidade que o PT se tornou uma referência para a esquerda latino-americana (e até de outros países do mundo) na luta por outro mundo possível (hoje esta consigna virou mais consensual do que a luta pelo socialismo): foi aqui no Brasil que nos anos 90 se fundou o Foro de São Paulo, ainda hoje coordenado pelo PT; foi aqui no Brasil que se formulou e inaugurou a experiência do Foro Social Mundial; foi em Porto Alegre que se implementou a experiência do Orçamento Participativo, sucessivamente replicada em milhares de pequenos municípios por toda América Latina; foram do PT os assessores enviados na formulação de campanha eleitorais e depois na definição das políticas de governos “progressistas” como o de Chavez e Maduro na Venezuela, Evo na Bolívia, Correa no Equador, Funes e Sanchez Ceren em El Salvador, Lugo em Paraguai, Humala em Peru, Ortega na Nicaragua, entre outros.

No que diz respeito à revolução chilena (Capítulo 4) esta foi a única experiência da nossa classe que realizou, ainda que de maneira breve e interrompida, uma transição “democrática” ao socialismo; que permitiu a uma coalisão de forças de esquerda (Unidad Popular) se apresentar em eleições com um programa socialista, ganhar as eleições, chegar ao governo e implementar aquele programa socialista, por uma via “pacífica” (que já veremos que nada teve de pacífico) e democrática, no sentido que respeitou a legalidade e as “regras do jogo democrático” do Estado burguês. Também é uma experiência importante para o nosso tema, pois cremos que a sua derrota marcou um divisor de água nesse debate sobre a transição democrática ao socialismo, porque o diferente balanço sobre a derrota que foi feito pelas diferentes forças políticas que participaram desse processo, levou a reforçar ou a negar a

viabilidade/necessidade de uma via pacífica e democrática ao socialismo. E, finalmente, sua importância para nosso estudo é por ter sido uma experiência que produziu, ao nosso juízo, a experiência de poder popular mais importante do nosso continente, já que se constituiu ainda que de forma embrionária como prefiguração de um novo Estado proletário, algo fundamental para uma ruptura socialista; em suma foi a experiência que demonstrou que só pode haver democracia através da realização de um projeto de classe, isto é, através da socialização dos meios de produção.

CAPITULO 1 O legado dos clássicos: Estado, democracia/ditadura do proletariado e partido em Marx, Engels, Lenin e Gramsci

1.1. Democracia como inversão ideológica

Na realidade o que hoje chamamos de democracia é um fetiche, ou seja, algo mágico, ilusório que mostra uma aparência (de igualdade e liberdade) ocultando a raiz de sua essência (desigual e opressora). Esta natureza é própria do Estado e da democracia burguesa que surgem na modernidade e continuam sendo hegemônicas na contemporaneidade; uma democracia fundada no conceito de cidadania entendida como comunidade política de iguais sobre uma sociedade econômica de desiguais, em que igualdade civil não é afetada diretamente nem modifica a desigualdade de classe, e aonde a criação de uma engenharia política fundada principalmente na representação e na divisão de poderes serve de freio para o estabelecimento de governos que defendem os interesses da classe trabalhadora. Os federalistas americanos se preocuparam em estabelecer governos das maiorias onde as maiorias não governam, e a esses governos antidemocráticos e antipopulares lhes chamaram de "democracia" (WOOD, 2010, pp. 177-204).

Essa natureza da democracia contemporânea remete, portanto, a noção de *ideologia*⁶, entendida como um conjunto de ideias, crenças e valores que permitem legitimar os interesses da classe dominante através da distorção e naturalização das relações sociais que produzem o domínio de classe:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz que a ela sejam submetidas às ideias daqueles que carecem dos meios de produção espiritual (MARX e ENGELS, 1991, p. 72).

A afirmação de Marx tem grande atualidade dado que nas democracias de nossos dias os meios de produção espiritual (sobretudo os meios de comunicação de massa) jogam um papel determinante, muitas vezes maior que os partidos políticos, na definição da opinião

⁶ Aqui retomamos a sistematização feita por Mauro Iasi de conceito de ideologia em Marx, que seria inseparável dos seguintes elementos: “a) ideologia pressupõe uma relação de dominação, uma relação em que a classe dominante expressa essa dominação num conjunto de ideias; b) ideologia pressupõe inversão, velamento da realidade, naturalização das relações de dominação e, portanto justificação; c) ideologia pressupõe, finalmente, a apresentação de ideias e concepções de mundo particulares como sendo universais” (IASI, 2007, p.81).

pública⁷, e aonde os grandes monopólios que controlam a comunicação e a disseminação do conhecimento são sempre mais concentrados e integrados a outros setores do capital, permitindo assim à classe dominante apresentar suas ideias como universais.

Entretanto, isso explica em parte o problema da dominação; explica o poder da classe dominante de apresentar sua visão de mundo como universal e difundi-la na sociedade, mas porque a maioria dos despossuídos dos meios para sua reprodução aceita como suas as ideias de uma minoria poderosa e adversária?

Reich dizia: *o que é difícil de explicar não é porque alguém rouba; o difícil de explicar é porque a maioria, nas condições em que se encontra, não o faz.* Parafraseando Reich, explicar porque uma pessoa se rebela contra a ordem do capital é até de certa forma simples. A ordem do capital nunca deixou de ajudar-nos no trabalho da consciência: este é injusto, desigual, fundado na exploração, na desumanização e destrói qualquer capacidade da vida de se expressar como vida. Então é fácil entender que as pessoas se antagonizem contra isto; agora não é fácil entender porque a maioria não o faz (IASI 2011, min. 45-46).

Se aceitarmos a ideia de que as maiorias exploradas pensam como seus exploradores pela imposição das ideias dominantes desses últimos, cairíamos no erro em que ao nosso juízo, caiu historicamente parte da esquerda: pensar a ideologia como uma “falsa consciência”, interpretando erroneamente esse conceito como uma “consciência errada da realidade” imposta pela classe dominante através das instituições da superestrutura, e, portanto, a superação da ideologia seria possível fundamentalmente através da contraposição de outra ideologia, uma ideologia revolucionária, proletária, socialista, formulada e divulgada pelos meios da classe trabalhadora.

Quem concebe ideologia desta forma talvez não tenha prestado atenção no que escreveram Marx e Engels justamente na continuação da citação anterior:

As ideias dominantes nada mais são as expressões ideais das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideais; portanto a expressão das relações que voltam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação (MARX e ENGELS 1991, p. 72).⁸

Isto quer dizer que a ideologia não é simplesmente a transmissão de ideais, valores, normas se não que é a expressão de relações materiais dominantes. E quais são as relações

⁷ No último informe sobre democracia na América Latina (PNUD /OEA 2010, p. 92) o Gráfico 4.1 mostra dados sobre “Confiança em instituições y atores em América Latina” considerando estes: partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação, igrejas, governos, forças armadas, parlamentos, polícia e poder judicial. Entre todas estas instituições, a maior confiança é atribuída às igrejas, seguida dos meios de comunicação e a menor confiança aos sindicatos e partidos políticos.

⁸ Tanto nesse texto assim como nas demais citações ao longo de todo o texto os grifos (em negrito) são meus; também ao longo da tese sublinharei partes em negrito para destacar alguns aspectos que considero mais importantes das minhas argumentações.

materiais dominantes da nossa sociedade? São relações capitalistas, fundadas na propriedade privada dos meios de produção, na divisão social do trabalho, na exploração do homem pelo homem; e mais, são relações materiais alienadas, fetichizadas e reificadas.

1.2 A superação da ideologia: da alienação, fetichismo e reificação à consciência de classe

O que entendemos por alienação, fetichismo e reificação? Para Marx, a alienação é o processo de expropriação do trabalhador do produto do seu trabalho, ou seja, de exploração do homem pelo homem, algo próprio de sociedades regidas pela divisão social do trabalho e pela propriedade privada dos meios de produção. E, mais do que isso, Marx identifica quatro aspectos principais da alienação: o homem alienado da natureza; alienado dele mesmo (de sua própria atividade); de seu ser genérico (de seu ser enquanto gênero humano); e alienado do homem (dos outros homens) (MÉSZÁROS, 2005, p.5).

Se a raiz comum desses aspectos da alienação reside no trabalho que assume a nova forma de trabalho alienado, ela se desdobra nos outros aspectos da alienação:

A atividade produtiva é a instância *mediadora* na relação “sujeito-objeto” que se dá entre o homem e a natureza. Como resultado do estranhamento do trabalho, o “corpo inorgânico do homem” aparece como simplesmente exterior a este e, portanto, pode ser transformado em mercadoria. Todo é “reificado” y as relações ontológicas fundamentais se invertem. Já não tem consciência de seu “ser genérico” (...) A atividade produtiva, quando esta dominada pelo isolamento capitalista – quando os homens produzem “como átomos dispersos e carentes de consciência do gênero” – não pode cumprir adequadamente sua função de mediação entre o homem e a natureza porque aquela “reifica” ao homem e suas relações e o reduz ao estado de natureza animal (MÉSZÁROS, 2005, p. 80-81)⁹.

A alienação, então, é um processo de desumanização, de estranhamento do ser social do seu gênero, o gênero humano. Mas a alienação no capitalismo tem especificidades: se a primeira formulação de Marx sobre alienação data de 1844, nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, será entre de 1857-78 no *O Capital* que ele consegue caracterizar com mais precisão o fenômeno da alienação no capitalismo com a categoria do fetichismo, ao introduzir no seu objeto a análise da mercadoria e das relações sociais de produção próprias do capitalismo. As mercadorias escondem um segredo: na medida em que são trocadas conforme a quantidade de trabalho socialmente necessário nelas investido (Lei do Valor), o movimento dessas se apresenta independente, fora do controle de cada produtor, e a mercadoria se mostra como algo estranho a ele revelando um poder que o subordina a ela (fetichismo). “As relações

⁹ Esta citação assim como todas as demais citações de textos em línguas diferentes ao português foram traduzidas por mim.

entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho [ou seja, entre coisas, mercadorias]” (MARX, 1985, p. 71).

A problemática do fetichismo é um aspecto da problemática mais abrangente da alienação. A alienação, antes do capitalismo, não se “cristalizava em coisas”: o camponês da Idade Média era alienado¹⁰, mas sua relação com o senhor não era uma relação *objetual*, mas inteiramente personalizada. No capitalismo, se as coisas assumem poderes e características humanas (fetichismo) fora do controle dos seres humanos, esses últimos se convertem em objetos e as relações humanas assumem a forma de relações entre coisas (reificação).

A reificação é processo complementar ao fetichismo. O novo dos processos alienantes do capitalismo é que a forma mercadoria se universaliza, domina a totalidade da organização social, se torna a célula da reprodução da sociedade, e o fetichismo mercantil passa a ser fetichismo de todo intercâmbio humano. Se a base da alienação reside na alienação do trabalho, através da reificação, este fenômeno transcende o trabalho e abarca a inteira vida cotidiana, a reprodução da vida material e espiritual do ser humano, suas relações com os demais seres humanos, com a natureza, com seu universo simbólico, sua produção cultural e a inteira organização das suas vidas. O poder da reificação está também em sua invisibilidade, ubiquidade¹¹. Se, nos albores do capitalismo, o poder opressivo era visível, personificado no capitalista que expropriava o trabalhador do produto do seu trabalho, hoje a maioria dos seres humanos tem a impressão de que sua existência é movida por uma instância alheia, incógnita, impessoal: esta instância é o mercado total que penetra quase todos os poros da nossa sociabilidade e que responde a um sujeito ainda mais invisível: o capital.

Voltando a questão da ideologia, a *aceitação das ideais dominantes* por parte da classe trabalhadora não *se deve* então apenas pelo fato de que a classe dominante tem o controle dos meios de difusão dessas ideais, mas principalmente *porque essas ideais encontram uma*

¹⁰ No sentido que despossuído de si e da sua atividade criadora, não conseguia captar as mediações sociais que o vinculam à vida social em seu conjunto.

¹¹ "A ubiquidade do poder [da mercadoria e do capital] se instala nos trilhos por onde corre o cotidiano (porque, aqui, a vida é o cotidiano, esse produzir-se e reproduzir-se num eterno retorno, numa tautologia plena) – aparece nas ações da bolsa, nos regulamentos, nos talonários de cheques, nas portarias, nos documentos, nos certificados. Está em todas as partes e não reside em lugar algum. Escamoteia os fluxos, as continuidades e as rupturas: dá ao viver a sequência da lanterna-mágica – normas, trabalho, lazer, etc., tudo é uma mescla inorgânica cujo único enlace é a sucessão no tempo e no espaço: a vida é uma justaposição de objetos, substâncias, implementos. A própria fantasia, infinito do possível, se abastarda: fuga, perde o húmus da historicidade. A ubiquidade do poder – inconcreto, gasoso e onipotente – esconde o poder na ubiquidade" (NETTO, 1981, p. 83).

correspondência nas relações materiais concretas vivenciadas todos os dias pelos indivíduos, relações que produzem seres sociais alienados e reificados (IASI, 2007, pp. 20-21):

A ideologia é agora menos uma questão de que a realidade tornar-se invertida na mente, do que de a mente refletir uma inversão real (...) não é, em primeiro lugar, uma questão de certa consciência percebendo erroneamente: é, antes, o fato de que existe uma espécie de dissimulação ou duplicidade embutida nas próprias estruturas econômicas do capitalismo. A mistificação, por assim dizer, é um fato “objetivo” incrustado no próprio carácter do sistema (“...”) a ideologia agora não é uma questão de *bourgeoisie*, mas da sociedade burguesa” (EAGLETON, 1997, pp. 83-84).

Essa leitura que o Eagleton faz do conceito de ideologia em Marx, retoma a centralidade do fetichismo e da reificação como elementos organizadores das relações sociais e coloca como limite da superação do capital a mesma sociedade burguesa, não só a burguesia¹². Esta última seria apenas uma personificação do capital, que é o verdadeiro sujeito que ordena o conjunto das relações sociais. O capital estaria golpeando seu chicote tanto no proletariado como na burguesia, que não tem outra opção que não seja a de seguir mistificando a realidade para seguir explorando o proletariado e destruindo o planeta. Neste caso, Eagleton chama atenção que a falsidade da “falsa consciência” teria outra conotação:

a ideologia burguesa é falsa não tanto porque distorce, inverte ou nega o mundo material, mas porque é incapaz de ir além de certos limites estruturais da sociedade burguesa como tal. (...) a falsa consciência, assim, é uma espécie de pensamento que se vê frustrado e impedido por certas barreiras, antes na sociedade que na mente, e que, por tanto, apenas pela transformação da própria sociedade poderia ser dissolvido. (...) nossas praticas sociais constituem o obstáculo às próprias ideias que buscam explicá-las e, se quiséramos promover estas ideias, teríamos que mudar nossas formas de vida (EAGLETON, 1997, pp.98-99).

Essa reflexão é importante para a análise de outro conceito que veremos mais a frente, o de hegemonia; pois hegemonia para Gramsci não só é o convencimento exercido pela burguesia através de seus aparelhos privados de hegemonia, mas será o caráter “educador” da própria sociedade burguesa e do capital, ou seja, o convencimento do ser social que vive de forma permanente relações capitalistas de produção.

1.3 O caráter místico-religioso-fetichista do estado (trabalho) abstrato

Para Marx e Engels então a **ideologia não é uma mentira**, mas uma visão parcial, aparente e invertida da realidade que impede ver os fenômenos sociais dentro de uma totalidade (modo de produção capitalista) e, portanto impede de capturar a essência que se esconde através da aparência desses fenômenos. Essa inversão da realidade não se dá ao nível ideal, mas a um nível material, posto que é nas relações matérias dominantes, em nosso caso

¹² Distinção similar que o Mészáros faz em *Para Além do capital* entre a superação do capitalismo e do capital.

relações capitalistas, que a realidade aparece invertida: como vimos, o mundo aparece ordenado pelo movimento de objetos (mercadorias) que ganham vida autônoma frente aos seres humanos (fetichismo) e esses últimos ficam subordinados ao movimento desses objetos e assim perdem suas características humanas e aparecem como coisas (reificação).

Esta inversão do mundo em que as coisas ganham vida e os seres humanos se voltam coisas abarca toda objetivação social, incluindo a esfera da política. Em um mundo em que quase todos os bens necessários para a sobrevivência humana se tornaram mercadoria, portanto são coisas que se trocam porque são iguais entre elas por uma substância comum (a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-las¹³) corresponde, na esfera da política, um mundo em que **os seres sociais também são iguais frente ao Estado**, posto que esse se torna garante de que todos sejam **livres¹⁴ de trocar entre si equivalentes: força de trabalho, o trabalhador e capital, o capitalista.** Nos *Gundrisse*, Marx deixa clara essa correspondência entre economia e política, e mais, entre as determinações da lei do valor e as formas políticas e jurídicas da sociedade burguesa:

[Liberdade e igualdade] não apenas são respeitadas na troca baseada em valores, mas a **troca de valores de troca é a base produtiva, real, de toda igualdade e liberdade.** Como ideias puras são simples expressões idealizadas dessa base, quando desenvolvidas em relações jurídicas políticas e sociais são apenas essa base em outra potência (...). Liberdade e igualdade pressupõem relações de produção que ainda não haviam se realizado no mundo antigo (trabalho escravo) nem tampouco na idade média (trabalho como privilégio), não gozavam de liberdade e não produziam universalmente valores de troca como no caso do trabalho assalariado (MARX, 2011, p.188).

É a partir do surgimento do trabalho abstrato, como trabalho indiferenciado, como dispêndio de força humana "de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc." (MARX, 1985, p. 51) que iguala a todos os trabalhos concretos e úteis, **que surge também o Estado abstrato:**

A abstração do Estado como tal pertence somente aos tempos modernos porque a abstração da vida privada pertence somente aos tempos modernos. A abstração do Estado político é um produto moderno. Na idade média havia servos, propriedade feudal, corporações de ofício, corporações de sábios, etc, ou seja, na Idade Média a propriedade, o comércio, a sociedade, o homem são políticos; o conteúdo material do Estado é colocado por intermédio de sua forma, cada esfera privada tem um caráter político ou é uma esfera política na Idade Média a vida do povo e da vida política são idênticas. O homem é o princípio real do Estado, mas o homem não livre é, portanto, a democracia da não liberdade, da alienação realizada. (MARX, 2010, p.52)

¹³ Ou seja, em um mundo regulado pela lei de valor.

¹⁴ Ou seja, não tenham nenhum tipo de coação política e jurídica.

Antes do capitalismo não existe separação entre Estado e sociedade civil, entre o Estado político, o da Constituição, e o Estado não político, o da sociedade civil, o da vida real do povo. Ao momento em que os seres humanos já não são só produtores de trabalho útil e concreto (alfaiate, ferreiro, agricultor, etc.), mas também de trabalho abstrato (dispêndio de músculos, nervos, mãos, etc. medido em tempo e em dinheiro) e perdem o controle de suas vidas (posto que essas passam a ser reguladas de acordo a algo externo e independente a eles, ou seja, o movimento dos objetos por estes produzidos regulado pela lei do valor) corresponde o momento em que o povo (real, concreto, dos seres sociais de carne e osso) se torna cidadão (indivíduos abstratos livres e proprietários) cuja vida também fica regulada por algo externo, a constituição. Os seres humanos, portanto se alienam porque perdem o controle de suas vidas, já que estas ficam reguladas por um lado pelo movimento das mercadorias e por outro pela Constituição do Estado abstrato.

A constituição política foi reduzida à esfera religiosa, à religião da vida do povo, o céu de sua universalidade em contraposição à existência terrena de sua realidade. (Marx, 2010: p.51). [E no Estado moderno] a Constituição é a constituição da propriedade privada (...) a propriedade privada é a categoria universal, o nexo universal do Estado (MARX, 2010, p. 124) (...) A propriedade etc. em suma, todo o conteúdo do direito do Estado é, com poucas modificações, o mesmo na América do Norte assim como na Prússia. Lá, a república é, portanto, uma simples forma de Estado, como o é aqui a monarquia. O conteúdo do Estado se encontra fora destas constituições (Marx, 2010, p.51).

Essa obra juvenil de Marx tem uma grande relevância, pois já aparecem aqui três elementos fundamentais da sua teoria do Estado e que permanecerão ao longo de sua obra: a **diferença entre o conteúdo e a forma do Estado**, onde o conteúdo está associado com a defesa da propriedade privada e que se encontra fora das constituições; e o **caráter alienante, “religioso”¹⁵, do Estado** e da constituição, já que é expressão de uma alienação que acontece

¹⁵ Ao falar do caráter “religioso” do Estado não nos referimos a defesa por parte do Estado de alguma religião, pelo contrário, nos referimos ao fato, tematizado por Marx na *Questão Judaica*, que justamente quando o Estado se livra da religião se tornando laico ele continua sendo “religioso” na medida em que “se comporta tão espiritualmente com a sociedade burguesa como o céu com a terra. Opõe-se a ela e a supera exatamente como o faz a religião com o mundo profano, ou seja, também o Estado se vê forçado a reconhecê-la e reproduzi-la, e a se deixar dominar por ela. O homem é um ser profano em sua realidade imediata, na sociedade civil. Pelo contrário, no Estado, é membro imaginário de uma soberana imaginária, sua real vida individual foi lhe arrebatada, substituída por uma genericidade irreal (...) **a religião deixou de ser o espírito do Estado para se converter no espírito da sociedade burguesa**, do âmbito do egoísmo, do *bellum omnium contra omnes* (...) o que torna religiosos aos membros do Estado político é o dualismo entre a vida individual e a espécie, entre a vida da sociedade burguesa e a vida política; é a relação que mantém ao homem com o Estado como sua verdadeira vida, transcendente sua própria individualidade real; é fato que neste caso a religião é o espírito da sociedade burguesa, a expressão da separação e estranhamento do homem frente ao homem. **O que torna cristã a democracia política é o fato que nela, o homem, e não apenas um mas todos os homens, vale como ser supremo, soberano; mas o homem tal como se apresenta, sem cultura nem sociabilidade**, o homem em sua existência fortuita, o homem tal como ele é aqui e agora, o homem pervertido, estranhado, vaziado por toda organização de nossa sociedade, tal e como o fiz o domínio de elementos inumanos: numa palavra, o homem ainda não é *realmente* um ser ao nível da espécie. A fantasia, o sonho, o postulado do cristianismo: a soberania

na vida real dos homens; o **surgimento do Estado abstrato** fruto do desenvolvimento das relações capitalistas de produção **introduz a separação** entre Estado e sociedade civil, entre o “público” e o “privado”, **entre “política” e “economia”**, separação que como veremos mais a frente teve implicações fundamentais nas elaborações teóricas de intelectuais marxistas e nas formulações políticas de setores do movimento comunista mundial.

Esses três elementos chave na teoria do Estado marxiana denotam uma clara interpretação do **Estado burguês não apenas como instrumento de coerção** de uma classe sobre outra (na sua clássica expressão do *Manifesto* como “comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa... (...) e a violência organizada de uma classe para a opressão de outra”), **mas também como instrumento de convencimento** dada a função ideológica que expressa a partir da defesa de uma liberdade e igualdade abstrata que corresponde a igualdade e liberdade da troca de equivalentes de mercadorias. Ou seja, o Estado não precisa normalmente impor pela força¹⁶ a adesão a essa liberdade e igualdade abstrata, já que essas são defendidas pelos mesmos seres sociais produtores de mercadorias que vivenciam de forma permanente e necessária no seu cotidiano a realização dessa liberdade e essa igualdade através da troca de equivalente, força de trabalho, para uns, capital para outros.

O fetiche da democracia, da liberdade e da igualdade tem a ver antes de tudo com a dimensão ideológica que esses conceitos assumem na sociedade burguesa: os seres sociais nesta formados são indivíduos autônomos e independentes que são igualados só na abstração do mercado; faz sentido, portanto que defendam com unhas e dentes os pilares da liberdade e igualdade. A **democracia burguesa é uma inversão ideológica** produzida, antes que por

do homem – mas vinculada a um ser alheio, distinto do homem real – é na democracia, realidade sensível, presente, máxima profana. Na plena democracia, a consciência religiosa e teológica se mantém incluso mais religiosa e teológica, já que ao parecer carece tanto de significação política como de objetivos terrenos (...) fica demonstrado que a emancipação política reativamente à religião deixa a religião existir ainda que não seja nenhuma religião privilegiada. A contradição em que se encontra o fiel de uma religião particular relativamente à sua cidadania não é mais que *uma parte da contradição laica universal entre o Estado político e a sociedade burguesa*. A plenitude do Estado cristão é o Estado que se confessa Estado, abstraindo a religião dos seus membros. **A emancipação do Estado com relação à religião não é a emancipação do homem com relação à religião** (...) quando o homem se proclama ateu por mediação do Estado – ou seja quando ele proclama o Estado ateu - ele continua estando sujeito à religião justamente pelo fato dele se reconhecer a si próprio por um desvio, por um *médium*. A religião é, precisamente, o reconhecimento do homem por um atalho, através de um *mediador*. **O Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem**. Assim como Cristo é o mediador a quem o homem imputa toda sua divindade, todo seu constrangimento religioso, também o Estado é o mediador para o qual ele transfere toda sua não-divindade, toda sua ingenuidade humana” (MARX, 2006, p.35).

¹⁶ O fez com brutal violência quando do surgimento do capitalismo com a chamada acumulação primitiva e também nos períodos de crises.

algum discurso retórico e manipulatório, pelas relações materiais dominantes dessa sociedade e sua superação passa necessariamente pela superação dessas relações.

Essa dimensão ideológica e de convencimento do Estado burguês fruto das relações sociais de produção sobre o qual ele se ergue é ao nosso entender o elemento central da tergiversação do conceito de “hegemonia” do Gramsci operado por vários gramscianos, entre outros os eurocomunistas, que fez com que esses interpretassem tal conceito como uma mera disputa de ideias e de concepções de mundo esquecendo o que o mesmo Gramsci afirmava em *Americanismo e Fordismo* que "a hegemonia nasce no chão da fábrica" (sobre isso falaremos mais a frente).

Se na *Crítica a filosofia do direito de Hegel* a solução que Marx dá nesse momento à incapacidade do Estado de garantir o interesse geral e, portanto de superar a alienação, é a democracia:

A democracia é o *enigma* resolvido de todas as constituições (...) Aqui a constituição não é somente *em si* segundo a essência, mas segundo a *existência*, segundo a realidade, em seu fundamento real, *o homem real*, *o povo real* e posta como a obra *própria* deste último. A constituição aparece como o que ela é, produto livre do homem. (...) na democracia, o *princípio* formal é, ao mesmo tempo, o princípio material. Por isso ela é, primeiramente, a verdadeira unidade do universal e do particular. (Marx, 2010, p.50)

Faltará a ele entender melhor como funciona essa vida real, ou seja, analisar a anatomia da sociedade civil através da crítica da economia política para identificar os limites da democracia. Será na *Questão Judaica* (2006) que identificará esses limites ao colocar a diferença entre emancipação política e emancipação humana:

A emancipação política da religião não é a emancipação total (...) os limites da emancipação política se mostra em seguida no fato de que o Estado pode se libertar de uma limitação sem que a mesma coisa aconteça *realmente* com o homem; o Estado pode ser um Estado livre, sem que o homem seja um homem livre (...) a religião é precisamente o reconhecimento do homem por um atalho. Por um mediador. **O Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem** (Marx, 2006, p. 33-34) (...) Toda emancipação consiste em **reabsorver o mundo humano**, as situações e as relações, **no homem mesmo**. A emancipação política é a redução do homem por uma parte a membro da sociedade burguesa, o indivíduo independente e egoísta; por outro ao cidadão a pessoa moral. Só **quando o homem real**, individual, **reabsorva em si mesmo ao cidadão abstrato** e, como homem individual - na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais - se tornou ser genérico; só quando, o homem tendo reconhecido e organizado suas forças próprias como *forças sociais* e, portanto, não separe mais de si a força social na figura da força política; só então, estará consumada a emancipação humana (Marx, 2006, p. 47).

É esse texto que Marx, recuperando a dimensão alienante já identificada na *Crítica a filosofia do direito de Hegel*, dará a ela um maior desenvolvimento que permitirá introduzir um quarto elemento central de sua teoria do Estado: **o caráter transitório, histórico do Estado**, e, portanto da democracia como uma forma de Estado, já que a emancipação humana só acontecerá através da reabsorção do Estado pela sociedade civil, ou seja, quando desaparecerá, parafraseando o próprio Marx, qualquer mediador entre o homem e a liberdade do homem. Esse será um tema que Marx retomará com mais concretude em *Guerra Civil na França* ao analisar a experiência de destruição do Estado burguês empreendida pelos *communards* de Paris; sobre isso falaremos mais a frente.

Até agora, portanto vimos a presença de quatro elementos fundamentais e interligados da teoria do Estado de Marx: a **diferenciação entre forma e conteúdo** do Estado burguês; seu **caráter “religioso” e alienante**; o surgimento do Estado abstrato fruto do desenvolvimento de relações capitalistas que introduz a **separação entre “política” e “economia”**; seu **caráter transitório, histórico**, já que existirá até que houver classes sociais. Um quinto elemento, como mencionado antes, que pode se extrair do *Manifesto* é o **caráter necessariamente coercitivo** do Estado enquanto detém o monopólio do uso da violência para perpetuar a dominação de classe: “o poder político, falando com propriedade, é a violência organizada de uma classe para a opressão de outra” (MARX, 2004, p. 50). Aqui se esclarecerá então que o **Estado é sempre o Estado de uma classe dominante**; Engels reforçará isso em 1891 ao dizer que o Estado é “o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, que graças a isso se torna também a classe politicamente dominante”. (ENGELS apud LENIN, 1963, p. 21).

Vejamos então como através de sua teoria do Estado Marx e Engels desvendam esse **conteúdo** oculto do **Estado burguês** que poderíamos resumir em alguns **elementos universais** de todo Estado burguês, independentemente das diferentes formas que esse assuma em diferentes formações sociais: 1) garantir a **propriedade privada** dos meios de produção; 2) garantir a **livre compra venda da força de trabalho**; 3) garantir a **apropriação privada** da riqueza socialmente produzida; 4) **impedir que os trabalhadores tomem consciência** de sua condição de classe e se organizem para lutar pelos seus interesses e para a subversão da ordem capitalista, e para isso: 5) **servir como órgão de convencimento**, ou seja, conseguir certo consenso no conjunto da sociedade de que seu poder é legítimo, ou seja, todo Estado cumpre uma função ideológica; 6) **dissuadir qualquer tipo de contestação do poder**

exercido utilizando meios coercitivos e para isso ter o monopólio do uso da violência, ou seja, todo Estado é uma ditadura de uma classe sobre outra.

Os primeiros três elementos representam o conteúdo do Estado burguês e são condições necessárias que precisam ser garantidas por este existir, enquanto os seguintes três elementos dizem mais respeito com a diferente forma que esse assumiu historicamente, embora sejam também elementos imprescindíveis e universais de todo Estado burguês. Agora, independentemente das formas particulares que o Estado burguês assuma, existe uma correspondência entre política e economia, entre forma e conteúdo, já que é esse Estado que torna todos cidadãos, ou seja, seres iguais posto que livres proprietários de alguma mercadoria (força de trabalho ou capital) que pode ser trocada com outros proprietários privados autônomos e independentes:

Se o fetiche da democracia é o fetiche da igualdade possível entres seres diferentes na vida imediata ela só é a expressão política de uma relação onde os indivíduos são diferentes na luta imediata e isso acontece na genericidade do mercado. Não é uma dicotomia, é uma unidade, os diferentes proprietários privados de mercadorias, produtores autônomos e independentes só ganham unidade na abstração do mercado, do valor, essa é a base material sobre a qual se ergue uma forma política adequada, divisão de sociedade política e civil (liberdade, individualidade, propriedade) que só se unifica na forma abstrata da igualdade perante a lei. São as relações materiais concebidas como ideias ou as formas de sociabilidade econômica expressas em certas formas de sociabilidade política. Aquilo que ele vive como reificação na vida cotidiana faz sentido com a forma política e por isso ele aceita. O Estado de toda sociedade é uma arma ideológica para tratar os conflitos de classe segundo o pensamento da classe dominante, por isso quando hoje falamos de democracia estamos falando de uma inversão ideológica. (IASI, 2013)

Aqui chegamos, portanto a uma primeira conclusão importante: se a alienação do Estado abstrato que corresponde a alienação do mundo das mercadorias é fruto da ideologia do cidadão abstrato que corresponde a ideologia do livre indivíduo, autônomo e independente; se estas ideologias são a expressão das relações sociais de produção fundadas na propriedade privada dos meios de produção e na divisão social hierárquica do trabalho; *para superar estas alienações e ideologias é necessário superar as relações materiais que produzem essas ideias dominantes¹⁷, e isso requer um ato prático, de uma ação política, da subversão consciente da ordem vigente, isto é, de uma revolução.*

¹⁷ Ou seja, socializar os meios de produção e abolir o trabalho como mercadoria. E mais, se no curto prazo será preciso definir uma estratégia de poder que permita tomar o poder do Estado por parte da classe trabalhadora e instaurar uma ditadura do proletariado, que não é mais que uma democracia para as maiorias trabalhadoras que implica em uma ditadura (ou seja, em uma restrição da liberdade) para a minoria exploradora burguesa (LENIN, 1963: 107); no médio e longo prazo será necessário superar as cinco condições que Marx coloca na *Crítica ao Programa de Gotha*: 1) escravizante subordinação dos indivíduos a divisão social do trabalho ao capital 2) divisão entre trabalho manual e intelectual 3) trabalho como meio de vida 4) desenvolver os indivíduos em todos

A transformação apenas pode operar-se por um movimento prático, por uma revolução; esta revolução é necessária não apenas por ser o único meio para derrotar a classe dominante, mas também porque apenas uma revolução permitirá à classe que derrota outra varrer toda a podridão do velho sistema e tornar-se capaz de fundar a sociedade sobre bases novas (MARX, 1991, p. 109).

1.4 Consciência, classe e luta de classe como parte de um todo indissolúvel e em constante movimento

Pois bem, mas como se dá o processo que permite passar da reificação a subversão consciente da ordem vigente? Como se dá o movimento da consciência alienada para a consciência de classe?

Partimos de um pressuposto: **“não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, inversamente, seu ser social que determina sua consciência”** (MARX, 1982). A consciência que brota a partir de relações reificadas será então uma **consciência imediata**, acrítica, do “sentido comum”, como diria Gramsci, que não consegue conceber a realidade como um todo unitário e coerente, mas como uma soma de aspectos unidos de forma arbitrária e bizarra. Neste mesmo cotidiano alienado os indivíduos se enfrentam a diário com alguma contradição, mas só em algumas poucas vezes essa vivência pode gerar um florescer da consciência. Isto, por exemplo, acontece quando o indivíduo se enfrenta com alguma injustiça devido a sua condição de classe, como ser despossuído dos meios de produção de sua existência, que não corresponde com o conjunto de valores, ideais impostos pela *ideologia* dominante. Quando a injustiça se vivencia solitariamente, não passa de um conflito interno facilmente equalizado por preconceitos que remetem a deus: “deus sabe”; ou a uma inferiorização biológica: “eles podem porque são mais inteligentes, talentosos”; ou a inevitabilidade: “sempre foi assim”. Quando estes indivíduos que vivenciam esta injustiça descobrem o grupo, ou seja, outros indivíduos que sofrem a mesma injustiça e compartilham os mesmos interesses, a consciência imediata pode transformar-se em **consciência reivindicativa ou “em si”** (exemplo da luta sindical, das mulheres, dos negros, etc.). Sem embargo, ainda os indivíduos não conseguem elevar-se do particular ao genérico, porque não conseguem dimensionar o todo e se centram apenas na negação de uma parte, (baixos salários, opressão da mulher, ou da identidade étnica, etc.), mas seguem vivendo, atuando e pensando sobre a influência da ideologia dominante. A consciência “em si” pode superar a particularidade e elevar-se a generalidade (humano-genérico) quando passa de uma consciência reivindicativa a uma consciência da transformação da sociedade como um todo, quando o indivíduo

os sentidos 4) abundância 5) de cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo sua necessidade, ou seja, a superação do direito burguês (MARX, 2012, p. 33).

transcende o grupo e se assume como parte de uma classe que tem a tarefa da transformação de toda a sociedade, ou seja, ao formar-se uma **consciência de classe** ou “**para si**” (IASI, 2007, pp.11-38).

Pois bem, este movimento não é nem linear, nem unidirecional, ou seja, **a consciência de classe** pode retroceder a uma consciência imediata e esse processo vai de par em par com o processo de **constituição de classe**, que **é um processo político cortado pela luta de classe**:

Classe é inseparável da luta de classe (...) as classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, encontram um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem em uma sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter o poder sobre os explorados), identificam os “nossos” de cara a os interesses antagônicos, se debatem entorno desses mesmos “nossos” e, no curso do processo de luta, descobrem a si mesmos como uma classe, vindo, assim, a fazer o descobrimento de sua consciência de classe. **Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro escalão de um processo histórico real**” (THOMPSON, 2010, p.274).

Isso quer dizer que em períodos de alta temperatura social a consciência e a constituição da classe avançam rapidamente e pelo contrário em momentos de refluxo da luta de classe retrocedem a níveis de alienação já superados no passado.

Quando dizemos, portanto, que o movimento da consciência e de constituição da classe está relacionado com as relações materiais dominantes vivenciadas pelo ser social (como individuo e classe ao mesmo tempo) em cada formação social particular, isso passa não somente pelos elementos objetivos dessas relações (composição orgânica do capital, perfil da classe, desenvolvimento das forças produtivas, etc.), mas também pelos elementos subjetivos próprios da luta de classe.

Se a superação da ideologia é possível somente através de um ato prático¹⁸ de superação das relações materiais que produzem as ideais dominantes e, ao mesmo tempo, o processo que leva a realização desse ato prático (a conformação da classe e o desenvolvimento da consciência de classe) se dá a partir da vivência das contradições entre a vida real (injusta e opressora) e as ideias dominantes (igualdade e liberdade), a preocupação central de um partido que pretende superar a ordem do capital teria que ser provocar em todo momento a agudização das contradições sociais, ou seja, entender a *revolução* como um processo *permanente*.

¹⁸ E mais precisamente de um processo de práxis, ou seja, da ação consciente de uma classe que nega uma ordem estabelecida e por sua vez vá transformando sua consciência nesse processo de negação.

Trazendo essa discussão teórica aos nossos dias, o que podemos ver nos últimos vinte anos entre os partidos de esquerda latino-americanos estão muito longe dessa preocupação já que mais do que organizadores da classe centraram todos os esforços na disputa de espaços dentro do Estado burguês e se tornando meros administradores de sua máquina, acreditando que dessa forma estariam disputando a hegemonia. Como mencionado anteriormente, houve um processo de contrarreforma do Estado através da implementação de políticas neoliberais que transferiu para a esfera do mercado todo o que foi possível, ou seja, mercantilizou como nunca os espaços de sobrevivência da vida humana e, portanto reificou ainda mais as relações sociais.

A política, junto com a sociedade, foi mercantilizando-se sempre mais: as eleições já se voltaram algo ritual, cotidiano e ir votar é como ir ao mercado; de fato, tanto os candidatos como os votos que eles necessitam são outras mercadorias mais: aqueles se vendem, estes se compram. As campanhas eleitorais já não são dirigidas pelos partidos se não que por empresas de marketing contratadas para vender uma mercadoria: o melhor programa, o melhor discurso, a melhor imagem, a melhor proposta que permita ganhar as eleições. A quem mobilizam política e ideologicamente as eleições? Quem acredita hoje nas eleições como uma possibilidade de uma alternativa, de uma transformação concreta de sua vida e do conjunto da sociedade?

Esse cenário de mercantilização da política não poupou partidos da esquerda que perderam sua autonomia histórica e foram envolvidos no canto da sereia dos processos de redemocratização latino-americanos dentro da estratégia do *Consenso de Washington*: partidos históricos de esquerda, como o FMLN em El Salvador, o PT em Brasil, a Frente Amplia no Uruguai, o Partido Socialista no Chile, esqueceram seus programas e agendas de lutas vinculadas as reivindicações da classe trabalhadora e centraram toda sua atenção no controle do Estado e nas eleições. Isto permitiu algo de extraordinária eficácia para as burguesias nacionais e internacionais: a eleição de partidos de “esquerda” que na realidade continuassem a administrar os negócios das burguesias, e o apassivamento da classe trabalhadora sempre mais desconfiada na possibilidade de mudar essa ordem social e de que esta transformação passe também pelo controle do Estado.

Tudo isso produziu um sentido comum em setores da esquerda de que não será através de partidos políticos, que já só pensam em ganhar eleições e ocupar cargos no Estado, que pode superar essa ordem social, alimentando assim teses como as de “mudar o mundo sem tomar o poder” através de “multidões”. Infelizmente esse novo sentido comum desconhece o

fato de que o Estado é sempre o Estado da classe economicamente dominante que garante a ordem político-jurídico-militar dessa dominação e, portanto a superação da ordem capitalista exige a destruição do Estado burguês por parte dos trabalhadores e a construção de um novo Estado por eles dirigido para impor a nova ordem económica, fundada na socialização dos meios de produção, e impedir que a burguesia conspire para se reapropriar desses meios. Vamos melhor entender esse ponto a continuação.

1.5 Democracia-ditadura como unidade de contrários em constante movimento: a ditadura do proletariado como extinção do Estado

Já vimos que Marx identifica o carácter transitório e histórico ao Estado já que esse nasce com o surgimento das classes sociais e existirá até que essas existirem que equivale a dizer que sua existência está vinculada a dois elementos fundamentais, que são incindíveis entre si numa sociedade de classe: a propriedade privada dos meios fundamentais de produção e a divisão social do trabalho.

É por conta desses elementos constitutivos do Estado e da democracia que, podemos ver que tanto em Marx, Engels, Lenin e Gramsci **não houve nunca democracia que não fosse ao mesmo tempo ditadura**. Para eles democracia e ditadura são dois polos opostos que se atraem formando uma unidade; uma não pode existir sem a outra; assim como no capitalismo o capital não pode existir sem o trabalho e os dois formam uma unidade (capital é também trabalho acumulado e o trabalho é também capital variável), a democracia de poucos (burguesia) não poderia existir sem uma ditadura sobre muitos (proletários)¹⁹. Então, a democracia burguesa que tomou forma na modernidade a partir do desenvolvimento do capitalismo é para eles a democracia da burguesia que corresponde a uma ditadura para o proletariado. Por outro lado a democracia de uma sociedade socialista é a ditadura do proletariado, que nada mais é do que uma democracia de muitos (proletários) que corresponde a uma ditadura para poucos (burguesia).

Na literatura dos nossos clássicos, acho que os textos que melhor analisam essa unidade democracia-ditadura e o entendimento da ditadura do proletariado como o começo do definimento do Estado são *A Guerra Civil na França* de Marx e *o Estado e a Revolução* de

¹⁹ Vejamos que aqui quando falamos de ditadura não nos referimos só à privação das liberdades próprias da emancipação política (liberdade de expressão, de organização, sufrágio universal, etc.), mas a imposição da venda da força de trabalho para poder sobreviver aos que nada possuem ao menos do que sua força de trabalho, ou seja, estamos falando da subordinação real que o proletário vive todos os dias para poder se reproduzir, isso é a ditadura da fábrica.

Lenin, onde ambos expõem o entendimento de conceitos fundamentais a partir da análise da Comuna de Paris. Ambos os textos mostram, a meu ver, toda a profundidade do método dialético na teoria do Estado marxiana, pelo fato de entender a política como uma “condensação da economia”; todos os conceitos que são tratados nesses textos (Estado, democracia, ditadura do proletariado, extinção do Estado, etc.) não pertencem à esfera da “superestrutura política”, mas mostram como economia e política não são duas esferas autônomas (ou que simplesmente se condicionam reciprocamente), mas constituem um todo em movimento.

Na *Guerra Civil na França*, escrito um ano depois (1871) dos acontecimentos do primeiro governo operário da história, a Comuna de Paris, Marx destaca como uma das principais características da Comuna a destruição do Estado burguês através da supressão do exército permanente substituído pelo povo armado, a introdução da revogabilidade dos mandatos, a equivalência de remuneração dos funcionários públicos, entre outros. Nesse sentido, a Comuna de Paris para Marx era:

uma forma política inteiramente expansiva, ao passo que todas as formas anteriores de governo tem sido marcadamente repressivas. Era este o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho (MARX, 2008, p.406).

Embora Marx não use nesse texto explicitamente o conceito de “ditadura do proletariado” expus todo seu conteúdo ao analisar essa experiência já que chama a atenção de que além de ser o primeiro governo operário que impôs uma nova ordem econômica, ao mesmo tempo foi dirigido pelos trabalhadores, pelo conjunto dos produtores levando assim ao começo da extinção do Estado. Foi Engels, no prefácio desse texto de 1891, que chamou essa experiência de “ditadura do proletariado”²⁰ assim como de “verdadeira democracia”:

Essa destruição do poder do Estado até aqui existente e sua substituição por um novo **na verdade democrático**, está descrito em pormenores na *Guerra Civil na França* (...) o filisteu socialdemocrata caiu recentemente, outra vez, ao salutar terror ao termo: ditadura do proletariado. Bem, senhores, quereis saber que rosto tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Era a Ditadura do Proletariado (MARX, 2008, pp. 354-355).

Exatamente nesse mesmo sentido que o Lênin retomou o conceito de ditadura do proletariado desenvolvendo-o melhor no *Estado e a revolução* de 1917, e atrelando esse conceito ao de democracia, já que ele escreve esse texto também com o objetivo de criticar

²⁰ Já na *Critica ao Programa de Gotha* Marx afirmava que “entre a sociedade capitalista e a comunista fica o período da transformação revolucionária de uma na outra. Ao qual corresponde também um período político de transição cujo Estado não pode ser senão *a ditadura revolucionária do proletariado*” (MARX, 2012, p. 43).

impiedosamente as formulações do “renegado” Kautsky que já no começo do século levantava a bandeira da democracia universal renegando o termo ditadura do proletariado e apontando um caminho democrático ao socialismo:

Se num Estado democrático o proletariado se desenvolver até tornar-se tão numeroso e poderoso para tomar o poder político pela simples aplicação das liberdades dadas, então a "ditadura capitalista" terá muitas dificuldades para mobilizar os instrumentos de repressão necessários à supressão violenta da democracia (KAUTSKY, 1979, p. 8).

Antes esse apelo à necessidade do respeito das liberdades democráticas como garantia para a realização do socialismo, Lenin respondia colocando conteúdo de classe ao conceito de liberdade:

Engels expressava magnificamente isto na carta a Bebel, ao dizer, que "**enquanto o proletariado necessita ainda do Estado, não o necessitará no interesse da liberdade**, mas para submeter a seus adversários, e tão pronto como possa se falar de liberdade o Estado deixará de existir" (LÊNIN, 1960, p.107).

Para Lênin, assim como sucessivamente para Gramsci, não há exclusividade entre democracia e ditadura, pois elas constituem uma unidade.

Partindo sempre da democracia capitalista (...) profundamente hipócrita e mentirosa, **o desenvolvimento progressivo não caminha** de um modo simples, direto e tranquilo **na direção a "uma democracia cada vez maior"**, como querem fazer-nos entender os professores liberais e os oportunistas burgueses. Não, o desenvolvimento progressivo, isto é, o desenvolvimento para o comunismo, passa através da ditadura do proletariado, e não pode ser de outro modo, porque não existe força nem caminhos distintos para *romper a resistência* dos exploradores capitalistas (...). A **ditadura do proletariado**, ou seja, a organização da vanguarda dos oprimidos em classe dominante para derrotar os opressores, **não pode conduzir tão só a simples ampliação da democracia**. Ao mesmo tempo com a enorme ampliação da democracia, que por primeira vez se torna numa democracia para os pobres, numa democracia para o povo, e não em democracia para os ricos, a ditadura do proletariado **implica numa série de restrições impostas à liberdade dos opressores**, dos exploradores, dos capitalistas. Devemos reprimir estes para liberar a humanidade da escravidão assalariada (...). Democracia **para a maioria gigantesca do povo e repressão** pela força [ditadura], isto é, exclusão da democracia para os exploradores, para os opressores do povo: eis aqui a modificação que sofrerá a democracia na *transição* do capitalismo ao comunismo (LÊNIN, 1960, pp.106-107).

Alguns anos depois, o Gramsci estará debatendo com os reformistas do Partido Socialista italiano sobre esse mesmo tema com relação à falta de apoio do partido aos Conselhos de fábrica durante o “Biennio Rosso”:

O gradualismo socialista se torna possível apenas quando o poder passa nas mãos da classe operária e essa crie um novo estado no lugar do Estado capitalista. A **«democracia socialista»** não pode ser outra coisa que a democracia operária realizada no sistema dos Sovietes, isto é, não pode ser senão a **ditadura do proletariado**, que nada tem a ver em comum com todas as outras formas de ditadura, sendo essa dirigida a suprimir qualquer domínio de classe, isto é, a anular a si mesma (GRAMSCI, 1971, p.554, *Riformismo e lotta di classe*) (...) a doutrina

política dos comunistas, que certamente não é a doutrina (!?) política (!?) anárquica, afirma a necessidade (própria de todo Estado, e portanto também do Estado operário) da coação, isto é, do exército operário, dos tribunais operários, das cadeias onde encarcerar os inimigos declarados e irreduzíveis da classe operária, **do paredão para os que combatem com as armas na mão a classe operária** (GRAMSCI, 1978, p. 409, *Libertà per tutti se così almeno vi pare*).

Ao mesmo tempo em que os dois revolucionários conseguem tirar o véu do democratismo reformista colocando aos conceitos de democracia e ditadura um conteúdo de classe, reforçando assim a distinção entre forma e conteúdo apontada por Marx e Engels, também reforçam o outro elemento central na teoria marxiana do Estado que analisamos anteriormente: o caráter transitório/histórico do Estado ao indicar na ditadura do proletariado a forma política que permitirá o definimento do Estado:

Nosso novo Estado *nascente* não é já um Estado no sentido próprio da palavra, pois numa série de lugares da Rússia estes destacamentos de homens armados são a *própria massa*, todo o povo, e não alguém colocado acima dele, separado dele, dotado de privilégios e praticamente inamovível. (...) É preciso olhar para frente, para a **nova democracia nascente, que deixa já de ser uma democracia**, pois democracia significa dominação do povo, e o próprio povo armado não pode exercer uma dominação sobre si próprio (LÊNIN, 1980, p. 44, *As tarefas do proletariado na nossa revolução*).

Num texto dos *Cadernos*²¹ Gramsci afirmará algo muito parecido:

O elemento **Estado-coerção pode-se imaginar exaurindo-se na medida em que se afirmam elementos sempre mais consideráveis de sociedade regulada** (ou Estado ético ou sociedade civil)[...] na doutrina do Estado > sociedade regulada, de uma fase na qual o Estado será igual ao Governo, e o Estado se identificará com a sociedade civil, se terá que passar para uma fase de Estado-guardião noturno, isto é, de uma **organização coercitiva que tutelar o desenvolvimento dos elementos da sociedade regulada** em contínuo aumento, **e portanto que reduz gradualmente suas intervenções autoritárias e coercitivas**. Isto não pode fazer-nos pensar em um novo «liberalismo», embora constitua o início de uma era de liberdade orgânica (GRAMSCI, 2001, p. 764, *Quaderno 6 § 88*).

Nesse sentido as formulações de Lenin e Gramsci representam uma continuidade com o que Engels já tinha esboçado no *Do socialismo utópico ao socialismo científico* ao atrelar a socialização dos meios de produção com a extinção do Estado:

O primeiro ato em que o Estado se manifesta efetivamente como representante de toda a sociedade – **a posse dos meios de produção** em nome da sociedade - **é** ao mesmo tempo o **seu último ato** independente como Estado. A intervenção da autoridade do Estado nas relações sócias tornar-se-á supérflua num campo após outro da vida social e cessará por si mesma. **O governo sobre as pessoas é substituído pela**

²¹ Vários gramscianos pretendem atribuir uma ruptura entre o Gramsci dos Conselhos de fábrica, dirigente dell'Ordine Nuovo, e o Gramsci maduro, dos *Cadernos da Carcere*, alegando que na cadeia, ao refletir sobre a derrota da revolução na Itália, teria superado seu “sovietismo” e entendido que no Ocidente a revolução se daria exclusivamente através de uma guerra de posição, isso é pela conquista da hegemonia (entendendo hegemonia como consenso) nos órgãos da sociedade civil.

administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será abolido, extingue-se. (ENGELS, 1981, p.73).

Aqui se introduz o terceiro elemento da teoria do Estado anteriormente analisado, seu caráter alienante, e se aponta uma solução para a superação dessa alienação: a ditadura do proletariado, isso é a democracia de uma imensa maioria de trabalhadores sob um número muito pequeno de burgueses e burocratas parasitários, permite a extinção progressiva do Estado burguês a partir da imposição de um governo dos produtores fundado sobre novas relações sociais, sem mais explorados nem exploradores, e quanto mais essas novas relações se consolidarem quanto mais plena será a democracia; e quanto mais plena será a democracia mais ela se tornará supérflua: assistimos aqui então ao processo, anteriormente tematizado, de absorção da sociedade política por parte da sociedade civil, isso é de superação da alienação política a partir da socialização do poder político, mas o importante é destacar que a socialização do poder político para todos eles passam necessariamente pela socialização dos meios de produção, isto é pela consolidação da “sociedade regulada” ou pela “posse dos meios de produção a intervenção nas relações sociais e a administração das coisas e a direção do processo de produção pelos trabalhadores; quanto mais o poder político é socializado mais ele se nega a si mesmo e desaparece.

Então o importante destacar nas análises dos clássicos sobre Estado e democracia é a indissociabilidade entre política e economia, entre socialização do poder político e socialização dos meios de produção, pois o fundamento do poder político está nas novas relações sociais estabelecidas, ou seja, a plenitude da democracia está atrelada imprescindivelmente às novas relações materiais de produção estabelecidas, fundadas na socialização dos meios de produção e na superação da divisão social do trabalho. Parece-nos importante esclarecer essa questão agora, pois, como veremos mais a frente, tanto os eurocomunistas, como Carlos Nelson Coutinho, a partir da crítica a experiência soviética, afirmarão que a abolição da propriedade privada não é suficiente para a construção de uma sociedade socialista e para isso colocam a necessidade de socialização da política, inclusive para avançar na socialização do poder econômico (já que no caso da URSS houve estatização da economia e não socialização), sintetizado no lema “não há socialismo sem democracia”.

Embora concordemos com a importância da socialização da política (ainda que preferimos falar em socialização do poder político pelos argumentos acima apresentados) e da necessidade de socializar (em vez de estatizar) os meios de produção para evitar que uma casta de burocratas possa se beneficiar do excedente produzido e dos privilégios (econômicos

e políticos) que disso derivam, veremos mais a frente como o que era insuficiente (a abolição da propriedade privada) se tornou desnecessário ou pelo menos secundário. A luz do que vimos agora sobre a relação democracia/ditadura do proletariado/extinção do Estado/superação da alienação político-econômica/emancipação humana, o problema de não pensar a socialização da política e socialização do poder econômico como um processo unitário terá consequências políticas fundamentais, que veremos mais a frente.

1.6 Os instrumentos políticos para a superação da ideologia: a “construção do proletariado em partido”

Como desvendar o conteúdo oculto do Estado burguês? Como quebrar o fetiche da democracia burguesa e da “ocupação do Estado burguês” como caminho para a superação da ordem capitalista? Como pensar num partido político que enfrente esse processo de mercantilização da política e quebre a cotidianidade alienada e o apassivamento da classe trabalhadora? Parece-nos que a concepção de partido de Marx e Engels apresentada no *Manifesto* mantém muita atualidade e é profícua para responder a essas questões. Marx entende o partido político como a “organização do proletariado em classe” (MARX, 2004, p. 37), portanto não encerra o partido dentro de modelos preestabelecidos de organização, mas, reconhece sua razão de ser imprescindível, a de permitir a constituição do proletariado em “classe”, portanto, como já vimos antes, a constituição de um sujeito político dos proletários que permita a esses adquirir consciência de classe, ou seja, o reconhecimento desses proletários como parte de uma classe social com interesses antagônicos a outra classe, a burguesia.

Parecem-nos que essa função primordial de um partido da classe trabalhadora que vise à superação da ordem do capital seja hoje o maior déficit dos partidos de esquerda que, como vimos acima, ficaram subordinados as lógicas do mercado eleitoral do Estado burguês. A construção de um novo partido passa por romper de fato com o velho, por construir novas relações ao mesmo tempo em que destruir as velhas. Assim como Marx, não acreditamos oportuno pensar em um modelo específico de partido, mas pensar em uma forma organizativa como uma construção aberta que se vá conformando a partir das possibilidades que se abrem na negação da ordem, ou seja, a partir das tarefas da “constituição do proletariado em classe”, ou como diria E.P. Thompson da *formação da classe*, portanto uma forma organizativa ao serviço da “construção do proletariado em partido”, ou seja, uma institucionalidade que recupere a ideia de partido em Marx.

Uma nova institucionalidade como processo de construção da classe apenas é possível na medida em que este novo sujeito consiga quebrar o cotidiano reificado das classes exploradas e isto apenas é possível na medida em que se coloque a luta política no centro da agenda do novo sujeito, na medida em que se consiga trazer à luz as contradições produzidas pela ordem do capital na formação social particular em que esse partido opera, permitindo assim a formação da classe (em termos de sua consciência e organização) no calor destas contradições. Como vimos anteriormente, a classe se constrói na luta, na medida em que consiga construir sua independência frente ao capital e ao Estado, na medida em que consiga criar seus próprios instrumentos, sua própria política, seu próprio programa frente ao poder da classe dominante, desvendando assim novas contradições. Esse é o papel que Marx já entende que seja fundamental para um partido revolucionário que pretende organizar o proletariado em classe: construir sua própria autonomia e independência de classe. Esse aspecto ficará claro na *Mensagem do Comitê Central a Liga dos Comunistas*, onde aparecem dois conceitos chave na teoria da revolução de Marx, o de duplo poder e o de revolução permanente:

Os operários e, sobretudo, a Liga devem procurar estabelecer uma organização independente do partido operário, ao mesmo tempo legal e secreta, e fazer de cada comunidade o centro e núcleo de sociedades de operários, nas quais as atitudes e os interesses do proletariado possam ser discutidos independentemente das influências burguesas (...) ao lado dos novos governos oficiais, os operários deverão constituir imediatamente governos operários revolucionários, seja na forma de comitês ou de conselhos municipais, seja na forma de clubes operários ou de comitês operários, de tal modo que os **governos democráticos burgueses** não só percam imediatamente o apoio dos operários, mas também **se vejam** desde o primeiro momento fiscalizados e **ameaçados** pelas autoridades através das quais se encontre a massa inteira dos operários (...) é necessário que os operários estejam organizados de modo independente e centralizado através de seus clubes (...). Durante o conflito imediatamente depois de terminada a luta, os operários devem procurar, em primeiro lugar e enquanto for possível, resistir às tentativas contemporizadoras da burguesia e obrigar os democratas a levarem a prática as suas atuais frases terroristas (...) **não devem opor-se aos chamados excessos**, aos atos de vingança popular contra indivíduos odiados ou contra edifícios públicos que o povo só possa lembrar com ódio, não somente devem admitir tais atos, **mas assumir sua direção**. Durante a luta, e depois dela, os operários devem aproveitar todas as oportunidades para apresentar as suas próprias exigências, ao lado das exigências dos democratas burgueses (MARX, [1850], p.3).

Pensando no déficit organizacional dos partidos de esquerda hoje, o problema que está colocado é a necessidade de como o conjunto das *organizações da classe trabalhadora* (que podem incluir sindicatos, movimentos comunitários, movimento estudantil, movimentos dos afetados pelos projetos mineiros e de represas, movimento dos trabalhadores informais, etc.) *constituam o núcleo desse Sujeito*, que se chame partido; mas necessitamos passar a organização de um partido político que se nutra da força política, ideológica e moral dessas organizações sociais. Este partido *não tem que ser uma fábrica de candidatos e nem uma*

fábrica de funcionários; os dirigentes desse partido devem ser militantes que estão metidos nas diferentes lutas da classe trabalhadora. Tomando como exemplo o FMLN, mas certamente isso vale para outros partidos de esquerda do continente, qual é o drama do partido FMLN? Que como todos são funcionários ninguém faz política, porque a política que se faz na Assembleia Legislativa não é a política da classe trabalhadora, é a política do Estado. A política dos trabalhadores é outra: é a luta por melhores condições de trabalho, pela água, pela comida, pela agricultura; a luta contra a contaminação, contra as represas, contra a mineradora. O partido FMLN não faz a política dos trabalhadores, mas a política do Estado.

Nessa concepção de Sujeito, é *o movimento da classe trabalhadora que cria sua própria institucionalidade*, o partido, de forma autônoma a institucionalidade do Estado burguês. Com isso não estamos defendendo uma posição anti-institucional, ou anti-eleitoral, pois achamos que na verdade a dicotomia entre luta social e luta institucional seja uma falsa dicotomia. De fato, é possível, conforme as exigências da conjuntura e do período histórico, articular a luta política com a luta eleitoral, ou como falamos anteriormente, *esvaziar a luta política, com todas suas contradições e conflitos, na luta institucional*. A esse respeito já Gramsci argumentava sobre o papel propulsor para a luta e o aguçamento das contradições que poderia exercer a política parlamentar:

O que esperam os revolucionários conscientes das eleições, os operários e camponeses que julgam o Parlamento dos deputados eleitos pelo sufrágio universal (pelos exploradores e explorados) e de acordo com as circunscrições territoriais como sendo a máscara da ditadura burguesa? **Certamente não esperam a conquista da metade mais um das cadeiras** e uma legislatura caracterizada pela promulgação de uma dúzia de decretos e de leis que visam a quebrar as arestas, tornando mais fácil e mais cômoda a convivência das duas classes, a dos exploradores e a dos explorados. Ao contrário, esperam que o esforço eleitoral do proletariado consiga pôr no Parlamento um bom núcleo de militantes do Partido Socialista; e que tal núcleo seja bastante numeroso e aguerrido para **tornar impossível a qualquer líder da burguesia constituir um governo estável** e forte e, por conseguinte, para obrigar a burguesia a se pôr fora do equívoco democrático e da legalidade, criando assim uma sublevação dos estratos mais profundos e amplos da classe trabalhadora contra a oligarquia dos exploradores.

Os revolucionários conscientes, os operários e camponeses que já estão convencidos de que a revolução comunista só terá lugar através da ditadura proletária encarnada num sistema de conselhos operários e camponeses, lutaram para mandar muitos deputados socialistas ao Parlamento, já que raciocinam do seguinte modo: a revolução comunista não pode ser realizada por um golpe de mão. Mesmo que uma minoria revolucionária conseguisse, pela violência, assenhorar-se do poder, essa minoria seria derrubada, no dia seguinte, pela retaliação das forças mercenárias do capitalismo, já que a maioria não organizada permitiria que fosse massacrada a nata da potência revolucionária, que fossem desencadeadas todas as paixões perversas e a barbárie suscitada pela corrupção e pelo ouro capitalista. Portanto, é **necessário que a vanguarda proletária organize material e espiritualmente** essa massa de ignorantes e de inertes; é necessário que a vanguarda revolucionária crie, com seus meios e seus sistemas, as condições materiais e espirituais nas quais a classe proprietária **não** seja mais capaz de governar

pacificamente as grandes massas de homens, mas, ao contrario, seja obrigada, pela intransigência dos deputados socialistas controlados e disciplinados pelo Partido, a aterrorizar as grandes massas, a golpear de modo cego e a fazer com que elas se revoltem. Uma meta deste tipo só pode ser buscada hoje através da **ação parlamentar, entendida como ação que visa a imobilizar o Parlamento, a arrancar a máscara democrática da face equívoca da ditadura burguesa**, mostrando-a em todo seu horror e feiura repugnantes. (GRAMSCI, 2004, p. 305, *Os revolucionários e as eleições*).

Aqui Gramsci resgata uma concepção de partido muito próxima a do Marx, um partido para a revolução permanente, impulsionador das contradições de classe e organizador e dirigente da classe. Está claro que essa é uma concepção muito distante daquela de um partido de “mediação” e que disputa a hegemonia dentro das regras democráticas do Estado burguês. Gramsci não desperta nenhuma ilusão sobre a mera participação do partido no interior do Estado burguês, pois sabe que a disputa da hegemonia não se dá na disputa de espaços dentro desse Estado, mas nos espaços independentes desse, e com autonomia histórica (ou seja, com projeto de classe); por isso, a participação do partido socialista no parlamento apenas tem sentido se esse estiver encarnado nas lutas da massa e ao mesmo tempo alimentar essas lutas, tornando ingovernáveis os governos da burguesia.

Em outra passagem Gramsci detalha mais sobre o papel de um partido que constrói os germes do Estado operário já aqui no capitalismo, mas para isso precisa ser um partido que rompe drasticamente com a forma em como são organizados os partidos tradicionais, por circunscrições territoriais que correspondem às circunscrições eleitorais, que ficam distantes das lutas e os problemas concretos dos trabalhadores:

Posto que o Estado operário é um momento do processo de desenvolvimento da sociedade humana que tende a identificar as relações de sua convivência política com as relações técnicas da produção industrial, **o Estado operário não se funda sobre circunscrições territoriais, mas nas formações orgânicas da produção**: as fábricas, e canteiros, os arsenais, as mineradoras, as fazendas. Enquanto o Partido socialista se organiza nos lugares de trabalho, ele se põe como partido de governo da classe operária nas instituições novas que a classe operária está elaborando para realizar sua autonomia histórica para se tornar classe dominante. A substância histórica da associação política proletária não é mais unicamente a vontade de conquistar a maioria nas assembleias populares do Estado burguês; essa é também a vontade de ajudar concretamente a classe operária no seu fatigoso trabalho de elaboração.

Tornar possível prever uma radical transformação da forma organizativa do Partido: **a assembleia dos sócios, átomos individuais**, responsáveis apenas frente às suas consciências perturbadas entorpecidas pelas suas bobagens, pelas improvisações demagógicas e do medo de não estar à altura política do proletariado, **será substituída por assembleias dos delegados com mandato imperativo, onde às discussões genéricas e retóricas serão substituídas discussões sobre problemas concretos** que interessam aos trabalhadores **de fábrica**, que **quererão**, obrigados pela necessidade da propaganda e da luta nas fábricas, **que as assembleias do partido se tornem finalmente preparação para a conquista real do poder econômico e político** por parte das massas proletárias. Torna-se possível prever a

transformação do Partido socialista da associação nata e desenvolvida sobre o terreno da democracia liberal, em um tipo novo de organização que é própria apenas da civilização proletária. (GRAMSCI, 1955, p. 142, *I gruppi comunisti*)

Esse dois textos do Gramsci foram escritos em Novembro de 1919 e em Julho de 1920, portanto em pleno “*bienio rosso*”, o primeiro alguns meses após a fundação dell’*Ordine Nuovo*, jornal dirigido por Gramsci e o segundo, poucos meses antes que 400.000 operários ocupassem as fabricas em Turim, portanto é um texto de um Gramsci dirigente político de um processo revolucionário. Agora, como já comentamos, contrariamente aos que querem apresentar dois momentos distintos do Gramsci, o Gramsci dell’*Ordine Nuovo* e o Gramsci maduro dos *Quaderni del carcere*, não vemos alguma ruptura teórica entre os dois momentos mas simplesmente um maior desenvolvimento de sua teoria do Estado e da revolução através de um estudo mais sistemático da particularidade da formação social italiana e do balanço da experiência dos Conselhos e do ascenso no fascismo na Itália.

Com relação ao partido, nos *Quaderni* apresentará o partido como o moderno Príncipe, remetendo a figura do Príncipe de Maquiavel, como o intelectual coletivo responsável para uma reforma intelectual e moral e para a formação de uma “vontade coletiva nacional-popular”. Entretanto, isso não significa que a conquista da hegemonia, conceito fundamental para entender a revolução em Ocidente (veremos isso mais a frente), se de exclusivamente no campo das ideias ou da conquista do consenso, pois uma reforma moral não pode estar desvinculada de uma luta no terreno econômico:

Pode haver reforma cultural, isso é, elevação cultural dos elementos deprimidos da sociedade, sem uma precedente reforma econômica e uma mudança no modo de vida? A reforma intelectual e moral é sempre vinculada a um programa de reforma econômica, aliás, o programa de reforma econômica é o modo concreto através do qual se apresenta cada reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, 200, p. 953, Q 8 § 21).

Nessa concepção de sujeito, é o movimento da classe trabalhadora que cria sua própria institucionalidade, o partido, conforme as exigências da conjuntura e do período histórico, para articular a luta política à luta eleitoral, ou como dissemos anteriormente, para esvaziar a luta política, com todas suas contradições e conflitos, na luta institucional.

Estamos pensando, portanto em um partido onde a estrutura partidária não se separe da classe trabalhadora e suas lutas, e as organizações populares não se separem desse aparato uma vez que é seu aparato, seu meio, instrumento e os interesses da classe seja o fim, algo que muito bem sabemos que não acontece hoje. Hoje os setores populares são o instrumento e o meio para que os partidos cheguem aos cargos públicos, mas não é o fim; o fim é o aparato.

Por isso quando passam as eleições as pessoas são enterradas e são desenterradas, assim como as cigarras, apenas quando voltam as eleições. O significado do voto equivale a renunciar de decidir, a partir do momento que não temos nenhum controle sobre quem nos representa; os representados carecem de representantes na medida em que não podem controlar as decisões que estes supostos representantes tomam. É necessário superar o parlamentarismo transformando os parlamentos de mercados para comerciantes e lobistas em órgãos de decisão das massas despossuídas²², inspirando-nos nas experiências de autogoverno como a Comuna de Paris.²³

Isso passa também por uma *nova concepção do papel dos funcionários*. A chave é não ser funcionário, e não estamos falando do ponto de vista formal, porque formalmente é inevitável, se não do ponto de vista real, que você não se sinta funcionário. Um funcionário é aquele que considera que sua função é o fim e que é simplesmente o meio para um fim. Um funcionário público não deve ser um privilegiado, e isso tem haver também com o salário que ganha; deve ser um servidor e não alguém que se sirva do cargo. Também nesse aspecto é interessante nutrir-nos da experiência da Comuna de Paris, que adotou medidas como a equivalência das remunerações, a revogabilidade dos funcionários, e em geral “o despojar de toda sombra de algo privilegiado e hierárquico a figura do funcionário” (LENIN, 1963, p. 58).

Aqui estamos falando, portanto, de uma concepção de partido que *supere a dicotomia movimento-partido*, assim como as visões parciais que caem no espontaneísmo sem um projeto de classe, por um lado, ou na burocratização conservadora da instituição, por outro. Se a ideia é de um partido que nasce e se constrói desde o movimento da classe trabalhadora sua função é servir

para realizar as metas das organizações do povo e que não pretenda repô-lo; que se assuma como momento, não como exteriorização fixa e especializada no exercício do poder (...) [que não busque] impor seus próprios ritmos, os ritmos da organização, do aparato [da disputa eleitoral], deixando de lado o trabalho tendendo a gerar ou apontar os feitos capazes de modificar a realidade [luta política]. (MAZZEO, 2005, pp.106-109).

²² Onde “o processo legislativo deveria ser fundido ao próprio processo de produção de tal modo que a necessária *divisão horizontal do trabalho* fosse adequadamente complementada em todos os níveis, do local ao global, por um sistema de *coordenação* autodeterminada do trabalho. Essa relação esta em nítido contraste com a perniciosa *divisão vertical do trabalho* do capital, complementada pela “separação dos poderes” em um “sistema político democrático” alienado” (MÉSZARÓS, 2010, p.24).

²³ Que adotou medidas como a anulação da divisão de poderes, a substituição dos ministérios por comissões coletivas, que “devia ser não um corpo parlamentar, mas um organismo ativo, legislativo e executivo ao mesmo tempo” (LENIN, 1963, p. 61).

Estamos pensando uma concepção de partido que nasce e se constrói a partir do movimento dos trabalhadores em seu enfrentamento contra a ordem capitalista, como um processo de autoconstrução da classe trabalhadora, de construção de sua independência e autonomia frente ao capital, ou seja, de um partido, como entendido por Marx, como “organização do proletariado²⁴ em classe” (MARX, 2004, p.37); isto é, como o mesmo aponta, não se trata de criar o partido do proletariado, mas de *construir o proletariado em partido*.

Essa é a figura de partido retomada também por Lênin que, apesar da interpretação errada de algo que *vem de fora*²⁵ considera que o partido jamais poderá ser vanguarda do processo revolucionário se não conhece a profundidade dos vínculos e preocupações da classe trabalhadora e se não encarna em si o conjunto de suas lutas cotidianas. Rosa Luxemburgo também retoma essa ideia segundo a qual um partido “não está ligado à organização da classe operária, mas que é o *próprio movimento* da classe operária” (LUXEMBURGO, 2009, p.41). Ainda segundo Rosa, o partido nasce historicamente da luta de classe, e é só na luta que se consegue recrutar o exército do proletariado e esclarecer as tarefas da luta: “organização, esclarecimento e luta não são momentos separados, como no movimento blanquista, mas são apenas diferentes aspectos do mesmo processo” (LUXEMBURGO, 2009, p.40).

O fundamental na construção do novo sujeito revolucionário é entender que *a origem da construção do sujeito é a luta política*, construtora de poder real, de poder popular, de maneira permanente. É importante destacar que aqui **nos distanciamos de três concepções de poder popular: a concepção “apaga fogo”, a dos conselhos, dos fóruns, e de todos aqueles espaços da micropolítica ou da pequena política onde se fala de “participação” para não decidir nada, envolvendo o povo na brincadeira de participar para entretê-los, distraí-los e opacar as contradições fundamentais; a institucionalizante/eleitoreira onde se organizam grupos e coletivos na época das campanhas, ou que pretendem canalizar as lutas e a revolta da**

²⁴ Aqui nos referimos a uma noção ampliada de proletariado assim como caracterizada por Antunes: “*classe-que-vive-do-trabalho*”, [termo sucessivamente retificado por Antunes como *classe-que-vive-da-venda-do-seu-trabalho*, mais correto a nossa opinião] que deve incorporar também aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados boias-frias das regiões agroindustriais, além, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva (ANTUNES, 2005, p.52).

²⁵ Contrariamente aos críticos de uma suposta visão vanguardista de Lenin ao expressar que a consciência política tem que ser introduzida *desde fora*, para Lenin a palavra “fora” remite a fora da luta econômica, ou seja, da esfera das relações entre operários e patrões: “a única esfera onde se poderão extrair esses conhecimentos é a da relação de *todas* as classes e camadas com o Estado e o governo, na esfera das relações de *todas* as classes entre si” (LENIN, 2010, p.145).

classe trabalhadora no mero campo institucional formulando projetos de lei, planos diretores, etc.; **dos novos socialistas utópicos** (ONGs, grupos anarquistas, movimentos sociais etc.) que apostam suas fichas no poder local, nas pequenas experiências cooperativas, nos projetos de economia solidária ou de autogestão, pois acham que a proliferação dessas experiências e de novos espaços de sociabilidade porá em cheque o sistema capitalista e o Estado burguês. Contrário a essas formulações, entendemos poder popular como *a superação da fragmentação das lutas imprimindo a elas um projeto de classe entorno do qual elas se articulam, portanto cuidando sempre de fortalecer a autonomia e independência de classe dessas lutas frente ao Estado e ao capital*, e isso só se constrói no calor da luta, na experiência de enfrentamento permanente do nosso inimigo de classe, tensionando sempre a burguesia para posições que ela não pode aceitar e impulsionando assim contradições e instabilidade para governar e contribuindo, portanto para o amadurecimento de uma ruptura socialista; resumindo é pensar o poder popular a partir e junto à revolução permanente.

Portanto a função primordial do novo sujeito será experimentar as melhores táticas em cada situação concreta para vigorar a luta política. E com relação às eleições, a luta política servirá como base para a luta eleitoral. *A luta política se esvazia na luta eleitoral com todas suas contradições e a luta eleitoral se converte em instrumento da luta política*. Temos que aprender a fazer este jogo, de fazer com que a luta eleitoral sirva a luta política.

Para isso, é necessário também um processo de *formação política permanente*, para que a classe trabalhadora conheça a realidade histórica do país, entenda porque ocorre o que ocorre, até onde vamos e que o tem que se fazer para influir no rumo dos processos históricos. É necessário que se conheça quais são os fundamentos do modo de produção capitalista, seu funcionamento, assim como quais são as forças políticas que estão movimentando essa realidade, que classes e frações de classe representam essas forças, ou seja, qual é a posição de classe dessas forças e seus projetos políticos. Esse processo de formação política deve ser vinculado à luta em cada lugar; por isso este partido precisa estar vinculado à luta para conseguir que os trabalhadores façam política, sua política, para então tornar-se classe dirigente. Não nos referimos, portanto, a uma concepção tradicional de formação política, doutrinária e mecanicista, mas a possibilidade de criar espaços formativos no mais amplo leque de atividades onde se consiga desenvolver uma consciência de classe e desvendar as contradições principais da sociedade mostrando o carácter de classe de cada uma dessas lutas.

Resumindo o caminho percorrido até aqui, podemos identificar alguns **elementos de continuidade** no pensamento de **Marx, Lenin e Gramsci**: 1) o **caráter transitório** (ou seja,

histórico) **do Estado e da democracia**, já que ambos são próprios de sociedades de classe, definharão no socialismo até não existir mais na sociedade autogovernada pelos produtores associados, o comunismo. 2) a **necessidade da ditadura do proletariado** como período de transição entre o capitalismo e o comunismo, como imposição de uma ordem política econômica dirigida pela maioria dos produtores sob a minoria burguesa (a experiência histórica que representa uma referência para os três autores, sobretudo para Marx e Lenin, nas formulações sobre esses dois elementos é a Comuna de Paris, primeiro governo operário da história). 3) a concepção de **partido enquanto organização que visa a “formação do proletariado em classe”**, ou seja, como instrumento que permite aos trabalhadores amadurecer uma consciência de classe e organizar sua luta contra a burguesia, como intelectual coletivo (Gramsci) que permite aos trabalhadores se elevar do momento corporativo ao momento político, isto é, a luta pelo poder.

Se vimos a necessidade da construção de instrumentos políticos que permitam a “formação da classe” ou a “construção do proletariado em partido” ou a articulação das diferentes lutas da classe trabalhadora entorno de um projeto de classe anticapitalista que fortaleça a autonomia e independência de classe dos trabalhadores frente ao Estado burguês e ao capital, a pergunta é: a formação deste sujeito revolucionário depende apenas das escolhas políticas das organizações revolucionárias que a classe trabalhadora constrói ou também de fatores objetivos próprios de cada formação social que determinam o caráter da revolução em cada situação concreta? O sujeito revolucionário está apenas na organização ou também na estratégia? Para esclarecer estas questões precisamos introduzir alguns elementos do debate sobre a estratégia e tática para a revolução socialista dentro do campo marxista.

1.7 Alguns elementos do debate sobre estratégia e tática na tradição marxista

Carl Von Clausewitz, general do exército prussiano, escreveu *Da Guerra* e foi uma das principais referências teóricas de Marx, Engels e Lenin com relação a suas formulações sobre estratégia e tática. Para Clausewitz a estratégia é a arte de condução da guerra, a combinação de diferentes ações para atingir o objetivo final; a tática é a arte de condução de cada combate:

a arte da guerra é a arte de empregar em combate os meios que lhe forem atribuídos (...) a condução da guerra consiste, portanto, no planejamento e na condução da luta. Se a luta consistisse num único ato, não seria necessário fazer qualquer outra subdivisão. Como no entanto ela consiste num número maior ou menor de *atos* isolados, *cada um deles completos em si mesmos*, que, como ressaltamos anteriormente, são denominados “engajamentos” e formam novas entidades. Isto dá origem às atividades totalmente diferentes de *planejar e executar esses próprios engajamentos*, e de *coordenar cada um deles com os outros*, de modo a procurar atingir o propósito da guerra. Uma delas tem sido chamada de *tática* e a outra de

estratégia (...) a tática ensina o emprego das forças armadas no engajamento. A estratégia, a utilização dos engajamentos para atingir o propósito da guerra (...) Na estratégia o ritmo é muito mais lento. Existe um amplo espaço para apreensões, as nossas e as de outras pessoas, para objeções e protestos e, em consequência, para arrependimentos prematuros. Numa situação tática uma pessoa é capaz de ver pelo menos a metade do problema a olho nu, enquanto que na estratégia tudo tem que ser suposto e conjecturado. (CLAUSEWITZ, 1984, pp.137-138).

Transplantando estas formulações do plano militar para o plano político, a estratégia se refere a definição do caráter da revolução, do inimigo de classe principal, de seu setor hegemônico e das contradições dentro da classe dominante; dos aliados e forças com as quais conta o partido e a classe que representa para dispor dessas na luta da melhor maneira para alcançar o objetivo final: a tomada do poder; e, no caso de um partido revolucionário da classe trabalhadora, o começo da transição socialista. A tática corresponde às manobras, alianças, compromissos e movimentos parciais que se definem para alcançar os objetivos estratégicos (BAMBIRRA e DOS SANTOS, 1981, p.12). Portanto não é a definição do objetivo estratégico (ex. a superação do capitalismo e início de uma transição socialista) que define as diferenças entre certas estratégias, mas o caminho proposto para alcançá-lo.

É preciso portanto, antes de tudo identificar a estrutura social existente, qual é a contradição principal da sociedade, qual é o aspecto principal dessa contradição e quais os aspectos secundários que dessa dependem. Tendo claro isso pode-se identificar que classes ou frações de classe vão se combater diretamente, com quais classes ou frações vão se fazer alianças e a que classes ou setores se tentará neutralizar ou ganhar como apoio.

A estratégia do movimento comunista antes de chegar ao poder seria a arte de criar as condições para estabelecer a ditadura do proletariado. A estratégia do movimento comunista no poder seria a arte de transformar a ditadura do proletariado numa sociedade comunista (...) A estratégia dependerá do grau de desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, do proletariado como força organizada e consciente de seu poder relativo na sociedade e dependerá também, do peso, desenvolvimento, organização e consciência das outras classes e grupos. Assim a estratégia do movimento revolucionário precisa mudar e se adaptar as condições concretas de cada formação social, incluindo a diversidade regional e nacional e a relação dessa na divisão internacional do trabalho e nas relações políticas internacionais. (BAMBIRRA e DOS SANTOS, 1980, p. 12).

Como expressam os autores, apesar de a definição da estratégia se dá a partir da análise da realidade, portanto diferentes interpretações da realidade podem conduzir a diferentes estratégias, em última instância a estratégia se baseia na análise das forças materiais objetivas da sociedade; portanto, a estratégia depende de um período histórico, constituído por uma base material (isto é, um certo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção), um certo estágio da luta de classe e certas formas de Estado. É a partir

dessa análise do período histórico, que cada organização revolucionária define qual é o caráter da revolução em cada formação social. Ainda que existam várias estratégias em disputa numa determinada formação social há uma estratégia que define o ciclo histórico, isto é, a estratégia que vai hegemonizando o atuar da classe trabalhadora neste período, a que marca os debates, as formulações estratégicas e as táticas das diferentes organizações políticas e forças militares.

No Brasil, por exemplo, podemos identificar dois ciclos históricos fundamentais no século XX e XXI, cada um correspondente a duas estratégias distintas: o “ciclo do PCB” ao qual correspondeu a estratégia democrático-nacional para a revolução brasileira e o “ciclo do PT” ao qual corresponde a estratégia democrático-popular, vigente até hoje.

Assim como em outros países latino-americanos o movimento operário brasileiro foi hegemonizado até 1964 (ano do golpe militar) pela estratégia democrático-nacional do PCB que refletia uma visão etapista de revolução, própria daquela época hegemonizada por sua vez pela política da III Internacional: esta caracterizava as formações sociais latino-americanas como semifeudais, indicava como principais inimigos e entraves do desenvolvimento capitalista e das revoluções democráticas nacionais burguesas ao imperialismo e aos latifundiários, e apontava a necessidade do movimento operário se aliar numa primeira etapa com as supostas “burguesias nacionais” para realizar estas tarefas democráticas, modernizar o país e ter maior controle sobre Estado para supostamente controlar progressivamente o setor privado. O golpe militar de 64 e o desenvolvimento do capitalismo na ditadura a partir da aliança entre a burguesia local, o imperialismo e o setor latifundiário, mostrou claramente o erro teórico e as implicações políticas de supor a existência de uma “burguesia nacional”. Podemos dizer então que a pesar da estratégia democrático e nacional fosse equivocada do ponto de vista de sua formulação e realização ela marcou um ciclo histórico, ou seja um período em que a classe trabalhadora foi hegemonizada por esta estratégia.

Por outro lado Bambirra e Dos Santos afirmam que:

Se a subjetividade da maioria dos indivíduos e classes revolucionárias não alcança ainda a entender e apoiar uma estratégia correta, isso impõe uma longa tarefa tática para convencê-los mas não muda a definição da estratégia revolucionária. Os problemas de como fazer triunfar uma estratégia se resolvem através da tática (...) Os elementos a tomar em conta na tática, além dos objetivos estratégicos gerais, são a correlação de forças de cada momento histórico, a psicologia das massas, o grau de organização e consciência alcançado por essas, os objetivos políticos do inimigo e dos aliados (BAMBIRRA e DOS SANTOS, 1981, p.13).

Até aqui podemos ver como a estratégia tem uma dimensão objetiva, já que se baseia a partir de análise de forças materiais e objetivas da realidade, e ao mesmo tempo subjetiva, já

que historicamente houve divergências no movimento comunista internacional sobre a análise dessas forças materiais e o caminho para superá-las e impor novas forças materiais. Não nos deteremos aqui sobre esses debates, que retomaremos inclusive mais a frente, mas apenas podemos afirmar aqui que tanto em Marx, Engels, Lenin e Gramsci nunca tiveram uma posição fechada e pré-constituída sobre o papel das lutas e das revoluções democráticas burguesas para os avanços da luta proletária pelo socialismo; sempre definiram suas posições a partir da análise concreta da situação concreta; o que sim destacaram foi a importância da classe trabalhadora manter sempre sua autonomia e independência como classe, ainda quando houvesse que retroceder taticamente e estabelecer alianças temporárias com setores da pequena e média burguesia para exigir reformas democráticas.

Talvez o texto que sintetiza com mais clareza esta formulação foi a *Mensagem do Comitê Central a liga dos Comunistas* escrito por Marx em 1850 e que influenciou as formulações estratégicas dos demais clássicos e dos marxistas em geral:

A atitude do partido operário revolucionário em face da democracia pequeno burguesa é a seguinte: marchar com ela na luta pela derrubada daquela fração cuja derrota é desejada pelo partido operário; marchar contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno burguesa queira consolidar sua posição em proveito próprio [e contra o proletariado] (MARX, [1850]).

Me parece que nesse texto aparecem alguns pilares da estratégia socialista que tem um caráter universal: a necessidade de manter e construir a autonomia e independência de classe do proletariado, independentemente das alianças que este terá que fazer em cada conjuntura, a partir da construção de um duplo poder (que começa na organização independente do partido operário e se expande em cada centro de trabalho e comunidade) e do caráter permanente da revolução.

Os operários e, sobretudo, a Liga devem procurar estabelecer uma organização independente do partido operário, ao mesmo tempo legal e secreta, e fazer de cada comunidade o centro e núcleo de sociedades de operários, nas quais **as atitudes e os interesses do proletariado possam ser discutidos independentemente das influências burguesas** (...) Durante a luta, e depois dela, os operários devem aproveitar todas as oportunidades para **apresentar as suas próprias exigências, ao lado das exigências dos democratas burgueses** (...) devem **estar armados** e organizados...e pôr-se às ordens, não do governo, mas dos conselhos municipais revolucionários criados pelos mesmos operários (...) deverão **levar ao extremo as propostas dos democratas [para que sejam] transformadas em ataques diretos à propriedade privada**. Assim por exemplo, se os pequenos burgueses propuseram indenização pelas estradas de ferro e as fabricas, os operários devem exigir que sejam confiscadas pelo Estado, sem indenização alguma. Se os democratas propuseram impostos progressivos moderados, os operários devem insistir num imposto cuja escala cresça em tais proporções, que provoque a ruína do grande capital (...) assim as reivindicações dos operários deverão reger-se em toda parte pelas concessões e atos dos democratas. (MARX, [1850]).

CAPITULO 2 O eurocomunismo e o Carlos Nelson Coutinho: entre Gramsci e Kautsky

2.1 Origem e princípios do eurocomunismo

Ainda que o eurocomunismo como movimento político tomou forma nos anos 70 através das posições políticas, e das formulações teóricas que as embasavam, tomadas pelos partidos comunistas italiano, francês e espanhol, os germes desse movimento são bem anteriores. Tomando como referência o PCI (Partido Comunista Italiano), encontramos alguns momentos chave na gênese do *Caminho italiano ao socialismo* e no seu desenvolvimento no eurocomunismo.

O primeiro será a *Svolta di Salerno*, um acordo no final da segunda guerra mundial, em abril de 1944 para a formação de um governo de unidade nacional entre todas as forças do Comitê de Libertação Nacional que procurou encontrar um compromisso entre os antifascistas, a monarquia e Badoglio. Nessa ocasião Togliatti esboça já uma nova estratégia:

Não se podia e não se devia mais navegar com ambiguidade de perspectiva, utilizar de modo indiferenciado as expressões democracia socialista, “democracia popular”, “democracia progressiva”. A perspectiva que precisava se assumir era aquela de uma República democrática, multipartidária, com plenas garantias de liberdade de expressão, de imprensa, de religião, mas desde já, orientada na sua Constituição a um programa de profundas reformas sociais, marcado por uma constante participação dos trabalhadores e de suas organizações, que garantisse a independência nacional e que rechaçasse a guerra dos blocos de potências. Não tinha contradição entre democracia e socialismo. Para percorrer esse caminho era necessário um partido novo, um partido de massa, não só porque grande, mas porque sua adesão se baseava no programa e não numa ideologia, porque era capaz de fazer não só propaganda mas também política, porque se sustentava na classe operária, mas procurava alianças com diversos grupos sociais e com outras forças políticas que os representavam. Partido disciplinado na ação, mas que deixasse espaço para o debate (MAGRI, 2009, p. 62).

Um segundo momento será em 1956, ano do XX Congresso do PCUS e do VIII Congresso do PCI, ano que abalou o movimento comunista mundial por conta do relatório Krushev que mostrava ao mundo a degeneração e os crimes do estalinismo. Togliatti prepara um documento preparatório para o VIII Congresso que esboça as linhas de uma “*via italiana al socialismo*”. Aqui não se apresentam mais “objetivos intermédios” destinados a acumular forças para uma ruptura revolucionária, mas se fala de “reformas de estrutura”, **conquistas permanentes produzidas por experiências de luta de base e introduzidas no ordenamento jurídico tendo como princípio o respeito à Constituição**. Toma-se um distanciamento do parlamentarismo socialdemocrata e concebe-se a “revolução como um

processo, que poderia e teria que se traduzir numa conquista pacífica do poder estatal e em sua gestão democrática, já que se sustentava subjetivamente e objetivamente na sociedade” (MAGRI, 2009, p. 144).

Como devemos desenvolver ulteriormente a linha de nosso Partido?

Devemos continuar a busca e realização de um caminho nosso, de um caminho italiano de desenvolvimento para o socialismo. Mas gostaria de corrigir os camaradas que disseram- como se se tratasse de uma coisa simplesmente pacífica- que caminho italiano de desenvolvimento para o socialismo quer dizer caminho parlamentar e nada mais. Isso não é verdade. Quem disse que "caminho italiano" quer dizer caminho parlamentar? Caminho italiano é um caminho de desenvolvimento para o socialismo que leva em conta as condições já realizadas e as vitórias já alcançadas. Dado que essas vitórias criaram uma ampla base de desenvolvimento democrático, o caminho italiano é um caminho que prevê um desenvolvimento no terreno democrático de fortalecimento da democracia e de sua evolução no sentido de determinadas e profundas reformas sociais. (TOGLIATTI, 1980, p.154).

Esse será a principal referência teórico-política dos dirigentes do PCI dos anos '70 responsáveis para dar vida ao eurocomunismo. Embora 1956 seja um divisor de águas no movimento comunista internacional, outros acontecimentos somaram-se antes e depois de 56 para o amadurecimento das posições políticas dos eurocomunistas que tomam distância da URSS e afirmam vias autônomas ao socialismo; só para lembrar os mais importantes: o ataque ao regime de Tito em 1948, as revoltas na Polônia e Hungria de 1956 controladas pela intervenção da Armada Vermelha, a invasão da Checoslováquia em 1968 durante a chamada *Primavera de Praga*. Por outro lado, outro momento importante que afiançou a estratégia do “compromisso storico”, uma ampla aliança das forças democráticas, será o golpe militar no Chile em 1973 e a avaliação que o PCI fará sobre suas causas a partir da leitura do PC Chileno: um desvio esquerdista.

Um dos elementos mais fortes do eurocomunismo será justamente o rechaço de qualquer centro internacional e a **plena autonomia**. Essa posição se sustenta por duas razões principais: o rechaço ao modelo soviético, onde uma das principais razões de suas deformações, sobretudo após o relatório de 1956, é identificada no culto a personalidade e na falta de democracia; e a afirmação da necessidade de novas vias ao socialismo para países de capitalismo avançado, e por isso a recuperação de Gramsci, na sua análise entre Oriente e Ocidente, será fundamental para sustentar as posições teóricas e políticas adotadas.

Mas qual seria a particularidade de um país de capitalismo avançado como a Itália dos anos 60-70? Qual é a situação da classe trabalhadora deste período? Na década que vai de 1951 (no fim do Plano Marshall) aos começos dos anos '60 a Itália (assim como os demais

países europeus) a chamada “década de ouro” após da segunda guerra mundial, um boom econômico a partir de um forte processo de industrialização que a colocou entre os principais países imperialistas²⁶. Este processo de expansão capitalista foi possível graças ao aprofundamento de velhos desequilíbrios da sociedade italiana (questão meridional) e a criação de novos (forte emigração do sul da Itália para o norte e o exterior²⁷; aumento da exploração e da intensificação do trabalho²⁸). Para o historiador Guido Crainz (2005), se após da segunda guerra e na década de '50 prevalece a presença de grandes massas de operários sem qualificação, já os anos '60 entram em fabrica uma nova leva de jovens com uma cultura superior até do operário especializado de vinte anos antes, que nasceram na época republicana da obrigação escolar, do acesso à cultura e aos meios de comunicação de massa e que sentem uma contradição entre uma certa emancipação cultural e as condições de trabalho tão degradantes (CRAINZ, 2005, p. 323). Isto, junto com o estouro da crise econômica de 1963-1965, criou as bases para uma explosão de conflitos que não tinha precedentes: “as horas de greve são 28 milhões em 1967, pouco menos de 50 milhões em 1968 e mais de 230 milhões em 1969” (CRAINZ, 2005, p. 325).

É nesse contexto histórico que o PCI abraçará a proposta dos setores mais ilustrados da burguesia ilustrada para a saída da crise: **a ideologia da programação** que serviria a evitar a qualquer custo um confronto direto entre burguesia o seu conjunto e o proletariado isolado. Para a Itália, disse Berlinguer, o programa do PCI “não inclui para nada a estatização de toda a economia” (...) [mas] uma política de programação democrática que se centre na coexistência de várias formas de iniciativa e de gestões pública e privada” (BERLINGUER apud LOJACONO, 1977, p.74). Esta será outra característica do eurocomunismo: o **rechaço de uma nacionalização total dos meios de produção**. De acordo com Mandel (1978) esta concepção estaria numa incompreensão do caráter estrutural das relações de dominação

²⁶ “Entre 1951 e 1961 a renda nacional praticamente duplicou, aumentando a uma taxa média entre 5-6 %, chegando ao 7,9% em 1961” (MASSARI, 1998, p. 167).

²⁷ “Entre 1951 e 1961 os empregados no setor agrícola passaram de 42 ao 28%, e do sul e centro da Itália emigraram um milhão de pessoas para o norte e um milhão e duzentas mil para o exterior. Isso oferece uma imagem da brutalidade e da improvisação através da qual se verificou uma das mais fortes transformações sociais do nosso país” (MASSARI, 1998, p. 166))

²⁸ Bem inferior foi o aumento dos salários com relação ao aumento da produtividade industrial e da renda nacional (MASSARI, 1998, p. 167). O relato de Enrico Auteri e Luciano Parlanti, operários da Fiat e dirigentes sindicais expressam a brutalidade das condições de trabalho daquele período: “no setor de pintura as conchas que saem quentes dos fornos nos queimavam as pontas dos dedos; no setor de lastroferradura, quando entrei ali me parecia de ter entrado no inferno. Faíscas, fumaça, chamas oxidantes (...) quem entrava na Fiat podia se considerar um *homem perdido*, porque trabalhar na linha de montagem tira qualquer possibilidade de fazer qualquer outra coisa (...) o 90% de nós dormia no bonde, chegava em casa e se preparava já para o trabalho do outro dia (...) havia medo (...) *tinha o deserto na Fiat em todos os anos 60 e você estava ali, abandonado*. O você saia ou você era um homem perdido, tinha todo mundo contra, até teus companheiros de trabalho dos quais não podias confiar” (CRAINZ, 2005, p. 324).

burguesa que não podem ser abatidas gradualmente e teria como base a “estratégia de esgotamento” de Kautsky:

Na estratégia eurocomunista nada tem de novo. Ela foi formulada em 1910 pela primeira vez, de forma coerente, por Karl Kautsky, no seu debate com Rosa Luxemburgo no interior da socialdemocracia alemã. Kautsky distinguia duas estratégias para o movimento operário alemão (e para extensão para o movimento operário de todos os países industrialmente avançados): a chamada estratégia “de assalto” e a chamada estratégia de “esgotamento”. Optou resolutamente pela segunda. Em vez de tomar de assalto dum só golpe a fortaleza inimiga, arriscando tudo por tudo e podendo perder as aquisições de quarenta anos de progressos parciais e de acumulação de forças o movimento operário deve começar a cercar a fortaleza, por minar, por obrigar o adversário a repetidas e custosas sortidas. Deve dividir o adversário, provocar uma progressiva erosão da sua vontade de vencer ou até de usa vontade de lutar (...) Na base da utópica “estratégia de esgotamento”, recuperada pelos eurocomunistas, está a incompreensão do caráter estrutural das relações de produção capitalistas. Estas não podem ser gradualmente modificadas, pedaço por pedaço. Ou podem funcionar na base da sua própria lógica, ou não funcionar. Não podem funcionar a meias, tal como uma mulher não pode estar meio-grávida. O conceito de “economia mista” é um logro ou um mito deliberadamente propagado com vista a enganar as massas. O sector nacionalizado no seio de uma economia capitalista não é uma “ilhéu de socialismo”. É um instrumento de subversão e de estímulo para a valorização do capital privado” (MANDEL, 1978, pp. 163 e 167).

De acordo com Mandel (1978) para os eurocomunista seria impossível atingir o socialismo nos países industrializados sem o consenso duma larga maioria da população; por isso seria preciso conservar as instituições parlamentares burguesas, que gozam do apoio dessa maioria, e esvaziá-las de seu conteúdo de classe através de uma progressiva intervenção do Estado na economia que “transfere para o seio do Estado as principais contradições da sociedade e o torna um campo que pode ser disputado, quando não pela burguesia e o proletariado, pelo menos pelos monopólios, de um lado, e a “união de forças progressistas”, do outro. (MANDEL, 1978, p. 162).

A plataforma política do PCI dirigido por Berlinguer será então “o **socialismo como desenvolvimento pleno da democracia**”:

O terreno mais favorável no qual pode e deve se desenvolver a luta operária e popular é o terreno da democracia, da defesa e do desenvolvimento de todas as liberdades e de todos os institutos democráticos. Chegamos à convicção da validade não transitória desta regra pela via histórica, isto é, com base na experiência política vivida pela Itália no último meio século. Um país como o nosso, que sofreu a tirania fascista, aprendeu o inestimável valor da liberdade e da democracia porque experimentou quão dura se torna a luta e quão turva pode se tornar a perspectiva quando é suprimida toda e qualquer garantia democrática, todo e qualquer exercício dos direitos de liberdade (BERLINGUER, 2009, p.66-67).

Outro elemento comum dos eurocomunistas que guarda relação direta com os anteriores é o **rechaço à ditadura do proletariado**. Marchais, dirigente do PCF dirá: “se a

ditadura do proletariado não figura no nosso projeto é porque não representa mais a realidade da nossa política, a realidade do que nos propomos para nosso país” (MARCHAIS apud LOJACONO, 1977, p. 72); enquanto Carrillo, dirigente do PCE, rechaça

“a ditadura do proletariado, porque é evidente que hoje essa noção, assim como a entendiam Marx, Engels e Lenin [interessante notar que não fala de Gramsci que também defendia a ditadura do proletariado] está superada (...) essa caberia a países como Laos, Camboja, Vietnam que não poderiam ter, pelo menos por um tempo, democracia de tipo ocidental. Nos nossos países, pelo contrário, já que a burguesia pôde exercer por décadas seu domínio através de instrumentos democráticos, também os trabalhadores poderão exercer seu domínio como classe, no respeito das liberdades democráticas, exercer o poder sem recorrer a formas de ditadura” (CARRILLO apud LOJACONO, 1977, p.73).

O questionamento da ditadura do proletariado vinha já desde 1956, após o relatório Krushev, pelo Togliatti ao esboçar o caminho italiano ao socialismo:

Coloca-se o problema da ditadura do proletariado. Pergunta-se se os atos condenáveis denunciados no relatório de Krushev e, cuja responsabilidade principal recai sobre o camarada Stálin e alguns de seus colaboradores, não se devam aquela forma de organização da sociedade que é a ditadura do proletariado (...). Marx, Engels e, depois, Lênin afirmaram que o aparelho do **Estado burguês não pode servir para construir a sociedade socialista**. Esse aparelho deve ser quebrado e destruído pela classe operária, substituído pelo aparelho do Estado proletário, ou seja, pelo Estado dirigido pela própria classe operária. **Essa posição permanece válida hoje?** Esse é um tema para discussão. De fato, quando nós afirmamos que é possível um caminho de avanço para o socialismo não apenas sobre o terreno democrático, mas também utilizando as formas parlamentares, é evidente que corrigimos algo dessa posição, levando em conta as transformações que tiveram lugar e que ainda estão se realizando no mundo” (TOGLIATTI, 1980, pp. 147-148).

O socialismo proposto pelos eurocomunistas tem que **garantir todas as liberdades democráticas**. Na Carta de Madrid, no 3 de Março de 1977, após o fechamento do Congresso que viu reunidos os três maiores dirigentes dos partidos comunistas da Itália, Espanha e França onde se lançou publicamente a fórmula do eurocomunismo, fica claro que a nova sociedade pode e deve realizar-se no pluralismo das forças políticas e no respeito da liberdade de expressão, imprensa, associação, manifestação, trânsito, etc. e no respeito do sufrágio universal.

Massimo Salvadori²⁹ sintetizou de forma precisa os elementos chave da operação política empreendida pelos eurocomunistas e sua relevância na definição de uma nova estratégia para a luta da classe trabalhadora:

²⁹ Importante estudioso de Gramsci abriu um debate nos anos 70, que teve muita repercussão tanto na esquerda institucional como na extraparlamentar, sobre o legado de Gramsci no PCI. A tese dele, por nós partilhada, é que a referência teórica e política do PCI não era Gramsci, que foi utilizado para dar autoridade e justificar a linha política do partido, mas Karl Kautsky (analisaremos isso mais a frente). Também é estudioso da

Os partidos eurocomunistas estão orientados à **democratização do Estado** existente, a fazer de um Estado democratizado o instrumento para um crescente controle da economia, seja desde cima seja desde baixo com formas de democracia de base. As formas de **democracia de base não são mais** consideradas como o fundamento revolucionário do **contra-poder** e da democracia proletária, mas como formas de participação no sistema democrático estatal pluralístico. O **poder socialista** não está dirigido mais a um processo intensivo de expropriação, mas a se tornar um **centro de mediação** de diferentes partes sociais, políticas e ideológicas submetendo os resultados dessa mediação à verificação **do consenso** no quadro de um sistema político e institucional pluralístico. O processo de **socialização econômica**, então, não vem mais considerando como fruto da ditadura com relação ao confronto entre as partes em luta, mas como **fruto de um consenso majoritário** institucionalizado (SALVADORI, 1978, pp.55-56).

À luz de quanto analisado no primeiro Capítulo com relação aos elementos centrais e de continuidade da teoria do Estado e da revolução em Marx-Engels, Lenin e Gramsci, se a hipótese de Salvadori tiver validade, fica evidente a ruptura teórico-metodológica com o legado dos clássicos, pois não se trataria apenas de uma atualização de seu pensamento a partir da modificação das condições históricas na qual o eurocomunismo surgiu, mas de uma negação do método marxiano, que: concebe a democracia-ditadura como uma unidade de contrários; que afirma o caráter necessariamente “religioso”-alienante do Estado burguês pelo fato de corresponder a relações sociais de produção da vida necessariamente alienadas; que concebe a formação da consciência de classe e da classe (em termos políticos, como “proletariado que se torna classe”) como um processo de luta constante entre classes que têm interesses antagônicos e irreconciliáveis; que entende a ditadura do proletariado (ou a plena democracia) como a forma política necessária à transição socialista, à extinção do Estado e, portanto, à emancipação humana, por ser o único processo de totalização, ou seja, de negação do todo e não só de uma parte, de reabsorção da sociedade política pela sociedade civil.

Se os eurocomunistas mostraram claramente seu distanciamento das formulações de Marx, Engels e Lenin alegando a particularidade das condições sócio-históricas por esses vividas, diferentes daquelas dos países de capitalismo avançado, recuperaram e reivindicaram o legado de Gramsci justamente por suas análises sobre as diferentes condições entre *Oriente* e *Ocidente*, que o levou a introduzir conceitos novos na teoria do Estado, como a de Estado ampliado, guerra de movimento e de posição e um novo significado ao conceito de hegemonia. A apropriação que os dirigentes eurocomunistas fizeram desses conceitos, a nosso ver, e junto com Salvadori, é significativamente tergiversada.

socialdemocracia alemã e a obra de Kautsky; entre outras publicações, foi o responsável pela escritura do capítulo dedicado à socialdemocracia alemã no livro organizado por Eric Hobsbawn, *História do marxismo*.

2.2 Gramsci e o PCI: duas concepções de hegemonia

O título dessa seção é o mesmo de um artigo escrito em Novembro de 1976 por Salvadori na revista *Mondoperaio*, e que estimulou um fervoroso debate dentro e fora do PCI sobre a estratégia democrática ao socialismo do PCI e sobre o presente legado de Gramsci.

A seguinte passagem de Salvadori sintetiza os principais elementos que ele considera de tergiversação dos conceitos gramscianos por parte do PCI:

O PCI se propôs «**ocupar**» as instituições com uma ação «**hegemônica**» que por um lado renuncia ao Estado operário e a ditadura do proletariado, e por outro visa a conquistar a direção do Estado parlamentar (SALVADORI, 1977, p. 36) (...) o princípio [de Gramsci] da necessidade de **ampliar o consenso no interior do bloco socialista** revolucionário em antítese a ordem constituída **tornou-se** equivalente a pesquisa do **alargamento do consenso** em torno ao PCI **no interior das instituições do Estado** democrático constitucional em vista a uma maior democratização do Estado através de uma estratégia reformista. O princípio da **crítica do centralismo burocrático** foi utilizado como carteira de um democratismo que, enquanto no centralismo democrático encontra sua depuração na degeneração das correntes, **deixa de lado** sempre mais o aspecto que para Gramsci era decisivo no centralismo democrático: isto é, o seu caráter de meio para fazer do **partido um Anti-Estado in nuce**. O princípio de que o marxismo deva **rechaçar qualquer fechamento dogmático** com relação a concepções do mundo **foi visto como abertura do marxismo** ao dialogo **com as outras visões do mundo** ai onde em Gramsci o confronto era luta, ainda que criticamente conduzida, entre concepções de mundo **entre si antitéticas**. Por fim, o princípio da «**nacionalização**» do **processo revolucionário**, que para Gramsci era articulação de um centro mundial da revolução, **foi traduzido em autonomia nacional** (SALVADORI, 1978, p. 58).

Para Salvadori, a crítica não é moral, pois ele acredita que a evolução do PCI é fruto de uma precisa realidade socioeconômica que o partido teve que enfrentar: frente a realidade do capitalismo internacional e as relações entre os “blocos”, de acordo com ele, o PCI teve que aceitar de entrar nas instituições e abandonar a possibilidade de construir um Estado operário e a ditadura do proletariado e, por outro, visou a conquista do Estado burguês via parlamento. O que questiona Salvadori é a tergiversação dos dirigentes do PCI ao reivindicar um Gramsci que não cabe na estratégia atual do PCI.

A resposta do PCI às provocações de Salvadori não se deixou esperar e um mês após a saída do artigo de Salvadori, a resposta chega através de um artigo de Luciano Gruppi em *Rinascita*, a revista do partido:

O domínio do capitalismo monopolista, na sua formação estatal e multinacional, torna **necessário e possível um arco de aliança** que Gramsci não podia prever. Para ele de fato a hegemonia é essencialmente dirigida para construir uma aliança com os camponeses. Mas tem mais: operando na democracia, que permanece no âmbito burguês, o movimento operário olha numa **Constituição** que, **sendo cumprida**, coloca em obra reformas da economia e do Estado que **superam o quadro da democracia burguesa clássica**, seja para os limites que essas colocam à propriedade privada dos meios de produção, seja pelos institutos de democracia

descentralizada que essas preveem e que já começam a operar. (...) A «guerra de posição» deve fazer proposta precisa de política econômica, de programação, de reconversão industrial. **Não tem instituição ou serviço estatal sobre a qual o movimento operário não precise intervir** e de fato não intervenha, com iniciativas, lutas e propostas de lei (...). A hegemonia da classe operária é chamada a ser exercitada na construção de **alianças antimonopolistas muito vasta**. Tais alianças, esse **bloco de poder** não somente é articulado, mas para certos aspectos, **contraditório** (é se pensar entre as pequenas e médias industriais e os operários). **Daqui a necessidade que** tal aliança de forças sociais diferentes **se expresse também a um nível político**. A necessidade do livre confronto das ideias e das correntes culturais. De uma democracia que deve viver na descentralização, como condição da participação dos cidadãos. Eis aqui então, o pluralismo das instituições estatais, sociais, das forças políticas e culturais. Eis as **forças econômicas burguesas, de pequena e média propriedade, chamadas** não apenas a lutar **para a transição ao socialismo**, mas para participar positivamente de toda uma fase da construção do mesmo socialismo (GRUPPI, 1976, pp.4-5).

Várias questões surgem a partir dessa interpretação: essas novas alianças se fazem ao redor de qual projeto? Qual é o projeto de classe que estas alianças defendem? Acredito que os dirigentes do partido responderiam que é o projeto socialista e que pode se alcançar na Itália só através do aprofundamento da democracia, realizando reformas sempre mais profundas, sempre mais socializantes, na direção do socialismo. Mas então, o Estado já não é mais o Estado da classe economicamente dominante, e que por essa razão se torna também politicamente dominante? Já não é mais preciso dominar outra classe antagônica? É possível superar a democracia burguesa e a propriedade privada através do cumprimento da Constituição? É plausível encontrar algum legado de Gramsci nessas formulações?

Para Salvadori absolutamente não, pois termos como “democracia”, “pluralismo” e “hegemonia” teriam sido totalmente resignificados pelos eurocomunistas:

Para Gramsci **democracia** era 1) um meio para uma «reflexão» entre iguais políticos (isto é entre comunistas) sobre os pressupostos e as modalidades de suas ações; 2) um meio para *dirigir* forças sociais «subalternas»; 3) um meio para consentir ao partido revolucionário de recolher as forças necessárias para «destruir», com a racionalidade e a persuasão, os falsos ídolos que ainda predominam nas consciências dos aliados «subalternos», e, portanto, para criar as bases da ditadura sobre os apoiadores ativos do velho mundo. O «**pluralismo**» de Gramsci (caso ele alguma vez tenha usado esse termo) não era certamente o que hoje entende o PCI em relação aos problemas colocados por sua inserção nas instituições democrático-republicanas de matriz liberal, onde uma concepção de mundo entra em «livre concorrência» com as outras apostando na «vitória do melhor» (...) Para Gramsci a **hegemonia** fica sempre em relação necessária: a) com a ditadura do proletariado; b) com um projeto de eversão totalizante das relações de propriedade capitalista; c) com um projeto de unificação social global; d) com um projeto de tendencial unificação ideológica e moral do corpo social; e) com uma concepção da direção política fundada sobre monopólio do partido-Príncipe (SALVADORI, 197, pp. 35 e 63).

Para avaliar se as hipóteses do Salvadori estão corretas é preciso confrontar o Gramsci original daquele de seus intérpretes. Mas nosso objetivo não será aplicar um “gramsciometro”

aos eurocomunistas, já que não seria correto objetar a veridicidade das posições dos eurocomunistas utilizando a autoridade do Gramsci, pois ao final ele mesmo poderia ter errado em algumas das suas formulações ou elas poderiam ter perdido atualidade e se tornado obsoletas. Não temos nenhuma pretensão de reivindicar uma fidelidade ao Gramsci, ou de resgatar um “verdadeiro” Gramsci frente ao que foi recuperado pelos eurocomunistas; não nos interessa fazer isso nem com Gramsci, nem com Marx, Engels ou Lenin; não somos fieis de nenhuma igreja. O que procuramos mostrar e recuperar do Gramsci, assim como dos demais clássicos aqui tratados, é sua fidelidade ao método dialético, isto é, sua preocupação constante em analisar as dimensões da política e da economia como parte de um todo indissociável. Com isso procuraremos demonstrar que o que torna enviesada a recuperação do Gramsci feita pelos eurocomunistas é justamente a perda desta perspectiva da totalidade, é o politicismo que embasa esta estratégia, movida por vários elementos de fé nos ordenamentos jurídicos-legais e na institucionalidade do Estado burguês, e que por isso a tornará idealista.

Vamos por partes: primeiro se argumenta que a particularidade das condições históricas permite a possibilidade e necessidade de ampliar o arco de alianças:

Nossa tarefa essencial - e é uma tarefa que deve ser assumida - é a de **preparar o tecido unitário**, recolher a grande maioria do povo em torno de um programa de luta pelo saneamento e a renovação democrática de toda a sociedade e do Estado, e fazer corresponder a este programa e a esta maioria uma coalizão de forças políticas capaz de realizá-lo. Só esta linha, e nenhuma outra, **pode isolar e derrotar os grupos conservadores e reacionários**, pode dar à democracia solidez e força invencível, pode fazer avançar a transformação da sociedade (BERLINGUER, 2009, p.82).

Esse trecho é extrato de um artigo em *Rinascita* que faz parte de um dossiê chamado “*Reflexões sobre a Itália após os acontecimentos do Chile*” (trataremos melhor sobre isso mais à frente) com uma série de artigos sobre a experiência chilena e seu desenlace no golpe ao governo da Unidade Popular (trataremos disso mais na frente). A avaliação sobre o golpe que faz o PCI vai na mesma linha daquela do PC chileno, de acordo com o qual o resultado do golpe foi fruto de um “desvio esquerdista” dos grupos armados e não de uma fé nas instituições do Estado burguês (lealdade do exército aos mandatos da Constituição e o respeito da lei e da Constituição). Na verdade o que Berlinguer propõe, “recolher a grande maioria do povo em torno de um programa de luta pelo saneamento e a renovação democrática de toda a sociedade” foi precisamente o que a Unidade Popular estava fazendo e foi precisamente isso que produziu o contrário do que ele *acredita*, ou seja, o “isolamento e a derrota dos grupos reacionários e a solidez e força invencível da democracia”: foi justamente o surgimento dessa “vontade coletiva nacional popular”, parafraseando o Gramsci, que

desencadeou um dos processos mais sanguinários contra a classe trabalhadora na história do sec. XX através da ditadura de Pinochet. Foi precisamente a fé no respeito das leis, da Constituição e das instituições do Estado, o não entender que a hegemonia não é só consenso mas também coerção e que não se trata de “ocupar” ou “disputar” o Estado burguês mas de destruí-lo criando um Anti-Estado *em nuce*, de novo parafraseando Gramsci, (que poderia ser representado na experiência chilena pelos *Cordones industriales* e as outras organizações do poder popular), que impediu Allende a armar o povo quando era preciso e defender a revolução atacada pela burguesia golpista associada ao imperialismo norte-americano.

A linha do Berlinguer baseada na ideia de que uma luta unitária para aprofundar a democracia isolaria e derrotaria os grupos conservadores é algo que já o Kautsky afirmava no início do século confrontando frontalmente a concepção leniniana de “ditadura do proletariado”:

Se num Estado democrático o proletariado se desenvolver até tornar-se tão numeroso e poderoso para tomar o poder político pela simples aplicação das liberdades dadas, então a "ditadura capitalista" terá muitas dificuldades para mobilizar os instrumentos de repressão necessários à supressão violenta da democracia (KAUTSKY, 1979, p. 8).

De acordo com os dirigentes do PCI, essa unidade de distintos sujeitos entorno dos valores democráticos além de impedir a reação da burguesia permitiria a formação de um bloco histórico, permitiria a classe operária se tornar classe hegemônica, e de se realizar enquanto classe:

A **assunção** de determinados **valores democráticos** (e então a expansão da participação das massas e da liberdade política a todos os níveis) na batalha para o socialismo, na gestão do poder e na concessão mesma da sociedade socialista aparece para nós como **essencial para romper o tecido do domínio burguês**, para golpear o modo pelo qual os grupos monopolísticos conseguem hegemonizar todo um arco de forças sociais e para fundar um novo bloco de poder; parece-nos essencial, então, para que **a classe operária** tenha força e credenciais para **tornar-se classe hegemônica**, portadora e realizadora dos valores mais altos madurecidos no caminho da nossa história, e antes de tudo para que a classe operária possa encontrar a sua unidade política, isto é, **realizar-se plenamente como classe** (INGRAO, pp. 201-202).

Vejamos como “o essencial para romper o domínio burguês” e para que “a classe operária se torne classe hegemônica” seria a “assunção de determinados valores democráticos” por parte dos trabalhadores/as em suas lutas, ou seja, a construção de um poder e uma hegemonia operária não estaria mais fundada na luta dos operários para alterar o regime de propriedade, para ampliar o consenso ao interior de um bloco socialista com autonomia histórica e para construir de um outro Estado em potência, um anti-Estado *em*

nuce; mas se fundamentaria na “assunção de certos valores democráticos”, eis aqui como podemos ver uma clara tergiversação do pensamento de Gramsci. Mas aqui também vemos como essa formulação não é nova dentro do movimento comunista internacional, e de novo encontramos sua identidade em Karl Kautsky:

É **lutando por** conquistar, manter e **expandir a democracia**, aproveitando cada parcela de democracia para a organização, propaganda e conquista de reformas sociais, que o **proletariado ganha maturidade** de ano para ano e **se transforma** da camada mais baixa das massas populares **em camada predominante** (KAUTSKY, 1979, p. 16).

Se, então, como vimos no Capítulo 1, para os nossos clássicos, o proletariado se torna classe no enfrentamento, na luta contra o poder da burguesia, no amadurecimento das contradições entre essas classes, aqui Ingrao recupera a ideia do Kautsky de a classe se fazer enquanto classe a partir da adesão e o aprofundamento de valores democráticos, ou seja, através da conquista do consenso.

Ao final, o mesmo Gramsci na sua concepção de hegemonia e guerra de movimento/ guerra de posição não descarta a necessidade do uso da força para aniquilar os adversários; apenas alerta ao fato que o uso da força, nas sociedades ocidentais, onde o Estado “é só uma trincheira avançada, atrás da qual esta uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (GRAMSCI, 2001, p. 866, *Quaderno 7 § 16*), não é suficiente; é preciso também a formação de uma “vontade coletiva nacional popular” e de uma “reforma intelectual e moral” das quais o partido, ou o “moderno príncipe”, será o principal impulsionador e organizador (GRAMSCI, 2001, pp. 952-953, *Quaderno 8 § 21*).

O fim estratégico da **guerra de posição** é a destruição completa e permanente do inteiro sistema de domínio e hegemonia do inimigo, nos termos de Gramsci “o desatamento das relações orgânicas”, que, ele deixa bem claro, não pode se reduzir as relações jurídico-políticas, mas o desatamento das relações econômicas, isto é, das relações de propriedade e de direção do processo de produção social:

De Cristoforis em seu livro *O que é a guerra* diz que “para destruir o exercito inimigo, que é o fim estratégico, não se entende a morte dos soldados, mas o desatamento do vinculo desses soldados com a massa orgânica”. A formulação é feliz e pode ser empregada também na terminologia política. **Na política a vinculação orgânica é estabelecida pela economia**, isto é, **pelas relações de propriedade** e pela organização jurídica fundada a partir dessas relações de propriedade (partidos, sindicatos, etc.). (GRAMSCI, 2001, p. 1108, *Quaderno 9 § 19*) (...) Trata-se de identificar qual é na vida política a **vinculação orgânica** essencial, que **não pode consistir só nas relações jurídicas** (liberdade de associação e reunião, etc. com a proliferação de partidos e sindicatos, etc.), **mas tem sua raiz nas mais profundas relações econômicas**, isso é, na função social no

mundo produtivo (formas de propriedade e de direção, etc.) (GRAMSCI, 2001, p. 1632, *Quaderno 13 § 35*).

Para romper com o domínio e a hegemonia burguesa então não será suficiente disputar as ideias, as concepções de mundo, os valores, as instituições do Estado, mas será preciso disputar também o poder burguês, poder que se materializa e consolida nas relações de propriedade e no controle e direção do processo de produção. A hegemonia então além de não poder prescindir do uso da força, também não pode prescindir da dominação econômica, que acaba sendo também outro tipo de força, uma força material e constante, substanciada na subordinação real e formal do trabalho ao capital:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se tenham em consideração os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercitada, que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativo, mas é também indubitável que tais **sacrifícios e tal compromisso não podem referir-se ao essencial**, porque se a **hegemonia é ético-política, não pode não ser também econômica**, não pode não **ter seu fundamento na função decisiva** que o grupo dirigente exercita no **núcleo decisivo da atividade econômica** (GRAMSCI, 200, p. 1591, *Quaderno 13 § 18*).

E qual é o núcleo decisivo do poder econômico que torna a burguesia classe dominante? A propriedade privada dos meios de produção. Após a ideia de que a hegemonia é um jogo de força em que o consentimento tem por base concessões, Gramsci deixa bem claro que essas concessões tem um limite que não é transponível, aquele limite que o Governo Allende tentou superar, a propriedade privada dos meios de produção. Isso é algo bem diferente de uma redistribuição mais “democrática” da mais valia produzida, algo que a socialdemocracia e os eurocomunistas propunham.

Essa vinculação entre política e economia no conceito de hegemonia fica mais clara ainda em Gramsci em *Americanismo e fordismo*:

A hegemonia nasce da fábrica e não precisa para ser exercida mais do que uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia (GRAMSCI, 2001, p. 2146, *Quaderno 22 § 2*).

Essa expressão é didática porque além de reforçar esse atrelamento imprescindível entre hegemonia e controle do processo de produção (já que é a fábrica o núcleo primário de exercício do poder burguês na subordinação do trabalho ao capital) indica também o fato de que o consenso se dá também pela forma em como os trabalhadores são “educados” todos os dias pela disciplina do regime de trabalho, na época do Gramsci o fordismo e hoje o regime de acumulação flexível; referimo-nos aqui então também à subjetividade produzida por um ser social sempre mais alienado e reificado.

Então Gramsci considera a hegemonia como uma unidade; hegemonia não diz respeito apenas às formas políticas da formação do consenso; são essas formas de criação do consenso dentro de uma luta entre classe, luta que tem seu fundamento na manutenção e superação das relações materiais dominantes, portanto uma luta entre grupos com interesses antagônicos e irreconciliáveis. Gramsci, portanto, concorda com a fórmula do Lenin de que “o Estado é sempre o Estado da classe economicamente dominante que graças a ele se torna politicamente dominante” e desenvolve melhor essa ideia ao dizer que o grupo dominante pretende se tornar também grupo dirigente, não apenas impondo seu domínio pela força, mas também construindo esferas de consenso.

Agora, essa concepção de hegemonia está muito distante daquela elaborada pelos dirigentes eurocomunistas e seus intelectuais que concebem a hegemonia como sinônimo de consenso:

Hegemonia significa precisamente capacidade de interpretar corretamente as exigências da sociedade, controlando-a diante de outras posições e regulando-a a base do consenso que se consegue obter. **O socialismo**, nos países evoluídos, não é a aplicação de uma doutrina antecipadora, mas, ao contrário, a proposição de um projeto **adequado às instancias de socialização** que afloram de todos os poros da sociedade – de um projeto, portanto, **em condições de obter o consenso**. O método da **democracia política** é, assim, um **modo de calibrar historicamente a hegemonia**, isto é, de fundar a estratégia sobre uma análise realista da sociedade e sobre uma proposta **convvincente** para a solução dos problemas modernos (CERRONI, 1982, p. 73).

Os eurocomunistas falam de um “enriquecimento” do conceito gramsciano de hegemonia por conta das modificações históricas acontecidas nos cinquenta anos que os separam de Gramsci, atribuídas sobretudo às lutas democráticas contra o fascismo e as modificações do capitalismo advindas após a segunda guerra mundial.

Para Amendola, dirigente de uma das alas mais reformistas do partido,

O conceito de **hegemonia** apareceu já diferente daquele elaborado em 1920, e também em 1937. No quadro atual, a classe operária sente que tem uma função dirigente na sociedade e **quer afirmá-la com** um método que porta ao **reconhecimento** e não a imposição de tal função, através da **conquista da maioria**, que é o **objetivo de toda competição democrática**. Cada partido quer ampliar a área do próprio consenso (AMENDOLA, 1977, p. 18).

Conquistar a hegemonia através da “competição democrática” teria sentido de acordo com ele por conta da história de luta pela democracia empreendida pela classe trabalhadora italiana naquelas décadas após a morte de Gramsci:

A mesma democracia, conquistada com a caída do fascismo e com a Constituinte, que tem dado aos trabalhadores a consciência da importância de tais conquistas,

base para seguir em frente, na direção do socialismo, através da transformação realizada segundo as regras da Constituição (AMENDOLA, 1977, p.19).

Se para Cerroni e Amendola hegemonia se constrói através do consenso e se substancia fundamentalmente na disputa parlamentar, Pietro Ingrao tem uma formulação mais sofisticada: seguindo as formulações de Togliatti da *democracia progressiva* atribui uma importância à articulação das organizações de base e as institucionais concretizando o que ele chamaria de *democracia de massas*. Tanto Togliatti como Ingrao, reconhecem a importância do partido se vincular organicamente com as organizações de base (sindicatos, associações de moradores, cooperativas, etc.), e nesse sentido, seguindo o legado gramsciano, da importância do partido se encarnar nas lutas concretas para construir a partir dessas uma “vontade coletiva nacional popular”. De fato o PCI teve um trabalho importante de inserção capilar na população. Agora, a diferença fundamental com Gramsci é que para este a inserção nas massas seria necessária para construir um contra-poder e não para ocupar o poder do Estado “burguês”. Ingrao falará de “hegemonia da classe operária no pluralismo” e não indicaria apenas uma direção da classe operária, mas uma *forma política e estatal*:

Nós falamos hoje de hegemonia e de pluralismo. Eu direi mais precisamente: hegemonia da classe operária no pluralismo: batalha para uma **hegemonia operária que aconteça no pluralismo**. É uma fórmula que não se limita a indicar uma direção da classe operária fundada sobre o consenso; é uma fórmula que já alude a uma precisa **forma política e estatal do consenso**.

Porque essa novidade na nossa estratégia? Isso se deve a análise concreta que fazemos sobre os desenvolvimentos da crise do capitalismo e mais exatamente sobre reestruturação que esse empreendeu a partir da primeira guerra mundial, depois da vitória do outubro russo e que tomou dimensões maciças na Europa após a crise de 29 e como regimes fascistas: predomínio do capitalismo monopolista de Estado; novas funções que em tal fase vem a assumir o Estado nos processos de produção e reprodução ampliada; expansão dos aparelhos de hegemonia; então novas relações entre economia e Estado, entre «social» e «político», entre massas e instituições. (p. 240)

(...) Nós, hipotizamos que podemos **mudar o arco dos sujeitos empenhados** numa batalha para o socialismo e as formas da agregação deles. (p.241)

(...) uma hegemonia operária no pluralismo é a garantia que damos, não apenas aos outros, mas a nós mesmos, à nossa liberdade; não é então uma via de debilidade, mas de força, se é verdade que a transição para uma nova sociedade requer processos unitários profundos, não se resolvem mediante uma iniciativa «jacobina». A resposta que damos a esses problemas não pode estar numa pura supraposição das ideologias e das instituições liberal democráticas a uma economia planejada: isto é, o velho parlamento mais o plano econômico; como dizer: o velho Estado com poder mais amplo. É a mesma **Constituição** italiana que **pede** não somente um **uso novo do «comando» político**, mas um **alargamento do poder**, contemporaneamente **no seu conteúdo e na sua base** (INGRAO, pp. 246-247).

Vários elementos se destacam até agora: o primeiro que para os eurocomunistas a hegemonia é sinônimo de consenso e exclui o momento da coerção, do domínio, e a via ao

socialismo é uma via necessariamente pacífica; o segundo, ligado ao primeiro, é que não se toma em conta que a hegemonia tem um substrato material, ela nasce na fábrica, na subordinação do trabalho ao capital e, portanto ela não pode prescindir da dominação própria de relações capitalistas de produção e sua disputa, portanto a disputa de hegemonia se dá também necessariamente na alteração dessas relações; não toma em conta o fato que por ser a fábrica o espaço que educa e disciplina os trabalhadores todos os dias na vivência das relações mercantis e, portanto de valores correspondentes, é ali também onde se exerce uma direção moral e intelectual dirigida por aquele sujeito impessoal, automático, como dizia o Marx *no Capital*, que é o capital; enfim uma direção ditada pelas regras da lei do valor e do capital.

Resumindo, podemos dizer que a **concepção de hegemonia eurocomunista** é, ao nosso ver, **distorcida da concepção de Gramsci** já que fica mais restringida a uma direção moral e cultural da sociedade a partir da formação do consenso e da disputa de ideias e valores desprezando o conteúdo material da hegemonia, ou seja, o convencimento dos trabalhadores produzido diariamente a partir da posição subordinada que esses ocupam nas relações materiais de produção (ou seja, como dizia Gramsci, a “hegemonia que nasce no chão da fábrica”) e, portanto desconsiderando também a necessidade de construir uma contra-hegemonia (embora esse não seja um termo usado diretamente por Gramsci) a partir da socialização dos meios de produção. As ideias em disputa não pairam no ar, mas são expressão de correlações de força entre as classes em luta.

2.3 As massas que “controlam” o estado e o partido como “mediador”

Procuramos acompanhar o raciocínio desenvolvido até agora da estratégia eurocomunista: dadas as condições históricas dos países europeus de capitalismo avançado, a complexidade de sua sociedade civil e a tradição democrática da classe trabalhadora nesses países, existiria a possibilidade, ou melhor, a necessidade de empreender um caminho democrático ao socialismo, isso é, respeitando o pluralismo e as liberdades democráticas, e aprofundando progressivamente a democracia, decentralizando o poder central nos *Comuni*, *Province* e *Regioni*, e ampliando o campo de alianças a todas as forças democráticas para exigir o cumprimento da Constituição, que é uma das mais avançadas, já que foi fruto das lutas democráticas dos nossos gloriosos partisanos contra o regime fascista.

Mas como concretizar essa estratégia? Aqui entra um elemento central dela, que está presente em todos os intelectuais e dirigentes do PCI: os eurocomunistas tomam as distâncias do reformismo socialdemocrata e do parlamentarismo e falam, de novo invocando o Gramsci,

da necessidade de articular as organizações de base e a luta das massas aos órgãos institucionais, o seja de articular democracia de base com a democracia representativa.

(...) os **organismos de democracia de base**, dos quais falamos nesses anos, precisam ser entendidos e construídos como verdadeiros e próprios **momentos institucionalizados** de intervenção e de decisão, que se juntam e se conectam e entrelaçam à vida das grandes assembleias escolhida por eleição, de tal modo que se assegure uma presença difundida e organizada das massas, dando um golpe à separação e ao verticalismo das assembleias e dos mesmos partidos políticos. Então: uma **vinculação organizada, entre democracia representativa e democracia de base, que favoreça a permanente projeção do movimento popular no Estado, transformando-o**. Esse é o verdadeiro ponto sobre o qual nos confrontamos, e que me parece essencial para dar corpo a uma *democracia progressiva* (INGRAO, 1977, pp.90-91).

(...) A utilização do parlamento é uma das possibilidades de desenvolvimento de uma ação consequentemente democrática para obter profundas reformas de estrutura. Porém para que essa possibilidade possa se realizar, são necessárias determinadas condições. É necessário um parlamento que seja verdadeiramente um espelho do país; é necessário um parlamento que funcione; e é necessário **um grande movimento popular que faça emanar do país as exigências** que, em seguida, poderão ser **satisfeitas por um parlamento** no qual as forças populares tenham obtido uma representação bastante forte. (...) **É necessário que seja destruído** – e amplamente destruído – todo aquele **sistema de imposições, de coerções, de intimidações**, de terrorismo espiritual, ao qual se recorre na Itália, em medida cada vez maior, com o objetivo de impedir que o voto parlamentar corresponda à consciência e às necessidades das massas trabalhadoras que votam. (TOGLIATTI, 1980, p. 155).

Como tornar efetivo o poder das assembleias eletivas frente a não só às grandes e decisivas concentrações econômicas, mas frente ao peso dos aparatos burocrático-militares (...). Nós temos procurado dar uma resposta a esses problemas. E por isso temos falado de uma difusão e **capilaridade das assembleias eletivas** (que é o contrário de uma ressurreição do velho localismo municipal e provincial) e por isso temos falado de **novos poderes de direção e de controle** (e não somente legislativos e regulamentares) **para conquistar o parlamento, os estados e os municípios**, para **assegurar o controle sobre os aparatos executivos e burocráticos**. E por isso temos afirmado a necessidade da autonomia de uma série de «momentos» e exigências que amadurecem na sociedade civil, de tal forma que a contínua ligação com estas pressões autônomas, dessa dialética real, se nutre a vida da assembleia política e dos partidos, isto é, o momento da mediação geral, da escolha política dos fins e dos meios. É tão difícil ver que essa é uma estrada notavelmente diferente daquela que desemboca num totalitarismo do partido? (INGRAO, 1977, pp.203-204).

No Estado no qual operamos a **hegemonia** da classe operária é chamada a se expressar não somente *fora* do Estado mesmo, na sociedade civil, mas **dentro do Estado**. Precisam então ser quebradas as instituições democráticas, ou reformadas, colocadas numa diferente e real reação com a sociedade? E não viverá bem mais robustamente o sistema parlamentar **superando o parlamentarismo** (o mandato conferido ao parlamentar), na relação orgânica com as instituições democráticas descentralizadas e de base? O que precisa ser **«quebrado»** é outra coisa: a **centralização burocrática, o autoritarismo policial, a separação do controle democrático e da vida do povo** e por corpos e instituições estatais (GRUPPI, 1976, pp. 3-4).

A questão então consiste em considerar a pressão das organizações de democracia de base nas instituições do Estado como elemento decisivo para a aprovação de profundas

reformas e o controle da aplicação dessas mesmas superando assim os obstáculos impostos pela classe dominante. A fé na possibilidade de tencionar a institucionalidade burguesa em favor dos interesses dos trabalhadores, e que isso tenha como desfecho a conquista do socialismo, é acompanhada pela fé e o fetiche da constituição e das leis:

A **constituição** republicana **não se limita a reconhecer de modo formal os direitos democráticos dos cidadãos, mas sanciona o princípio de que devem ser removidos os obstáculos** de natureza econômica e social, os quais, limitando de fato a liberdade e a igualdade dos cidadãos, impedem o pleno desenvolvimento da pessoa humana e a efetiva participação de todos os trabalhadores na organização política, econômica e social do Estado (TOGLIATTI, 1966, pp. 143-144).

A constituição republicana – diz o nosso programa – **modificando o centralismo** que foi típico do Estado Italiano através de todo o seu desenvolvimento, postula a exigência de **aproximar sensivelmente o povo do exercício do poder**, proporcionando um completo sistema democrático articulado territorialmente através de três instâncias – a Comuna, a Província e a Região- de direta origem popular e dotada de ampla esfera de autonomia e também de poderes legislativos, confiando-lhes o exercício de funções do Estado, propiciando assim às massas populares a participação no autogoverno local (TOGLIATTI, 1966, p. 197).

(...) a Constituição democrática e republicana do Estado, os princípios nela afirmados, e, portanto, a organização de **uma democracia que, se devesse corresponder efetivamente ao que é dito na Constituição, seria já uma democracia de tipo novo**, diversa não só de tudo o que houve na Itália antes do fascismo, mas diversa também das democracias capitalistas de tipo tradicional. Disso derivamos a orientação geral de nossa linha política, que foi a de uma **luta democrática pela aplicação da Constituição** republicana em seus princípios políticos e em seus princípios econômicos, ou seja, pela realização das reformas que- de modo mais ou menos explícito – são nela indicadas. Uma linha política, portanto, de desenvolvimento democrático consequente e de desenvolvimento na direção do socialismo, através da realização de reformas de estrutura prevista na própria Constituição (TOGLIATTI, 1980, p. 151).

A fé e o fetiche pela constituição e pela força das leis desconsideram o mais elementar dentro da teoria marxista do Estado, o fato que a promulgação das leis e, sobretudo, sua aplicação depende da correlação de forças entre as classes em uma determinada formação social e dentro de um determinado período histórico e conjuntura política. Mas essa ilusão de poder democratizar as instituições e controla-las desde organismos de base de novo a podemos encontrar em Karl Kautsky:

Kautsky salientou como objetivos a **democratização das instituições**, que desse vida a uma república democrática, a convocação de uma assembleia constituinte, a unidade política do proletariado [que] atuasse sobre o corpo social de maneira que criasse um **consenso** necessário – empreender um processo gradual de socialização destinado a destruir o poder do capital financeiro e monopolista, responsável pela guerra e pelo regime autoritário interno. Há que se salientar que, diferentemente do que se afirma em geral, Kautsky **não pensava** na república democrática em termos de um simples funcionamento de **instituições parlamentares de tipo liberal clássico**. (...) [mas em] **novas instituições** como conselhos dos operários e dos soldados, em função de **controlar, a partir da base, o que se praticava a partir do poder central** (SALVADORI, 1988, p.171).

A transformação social que queremos realizar não pode cumprir-se senão por uma revolução política e pela conquista dos poderes públicos, o que será obra do proletariado militante. A única constituição política sob a qual o socialismo pode realizar-se é a republicana, a república em sua acepção mais geral, isto é a república democrática (...) Nos países que têm instituições democráticas, tem-se chamado estas instituições de válvula de segurança da sociedade. Se com isso pretende-se entender que em uma democracia o proletariado deixa de ser revolucionário e que se contentando em expressar sua indignação e seus sofrimentos renuncia à revolução social, esta qualificação é falsa. A democracia não pode destruir os antagonismos de classes da sociedade capitalista. Porém, o que pode fazer é impedir, senão a revolução, pelo menos muitas tentativas de revolução prematura e sem probabilidades de êxito. A democracia põe em evidência as forças relativas dos partidos e das classes, não destrói os antagonismos nem posterga o resultado final (...) esse método chamado pacífico de luta de classes, que se limita ao emprego de meios não militares, tais como parlamentarismo, greves, manifestações, jornais e outros meios de pressão semelhantes, têm tantas mais probabilidades de ser conservado em um país no qual as instituições democráticas são mais eficazes e a população possui mais perspicácia em matéria política e econômica e mais domínio sobre si mesma. (KAUTSKY, 1979, p. 43).

Diferente era a posição do Gramsci com relação à confiança nas instituições da democracia parlamentar burguesa:

(...) o **Estado socialista não se pode encarnar nas instituições do Estado capitalista**, mas é uma criação fundamentalmente nova quando comparada a tais instituições e, até mesmo, à história do proletariado. As instituições do Estado capitalista foram organizadas para os fins da livre concorrência: não basta mudar o pessoal para que sua atividade seja orientada em outra direção³⁰. O Estado socialista ainda não é o comunismo, ou seja, a instauração de uma prática e de um modo de vida solidário, mas é o Estado de transição que **tem como objetivo³¹ [tarefa] suprimir a concorrência mediante a supressão da propriedade privada, das classes, das economias nacionais**: esta tarefa não pode ser realizada pela democracia parlamentar. A fórmula conquista do Estado deve ser entendida no seguinte sentido: criação de um novo tipo de Estado, **gerado pela experiência associativa da classe proletária**, um Estado que **deve substituir o Estado democrático-parlamentar** (GRAMSCI, 2004, p.261) (...) Instituições que substituam a pessoa do capitalista nas funções administrativas e no poder industrial, **e realizem a autonomia do proletariado³² [produtor] na fábrica**; instituições capazes de assumir o poder de direção de todas as funções inerentes ao complexo sistema de relações [de produção] e de troca que ligam as seções de uma fábrica entre si, constituindo a unidade econômica elementar, e que ligam as várias atividades da indústria agrícola. Tais instituições, através de planos horizontais e verticais, devem constituir o harmonioso edifício da economia nacional e internacional, liberado da gravosa e parasitária tirania dos proprietários privados (GRAMSCI, 2004, pp. 262-263).

³⁰ Com outras palavras Marx escrevia em *A Guerra civil na França*, referindo-se à Comuna de Paris: “a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos” (MARX, 2008, p.399).

³¹ Carlos Nelson Coutinho traduz a palavra “compito”, que em português significa “tarefa” com a palavra “objetivo”, que em italiano seria “obbiettivo”. Pareceria ser sutil a diferença, mas me chamou a atenção, pois a palavra tarefa remete mais a uma atividade concreta e geralmente associada a um curto prazo enquanto que um objetivo pode implicar a execução de um conjunto de tarefas que podem ser realizadas em “longos” e “progressivos” tempos.

³² Importante que aqui Gramsci usa a palavra “produtor” e não “proletário” já que para ele o operário se torna produtor ao assumir o controle do processo de produção, portanto essa palavra tem uma conotação política que é importante destacar.

Edmundo Dias (2000), estudioso da obra de Gramsci, também põe ênfase na unidade entre política e economia das novas instituições apontadas pelo comunista sardo:

Sua especificidade decorre do fato de que **elas nascem do trabalho, de que nela a econômica e a política confluem**, nela o exercício da soberania é uno com o ato da produção; nela, portanto, se realizam embrionariamente todos os princípios que informarão a Constituição do Estado dos conselhos, nela se realiza a democracia operária. Gramsci enfatiza a necessidade dos comunistas participarem resolutamente destas novas instituições (DIAS, 2000, p.175).

E qual seria para os eurocomunistas o papel do partido nessa estratégia? Teria que ter “um caráter positivo, construtivo que buscou formulação de objetivos que deveriam ser alcançados através do movimento e da luta das massas no terreno democrático e utilizando todos os institutos da nossa democracia” (TOGLIATTI, 1980, p. 151).

O **partido** político, portanto, é chamado exatamente para **garantir esta mediação**, constituindo-se no mecanismo que **solda as instituições jurídicas representativas às massas** e as massas às instituições (CERRONI, 1982, p.72).

Eu apoio um governo de emergência com todas as forças democráticas para enfrentar a crise econômica. Vejo o “compromisso histórico” como (...) o único processo que possa preservar a paz social e religiosa no País, e concorrer ao **controle dos contrastes de classe** no quadro de uma programação democrática (AMENDOLA, 1977, p. 24).

O papel do partido nessa estratégia seria então mediar as pressões advindas das massas por dentro das instituições do Estado, mediar as contradições entre os sujeitos políticos constituintes as amplas alianças e “controlar os contrastes de classe”. O PCI estaria transformando o *Moderno Príncipe* do Gramsci, intelectual coletivo que forja uma “vontade coletiva nacional popular” (consciência de classe) na práxis revolucionária e no embate contra o poder da burguesia (organizando o proletariado em suas próprias organizações autônomas e independentes), num “mediador” dos conflitos entre as classes e suas frações por dentro do Estado burguês.

Seria então a projeção das massas dentro do Estado que permitiria destruir o sistema de imposições, e dar novos poderes de controle e direção à classe trabalhadora, neutralizando os aparelhos burocráticos e tornando e permitindo ela conquistar a hegemonia (dentro do Estado). E já que para os eurocomunistas hegemonia corresponde ao consenso, essa crescente participação e controle nas instituições teria que levar a um consenso sobre “os valores do socialismo”.

A questão que nos surge então é: por que poderia se criar um maior consenso (conquistar as massas aos valores do socialismo) através de amplas alianças democráticas, portanto garantindo uma via pacífica e no respeito das leis, sem interferir nas relações de

propriedade, no poder da burguesia? Alguém poderia me responder: “olha o que está acontecendo na Venezuela hoje, ainda não se alteraram as relações de produção, mas as massas foram ganhas para o socialismo”; que tem mais ou menos o mesmo significado de uma frase de Chavez num discurso em que ele cita o Gramsci e diz “consequimos ganhar a sociedade política, resta agora ganharmos a sociedade civil”. Perguntamo-nos, na Venezuela as massas foram ganhas pelo socialismo ou pelo chavismo? Elas têm consciência do que é o socialismo como modo de produção alternativo ao capitalismo, que supera a exploração do trabalho e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida? Elas podem ter consciência de isso se as relações materiais dominantes continuam sendo capitalistas? Porque a elaboração de uma Constituição avançada no que diz respeito à tutela dos direitos dos trabalhadores, ou a descentralização dos *Comuni*, *Province* e *Regioni* (assim como o orçamento participativo de Porto Alegre, ou as Comunas em Caracas) teriam que produzir um aumento do autogoverno do povo se as relações materiais dominantes ficaram inalteradas? Porque teriam que servir como espaços de politização se funcionam mais como mediadores entre o poder burguês e os trabalhadores, junto com o partido que abandonou seu papel de organizador e promotor da agudização das contradições de classe, isto é, como “formador da classe”? E já que assumiram e assumem esse papel não é de estranhar que os *Comuni* e *Province* italianos virassem espaços da máfia e do clientelismo político mais exacerbado; ou que as Comunas venezuelanas essas tenham se tornado espaços dos negócios da burocracia bolivariana, e os partidos empresas eleitorais. Por todas estas razões consideramos que o caminho italiano ao socialismo foi um projeto idealista.

Entender a função do partido como organizador e catalizador da força das massas trabalhadoras nas instituições “democráticas” do Estado burguês é algo que encontraremos em outros autores como Max Adler, ao falar da “institucionalização do duplo poder”, ou Nicos Poulantzas que também propõe uma estratégia fundada na “direção da resistência das massas no seio das redes estaduais”.

Esse processo em longo prazo de tomada do poder numa via democrática ao socialismo consiste, no essencial, em **desenvolver, reforçar, coordenar e dirigir os centros de resistência** difusos de que as massas sempre dispõem **no seio das redes estatais**, criando e desenvolvendo novos, de tal modo que esses centros se tornem, no terreno estratégico que é o Estado, os centros efetivos de poder real. (...) [Essa via democrática ao socialismo] significa certamente **um processo de rupturas efetivas**, cujo ponto culminante- certamente haverá um- reside no **deslocamento da correlação de forças** em favor das massas populares **no terreno estratégico do Estado**.

(...) a visão estratégica de um *processo* de transição ao socialismo, ou seja, de um longo movimento através do qual as massas atuariam para conquistar o poder e transformar os aparelhos de Estado. (POULANTZAS apud COUTINHO, p.67)

Reencontraremos essa mesma formulação na estratégica democrático e popular do PT através da chamada "teoria das pinças", combinação entre luta de massa e luta institucional, tendo a primeira a função de exercer uma pressão pacífica das massas nos órgãos do Estado para arrancar direitos e a segunda ocupar espaços de poder no Estado, isso tudo na ilusão de “acumular forças para a tomada do poder”.

Essa concepção do partido é muito distante da concepção do partido de Gramsci, preocupado na construção de um Estado operário que se constrói em germe já no capitalismo através das organizações do proletariado que forja sua própria autonomia histórica nas fábricas e nos centros de trabalho.

As organizações revolucionárias (o partido político e o sindicato profissional) nasceram na esfera da liberdade política, no campo da democracia burguesa, com afirmação e desenvolvimento da liberdade e da democracia burguesa, num campo em que dominam as relações de cidadão a cidadão: **o processo revolucionário atua-se no campo da produção**, na fábrica, onde as relações são de opressor a oprimido, de explorador a explorado, onde não existe liberdade para o operário, onde não existe democracia; o processo revolucionário atua-se onde o operário é nada e quer se tornar tudo, onde o poder do proprietário é ilimitado, é poder de vida ou de morte sob o operário, sobre a mulher do operário, sobre os filhos do operário (GRAMSCI, 1955: p. 124 *Il Consiglio di fabbrica*).

A classe operária afirma assim que o poder industrial deve retornar à fábrica, põe novamente a fábrica, do ponto de vista operário, como forma em que a classe operária se constitui o campo orgânico determinado, como **célula de um novo Estado**, o Estado operário, como base de um novo sistema representativo, o **Sistema dos conselhos**. O Estado operário cria desde já, dado que nasce segundo uma configuração produtiva, as condições do seu desenvolvimento, do seu dissolver-se como Estado, do seu incorporar-se orgânico em um sistema mundial, a Internacional comunista. (GRAMSCI, 1955, p.126, *Il Consiglio di fabbrica*).

Se para Gramsci, de novo, política e economia constituem uma unidade inseparável e a construção do poder da classe trabalhadora, desse novo poder, como prefiguração do novo Estado em germe já no capitalismo, requer a confrontação com o poder burguês, na fábrica, lugar onde a burguesia funda seu poder como classe, e onde os operários podem se tornar produtores e construir sua autonomia histórica enquanto classe; para os eurocomunistas, o problema da realização do socialismo se identifica com a superação de algumas barreiras no âmbito da política: o verticalismo das assembleias e dos partidos, a burocratização desses organismos e do Estado em geral. Isso faz parte de uma avaliação do processo soviético de acordo com a qual o estalinismo e sua degeneração seriam fruto da falta de democracia e da burocratização do sistema. Acho que ninguém poderia objetar que no regime de Stalin houvesse uma falta de democracia entre os mesmos comunistas, e o fato mais evidente disso é que quase todos os dirigentes bolcheviques que participaram do comitê central da revolução de outubro foram liquidados fisicamente. Ainda assim, me parece que elevar esses elementos

(a falta de democracia, a burocratização ou o culto a personalidade) como causas da degeneração do regime soviético seja uma conclusão superficial que não capta as determinações econômicas do processo soviético e a relação incindível entre socialização do poder político e socialização do poder econômico, tema que aprofundaremos mais no próximo item.

O que podemos afirmar até aqui é que a **referência teórico-política do eurocomunismo é mais Karl Kautsky** que Antonio Gramsci, já que o primeiro nega os elementos de continuidade acima citados, em particular a necessidade da ditadura do proletariado e atribui (assim como os eurocomunistas e o como veremos abaixo o Carlos Nelson) um caráter universal à democracia; com relação ao partido, Kautsky joga todo o peso da luta do partido na disputa parlamentar, descuidando a função de organizador da classe (em termos políticos e de consciência), ou seja, uma concepção bem distante da do Moderno Príncipe de Gramsci, intelectual coletivo que se forja na práxis revolucionária. Os eurocomunistas, embora considerem importante a encarnação do partido nas lutas da classe trabalhadora e sua organização, acabam concebendo a função do partido como organizador e catalizador da força das massas trabalhadoras nas instituições “democráticas” do Estado burguês, algo que encontraremos em outros autores como Max Adler, ao falar da “institucionalização do duplo poder”, ou Nicos Poulantzas que também proporá uma estratégia fundada na “direção da resistência das massas no seio das redes estaduais”. O mesmo Carlos Nelson Coutinho, que como veremos em seguida, adotará os pressupostos do eurocomunismo, afirmava que Kautsky, a diferença de outros marxistas como o Lenin, e já antes do Gramsci teria entendido a revisão que o Engels teria feito em 1895 com relação a uma teoria “restrita” do Estado de 1848 e teria adequado corretamente a nova estratégia para a transição ao socialismo:

Se Lenin e os bolcheviques ignoraram essa decisiva revisão, o mesmo não pode ser dito de outros importantes pensadores marxistas da época. Kautsky, por exemplo, deu-se conta – na primeira década do século – de que haviam amadurecido as condições para que a luta de classes passasse da “estratégia de derrubada”, organizada em torno da inevitabilidade de um choque frontal com o Estado, para a “estratégia do desgaste”, que pressupunha (para usar a expressão de Engels em 1895) um “trabalho longo e perseverante” através das instituições (COUTINHO, 2008, pp.178-179).

Reencontraremos essa mesma formulação na Estratégica Democrático e Popular executada pelo PT através da chamada “teoria da pinça”, combinação entre luta de massa e luta institucional, tendo a primeira a função de exercer uma pressão pacífica das massas nos órgãos do Estado para arrancar direitos e a segunda ocupar espaços de poder no Estado, isso

tudo na ilusão de “acumular forças para a tomada do poder”. Essa concepção do partido é muito distante da concepção do partido de Gramsci, preocupado na construção de um Estado operário que se constrói em germe já no capitalismo através das organizações do proletariado que forja sua própria autonomia histórica nas fábricas e nos centros de trabalho.

2.4 Carlos Nelson Coutinho e o problema da socialização da política

Existe um consenso dentro da esquerda brasileira de que o intelectual que introduziu com força o debate sobre democracia e socialismo no Brasil foi Carlos Nelson Coutinho (CNC) no seu texto amplamente divulgado de 1979, *A democracia como valor universal* (DVU).

CNC adotou os pressupostos da estratégia eurocomunista: pluralismo político dentro do partido e entre as forças democráticas (ampla política de alianças), negação da ditadura do proletariado para a revolução no “Ocidente”, hegemonia entendida como consenso, menosprezando, portanto, como vimos acima (p.61), o substrato material da mesma. Uma boa síntese de sua tese podemos encontrá-la nessa passagem de um texto de 2000, portanto uma síntese/reedição do primeiro texto de 1979 que corresponde a um item chamado *A democracia como valor universal* do livro *Contra a corrente*.

No V Encontro do PT em 1987 pode-se ler: “o Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito (...), não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Para conseguir consenso e legitimidade para esse Estado, [a burguesia] é obrigada a abrir pelo menos formalmente o Estado à disputa das diversas classes”. Essa afirmação é plena de consequências para uma estratégia de luta pelo socialismo: se o Estado, ao se “ampliar”, deixou de ser o instrumento exclusivo de uma classe para se converter na arena privilegiada da luta de classes (que se trava agora também em seu interior), isso impõe a necessidade de um novo conceito de revolução (...) o processo de democratização expresso na “ampliação” da esfera pública gerou, ao mesmo tempo, um problema a ser resolvido e os meios de sua solução. O problema consiste em **superar a contradição** existente entre, por um lado, a **socialização da participação política**, e, por outro, a **apropriação não social dos mecanismos de governo** da sociedade (COUTINHO, 2008a, pp.28-29).

Coutinho coloca um problema correto e importante para os revolucionários preocupados com a superação da ordem do capital e que diz respeito, assim como exposto acima com a avaliação da degeneração da experiência soviética: a **estatização dos meios de produção não implica automaticamente na socialização da política**, ou seja, a socialização dos meios e processos de governar, algo imprescindível para a transição a uma sociedade socialista para o qual é preciso lutar. “O socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também – ou deve eliminar – a apropriação privada

dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade como um todo (...) implica também a superação da alienação política” (COUTINHO, 1979, p.38). Até aqui concordamos plenamente com o autor.

Agora nossa divergência começa a partir do raciocínio que ele traça sobre as tarefas da classe trabalhadora para alcançar a socialização da política. De acordo com o autor a superação da alienação política

Só se tornará possível através de uma crescente articulação entre os organismos populares de *democracia direta e os mecanismos “tradicionais”* de representação indireta (partidos, parlamentos, etc.). Essa articulação fará com que esses últimos adquiram uma nova função – ampliando o seu grau de representatividade – na medida em que se tornarem o local de uma síntese política de vários sujeitos políticos coletivos (COUTINHO, 1979, p.38).

Recuperando as formulações de Togliatti e Ingrao anteriormente apresentadas, seria essa articulação que produziria uma **democracia de massas**: “A democracia socialista é uma democracia de massas; mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores representados através da **pluralidade** de seus organismos (partidos, sindicatos, comitês de empresas, comunidades de base, etc.)” (COUTINHO, 1979, p.40).

No texto *Pluralismo: dimensões teóricas e políticas* expõe seu entendimento do pluralismo e coloca a mesma questão:

(...) o problema que se coloca para nós, o desafio posto diante da situação do mundo moderna a buscar uma **síntese entre o predomínio da vontade geral** – que impede essas múltiplas associações de se fragmentarem em interesses meramente corporativos- e ao mesmo tempo, **a conservação dessa multiplicidade, desse pluralismo de sujeitos**. Onde essa multiplicidade não existe, onde o pluralismo foi negado, de cima para baixo- com o bloqueio, portanto, da socialização da política e da democratização – temos casos claros de despotismo (COUTINHO, 1991, p.9).

Aqui nos cabe perguntar o que seria essa “vontade geral” e quem seriam esses sujeitos coletivos? Tal vez o CNC responderia que a vontade geral é o **socialismo**, que para ele é:

o movimento real que encaminha soluções para as contradições do capitalismo. Como o socialismo será e que forma terá, eis uma especulação que me parece ainda abstrata. Talvez possamos dizer apenas que **será fruto de um movimento progressivo, que começará a se introduzir nos poros da ordem social capitalista, superando gradativamente a lógica que rege essa ordem social** e criando uma nova lógica. Representará uma profunda democratização de todas as relações humanas. Provavelmente **conviverá com formas de mercado**, mas certamente não será uma ordem social onde haja predomínio do mercado: o que restar de mercado terá que se ajustar à lógica do bem estar social. Imagino também que o socialismo **poderá conter formas mistas de propriedade**. Haverá um **pluralismo econômico**, no qual certas formas de propriedade privada conviverão com a propriedade cooperativa, autogestionária, e, em muitos casos, com a propriedade estatal. Isto evidentemente provocará contradições. Mas eu diria: ainda bem, já que seria muito

monótona uma ordem social onde não houvesse contradições. (COUTINHO, 2008a, p.172).

E quais seriam esses sujeitos coletivos que precisam ser unidos entorno de uma vontade geral? Numa entrevista de 1999, à pergunta sobre como ele veria as perspectivas de um governo democrático e socialista no país, afirma:

A esquerda no governo pode construir mecanismos que **atraiam setores da burguesia dita “produtiva”** (o capital financeiro está inteiramente comprometido com a globalização excludente). Podemos formular uma política de empréstimos e subsídios a setores produtivos que desenvolvam indústrias de consumo popular (...) Temos que saber negociar pontualmente caso a caso. Em face do capital bancário, nacional e internacional, não me parece razoável ter muitas ilusões. Sou a favor da estatização do setor bancário. Além disso, temos que desapropriar o latifúndio improdutivo. Mas, em contrapartida, a esquerda no governo terá necessariamente **políticas abertas e favoráveis às pequenas e médias empresas e até mesmo às grandes empresas industriais** que sejam capazes de se adaptar à lógica de um desenvolvimento nacional integrado (COUTINHO, 2008a, p. 162).

CNC ao constatar que o Estado ampliou-se, resgata uma formulação de Max Adler que entende:

a interessante tentativa de articular o conceito de dualidade de poderes com a concepção “processual” de revolução em Gramsci, transformando radicalmente esse conceito, retirando-lhe o caráter explosivo e de breve duração e concebendo o duplo poder como um processo (...) Se uma situação de duplo poder pode se manter por longo tempo, isso significa que o **Estado** não é mais a encarnação direta e imediata dos interesses da classe dominante (não é simplesmente o “comitê dos interesses da classe dominante”), mas **é também o resultado de um equilíbrio dinâmico e mutável entre classes dominantes e classes subalternas**, no qual essa última conseguem (ou podem conseguir) implantar posições *de poder* no seio dos aparelhos do Estado (COUTINHO, 2008b, p. 64).

Para Kautsky o Estado também “é resultado de um equilíbrio entre as classes” que depende da correlação de forças em cada período e conjuntura política; e também não haveria limites estruturais na luta das massas para ampliarem suas reivindicações e para a socialização do poder econômico, pois isso seria algo processual que a burguesia teria que aceitar nos marcos legais do Estado e da Constituição.

É muito raro que apenas uma classe disponha de força suficiente para dominar o Estado. Quando uma classe se apodera do governo sem ser capaz de manter-se unicamente por suas próprias forças, deve buscar um aliado. E, quando muitos aliados parecem possíveis, então diferentes tendências e facções vão surgir no seio do representante dos interesses da classe dominante (KAUTSKY, 1979, pp. 22-23).

Se entre estes sujeitos, além dos diferentes setores da classe trabalhadora se incluem também a pequena, média e grande burguesia industrial, o papel de um partido como o PT que estivesse preocupado com o predomínio da “vontade geral”, mas do que síntese parece que teria que ser um papel de “mediador” de interesses distintos, e até antagônicos e

irreconciliáveis, assim como vimos nas formulações dos eurocomunistas. Voltamos de novo ao mesmo problema anteriormente considerado: como podemos “construir o proletariado em classe” se se pretende transformar o Moderno Príncipe (que constrói uma “vontade coletiva nacional popular” junto com um contra poder real que atinge o “núcleo decisivo da atividade econômica”) em mediador de interesses entre classes e frações de classes distintas? Como se pensa construir hegemonia sem mexer nesse “núcleo decisivo”? Como pode se pensar em construir o socialismo redistribuindo mais “democraticamente” a mais valia produzida, que continua sendo apropriada privadamente? Onde e como poderia haver um salto de qualidade entre um regime capitalista e um regime socialista de produção?

Nos *Gundrisse*, Marx alerta que todo valor de troca se desenvolve em capital e todo trabalho produtor de valor de troca desemboca em trabalho assalariado. Está nas entrelinhas que o socialismo precisa superar o valor de troca e o trabalho produtor de valor de troca, ou seja, negar a lei do valor e, portanto a produção de mercadorias (só serão produzidos objetos uteis sem valor de troca e assim desaparece o trabalho abstrato).

A tolice dos socialistas franceses que querem provar que socialismo é a realização da sociedade burguesa expressa pela revolução francesa. Que demonstram que a troca, o valor de troca, são um sistema da liberdade e igualdade de todos, mas que têm sido deturpados pelo dinheiro e pelo capital. (...) cabe responder-lhes o valor de troca ou mais precisamente o sistema monetário é de fato o sistema da igualdade e liberdade, e as perturbações que enfrentam no desenvolvimento ulterior do sistema são perturbações a ele imanentes, justamente é a efetivação da liberdade e igualdade (...) é tão piedoso quanto tolo desejar que o valor de troca não se desenvolva em capital, ou que o trabalho produtor de valor de troca não se desenvolva em trabalho assalariado (MARX, 2011, p. 191).

Parece que a **socialização do poder econômico**, tem sido entendida pelos eurocomunistas e por Carlos Nelson como uma melhor redistribuição da mais valia produzida, mas não como uma negação da lei do valor e, portanto uma apropriação dos produtores do produto do seu trabalho. Sem a socialização do poder burguês, portanto sem a socialização dos meios de produção, do processo de produção e a superação da divisão social do trabalho, não se supera o estranhamento dos seres sociais no âmbito da produção social de suas vidas e, portanto tampouco se supera o estranhamento do Estado abstrato e a “alienação dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade como um todo”, como CNC assinala. A auto-direção da sociedade em geral (na economia e na política) passa necessariamente pelo controle e direção do processo de produção.

A **socialização da política sem socialização do poder econômico** (assim como entendida no paragrafo acima) **se torna ideologia**, elemento despolitizador e apassivador; é

preciso entender socialização da política e da economia como um processo unitário, de totalização, ou seja, de reabsorção da sociedade política pela sociedade civil, elemento presente tanto em Marx, Engels, Lenin e Gramsci. Para estes a superação da alienação política é indissociável da superação da alienação na produção social da vida. Da mesma forma a “formação da classe” ou do “proletariado em partido”, função essencial do partido político, precisa se realizar a partir desse processo de totalização, já que precisa da negação do todo e não só de uma parte.

A socialização da política para ter um caráter emancipador (isto é, de negação e superação da ordem do capital) exige da socialização do poder político e não simplesmente a socialização da participação no “jogo da política”; para isso é preciso a “construção do proletariado em partido...em classe”, e isso requer da construção de outro poder, um duplo poder de forma permanente que se antagonize ao poder burguês e torne esse instável, ingovernável. Estamos falando da atualidade da combinação entre duplo poder e revolução permanente.

No Brasil, houve um processo de socialização da política: os trabalhadores construíram suas próprias organizações, incorporando e “organizando” milhões de pessoas na “vida política”, e articulando organismos de democracia direta (CUT, MST, etc.) e indireta, ou institucional (PT), e conseguiram chegar ao governo. A pergunta que cabe nos fazer é: esse processo levou a uma conquista de hegemonia por parte dos trabalhadores? Parece que não, pelo contrário isso produziu um dos momentos de maior apassivamento da classe trabalhadora na história desse país. Esses sujeitos coletivos da classe trabalhadora organizaram grandes massas e criaram várias instâncias de participação (só para dar alguns exemplos: os metalúrgicos da CUT de São Bernardo têm hoje 89 comissões de fábrica, o PT desenvolveu a experiência dos orçamentos participativos, criou o setor de mulheres, negros, na área da saúde se criaram os Conselhos de Saúde, assim como no Serviço Social, e em muitas outras categorias profissionais se criaram espaços de participação, de consulta, fruto de reivindicações dos diferentes setores da classe trabalhadora); entretanto esse processo de “socialização da política” cumpriu, a nosso ver, uma função de despolitização da política e da vida social em geral. Foi uma socialização da política para o capital:

O que seria a socialização da política: a ampla participação de todas as classes em diferentes espaços, não apenas da produção, mas de distribuição, consumo, fiscalização. Agora isso é uma socialização da política, mas **é uma socialização da política que visa controlar, gerir, decidir sobre alocação de bens produzidos como mercadorias, sobre direitos de assalariamento, de condições de trabalho; é a socialização da política de como gerir a produção do capital.** Agora se isso funciona perfeitamente é um excelente mecanismo de legitimação da ordem e não

do questionamento dela. É sempre uma democracia mesquinha, restrita; o pressuposto da democracia proletária é eliminar a propriedade privada; sem isso não tem socialização da política, isso é chave (IASI, 2013).

Essa **despolitização a partir dessa forma de “socialização da política”** correspondeu no Brasil e na América Latina a um processo de democratização e de institucionalização de partidos históricos de esquerda que centraram sua atenção na disputa eleitoral. Isso não é algo novo; o mesmo Lenin observava: “a república parlamentar burguesa dificulta e afoga a vida política independente das massas, sua participação direta na edificação democrática de todo o Estado, desde baixo para cima” (LENIN, 1961, p.28).

Agora com isso não estamos afirmando a falência da **luta institucional versus a luta de social de massa**. Isso nos parece um falso dilema, assim como é um falso dilema o contrapor a “horizontalidade” dos movimentos sociais versus a “verticalidade” dos partidos políticos. O problema não se resolve na predefinição de um Sujeito, ou da forma de luta, das ferramentas e das táticas de luta; isso só se define na luta concreta entre as classes. O problema é entender de que forma esses Sujeitos e essas ferramentas estão conseguindo “construir a classe” (em termos quantitativos, mas também qualitativos, ou seja, de direção política e de consciência de classe). E se não estão conseguindo, entender quais são as barreiras econômicas, políticas, ideológicas que impedem esse processo de “construção do proletariado em partido”, como sinalizava Marx no *Manifesto*. O eleitoral deve estar subordinado ao político, ou seja, as eleições só servem na tarefa de “construção do proletariado em partido” na medida em que as campanhas eleitorais sejam “sujadas” dos problemas reais que atingem aos trabalhadores em suas lutas contra a burguesia, na medida em que nelas se consigam jogar as contradições principais da luta de classe de cada contexto particular. Talvez uma das barreiras político-ideológicas a enumerar tem a ver com o lugar que joga a luta institucional e a luta social no conjunto da luta de classe; pois nos parece uma armadilha a dicotomia luta institucional-luta social, se não se entende que a luta institucional se dá no campo do inimigo, o Estado burguês, e que para não ser centrifugado pela dinâmica desse não basta uma firme moral revolucionária, não depende da fidelidade ou da traição das direções, mas depende de que medida um mandato parlamentar, o de um vereador, prefeito, etc. são fruto de um processo coletivo de lutas articulados entorno de um projeto de classe que tensiona e enfrenta o poder burguês de forma permanente e que acaba definindo a direção desses mandatos; ou se pelo contrário esses últimos acabam sendo projetos individuais ou de uma pequena burocracia partidária que dirigem “em nome de” vários sujeitos coletivos, exercendo, portanto uma mediação e chamando esses a resolver suas questões dentro do

marco da legalidade institucional anulando a combatividade e o caráter classista desses sujeitos.

A contra-hegemonia não corresponde à conquista de espaços no campo do inimigo, mas a construção do nosso campo; não é a ocupação, por mais processual e progressiva do Estado burguês, mas a construção, nos termos de Gramsci, de um *Anti-Stato in nuce*, já, aqui e agora, ou seja, a plantação e o florescimento de um poder de classe que se antagonize ao poder da classe dominante, a burguesia, e que se expresse em termos organizativos na conformação de um duplo poder, que mantenha sempre sua autonomia e independência frente ao Estado e a burguesia.

Para que os trabalhadores disputem hegemonia não vai ser suficiente abrir um jornal, uma rádio, ou eleger deputados, vereadores ou prefeitos. É preciso também disputar o poder da burguesia e para isso precisamos atingir o que o Gramsci fala, “o núcleo essencial do poder econômico da classe dominante”, o controle sobre os meios de produção fundamentais. Esse é o conteúdo da socialização do poder político e, diferentemente dessa visão, hoje a socialização do poder político virou sinônimo de revolução burguesa e de emancipação política. Neves (2013, pp.30-31) chama atenção ao fato de que no pensamento de CNC a expressão socialização da política faz desaparecer do campo de visão a diferença entre socialização do poder político e socialização da participação política. Essa confusão, a nosso ver, contribuiu com que nas últimas décadas muitos militantes de esquerda apostassem na socialização da participação política achando que estivessem participando da socialização do poder político. Entretanto isso não passava de uma mera ilusão já que sabemos muito bem que as grandes decisões eram tomadas em outros espaços. Enquanto milhares de pessoas foram envolvidas na participação em Conselhos, Fóruns, orçamentos participativos, tomando decisões consultivas ou decidindo sobre milhares de pequenas decisões da micropolítica ou da pequena política que não afetavam em nada o “núcleo decisivo da atividade econômica”, os grandes grupos monopólicos continuavam fazendo seus negócios sem nenhum problema, ou seja continuavam sendo os protagonistas da grande política. Portanto aqui temos mais uma dimensão ideológica da democracia contemporânea, e com "ideológica" aqui nos referimos no sentido lukasciano, entendendo ideologia como arma para interferir nos conflitos de classe, já que a participação política se tornou um mero jogo para que os trabalhadores se iludam que têm poder ainda que de fato não o tenham, que achem que estão decidindo sobre suas vidas ainda que de fato não alterem em nada as causas fundantes de sua condição social, isto é, de trabalhadores constantemente expropriados pelo capital. Enfim se trata de uma participação

que ofusca, vela as principais contradições da sociedade capitalista, pois sempre mais procura tornar os trabalhadores cidadãos, consolidando assim a ordem burguesa. Portanto, não há socialização do poder político sem a socialização³³ dos meios de produção.

O problema de fundo desse debate sobre democracia e socialismo está, a nosso ver, **no entendimento errado entre o que haveria de singular, particular e universal na teoria marxista do Estado e da revolução**. De fato, a ênfase que os defensores de uma via democrática ao socialismo colocam nas condições particulares do Estado e da revolução no *Ocidente* coloca em segundo plano os elementos universais do Estado burguês analisados no primeiro capítulo e que precisam ser superados, pois caso não o sejam funcionarão como elementos organizadores do apassivamento da classe trabalhadora e do consenso desta com a ordem vigente. Como vimos, a ideologia não é só conjunto de ideias, mas são as relações materiais dominantes concebidas como ideias, portanto para disputar uma nova concepção de mundo e uma nova cultura é preciso alterar também essas relações.

Amendola também responde às provocações de Salvadori (1978) que atribui as formulações do PCI ao Kautsky em vez de Gramsci e diz rechaçar essas etiquetas, que o PCI é fruto de uma concepção original relacionada com a história italiana e que ante a acusação de empirismo responde que não a rechaça embora prefira falar em historicismo. O entrevistador pergunta então se o fato deles colocarem ênfase no empirismo político não levaria a uma separação pouco gramsciana entre teoria e práxis. Ele responde:

É justamente nisso que nos reconhecemos marxistas, na vinculação fortíssima entre teoria e práxis. Entendemos a **teoria como sistematização dos processos em curso**, longe de qualquer posição iluminista. Cuidamo-nos sempre muito em não dizer: tem que ser assim, improntando nossa ação sobre o dever ser, aceitando passivamente princípios pré-constituídos. (...) a impostação de Salvadori é iluminista, típica de certa esquerda italiana, que pretende antecipar a elaboração teórica à experiência prática, enquanto para nós a **elaboração teórica precisa acompanhar, iluminar o caminho** (AMENDOLA, 1977, p. 21).

Esse entendimento da vinculação entre teoria e práxis, mas que ao Gramsci lembra a concepção paulofreriana de educação popular tão difundida por toda América Latina, segundo a qual a práxis seria o processo de partir da nossa realidade/práticas, teorizar sobre essa e voltar novamente a uma prática já renovadas, pois “iluminada pela teoria”.

³³ É importante enfatizar que usamos aqui o termo “socialização” dos meios de produção e não estatização, pois a socialização implica não simplesmente na abolição da propriedade privada dos meios de produção, mas no controle e direção do processo de produção como um todo por parte dos trabalhadores. Isso implica a importância do que o Gramsci chamava atenção, a transformação do operário em produtor.

A diferença de Amendola e dos paulofreirianos, nós, juntos com Marx, entendemos a teoria não como uma “sistematização de processos em curso”, mas como um processo de abstração da realidade que permite captar a essência dela que se esconde atrás da sua aparência, decifrar o concreto aparente, decompô-lo em suas múltiplas determinações e torná-lo concreto pensado. Uma cadeira não é só sua cor, sua forma, o material com a qual é feita; não é só a história da produção das cadeiras. Só decompondo ela em suas múltiplas determinações, posso dizer que ela é também valor, quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário para que ela seja produzida; ela é também trabalho morto/capital constante mais trabalho vivo/capital variável, ela é uma mercadoria, fruto de um processo de produção capitalista em um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Só essa forma de conhecer e de entender a teoria que me permite captar o singular, o particular e o universal dos fenômenos sociais.

Tantos os socialistas utópicos como os democráticos e populares fundamentam o caminho democrático para o socialismo a partir de uma falta da perspectiva da totalidade, os primeiros achando que não deveria haver mais Estado e partidos já que pra mudar o mundo não é preciso tomar o poder do Estado, mas a simples vontade coletiva das “multidões” ou massas; tal avaliação carece da compreensão do Estado como uma relação social entre classes, e portanto da imprescindibilidade do Estado numa sociedade de classe. Por outro lado, para os socialistas democráticos e populares suas análises são alimentadas por um politicismo idealista. Seria a partir da inserção nas instituições democráticas do Estado burguês junto com a pressão e controle destas instituições através de amplos movimentos de massa que se alteraria a correlação de forças para o avanço ao socialismo. A nosso ver a correlação de forças se modifica com avanços e recuos da força expressa pelas classes em luta, e não simplesmente pela disputa de suas representações políticas nas instituições do Estado burguês. Portanto isso pressupõe, do ponto de vista do proletariado, a necessidade desse se “constituir enquanto classe” e isso acontece só no embate contra o poder da burguesia, poder que se fundamenta na propriedade privada dos meios de produção. A constituição da força do proletariado, portanto, não pode prescindir de se construir a partir da alteração das relações fundamentais de produção, qual sejam a superação da propriedade privada dos meios de produção e um controle do processo de produção como um todo. Só assim que a classe trabalhadora poderá se “fazer enquanto classe” e se tornar classe dirigente.

CAPITULO 3 A “ampliação de democracia” como caminho ao socialismo na Estratégia Democrático Popular no Brasil

3.1 O particular desse debate na américa latina, periferia do capital

Não pretendemos aqui fazer um balanço bibliográfico sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, a formação dos Estados nacionais e as formas políticas que foram se adotando a partir da luta de classe neste continente (para isso ver CUEVA, 1983, FERNANDES, 1981). Entretanto, para analisar o debate sobre a transição democrática ao socialismo em algumas experiências deste continente, cremos importante apontar alguns elementos sobre a particularidade das revoluções burguesas que se desenvolveram nesta região periférica do capitalismo mundial.

Estamos falando de um capitalismo que se desenvolveu a partir da acumulação primitiva imposta desde fora, desde as metrópoles europeias, portanto a partir de condições constituídas por dois fatos: “o de que o capitalismo não se implante aqui mediante uma revolução democrático-burguesa que destrua de maneira radical as bases da antiga ordem, e o de que nasça e se desenvolva subordinado à fase imperialista do capitalismo” (CUEVA, 1983, p. 81).

O capitalismo na América Latina não se desenvolve desde dentro como na Europa³⁴ produzido pela passagem das corporações de ofício em manufaturas e depois em grande indústria moderna, e pelos cercamentos de terras que produziu por um lado uma força de trabalho livre e por outro os arrendatários capitalistas no campo; ele tem estruturalmente um caráter heteronômico, pois nasce de fora para dentro, a partir de formações coloniais inseridas no mercado mundial capitalista. Portanto, é um capitalismo que carece de uma burguesia revolucionária, primeiro porque esta não está interessada, como aconteceu na Europa, em liquidar o poder das classes dominantes no regime anterior (os senhores feudais), mas pelo contrário, se associará às oligarquias locais ou até surgirá a partir destas oligarquias agrárias³⁵, impulsionando uma modernização capitalista parecida com a via não clássica de revolução burguesa da Europa, chamada também via prussiana, ou pelo alto, diferente da via clássica que contava com a aliança entre burguesia e proletariado para liquidar a ordem feudal; mas também é uma burguesia que não tem força política, pois não tem autonomia ao estar subordinada a burguesia internacional pelo caráter dependente, desigual e combinado do

³⁴ A pesar que de forma desigual e combinada com a periferia a partir da acumulação primitiva do período colonial.

³⁵ De fato como apontou Caio Prado Junior (1978), em colônias como o Brasil as relações econômicas desenvolvidas se assemelharam mais ao assalariamento e ao trabalho livre do que a qualquer estatuto de relação feudal, pois o “sentido da colonização” teria tornado estas colônias em “empresa capitalista”, dedicadas a exportação de produtos primários para as metrópoles europeias.

capitalismo na periferia do capital, portanto, tampouco podemos considerá-la como uma via não clássica; podemos pensar a revolução burguesas na América Latina como uma via não clássica da via não clássica (IASI, 2013, p. 2).

A burguesia externa retirou a burguesia neocolonial e dependente ou de sua apatia ou de suas ilusões de processo espontâneo, e a revolução burguesa se aprofunda literalmente como uma catástrofe histórica (...) para manter o desenvolvimento desigual e combinado em termos das vantagens estratégicas das classes burguesas, do centro e da periferia, terá de despojar a revolução burguesa dos atributos que definiram a sua grandeza histórica na evolução da civilização moderna. (FLORESTAN, 1981).

Este caráter dependente³⁶ do capitalismo latino-americano e esta debilidade das burguesias locais fará com que a modernização capitalista nos países periféricos se realize através de revoluções “paralisadas”, “frustradas”, “interrompidas”, nos termos de Florestan (1981), ou seja, através de revoluções que serão incapazes ou “atrasarão” a realização do conjunto das transformações societárias próprias das revoluções burguesas, isto é, uma reforma agrária, uma reforma urbana, uma revolução industrial, uma unificação nacional, a criação de um mercado interno e uma revolução democrática (sufrágio universal, liberdade de expressão e organização, garantia de direitos políticos e sociais, etc.). Se a fusão de interesses entre as oligarquias fundiárias e a nascente burguesia comercial determinara a “via prussiana” das revoluções burguesas latino-americanas, ou seja, revoluções pelo alto e sem a participação dos de baixo, a associação dependente desse bloco³⁷ ao imperialismo, fará com que este processo de modernização capitalista assumira um caráter ainda mais conservador que na Europa (por isso é mais exato dizer que foram uma “via não clássica da via não clássica”) e levará a formação de Estados “autocráticos” ou “oligárquicos”, outra das características próprias das formações sociais latino-americanas, que terão que equacionar os impactos deste desenvolvimento dependente, desigual e combinado (maior apropriação da mais-valia produzida na periferia pelo centro, falta do desenvolvimento de um mercado interno, superexploração do trabalho, desigualdades regionais) através da exclusão das grandes massas das condições mínimas para sua reprodução e da participação política e através da repressão.

³⁶ O caráter dependente tem a ver não apenas com a subordinação e a falta de autonomia econômico-política das burguesias locais com relação às burguesias internacionais, mas também pela dependência tecnológica, cultural, financeira, e, portanto, política do centro e pelo fato que a maior parte da mais-valia produzida na periferia será apropriada pelo centro, implicando uma superexploração do trabalho, a exclusão das grandes massas das garantias mínimas para sua reprodução.

³⁷ O que Florestan (1976) chamará de *congerie social*, para expressar a combinação do atraso político dos setores vinculados a oligarquia fundiária com o liberalismo, empreendedorismo e o *espírito burguês* de nascente burguesia comercial.

Esta descrição muito sintética dos elementos da particularidade do desenvolvimento capitalista dependente latino-americano nos parece fundamental para entender a especificidade do debate sobre as estratégias para a superação do capitalismo e por consequência sobre a possibilidade de uma transição democrática ao socialismo (tema do nosso interesse) empreendido pelo movimento operário neste continente.

Até os anos 60, o movimento operário latino-americano foi hegemonizado por estratégias nacionais e democráticas definidas a partir da seguinte caracterização das formações sócias latino-americanas e da dependência, caracterização compartilhada tanto pelos partidos comunistas como pela CEPAL:

a dependência externa impediria o pleno desenvolvimento capitalista do país, de modo que haveria um capitalismo insuficiente, que manteria relações de produção “atrasadas”, “arcaicas”, “semifeudais”. Nesta visão dualista, o subdesenvolvimento era visto como falta de desenvolvimento capitalista, o imperialismo como uma relação entre nações e a dependência como um fator externo (MANSUR, MARTINS, MOTTA, NEVES, PRADO, 2014).

Ao caracterizar as formações sociais latino-americanas como semifeudais, indicariam dois principais inimigos e entraves do desenvolvimento capitalista e das revoluções democráticas nacionais burguesas: o imperialismo e a oligarquia latifundiária. Isso levaria a necessidade do movimento operário se aliar numa primeira etapa com as supostas “burguesias nacionais” para realizar estas tarefas democráticas, modernizar o país e ter maior controle sobre Estado para supostamente controlar progressivamente o setor privado. O golpe militar de 1964 no Brasil e o desenvolvimento do capitalismo na ditadura a partir da aliança entre a burguesia local, o imperialismo e o setor latifundiário, mostrou claramente o erro teórico e as implicações políticas de supor a existência de uma “burguesia nacional”.

Não se tratava de falta de capitalismo, mas sim um capitalismo dependente. Já Caio Prado (1966) mostrará em *Revolução Brasileira* que no Brasil não tem latifúndio e camponês, mas empresário capitalista e trabalhador empregado. Não tem restos feudais, mas a produção agropecuária é capitalista, e a produção industrial teve grande elevação de seu nível tecnológico e capacidade produtiva graças a relação com o capitalismo imperialista. Ele afirma que quando se fala em “burguesia nacional” se atribui a essa um desejo, um comportamento político que não corresponde com o real, se atribui a esta um projeto político que não defende. Existe burguesia brasileira e não nacional. Tampouco existe campesinato, mas proletariado rural, portanto, não há aliança nem com a burguesia nacional nem com o campesinato.

Apesar de a diferente compreensão da formação social implica numa diferente caracterização da revolução e da estratégia para a superação da ordem capitalista e da transição ao socialismo, consideramos que existem alguns pontos chave no debate sobre democracia e socialismo que se reapresentaram em diferentes experiências históricas da nossa classe. Em continuação, procuraremos aprofundar os nós teóricos-políticos desse debate em duas experiências, que nos parecem emblemáticas, na América Latina: a revolução chilena de 1970-1973 dirigida pelo governo da *Unidad Popular* de Salvador Allende; e o “ciclo do PT” ou a Estratégia Democrática e Popular.

3.2 O “ciclo do PT” - Estratégia Democrática Popular como ruptura/reprodução do “Ciclo do PCB” - Estratégia Democrático Nacional

Não pretendemos aqui resgatar a história que levou ao surgimento do PT, as suas metamorfoses (para isso ver IASI 2007), nem tampouco fazer um balanço dos últimos 13 anos dos governos petistas. O que nos propomos é aprofundar o inventário³⁸ sobre o último ciclo histórico do Brasil, o “ciclo do PT” ou a estratégia democrática popular, centrando mais a atenção sobre o debate entre democracia e socialismo. Esse inventário faz parte de um trabalho coletivo empreendido nos últimos anos pelo Núcleo de Educação Popular 13 de Maio, através do Curso “História do movimento operário no Brasil – a Estratégia democrático e popular” e de vários grupos de estudo, entre outros o “grupo do inventário” no Rio de Janeiro, um coletivo de estudo sobre a Estratégia Democrática e Popular organizado pelos monitores do 13 de Maio e outros militantes, e de alguns trabalhos de sistematização desse esforço coletivos, principalmente no texto de Mauro Iasi “O PT e a revolução burguesa no Brasil” e o de Caio Martins, Isabel Mansur, Stefano Motta, Victor Neves e Fernando Prado “*A Estratégia Democrática e Popular* e um inventário da Esquerda Revolucionária: Socialismo ou Democracia?”.

Como vimos acima, o Golpe militar de 1964 mostrou o equívoco da tese do PCB sobre uma suposta “burguesia nacional” que se contraporía aos interesses do imperialismo e do setor agrário, e em 1966 Caio Prado escreve a *Revolução Brasileira* questionando o entendimento de um Brasil como uma formação semifeudal e mostrando como as relações econômicas desenvolvidas se assemelharam mais ao assalariamento e ao trabalho livre e que o

³⁸ Aqui nos referimos a concepção de inventário nos termos expostos por Gramsci: “o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário (GRAMSCI, 2001, p. 1376, *Quaderno 11* § 12).

“sentido da colonização” teria tornado o Brasil numa “empresa capitalista”. Apesar disso, reconhece alguns vícios orgânicos da formação social brasileira como a concentração de renda, da propriedade fundiária e as desigualdades regionais.

Para ele é impossível a revolução socialista nas condições do Brasil daquela época. Faltariam condições subjetivas (após 64 a classe trabalhadora estava derrotada) e objetivas (não haveria meios científicos e técnicos para uma economia planificada e faltaria uma demanda suficiente em consonância com as necessidades vitais e incentivos produtivos). Para ele, a solução é o desenvolvimento geral, não só da burguesia, e sustentável, criando uma demanda interna para incentivar o crescimento. Não teria que se eliminar a iniciativa privada, mas a livre iniciativa privada. Essa teria que ser orientada, regulada pelo Estado. O fator que puxaria o desenvolvimento não seria o lucro, mas a organização da demanda. Ele sustenta a tese do mercado interno de massa: impor ao Estado, por pressão de uma aliança entre proletariado urbano, rural e camponês, um planejamento para reativar e organizar a demanda. Isso se sustentaria na abstração de um desenvolvimento distributivo com controle social do mercado e voltado ao mercado de massas, dirigido e induzido pelo Estado.

Em 1976 Florestan Fernandes publica a *Revolução Burguesa no Brasil*, e da mesma forma que Caio Prado Jr., associa os problemas da formação social brasileira ao caráter dependente do capitalismo brasileiro e não a uma falta de desenvolvimento capitalista. A diferença de Caio Prado Jr. que aposta na possibilidade das forças populares ser capazes de pautar suas demandas por meio do Estado no sentido de um desenvolvimento sustentável de caráter nacional, Florestan vê uma impermeabilidade do Estado Burguês antes as demandas populares. Para ele isso se deve ao fato que pelos próprios aspectos estruturais do capitalismo brasileiro, acima citados (dependente, subdesenvolvido e periférico), a revolução burguesa no Brasil assumiu um caráter de *modernização conservadora*, ou seja, produziu uma separação entre o desenvolvimento capitalista e o caráter democrático e nacional, deixando, portanto, “em atraso” as conquistas democráticas próprias das revoluções burguesas. Este elemento estrutural da modernização capitalista no Brasil seria a causa do caráter autocrático do Estado burguês e de sua impermeabilidade ante as demandas populares:

Florestan caracteriza a irrupção da dominação burguesa no Brasil como fundada em um modelo *autocrático burguês* que, se apropriando de elementos arcaicos, acorrentava a “expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista”. A forma autocrática amalgamava um desenvolvimento em que os elementos mais atrasados se repõem permanentemente “como se o ‘burguês moderno’ renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’ (MANSUR et al, 2014, p.6).

Na mesma linha de Florestan Fernandes, Carlos Nelson Coutinho recupera a categoria de via prussiana para explicar o caráter da modernização brasileira, que teria ocorrido através de um pacto entre frações da classe dominante imposto pelo alto, sem a participação dos debaixo, portanto teria levado a burguesia brasileira a exercer uma “dominação sem hegemonia”.

Em 1978 a classe operária entra em cena através das greves do ABC paulista e se articula a uma série de outros movimentos sociais, fundamentalmente ligados as Comunidades eclesiais de base e ao movimento estudantil na luta contra a ditadura e no processo de democratização e marcarão o começo de um novo ciclo histórico.

Para Carlos Nelson Coutinho, o processo de democratização que se desatou no final dos anos 70 implicou num fortalecimento da sociedade civil que obrigaria as classes dominantes a aceitar as demandas vinda dos debaixo e, portanto, abriria espaço para inverter a tendência da via prussiana e passar a uma “dominação com hegemonia”. Esta renovação democrática permitiria a irrupção de uma democracia de massa que permitiria um controle progressivo do Estado; isso permitiria não apenas realizar as “tarefas em atraso”, mas impulsionar progressivamente uma série de reformas que gradualmente levariam a superação do capitalismo. A luta pela democracia se tornaria, portanto, estratégica, posto que criaria os pressupostos necessários para o avanço ao socialismo.

Florestan Fernandes valorizaria a luta contra a ditadura, pois segundo ele, não seria suficiente a disputa do Estado por parte de um partido político para superar o capitalismo, mas seria necessária a organização de um movimento socialista que articulasse as lutas dos trabalhadores contra a ordem do capital. Com as greves de 1978, enxerga que essa possibilidade das lutas por uma democracia ampliada permitiria transformar uma revolução “dentro da ordem” numa revolução “fora da ordem”. A diferença com Coutinho é que ele não vê a possibilidade de chegar ao socialismo por uma democratização progressiva do Estado já que, pela própria intransigência da burguesia, este seria impermeável às demandas vindas dos de baixo. O cenário mais provável seria, para ele, de que a burguesia estaria disposta a ceder muito pouco para os trabalhadores abrindo assim a possibilidade de uma ruptura socialista.

Em resumo, podemos ver que existe uma convergência dos três autores com relação aos elementos estruturais da formação social brasileira: a forma dependente de desenvolvimento do capitalismo brasileiro teria levado a uma fusão de interesses entre as classes proprietárias (latifundiários, burguesia nascente em associação subordinada ao

imperialismo) que teria exercido seu poder através de uma “dominação sem hegemonia” (Coutinho) ou a uma “autocracia burguesa” (Fernandes) e a causa dos problemas fundamentais do Brasil não se deveria a uma falta de desenvolvimento capitalista como hipnotizado pelo PCB, mas ao caráter dependente e periférico do capitalismo no Brasil.

A crise da ditadura abriu um novo ciclo, para Coutinho, alterou a correlação de forças e consolidou uma sociedade civil forte “ocidentalizando” o Brasil, portanto, “ampliando” o Estado que agora poderia ser disputado, não seria mais mero comitê executivo da burguesia, permitindo assim reformas radicais que produzissem gradualmente mudanças estruturais. Para Prado Jr. e Coutinho estas mudanças poderiam acontecer através da pressão de forças sociais por dentro do Estado, enquanto Fernandes depositaria a possibilidade de uma transição ao socialismo a um movimento socialista que ao se chocar com impermeabilidade do Estado burguês impulsionaria uma ruptura socialista.

Temos, portanto, outro elemento comum aos três autores, e inclusive ao PCB (e que reencontraremos nas formulações do PT e da EDP), que seria a impossibilidade da revolução socialista e a necessidade de uma mediação prévia: um desenvolvimento capitalista no caso da EDN do PCB e na reivindicação das demandas populares no caso de Prado Jr., Fernandes e Coutinho, embora com matizes diferentes; de fato para Prado Jr., esta organização das demandas seria necessária para um desenvolvimento sustentável e nacional orientando a demanda por parte do Estado; já para Fernandes e Coutinho (e veremos também para o PT) isso permitiria articular um programa anticapitalista, antimonopolista e antilatifundiário que, no caso de Fernandes, ao se chocar com a impermeabilidade do Estado autocrático levaria a uma ruptura, e, no caso de Coutinho e do PT, levaria a um conjunto de reformas através da articulação de formas de democracia representativa e direta (participação em eleições junto com a pressão do movimento de massa) que permitiria acumular forças para superar o capitalismo.

Consideramos que as formulações desses três intelectuais orgânicos da classe trabalhadora são peças chave para a realização do inventário sobre a transição do “ciclo do PCB”, ou Estratégia Democrático Nacional, para o “ciclo do PT”, ou Estratégia Democrático e Popular, pois apesar deles não estarem organicamente vinculados ao PT em sua fundação representaram “a unidade e coerência de uma visão de mundo – do “máximo de consciência possível” do grupo social ao qual se vincula –, reproduzindo, no plano da teoria, o movimento social real experimentado empiricamente pela classe” (MANSUR et al, 2014). Suas formulações expressam o paradoxo entre a superação, e ao mesmo tempo a reprodução, de

uma estratégia (EDN) para outra (EDP); procuramos entender o porquê desta contradição.

Mauro Iasi, que estudou o processo de fundação e metamorfose do PT (IASI, 2006, 2013, 2015), identifica os seguintes elementos principais que embasam a EDP:

a) uma caracterização do Brasil como tendo um desenvolvimento capitalista no qual se reproduzem **desigualdades regionais** e sociais e que é marcado pela **marginalização dos setores populares** do espaço político; b) Um **Estado Burguês** que historicamente assumiu uma feição predominantemente **coercitiva** e que com a **abertura democrática** abre a possibilidade de uma real **ampliação da política para os “de baixo”**; c) a **impossibilidade** de uma **passagem imediata ao socialismo** o que implica em uma política de **acúmulo de forças**; d) este acúmulo de forças se fundamenta na **organização das demandas** populares a serem apresentadas tendo por eixo um programa antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário que **ao se chocar com o caráter autocrático** do Estado Burguês **levaria a uma ruptura** (em uma aproximação), ou que devido ao fortalecimento da sociedade civil poderia **levar gradualmente a um conjunto de reformas que superariam o capitalismo** (em outra); e) o **terreno desta luta seria o da democracia** e os principais **instrumentos seriam as lutas sociais** e a participação nas **eleições** que combinadas levariam, numa determinada **alteração na correlação de forças**, a chegar a pontos institucionais que poderiam **desencadear as reformas radicais**. (IASI, 2014)

Como vemos, nestes elementos estão recolhidas várias das formulações desses três autores até agora analisados; os elementos de descontinuidade com a EDN têm a ver com a caracterização da formação social brasileira e da modernização capitalista, conservadora e pelo alto, pelo caráter dependente e periférico do capitalismo brasileiro, o que implicaria a recusa de uma aliança com a burguesia já que esta não teria nenhum caráter nacional por estar subordinada ao imperialismo; e o elemento de continuidade tem a ver com a impossibilidade de uma estratégia e um programa socialista naquela época e a necessidade de uma mediação “democrática” prévia (nacional, no caso da EDN, popular no caso da EDP), uma transição da transição

(...) que se apresente antes das transformações socialistas objetivadas (seja no **PCB** como **etapa democrática burguesa**, seja no caso do **PT** do **acúmulo de forças** para um governo democrático e popular) (...) Significativamente as formulações do **PT** acabaram **presas** na fronteira **entre o rompimento e a reprodução** desta armadilha. **Rompe com a formulação de etapas do PCB** para **reapresentá-la novamente** de forma tragicamente caricatural. Na versão original a **aliança de classes era com a burguesia nacional** e a tarefa era desenvolver o capitalismo. Na reencenação do drama a aliança **é com a pequena burguesia** para construir o “socialismo” (...)

Os acontecimentos mostrarão que justamente os dois elementos que o PT negou da estratégia democrático nacional, a recusa de uma aliança com a burguesia e a meta socialista, esvanecerão e será ampliando o leque de alianças até **incluir os empresários “de qualquer porte”** e será priorizado o **crescimento econômico** capitalista sob uma lógica “nacional”. [Hora Iasi se pergunta:] si os elementos centrais que marcaram a suposta “superação” da Estratégia Democrático Nacional esvanecem, em relação a que outro aspecto **permanece e se fortalece**? Parece que o aspecto central se encontra na lógica de uma determinada concepção de **acúmulo de forças** e, particularmente, numa certa **compreensão do Estado** neste processo” (IASI, 2014, p.16).

Sobre a questão do acúmulo de forças ele mostra como haveria uma contradição antagônica apontada pelos dirigentes do PT entre a radicalidade do apoio popular, que estreitaria a base eleitoral, e a necessidade de chegar ao governo para a execução do programa democrático e popular. José Genoíno, expressando o debate interno na direção do PT, afirmaria que seria desejável ampliar as alianças para ganhar a presidência e governar, ainda que a correlação de força não permitisse a plena execução do programa democrático e popular. Isso levará a uma progressiva moderação programática e finalmente a rendição ao pragmatismo.

As alianças e o programa se mostram, desta forma, **secundários** em relação **ao acúmulo de forças**, a **mediação democrática é mais essencial que seu caráter popular**, não por acaso, nas formulações o termo forte passa a ser “**uma revolução democrática**”, caindo para segundo plano o qualitativo popular (...) **Resta saber se este desfecho implica na ruptura da estratégia ou é uma consequência de sua efetivação** (...) a única maneira de assumir que o produto não corresponde a intenção política inicial é supor que as formas de implementação política poderiam levar a um resultado qualitativamente e essencialmente diverso (...) nos parece que **as mudanças de forma**, ainda que importantes e com resultados políticos muito diversos, **não teriam o poder de alterar os limites da formulação estratégica** (...) **o preço da governabilidade e do aparente sucesso de governo é o desarme das condições políticas, organizativas e de consciência de classe que poderiam apontar para uma ruptura com a ordem do capital. A super-exploração, as desigualdades e a dependência impunham um caráter limitado de uma democracia restrita e uma ampliação só poderia se dar na forma de uma democracia de cooptação. No entanto**, esta esbarrava na **intransigência dos setores burgueses** e na compreensiva resistência dos trabalhadores que não aceitariam a cooptação com o pouco que seria possível oferecer-lhes. **O PT ofereceu a saída para este impasse. Organizou o consenso** entorno de uma alternativa que garante os patamares de acumulação de capitais e o **apassivamento dos trabalhadores** nos limites da ordem burguesa **em troca de** dois aspectos essenciais: **emprego e capacidade de consumo** para os empregados e **programas sociais compensatórios, focalizados** e neo-assistenciais, para os miseráveis (IASI, 2014, p. 17).

Eurelino Coelho (2012) chegará a conclusões parecidas às do Iasi sobre o fato que o desfecho da estratégia liderada pelo PT se deteria mais ao desenvolvimento da estratégia nas condições do capitalismo brasileiro do que a uma traição da estratégia. Ele analisará como apesar do programa do PT não ter muitas novidades com relação ao da socialdemocracia clássica europeia, fundado numa política de colaboração de classe e políticas distributivas para organizar melhor o capitalismo, a nova Esquerda brasileira para o capital não terá as mesmas condições de realizar esse programa num país de capitalismo periférico como o Brasil, sujeito ao saque imperialista sob hegemonia do capital rentista, onde as margens de lucratividade não permitiram, portanto, a criação de um *Welfare State*:

Nestas novas condições, a colaboração de classes, para ser possível, teve de mudar de eixo: ao invés de políticas gerais de distribuição de renda, exigidas por uma classe trabalhadora fortalecida e organizada, **o que restou do ideário social-democrata foram políticas focalizadas de efeito compensatório, concedidas a uma classe derrotada (...)** uma nova edição da estratégia de colaboração de classes para retomar o desenvolvimento com base na **expansão o do mercado interno e distribuição de renda** (COELHO, 2012, pp. 338-339).

Por conta dessa condição estrutural de dificuldade de implementar esses dois pilares da política de colaboração de classe brasileira, a esquerda para o capital teria, de acordo com ele, assimilado o neoliberalismo apesar do seu discurso crítico ante este (a implementação do receituário neoliberal pode-se ver nas política de privatizações desde o começo do primeiro governo Lula com a reforma (privatização) da previdência, a da Petrobrás, da saúde e educação com as OS, além dos planos de austeridade fiscal, a flexibilização das relações de trabalho com as diferentes formas de precarização e terceirização do trabalho, etc.).

O neoliberalismo é muito mais que uma opção de governo: ele é uma das faces da ofensiva burguesa na crise do capitalismo tardio, 340 (...) O **programa *soi-disent* anti-neoliberal da esquerda do capital** já surge, portanto, sob a ameaça da provável **impotência diante das demandas distributivas e por desenvolvimento**. Isto, **porém, não condena** de antemão essa esquerda **ao fracasso político**. Enquanto for possível empregar suas posições no movimento social para manter **desorganizado o descontentamento** das classes subalternas, ou, o que dá quase no mesmo, enquanto for possível organizar este descontentamento **esconjurando o “espírito de cisão”**, **A eficácia** desta estratégia **depende, portanto, de uma acomodação** dos movimentos das classes subalternas aos limites traçados pela esquerda do capital (COELHO, 2012, p. 341).

Nas condições do Brasil, se para Iasi a ampliação da “democracia restrita” só poderia resultar numa “democracia de cooptação”, para Coelho, a partir da impossibilidade de reedição do programa socialdemocrata clássico, a única forma para a realização desta estratégia seria a partir da “desorganização do descontentamento” ou também da sua organização “esconjurando o espírito de cisão”. Ambas posições excluem a ideia de uma traição da estratégia e atribuiriam seu desfecho ao próprio desenvolvimento da mesma. Esta conclusão é a mesma a que chegamos Mansur et. al:

a lógica interna desta Estratégia, sua tensão permanente entre acúmulo de forças e ruptura, tende a constrangê-la nos marcos da ordem burguesa. Isto nos leva a afirmar que a Estratégia Democrática e Popular foi plenamente desenvolvida nos três sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores. A expressão mais clara de seu encerramento deu-se nas manifestações de Junho de 2013, ou “*jornadas de junho*”. A Estratégia Democrática e Popular, portanto, não foi abandonada, nem traída, nem rebaixada: ela foi realizada nas condições próprias que as suas contradições internas apontavam (MANSUR et al, 2014, p.22).

Há um setor da esquerda, incluindo uma esquerda socialista, que questiona esta tese e acha que o abandono/traição/rebaixamento da estratégia se deu pelo fato do governo do PT ter

feito uma opção política: para alguns, trair a classe trabalhadora e seu projeto, para outros privilegiar a disputa institucional à organização e mobilização do movimento de massa. Segundo eles, outra história teria sido se tivesse cumprido com a aplicação da estratégia original, implementando a política de pinça³⁹ (inserção no Estado junto com pressão dos movimentos de massa para realizar as reformas), e que teria sido esta opção política que levou ao apassivamento e despolitização da classe trabalhadora e sua derrota. Mauro Iasi menciona o exemplo de governos como o da Venezuela e da Bolívia como expressões de uma estratégia democrática popular radicalizada que potencializa a luta de classe, a diferença da experiência brasileira, mas que não sai das contradições de uma mediação democrática, radicalmente popular, que não avança na direção de uma ruptura socialista.

3.3 Acúmulo de forças, Estado, poder, classe, hegemonia, legalidade/clandestinidade/ruptura, socialismo/democracia, partido: concepções em disputa de estratégias em disputa

Para desatar os nós dessa polêmica e defender nossa tese precisamos voltar a um ponto central apontado na argumentação de Iasi e que procuraremos aprofundar aqui: o esvanecimento dos elementos que o PT negou da EDN, isto é a aliança com a burguesia e a meta socialista, se deve a uma certa concepção de acúmulo de forças que se torna central na EDP. Consideramos que uma determinada concepção de acúmulo de forças está atrelada a determinadas concepções de Estado, poder, democracia/socialismo, respeito da legalidade-ruptura-violência, partido; e que todas estas determinadas concepções estão atreladas entre si de forma unitária e coerente numa determinada estratégia. Consideramos importante aprofundar estas distintas concepções e sua articulação entre elas na EDP para demonstrar que ela foi realizada de acordo com as concepções que a embasaram.

Para isso, há um texto que nos parece chave analisar, já que aparecem estas diferentes concepções em disputa, pois foi fruto de um debate de 1986 entre intelectuais orgânicos do PT e da classe trabalhadora em geral que tiveram uma influência direta nas formulações do PT;

³⁹ CUT Quando percebeu que o PT abandonou seu projeto inicial? FREI BETTO Isso desaparece na campanha de 2002, quando o PT faz a opção de assegurar a governabilidade pelo mercado e pelo Congresso – daí as alianças e a “Carta aos Brasileiros”, que na verdade é a “carta aos banqueiros”. Ali, o **PT abandona sua matéria-prima, que são os movimentos sociais pelos quais deveria ter assegurado a governabilidade, como fez Evo Morales na Bolívia, que não tinha apoio no congresso, se apoiou nos movimentos sociais e, através deles, conseguiu mudar o perfil do congresso.** Hoje, ele tem apoio dos dois, é o presidente mais consolidado de toda essa safra progressista. O PT optou pelo mercado e pelo Congresso. Agora, está refém dos dois e pagando um preço muito alto. Tanto que chamou um homem do mercado para ver se melhora a economia e entregou a parte política para o PMDB.

trata-se de uma Mesa Redonda sobre a estratégia da revolução brasileira entre Carlos Nelson Coutinho, Francisco Weffort, João Machado e Theotonio dos Santos. As posições de Coutinho e Weffort expressam os fundamentos das formulações do PT e da EDP e as polêmicas que João Machado e Theotonio levantam nos permitem entender o porquê a EDP foi realizada de acordo as concepções que a embasaram e ao mesmo tempo o porquê consolidou a ordem burguesa. A partir da leitura desse texto formulamos algumas perguntas que nos parecem expressar os elementos centrais da polêmica entre os autores e ao mesmo tempo nos ajudam a percorrer os pontos cardinais que sustentam nossa tese: a partir da avaliação sobre o grau de “ocidentalização” de uma formação social há exclusividade entre guerra de posição e guerra de movimento? Na concepção de guerra de posição como revolução processual, o que se entende por acúmulo de forças? Há momentos de ruptura (ou de salto de qualidade) neste acúmulo (ou nessa disputa de hegemonia), e o que se entende por ruptura? O que fazer com a legalidade do Estado burguês: respeita-la, disputa-la “democraticamente” ou destruí-la? O que significa tomar o poder? Qual é a concepção de socialismo como processo de aprofundamento da democracia? Qual é a concepção de partido necessário para esta transição? Quando começa esta transição? Procuraremos responder a estas questões dando diretamente a palavra aos autores e comentando suas formulações.

O primeiro ponto chave deste debate é sobre o caráter da revolução a partir do grau de “ocidentalização” do Brasil. Coutinho (1986) argumentará a atualidade de uma revolução processual, entendida como “uma série de eventos que ocorrem numa fase histórica prolongada mais ou menos prolongada” (COUTINHO, 1986, p.132), a partir do grau de “ocidentalização” da sociedade brasileira:

creio que o Brasil está já a alguns anos num processo de “ocidentalização”, ou seja, a sociedade civil tem se tornado cada vez mais complexa em nosso país e a concepção que devemos ter do processo revolucionário ou de transformação socialista está muito mais próxima da concepção **processual** da revolução, da ideia de uma **“guerra de posição”** como estratégia dominante do processo revolucionário, do que a velha concepção de revolução explosiva (...) o sentido gramsciano de “ocidental” é, sobre tudo, político-social: sociedade “ocidental” é aquela sociedade onde há uma disseminação do poder pelos múltiplos aparelhos da sociedade civil, sem sua concentração exclusiva no Estado-coerção (COUTINHO, 1986, pp. 132-133).

Weffort apoiará a posição do Coutinho explicitando mais os argumentos:

O Brasil de hoje, o Brasil dos anos 80 – confrontado com o Brasil dos anos 50 – é um Brasil policêntrico. Não existe nenhuma Paris, nenhuma Petrogrado e nenhuma Havana, a qual as tropas revolucionárias acorram num momento de triunfo. Não existe Palácio de Inverno para tomar (...) o que é a sociedade ocidental? (...) as formas de dominação dentro da sociedade não são articuladas apenas no Estado (não apenas através da coerção, nem apenas através do direito) mas também através da

ideologia, da educação, da religião, de todas as formas de vida social e cultural que se imagine (...) isso não significa que o conceito de revolução tenha perdido sentido. Significa, porém, que o conceito de revolução muda. A ideia de revolução processual não é a perda do sentido da ideia de revolução. É, pelo contrário, a atualização do sentido da revolução (WEFFORT, 1986, p. 143).

A primeira observação importante fazermos sobre esse ponto é que tanto Coutinho como Weffort atrelam “ocidentalização” à revolução processual ou guerra de posição, como se houver uma exclusividade da guerra de posição ou revolução processual nas sociedades “ocidentais”: como vimos antes, este não é o sentido que o Gramsci dá a “guerra de posição”, mas sim o dos intérpretes eurocomunistas. Gramsci não exclui o uso da força nas sociedades “ocidentais”, apenas alerta que nestas sociedades onde “o Estado é só uma trincheira avançada, atrás da qual esta uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas” (GRAMSCI, 2001, p. 866, *Quaderno 7 § 16*) não é suficiente a força para aniquilar os adversários, mas será preciso também o “estabelecimento de inúmeras trincheiras, o que envolve uma extensa organização industrial, técnica, de abastecimento e de unificação de massas humanas dispersas, de forma a que tais trincheiras atuem como espaços que combinam defesa e ataque” (FONTES...) e destaca a importância da formação de uma “vontade coletiva nacional popular” e de uma “reforma intelectual e moral”⁴⁰ das quais o partido, ou o “moderno príncipe”, será o principal impulsionador e organizador (GRAMSCI, 2001, pp. 952-953, *Quaderno 8 § 21*). Mauro Iasi concordando com esta posição afirma que:

para **Gramsci** não se trata de abandonar a guerra de movimento ao assumir a guerra de posições, uma vez que ele **não abdica da tomada do poder de Estado, sua destruição e substituição por um Estado proletário**. A guerra de posições, a disputa de hegemonia, antecede e prepara o assalto ao poder, portanto **em algum momento a guerra de posições deve virar guerra de movimento**” (IASI, 2014b, p. 94).

Na Mesa Redonda João Machado levantará essa mesma questão como, a nosso ver, uma das centrais do debate, pois terá desdobramentos sobre outros pontos chave, em particular sobre a questão do acúmulo de forças e dos momentos de ruptura nesse acúmulo:

colocar o problema dessa forma – revolução explosiva versus revolução processual – não é bom. Acho que qualquer revolução que seja propriamente uma revolução, isto é, uma mudança radical das bases sociais, econômicas, políticas do país, **tem um determinado momento explosivo**. Isso é decisivo e tem que ser enfatizado. Por mais que possamos reforçar a importância de um período de acumulação prévia, ou coisa que o valha, esse momento explosivo não pode ser afastado, a não ser que admitamos a ideia que as classes dominantes no Brasil ou em outro país vão se conformar com a perspectiva de entregar pouco a pouco o poder, o que não me parece de maneira nenhuma uma perspectiva realista (...) um momento “explosivo”

⁴⁰ Que já vimos que para o Gramsci “não pode estar desvinculada de uma reforma econômica” já que “tem seu fundamento no núcleo decisivo da atividade econômica”, ou seja nas relações sociais de produção (formas de propriedade e divisão social do trabalho).

é obrigatório; um momento de enfrentamento entre, vamos dizer, blocos sociais antagônicos, de disputa de poder político. **A vitória da revolução vai significar a destruição de um determinado tipo de Estado e a construção de um outro tipo de poder político** (MACHADO, 1986, p.136).

A posição de Iasi e Machado, que suportam nossa tese de que não há uma exclusividade entre guerra de posição e guerra de movimento nas sociedades “ocidentais”, mostra que é imprescindível o momento da guerra do movimento (colocando a questão do poder, da toma do poder do Estado, sua destruição e a construção de outro poder e outro Estado) ou da ruptura nesse “processual” acúmulo de forças da guerra de posição e nos levam a outros pontos do debate, todos concatenados entre eles: o que se entende então por acúmulo de forças e, a partir disso, qual é o arco de alianças a ser construído (e como se preserva e fortalece a independência de classe nesta aliança) e o que fazer com o Estado burguês e sua legalidade (essa questão estará no centro do debate sobre as diferentes concepções da revolução chilena que veremos mais a frente).

Machado reconhece a validade de pensar na guerra de posição como momento de acúmulo de forças, mas esclarece o que ele entende por acúmulo de forças:

não podemos esquecer a componente da guerra de posição já que o enfrentamento precisa ser preparado e portanto pressupõe um acúmulo de forças. Em particular pressupõe a **conformação de um bloco social das classes e setores dominados**, explorados, oprimidos, para enfrentar as classes dominantes, pressupõe o **aumento do nível de organização** desse bloco, pressupõe o **desenvolvimento de uma consciência de um projeto revolucionário claro**, que dê a este bloco condições de enfrentar o poder, de disputar o poder, que não se coloca em qualquer momento mas pressupõe uma situação específica que podemos chamar de crise revolucionária (...) esse processo de acumulação prévia, de guerra de posição ou revolução processual anterior ao momento do enfrentamento, para conduzir a bom resultado tem que se dar na perspectiva de uma revolução que deverá ser **hegemonizada fundamentalmente pelo proletariado**, tem que se dar numa perspectiva de **independência de classe**, e essa é possivelmente uma das questões mais importantes a enfatizar, pois é provavelmente polêmica. Ou seja: deve-se ter claro que tipo de acúmulo de forças os setores revolucionários devem buscar, para avançar na direção da revolução. Devemos ter claro o que constitui de fato o fortalecimento desse campo, e ali acho claro que é: o fortalecimento das organizações próprias da classe operaria e do proletariado no sentido amplo (...) assim, o decisivo em termos de **acúmulo de forças**, de preparação para o enfrentamento com o Estado burguês, com as classes dominantes, **é o fortalecimento do campo operário-popular**. É claro que, além disso, pode haver alguma conquista de espaço no interior do próprio Estado burguês, por exemplo a conquista de uma prefeitura, de um governo estadual, mas isto é secundário, e acho que deve ser visto fundamentalmente como conquista de pontos de apoio para uma luta geral e não como início de um processo de mudanças que se faria pouco a pouco. (MACHADO, 1986: pg. 137).

Compartilhamos desta concepção de acúmulo de forças entendida como o “fortalecimento de um campo operário-popular” hegemonizado pelo proletariado com independência de classe e que se fortalece na medida que “aumenta o nível de sua

organização, da consciência de um projeto revolucionário claro” e, agregaríamos, da ação revolucionária desse bloco contra a burguesia que lhe permita de se constituir enquanto classe. Ou seja, é a concepção de um acúmulo de forças que cresce na medida em que se “constrói a classe”, ou mais precisamente, na medida em que se controle o poder dos/as trabalhadores/as enquanto classe.

Weffort e Coutinho questionarão esta posição do Machado sobre esses dois pontos chave do debate: a necessidade de um momento de ruptura (salto de qualidade) nesse acúmulo de forças e o arco de alianças a construir, questões vinculadas entre elas e por sua vez estritamente relacionadas com a concepção de democracia, socialismo, respeito da legalidade burguesa e, a partir de tudo isso, da forma de partido necessária para esta transição.

Alguém vai dizer que há rupturas. Sim, é evidente, **as rupturas estão ocorrendo todo dia!** Quem pensa que a revolução processual é uma espécie de “água de laranja” do processo revolucionário se engana. O que ocorre no Brasil, por exemplo, é de uma notável brutalidade. Se o problema é a violência, o sangue está correndo na rua, é só querer ver. É só ver quanto se mata de liderança camponesa, ou quanto morre de criança na cidade de São Paulo. É só ver o dengue no Rio de Janeiro. A violência deixou de ser algo que pudesse ser controlado pelo Estado liberal, pelo menos em sua forma clássica, o famoso Estado Guardião. **A violência se dissemina na sociedade**, como fora antes do Estado liberal. Numa sociedade como essa como recolocar o problema da violência no processo de transição revolucionária? A ideia de revolução como acontecimento à volta do Estado é afim a ideia do Estado como centralizador da violência. Podia-se pensar, então, num anti-Estado que era o partido revolucionário, que definia uma estratégia na qual ele incluía também um cálculo sobre a sua própria capacidade de violência. Quando se falava de **destruição do Estado** falava-se de um partido que deveria ser capaz de reproduzir na luta contra a classe dominante a violência que o Estado produzia contra as classes populares ou contra o povo. Esta possibilidade não existe na sociedade americana. **Não existe no Brasil. O que existe é a possibilidade de uma grande luta social, multifacetada, diferenciada em todas as frentes.** Aí a questão do socialismo e a questão da democracia não se dissociam. No Brasil, a luta pela democracia é já, aqui e agora, uma luta pelo socialismo (...) o desenvolvimento do capitalismo, nas circunstâncias em que se deu aqui, levou a um casamento entre a concentração do poder burocrático (militar) do Estado e a concentração do grande capital sob as formas de monopólio e oligopólio. Nesta sociedade temos uma **fusão entre concentração do poder e concentração do capital, de tal modo que construir a democracia no Brasil é conferir a sociedade capacidade de controle e de gestão sobre a economia.** Neste sentido, construir a democracia no Brasil, é indubitavelmente, colocar o problema da socialização da produção (WEFFORT, 1986, p. 143-144).

Vários aspectos merecem ser destacados nessa passagem que, apesar de ser de autoria de Weffort é compartilhada por Coutinho, que diz explicitamente “difícilmente poderia defender minhas posições com tanto brilhantismo quanto o Weffort o fez”.

Primeiro, dizer que as rupturas acontecem todos os dias e que a violência está disseminada na sociedade, e está em todas as atividades políticas possíveis, é como dizer que as revoluções e a luta pelo poder acontecem todos os dias; este é alias o *leit motiv* do discurso

pós-moderno de acordo com o qual o poder esta em todos os lados, em todas as relações humanas, ele esta difuso na sociedade (na relação pai-filho, padre-fiel, professor-aluno, homem-mulher, etc.) e, portanto, não adianta tomar o poder do Estado mas o que é preciso é transformar estas micro relações de poder todos os dias; cada luta em cada um desses espaços é uma revolução e se todo mundo fizesse sua própria revolução chegaríamos a uma sociedade emancipada. Pena que esse discurso ignora o fato que a violência “da criança da cidade de São Paulo” ou “do sangue que corre na rua” é fruto do exército de reserva produzido necessariamente numa sociedade capitalista ou a violência do “dengue no Rio de Janeiro” é fruto da falta de uma política de prevenção (já que isso não gera lucros para os monopólios farmacêuticos) e do sucateamento do SUS e a transferência do fundo público as empresas de saúde OS, ou a violência de gênero é a daquele/a trabalhador/a que volta em casa depois de ter trabalhando 10 horas mais 3 a 4 horas de deslocamento, recebendo um salário miserável, sendo hostilizado pelo patrão, insultado pelo motorista (que esta trabalhando há 12 horas), parado pela polícia que o esculachou ou forjou, e ainda está com uma doença que não sabe como curar porque a fila do SUS tem uma lista de espera de 3 meses; ou seja, as violências ao que se refere Weffort fazem todas parte de uma violência maior que é a causa fundante destas: as permanentes expropriações do capital ao trabalho; com isso não estamos dizendo que não seja importante e necessário lutar desde já, por exemplo, contra qualquer tipo de violência de gênero, mas não podemos ter a ilusão que ela acabe no marco de relações capitalistas.

Sobre a questão das rupturas Coutinho concorda no essencial com Weffort embora tem uma formulação mais sofisticada que está relacionada com sua concepção de democracia como *pressuposto repostado* da luta pelo socialismo:

estou convencido - e creio que Weffort também falou sobre isso – de que a **processualidade da transição** absolutamente **não elimina momentos de ruptura**. Apenas penso que não se pode mais conceber a transformação como uma ruptura única, situada num Dia-D, mas como **uma série de rupturas** (...) minha concepção processual de transição ao socialismo requer de uma progressiva introdução na sociedade do que eu chamaria de **“elementos de socialismo”**. Por exemplo: um dos traços do socialismo é **o controle publico de setores básicos do aparelho econômico**. Ora, no Brasil o papel do Estado na economia é imenso. Então, o simples fato de que venha a existir no Brasil um Estado democrático, no qual haja um **controle democrático efetivo sobre esse setor da economia sob propriedade estatal**, esse fato permitiria já incluir na vida social brasileira elementos de socialismo. De modo mais amplo, eu diria que a democracia é um *pressuposto* da luta pelo socialismo, mas um pressuposto que é, ao mesmo tempo, sempre *reposto*. Não se pode lutar pelo socialismo sem se lutar pela democracia, e não se pode construir o socialismo sem continuar aprofundando a luta pela democracia. **A democracia se relaciona com o socialismo como um *pressuposto repostado***. Ela é um ponto de partida e um ponto de chegada, mas um ponto de chegada que serve novamente como ponto de partida, e assim permanentemente. E essa reposição não é uma reprodução simples, mas uma reprodução ampliada (COUTINHO, 1986, pp.145-146).

Mas o discurso de Weffort vai mais longe pois se a violência já está disseminada na sociedade ela não estaria mais centralizada no Estado (como nas sociedades “orientais”) e portanto não faria sentido construir um partido como anti-Estado⁴¹, como prefiguração de outro Estado. Nas sociedades “ocidentais”, diz ele, “temos um fenômeno de estatização, em sentido amplo, da sociedade. Significa dizer que o Estado se sustenta numa rede imensa de associações privadas, isto é, nas escolas, empresas⁴², instituições em geral, etc.” (WEFFORT, 1986, p.149). Portanto no Brasil (sociedade “ocidental”) **não existiria a possibilidade da destruição do Estado**, mas apenas o fomento “de lutas, multifacetadas em todas as frentes”, portanto “amplas”, ao igual que as alianças que terão que ser construídas, porque quanto mais amplas forem mais poderiam ter força⁴³.

Quando João propõe a acumulação de forças no sentido da formação de um bloco operário-popular, acho respeitosamente que ele estreita o campo possível. E estreita o campo possível em prejuízo do próprio movimento, da própria transformação. **Se a luta pela democracia é a luta pelo socialismo** a consequência política é que **este bloco não tem como ser operário e popular**. Tem que ser democrático-popular, **tem que ser muito mais amplo** (...) estamos longe do eixo clássico da relação de produção em que o eixo da atividade política global de um grupo se definiria em função dos seus interesses no processo de produção. Na medida em que incluimos mais gente, mais as pessoas entram, em função da posição que ocupam no eixo de dominação, no sistema de dominação social e no sistema de dominação política. Ao passar do conceito de bloco operário popular para o conceito de bloco democrático-

⁴¹ Partido que, segundo ele, “reproduziria contra a classe dominante a mesma violência exercida pelo Estado contra as classes populares”. Aqui também há uma concepção de violência como algo acima das classes, como se a violência é a mesma independentemente da classe que a exerce (como se a violência dos Comunistas em Paris fosse a mesma violência do exército de Thiers, ou a violência dos guerrilheiros de El Salvador, Nicarágua, Cuba fosse a mesma daquela dos soldados dos exércitos genocidas dos governos títeres do imperialismo norte-americano). Quando Silvio Rodriguez canta “la era esta pariendo un corazón” se referindo ao surgimento de movimentos guerrilheiros na América Latina dos anos 70, ou “el comprendió que la guerra era la paz del futuro” numa canção em homenagem ao Che Guevara, ou quando o próprio Che diz que “um verdadeiro revolucionário é movido por grandes sentimentos de amor”, estas não são palavras de algum sentimentalismo ou idealismo barato mas expressam concepções sobre a violência e a guerra muito diferentes daquelas de Weffort e que tem fundamentos objetivos, pois é algo objetivamente inegável que a moral de combate de um guerrilheiro que entra voluntariamente nas fileiras de um exército, recupera sua dignidade humana e está disposto a dar sua vida pela libertação de seu povo do jugo capitalista-imperialista (ou seja a ação de um ser social que lhe permite se suspender ao humano-genérico e se sentir-atuar como parte de uma classe) é incomparavelmente maior que a de um soldado recrutado à força por um exército de um governo títere de um país imperialista e que comete toda forma de crimes e violações de direitos humanos; sem esse fator subjetivo não seria explicável um acontecimento objetivo como o triunfo da revolução cubana, em especial o fato que um grupo de 12 sobreviventes da expedição do *Granma* chegasse a triunfar sob um exército de uma neocolônia dos Estados Unidos; Florestan Fernandes explicará esse fenômeno ao dizer que a guerrilha cubana na Selva Maestra criou um novo poder fundado numa nova sociabilidade que prefigurou o novo Estado cubano após de 1959.

⁴² Interessante notar como para Weffort as empresas, entre as quais estão aquelas que produzem a mais-valia e portanto a riqueza de toda a sociedade, são apenas mais um dos espaços dessa imensa rede de associações privadas sob as quais o Estado se sustenta, mas não a principal.

⁴³ Esta foi a mesma posição de Berlinguer, Secretário do Partido Comunista Italiano, e de Corvalán, Secretário do Partido Comunista Chileno, quando diriam que a única forma de controlar o avanço da direita e do terrorismo na Itália e do fascismo no Chile seria ampliando a aliança com as Democracias Cristãs, respectivamente da Itália e do Chile, que no caso da Itália levou ao “compromisso histórico” e a claudicação definitiva do PCI na sua “via italiana ao socialismo” e no caso do Chile ao Golpe de Estado de Pinochet. O erro teórico-político desta posição é achar que a força, numa sociedade de classe, se encontra na maioria da população e não na força das classes (voltaremos sobre esse tema mais à frente).

popular, incluímos tanto aquele tipo de luta que diz respeito ao campo da relações de produção, quanto aquele tipo de luta que diz respeito ao campo das relações de dominação, que são muito mais amplas e mais complexas eixo (...) temos que manter um critério de independência de classe e isso é difícil. Por exemplo, **manteríamos facilmente a independência de classe se não tivéssemos ainda uma preocupação política.** Simplesmente **porque estaríamos sempre iguais** a nós mesmos na nossa identidade (corporativa) de classe. O problema é que a identidade de classe na política só se resolve num quadro de relações políticas, isto é, só se resolve na luta política. Não vamos resolver a questão da identidade de classe fazendo uma tautologia. Quer dizer, se nos somos um bloco operário-popular, o problema da identidade de classe esta resolvido. Por que? Porque nós estamos com nós mesmos! O meu problema é manter a identidade de classe – bem como a identidade da luta socialista e a perspectiva da transformação da sociedade – no processo de uma luta na qual se incluem elementos heterogêneos, diferentes. Numa luta, portanto onde nossa **identidade de classe não esta antecipadamente garantida, onde tem que ser conquistada a cada dia** (WEFFORT, 1986, pp. 149-150).

Aqui Weffort confunde independência e identidade de classe ao dizer que “manteríamos facilmente nossa independência de classe se estivéssemos entre iguais”, ou melhor, ele entende classe como algo estático, como aquele setor da sociedade que ocupa um lugar nas relações de produção e que luta por reivindicações corporativas (ou seja, a classe que está no estágio de “classe em si”), diferente de classe como processo de formação de um setor dos trabalhadores que podem adquirir consciência das contradições da sociedade capitalista e lutar pela sua superação (“classe para si”), e esse processo justamente só pode-se adquirir através do fortalecimento da independência de classe, ou seja, da independência com relação ao projeto e aos interesses da burguesia e de seu Estado. Portanto, um sindicato como espaço de “congregação entre iguais” pode ter ou não ter independência de classe.

Mas voltamos sobre a questão das alianças: para Weffort “se a luta pela democracia é a luta pelo socialismo o bloco não pode ser operário-popular, mas muito mais amplo, democrático-popular”, portanto, a questão da abertura do arco de alianças estaria vinculada com a concepção de democracia que por sua vez assume um valor estratégico, diria Coutinho, na luta pelo socialismo, pois a partir do processo de “ocidentalização” da formação social brasileira com a crise da ditadura haveria um salto de qualidade, uma oportunidade para que “o Brasil se torne definitivamente uma sociedade de tipo “ocidental”, isto é, democrática”, para que se realizem as “tarefas democráticas em atraso” e se avance progressivamente ao socialismo. Para isso, diz Coutinho:

Parece-me **necessário ainda**, neste período ou “etapa”, **uma aliança ou acordo**, no nível político, **entre a esquerda e os liberais** (...) Na medida em que ainda há muito a fazer no sentido de consolidar a sociedade civil, penso que essa aliança com os liberais é conjunturalmente importante, o que não anula, a necessidade de criar um bloco das esquerdas e começar desde já a brigar pela hegemonia. Mas ao lado desse aspecto conjuntural da aliança com os liberais, penso também num determinado acordo de longo prazo, um acordo que eu chamaria de estrutural, um verdadeiro

“compromisso histórico”, um acordo em torno da defesa comum das regras do jogo mínimas. Vejam bem: ao contrário da luta livre, o boxe tem determinadas regras, o ringue tem tantos metros quadrados, não se pode bater abaixo do calção, não valem os pontapés, etc. Mas nem por isso o boxe deixa de ser uma luta. Penso que há liberais interessados em que a batalha entre eles e nós se dê segundo as regras do boxe e não como uma luta livre. Então se tivermos cacife suficiente para negociar com os liberais a construção e conservação de determinadas regras do jogo político, regras de tipo liberal democrático, que permitissem ao mesmo tempo um aprofundamento no sentido de formas mais participativas, então isso será muito bom para o avanço efetivo das lutas sociais no Brasil (COUTINHO, 1986, pp. 133 e 154).

Aqui Coutinho desconsidera o fato que a burguesia, ainda quando decida lutar publicamente o boxe nunca deixa de treinar clandestinamente a luta livre, pois esta outra forma de luta sempre é uma possibilidade para ela, que vai usar quando lhe convém, principalmente em caso de crise de hegemonia. O Estado burguês ainda quando aceita incorporar demandas da classe trabalhadora nunca vai abdicar do uso da coerção. Mauro Iasi expressa isso da seguinte forma:

O Estado-classe não pode se reduzir à formação do consenso e a hegemonia tem que ser couraçada de coerção. **A democracia não implica abdicar da coerção, ela a pressupõe** (...) a classe dominante, como aconselhava Maquiavel, nos tempos de paz, pensa nas coisas da guerra. No entanto, os trabalhadores que seguiram pelo caminho da disputa legal no interior de uma ordem legal e jurídica estabelecida estariam, por princípio, impedidos de uma alteração abrupta que levasse da guerra de posições para a guerra de movimentos (IASI, 2014b, p. 93).

Aqui entrariamos numa das armadilha da EDP: o salto de qualidade, representado por Coutinho pela crise da ditadura e a passagem de uma “dominação sem hegemonia” a uma “dominação com hegemonia”, implicaria na necessidade de disputar esta hegemonia (de acordo com a concepção eurocomunista e de Coutinho de hegemonia) e para isso de uma aliança ampla para definir “as regras do jogo”, portanto o respeito a legalidade do Estado burguês, retirando a possibilidade de uma ruptura dessa legalidade por parte dos trabalhadores (ao menos que a burguesia a quebrasse) ou qualquer momento de guerra de movimento; mais que um salto de qualidade pareceria uma camisa de força para os trabalhadores, uma perda de sua autonomia e independência de classe sobre as possibilidades de escolher as melhores formas de luta a partir da análise concreta de cada situação concreta.

Vemos, portanto, como o tema das alianças “respeito das regras do jogo” remete ao tema da legalidade/clandestinidade da luta (que por sua vez implicará na forma de partido necessária para esta luta). Enquanto a burguesia se prepara para jogar sempre nos dois lados (legal e secreto) os trabalhadores estariam presos na legalidade burguesa e teriam que se preocupar das ações clandestinas só se a burguesia quebrar esta legalidade, ou seja, agiriam sempre de forma defensiva e despreparada. O tema da violência revolucionária foi sempre um

tabu dentro do PT, pois afastaria os setores aliados, e além do mais não faria sentido colocá-lo já que a violência, como já vimos acima, estaria disseminada por todos os poros do Estado “ampliado”:

Posso imaginar alguém dizendo “pelo amor de Deus! Mas toda política pressupõe violência”. Ao que eu responderia: exatamente porque toda política pressupõe violência é que a possibilidade da violência esta em todas as atividades políticas possíveis. **Se vier a ocorrer um momento – ou momentos – de violência, a situação terá que ser enfrentada quando ocorrer**, nas circunstancias em que ocorrer (WEFFORT, 1986, p. 149).

Em 1987, justo um ano após a Mesa Redonda, num texto de disputa política interna dentro do PT, Mauro Iasi confronta diretamente esta posição “recuperando o marxismo”, de onde vem o título do documento, e coloca a questão da seguinte forma:

Aquele que ainda não perdeu de vista o marxismo sabe que a questão é a relação dialética entre ação legal e clandestina. **A questão é como aproveitar o espaço da ação legal para criar uma organização e uma estrutura que nos sirva de suporte para uma eventual (não quero que seja tão eventual) necessidade de utilização de meios clandestinos** para continuar a luta ou leva-la a um estagio mais avançado. Muitos simplificam a questão afirmando: não estamos numa época em que se precise falar em clandestinidade. Primeiro tal argumento desconsidera que da supremacia da burguesia tal época de plena legalidade não existe, ainda mais em se falando de uma transição conservadora que deixou intato todo o aparato repressivo da ditadura. Em segundo lugar que vão se montar uma estrutura de suporte para a ação clandestina no momento em que a virada do jogo politico impõe o terror da reação burguesa ao movimento operário. **A legalidade serve exatamente para isso – para preparar a ilegalidade e não para distribuir ilusões na forma de folhetos e materiais eleitorais que tentam convencer a burguesia que “não somos tão radicais assim (...) nessa confusão terrível entre objetivos táticos e estratégicos acabamos caindo no paradoxo de na legalidade lutar pela legalidade** [esse será exatamente o mesmo paradoxo que enfrentará a Unidad Popular na revolução chilena]. Alguns outros nem sequer colocam tal questão atribuindo uma linearidade ao processo de **crescimento do movimento que chegaria pela via do convencimento da maioria da sociedade ao consenso da necessidade da transformação socialista**. Isto quer dizer, amargamente, que depois do esforço de Marx e Engels para transformar o socialismo utópico em científico, muitos hoje **empreendem a árdua tarefa de transforma-lo de científico em utópico** (IASI 1987).

Creemos que assim como a guerra de posições não exclui a guerra de movimento e o acúmulo de forças nas posições ocupadas serve para preparar a ruptura para destruir o velho Estado e construir outro Estado, a legalidade serve para preparar a ruptura dessa mesma legalidade e não para ficar preso nela como um “enxame de moscas”, como diria o Gramsci. Ruptura não como qualquer acontecimento de violência da vida cotidiana dos trabalhadores ou da micro-pequena política. Ruptura para nós é a negação do todo e não apenas das partes; é um salto de qualidade de uma totalidade para outra, significa romper com a ordem do capital para passar a uma ordem dirigida pelos trabalhadores, significa passar da ditadura da burguesia à ditadura do proletariado, significa romper com o Estado burguês, no seu conteúdo

e na sua legalidade; portanto, revolução não é qualquer ato de questionamento de algum micro-poder; revolução é a alteração de um regime de propriedade de uma sociedade e, no caso da revolução socialista, é a socialização dos meios de produção, do poder político, da cultura, do conhecimento e da técnica. Se para Prado Jr., Coutinho, Weffort e o PT a revolução é um longo processo histórico de reformas sociais, políticas, econômicas, um processo para chegar a tomar o poder onde desaparece o momento da ruptura socialista; cremos-nos que “não há nenhum processo de longas transformações que não se resolva sem saltos de qualidade. A ideia de revolução como longo processo abole a revolução como ato político” (IASI, 2012). Antes o legalismo e o politicismo idealista lembramos da frase de Fidel: “Una revolución no se hace con la ley, sino se hace la revolución y la ley viene detrás de la revolución” (CASTRO, 1983).

A questão da ruptura ou das “rupturas” (como entendem Weffort e Coutinho) então nos parece central para entender os limites e o desfecho da EDP. José Paulo Netto dissocia o atrelamento necessário entre ruptura e violência, mas enfatiza o conteúdo necessariamente de classe da ruptura:

O ato de forças não consistiria obrigatoriamente num conjunto de ações de violência, seletiva ou não, mas consistiria necessariamente, na **ruptura com uma dada legalidade**, com uma dada institucionalidade – em suma, consistiria na **eliminação do fundamento econômico, político e jurídico**, mas também cultural e psicossocial de classe burguês do poder político (NETTO, 1990, p. 94).

Tanto Marx como Lenin já tinham alertado sobre esta necessidade da ruptura de legalidade burguesa ao analisarem a experiência da Comuna de Paris; “a classe operária não pode apossar-se simplesmente da máquina de Estado já pronta e fazê-la funcionar para seus próprios objetivos” (MARX, 2008, p. 399). Romper com uma legalidade para eles não significava apenas mudar leis, constituições ou as instituições do Estado, mas quebrar o poder burguês (que se fundamenta no controle dos meios de produção e do processo de produção da riqueza como um todo) e instaurar um novo poder, que terá uma nova qualidade porque assentado em novas relações materiais de produção, assim de novo vemos como para eles há uma unidade indissociável entre política e economia; a ruptura da legalidade burguesa representa um salto de qualidade porque se trata de uma dominação de uma qualidade diferente, uma nova democracia (ou ditadura do proletariado) que nega a si mesma e começa a extinguir-se.

Tomar o poder para Marx não significa, portanto, apenas se apossar da máquina do Estado burguês ou conquistar espaços nele, mas romper com esse Estado, e a condição

imprescindível para esta ruptura é atribuir um novo conteúdo ao Estado (como no exemplo da Comuna, abolindo a propriedade privada, introduzindo a equivalência de remuneração dos funcionários públicos e a revogabilidade dos seus mandatos, suprimindo o exército permanente e substituindo este pelo povo armado, etc.). Engels falará que a Comuna de Paris implicou na “destruição do poder do Estado até aqui existente e sua substituição por um novo na verdade democrático... a ditadura do proletariado”

Em *Estado e a revolução*, ao falar sobre a Comuna, Lenin diz:

A Comuna contentava-se por assim dizer, em substituir a máquina do Estado quebrada por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, elegibilidade e imobilidade de todos os funcionários. Na realidade, ela "contentava-se", assim, em substituir - obra gigantesca - certas instituições por outras instituições essencialmente diferentes. É esse, justamente, um caso de "transformação de quantidade em qualidade": a democracia, realizada tão plenamente e tão metodicamente quanto é possível sonhar-se, tornou-se proletária, de burguesa que era; o Estado (essa força destinada a oprimir uma classe) transformou-se numa coisa que já não é, propriamente falando, o Estado (LENIN, 1961).

A ruptura com o poder burguês (econômico, político e militar) é a condição imprescindível para a socialização do poder político, algo bem diferente da socialização da política, entendida como a criação de novas organizações no seio da sociedade civil a partir da complexificação da sociedade. Também é verdade que esta ruptura, ainda que seja necessária para a socialização do poder político, não é suficiente, pois eliminar a propriedade privada dos meios de produção, estatizando-os, não é garantia para sua socialização, ou seja, para seu controle por parte dos trabalhadores e para o controle do processo de produção da riqueza e da vida social como um todo (assim como várias experiências socialistas do sec. XX mostraram onde esse poder foi expropriado por uma casta, a burocracia). Será ali que a ruptura terá que ver também com a instauração de uma nova democracia que definha quanto mais se desenvolve. De novo José Paulo Netto enfatizará esse aspecto:

O **pensamento socialista revolucionário**, assim, **valoriza as exigências democráticas** assumindo-as como inseridas na dinâmica do processo revolucionário; vale dizer: *valoriza-as exatamente quando rompe com a hipostasia da democracia* (NETTO, 1990, p. 83).

A valorização da democracia para os socialistas não seria algo universal e abstrato (portanto, sem conteúdo de classe), mas estaria necessariamente associada a um salto qualitativo da própria democracia que se dá na ruptura com a própria democracia, isto é, quando a democracia deixa de ser a ditadura da burguesia para se tornar ditadura do proletariado. Aqui Netto resgata o caráter classista de democracia, desta forma, aquela concepção de democracia atrelada à ditadura, como unidade de contrários, onde a democracia

é sempre ao mesmo tempo o seu contrário (uma ditadura de classe) e esta “se valoriza”, ou seja, muda de qualidade (de ditadura da burguesia para ditadura do proletariado) quando “rompe a hipostasia da democracia”, quando nega a ela mesma, isto é, quando nega a ditadura da burguesia para se tornar ditadura do proletariado. Este salto qualitativo corresponderia à passagem da *democracia-método* para a *democracia-condição social*

Por **democracia-método** deve entender-se o conjunto de mecanismos institucionais que, sob forma diversas (mais ou menos flexíveis), numa dada sociedade, permitem, por sobre a vigência de **garantias individuais**, a livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais; quanto à **democracia-condição social**, ela não é um simples conjunto de institutos cívicos, organizados num dado ordenamento político, mas um ordenamento societário em que todos, a par da livre expressão de opiniões e opções políticas e sociais, tem **iguais chances de intervir** ativa e efetivamente nas decisões que afetam a **gestão da vida social** (NETTO, 1990, p. 85).

Ora, para ter iguais chances de intervir nas decisões que afetam a gestão da vida social há uma condição imprescindível: a socialização dos meios de produção e o controle do processo de produção como um todo por parte da classe trabalhadora.

A estrutura econômica que lhes é própria [a cada formação social] **põe à democracia um limite absoluto**: ela **só se generaliza e universaliza** enquanto não desborda para um ordenamento político que requeira uma organização societária fundada na *igualdade social real*, ou seja, **na igualdade em face dos meios de produção** - a estrutura capitalista só é compatível com a *democracia-método* (NETTO, 190, p. 76-77).

Theotonio dos Santos (1980) vai na mesma linha de raciocínio de Netto e traz mais elementos que permitem historicizar o debate sobre a relação democracia e socialismo entendendo a **revolução socialista ao mesmo tempo como uma culminação e um rompimento radical com a revolução democrática iniciada pela burguesia no século XVIII**:

É uma culminação porque somente o socialismo pode transformar em realidade os ideais que a burguesia despertou no início da sua revolução, mas que ela só pode realizar como um direito abstrato e formal. Foi dessa maneira que a **igualdade** de todos os homens **diante da lei não pode trazer a igualdade de oportunidades econômicas** e sociais, diante da monopolização, concentração e centralização dos meios de produção pelo capital. A **liberdade política e individual não pode trazer** para a humanidade **o meio concreto e de autogestionar o Estado em favor das maiorias**, porque o Estado democrático burguês estava submetido ao controle do poder econômico e transformado em um aparelho de execução dos interesses do capital, que afasta cada vez mais a representação da vontade cidadã do real poder de decisão. O **voto universal** se revelou **incapaz de garantir controle do cidadão sobre a política e o Estado**, ao separar a representação política da participação autêntica da cidadania organizada. A **manipulação da cultura e dos meios de informação** pelo capital impediu o pleno desenvolvimento da consciência e do conhecimento indispensável para a participação política e a verdadeira liberdade de informação que a democracia burguesa prometeu (DOS SANTOS, 1980, p.64).

CNC também concordaria com esta formulação, de entender o socialismo como a

culminação, ou melhor, a realização dos ideais da revolução burguesa e de fato afirmava que não há democracia sem socialismo; entretanto, também afirmava que não há socialismo sem democracia (sem qualificar de que democracia estaríamos falando já que para ele as conquistas da revolução democrática burguesa têm um valor universal). Eis aqui o nó da questão que diz respeito de novo com a questão da ruptura: dizer “não há socialismo sem democracia” não é a mesma coisa que dizer “não há socialismo sem ditadura do proletariado”, pois a segunda afirmação implica uma ruptura de uma democracia (ditadura da burguesia) para outra democracia (ditadura do proletariado) que a primeira afirmação não contempla. Theotonio explicita os termos desta ruptura.

Ao mesmo tempo o socialismo é um rompimento com essa democracia. Primeiro porque **separa radicalmente o direito político do indivíduo do direito à propriedade privada dos meios de produção**, opondo-se à falsa unidade teórica entre esses dois termos tal como se apresenta na ideologia burguesa. Segundo, porque **institui a representação de classe** e sua organização política como princípio de ordenamento do Estado, superando a fantasia a-classista proposta pela democracia burguesa e seu falso conceito de cidadão como indivíduo totalmente independente da sua condição social. Terceiro, porque muda radicalmente as relações de produção ao permitir a remuneração do trabalho segundo o princípio da participação na produção e institui a planificação global e obrigatória da produção. Com isso **destrói o direito de livre contratação** que é um dos pilares do liberalismo burguês. O socialismo rompe ainda mais com a democracia burguesa ao ter por objetivo a superação histórica da escassez, da contradição entre campo e cidade, da existência das classes sociais, e **ao pretender instituir uma sociedade baseada na remuneração do indivíduo segundo suas necessidades** e de pedir-lhe sua contribuição à sociedade conforme sua capacidade. Esses princípios, que darão origem a um modo de produção novo (o comunismo) **rompem absoluta e radicalmente com a própria ideia do Estado, que representa o governo do homem sobre o homem, e com a necessidade de qualquer forma de governo constritiva; isto é, ao eliminar toda forma de governo, supera a democracia como realidade e como objetivo**. Para alcançar esses objetivos históricos é necessário, no entanto, assegurar pelo próprio caminho de dominação que outras classes utilizaram no passado, a transição para a nova sociedade. O Estado, baseado em uma democracia que assegura a hegemonia da classe revolucionária, o proletariado, será uma necessidade inevitável da etapa socialista. E **ao falar de Estado**, os marxistas (como os liberais) **falam da hegemonia da força, da soberania e da violência organizada**, portanto, do que se chamava no século XIX, a ditadura de classe (DOS SANTOS, 1980, pp. 65-66).

Podemos resumir este debate sobre a ruptura da seguinte maneira: a condição imprescindível para a socialização do poder político é a ruptura com ordem burguesa, portanto, a socialização dos meios de produção e a ruptura com a legalidade e a institucionalidade burguesa; é essa ruptura a única que produz o salto de qualidade de democracia método para democracia condição social.

Voltando à EDP, além de não existir um Dia-D para a transição socialista, pois não existe uma ruptura, mas múltiplas rupturas (para Weffort em todas as ações políticas e para Coutinho na “introdução dos elementos do socialismo”), no socialismo haveria um

“pluralismo social”, isto é, uma economia mista com diferentes formas de propriedade, incluindo a propriedade privada dos meios de produção permanecendo assim formas de exploração do trabalho e de apropriação privada da riqueza socialmente produzida, portanto, há uma concepção de socialismo como uma redistribuição mais democrática da mais-valia produzida mas que não implica na extinção das classes nem dos pilares do Estado Burguês: 1) garantir a propriedade privada dos meios de produção; 2) garantir a livre compra venda da força de trabalho; 3) garantir a apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Uma perspectiva socialista democrática deveria ser capaz de **admitir o mercado**, de identificar-se como a democracia política e com o fortalecimento da sociedade civil, e de **incorporar o pluralismo social, ideológico e institucional** (fica apenas a indicação de um programa teórico que, infelizmente não tenho como cumprir aqui). Isso significa admitir que as **formas de propriedade são**, em uma sociedade moderna, **as mais diversas**, variando desde a pequena até grande propriedade privada, passando pelas empresas cooperativas, empresas estatais, empresas em regime de cogestão e de autogestão etc. Na atualidade, o **problema central do socialismo não é tanto o das formas de propriedade** (ou de sistemas de produção como dizia Marx e admitia Schumpeter) **quando o da capacidade da sociedade de gerir a si própria, combinando os princípios da igualdade social e da liberdade política**. O socialismo democrático inspira-se em uma concepção radical da democracia (...) a **“diferença específica” dos socialistas** em relação a outras forças políticas democráticas **estará sempre no plano dos movimentos e dos valores**, os quais levam os socialistas a impulsionar a sociedade por mais igualdade e liberdade (...) se o socialismo voltar a conquistar um novo sentido será porque os socialistas foram capazes afinal, de reconhecer a existência e legitimidade de seus adversários. Ou seja, de reconhecer que o **socialismo**, em qualquer forma imaginável, **deve ser concebido como uma possibilidade, não como uma necessidade histórica**. Depois dos acontecimentos de 1989-1991, não será difícil para os socialistas entender que eles não são afinal, donos do futuro (...) se a história, como dizia Lord Acton, é a história da liberdade, o futuro simplesmente não tem dono. Esta é a mais promissora dentre muitas lições dadas pelos acontecimentos de 1989-1991 (WEFFORT, 1992).

Eis aqui o fim da necessidade de superação do capitalismo para a sobrevivência da humanidade e do planeta, o socialismo se torna uma possibilidade, não mais como a alternativa a barbárie. O capitalismo é uma possibilidade assim como o socialismo, e este último é entendido como uma opção moral, uma orientação ético-política e não como a superação das relações materiais de produção capitalistas; a existência de um ou outro dependerá da capacidade dos “adversários” (e não das classes) de conquistar a legitimidade, ou a hegemonia (entendida como sinônimo de consenso), da maioria da sociedade civil.

A democracia pela qual luta o PT não consiste em “democracia para uma maioria e ditadura para a minoria”. Como demonstrou Rosa Luxemburgo, ou a democracia é para a minoria ou simplesmente não é democracia (...) obviamente, a ordem socialista, como todo instrumento jurídico, **disporá de instrumentos legais** de sanção de comportamentos **que infrinjam** as normas de convivência econômica, social e política instituídos por **vontade da maioria**. Mas para que sejam democráticas, a minoria tem direito de expor seu pensamento, apresentar sua alternativa, fazer proselitismo em torno delas, e inclusive, a possibilidade concreta de tornar maioria. A grande diferença é que, **em uma ordem socialista, a burguesia**

não disporá – como dispõe hoje – de meios desproporcionais para influenciar e dominar as pessoas (riqueza, monopólio dos bens de produção, controle da grande imprensa e dos meios de divulgação de massa). **Com todos esses meios equitativamente distribuídos, se os burgueses conseguirem convencer a população** de que seu regime econômico e político traz mais benefícios do que o socialismo, então é porque este não merece mesmo o poder (ARRUDA SAMPAIO, 1986, p. 127).

De novo vemos aqui uma fé nos instrumentos legais para impor a vontade da maioria (e veja-se bem é da “maioria” e não da classe trabalhadora), como se os órgãos de repressão Estado burguês (como as Forças Armadas) estivessem acima das classes. Segundo, de novo o socialismo aparece como uma opção, uma possibilidade, e não uma necessidade histórica, que tem que ser escolhida pela “maioria da população” que seja “convencida” que este seja o melhor regime econômico e político; mas ali sim, será um regime onde haja um “controle dos meios (riqueza, meios de produção, imprensa, etc.) da burguesia para que esses meios não sejam desproporcionais” e assim “equitativamente distribuídos” as “pessoas” poderão ser “convencidas” sobre “qual regime econômico e político traz mais benefícios”, o socialismo ou o capitalismo. É como se o sistema que terá que existir é o que fizer a melhor propaganda e consiga convencer a maioria através de “meios equitativamente distribuídos”; na verdade foi assim mesmo que o PT entendeu como fazer política, centrando sua principal atenção nos momentos eleitorais e contratando para isso os melhores marqueteiros para ganhar as eleições. A ilusão de poder “controlar os meios que a burguesia tem para influenciar as pessoas” vem da concepção de Estado burguês como espaço de disputa, que dependendo da correlação de forças poderá ser democratizado e assim poderá controlar o poder da burguesia. Aqui de novo lembramo-nos da concepção de Estado de Kautsky, que a pesar de reconhecer o caráter de classe do Estado, afirmava que dependendo da correlação de forças este poderia ser controlado por uma classe ou por outra.

As concepções de socialismo de Coutinho são as mais próximas daquelas do socialismo petista na sua fundação, se distanciando de duas tradições, a do socialismo burocrático soviético e do socialismo reformista da socialdemocracia.

Não queremos um socialismo de tipo **burocrático**, já que a experiência dos países do chamado socialismo real revelou que a ausência de democracia não é apenas um limite ao socialismo, mas algo que compromete a própria essência do socialismo. Mas tampouco queremos uma simples **socialdemocracia** no sentido usual da palavra, ou seja, uma gestão eficiente do capitalismo, com atendimento de interesses corporativos da classe operária (...) que tenha como meta final o estabelecimento de um Welfare State (...) queremos ir além da socialdemocracia no sentido de **um socialismo baseado na democracia política** que seja fundamentalmente **pluralista**, onde a sociedade civil seja autônoma em relação ao Estado, e, mais que isso, seja capaz de absorver progressivamente os mecanismos coercitivos e burocráticos do Estado, substituindo-os por aparelhos consensuais; onde a economia seja uma

economia mista, onde os grandes meios de produção devem ser certamente socializados, mas não toda a economia do país (quer dizer, o botequim da esquina continuará em mão do botequineiro, o restaurante na mão do dono do restaurante, a pequena propriedade rural na mão do camponês, a pequena e média empresa sob propriedade privada, etc.) onde haja **pluralidade de partidos** – isso é algo fundamental – e não só partidos de esquerda, mas **também de partidos que se oponham ao governo socialista**, quando o fizeram no marco da legalidade estabelecida; onde haja garantida **alternância de poder** (...) **socialismo sem democracia não é socialismo. Só há socialismo onde há plena expansão das liberdades de opinião, dos direitos humanos** (...) o socialismo não recolhe apenas os valores democráticos radicais, da democracia participativa, de base; tem de recolher também a herança do pensamento liberal no que esse tem de mais avançado, a herança dos direitos fundamentais **do pluralismo, da tolerância** (COUTINHO, 1986: pg.134).

Gramsci não falou sobre o pluralismo, mas sim sobre a tolerância, só que ele não entendia a tolerância como atributo do “indivíduo” na sociedade burguesa, portanto como “herança do pensamento liberal”, mas como algo próprio de um organismo social vivo, o intelectual coletivo-partido-Moderno Príncipe, necessária para a construção de uma “vontade coletiva” (ou da hegemonia dos trabalhadores) e como algo inseparável à intransigência:

Intransigência é o não permitir que se utilizem – para a consecução de um fim – meios não adequados ao fim e a uma natureza diferente do fim. A **intransigência** é o predicado necessário do caráter. Ela é a **única prova que uma determinada coletividade exista como organismo social vivo**, ou seja **tenha uma vontade única**, uma maturidade de pensamento. Para que um organismo social possa ser disciplinado intransigentemente é preciso que tenha uma vontade (um fim) e que o fim seja de acordo com a razão, um fim verdadeiro, e não um fim ilusório. Além disso, é preciso que sobre a racionalidade do fim sejam persuadidos todos os componentes do organismo, para que **ninguém possa rechaçar o cumprimento da disciplina**, para que aqueles que querem que seja cumprida a disciplina possam pedir este cumprimento como parte do **cumprimento de uma obrigação livremente adquirida**, aliás de uma obrigação que o mesmo recalcitrante contribuiu a definir. Por estas primeiras observações aparece como a **intransigência na ação tem como pressuposto natural e necessário a tolerância da discussão que antecede a deliberação** (...) os componentes da coletividade tem que se por de acordo entre eles, discutir entre eles. É preciso que, através da discussão, aconteça uma fusão das almas e das vontades. Os elementos de verdade que cada um traz consigo precisam ser sintetizados na complexa verdade e ser a expressão integral da razão. Para que isto aconteça, **para que a discussão seja exaustiva e sincera, é precisa a máxima tolerância** (...) podemos ser intransigentes na ação só se na discussão fomos tolerantes (...) naturalmente esta **tolerância – método de discussão entre pessoas que concordam no que é fundamental**, e precisam encontrar as coerências entre os princípios comuns e a ação que terão que realizar em comum – não tem nada a ver com a tolerância entendida vulgarmente (GRAMSCI, 2007, pp. 60-61, *Intransigenza-Tolleranza-Intolleranza-Transigenza*).

Nesta passagem podemos encontrar o leninismo de Gramsci, sua adesão ao princípio do centralismo democrático na dialética intransigência-tolerância, ou seja, a necessidade da máxima democracia e liberdade de opinião, expressão e debate ao interior do partido para a construção de uma vontade coletiva na qual todos adiram convencidos a ela porque fruto da elaboração do Intelectual-Coletivo; mas centralização e disciplina dura após da decisão

tomada e a operativização da ação política. Além disso, ele faz questão de dizer que essa concepção de tolerância não tem nada a ver com a tolerância do sentido comum da sociedade burguesa: a tolerância de Gramsci é entre os “que concordam no que é fundamental e tem princípios comuns”, portanto entre os que apostam a uma mudança da ordem do capital e não uma tolerância em abstrato que inclua a burguesia e seus representantes políticos. Parafraseando Coutinho, Gramsci não fala de uma tolerância e de uma democracia como valor universal, mas de uma tolerância e uma democracia de classe.

O caminho para o socialismo para os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora que informaram a EDP seria então: 1) “disputar as ideias socialistas” ao interior da sociedade civil através do convencimento da quantas mais pessoas para poder ganhar sua legitimidade e 2) avançar no controle do Estado burguês, democratizando-o, introduzindo “elementos de socialismo” que permitam modificar a correlação de forças e conduzir a uma superação gradual do capitalismo. Como fazer isso? Duas tarefas aponta Coutinho:

Primeiro, **fortalecer a sociedade civil**; para isso, trata-se de organizar a população, de organizar partidos realmente representativos, de fortalecer o movimento sindical, os aparelhos privados de hegemonia em geral. Nesse nível é possível e necessário um acordo e entendimento com os liberais modernos. E uma segunda tarefa fundamental é a de **construir um bloco das esquerdas** interessado em transformações sociais profundas, **que mudem a correlação de forças no sentido da progressiva conquista do aparelho do Estado** pelo conjunto das forças ligadas ao mundo do trabalho (COUTINHO, 1986, p. 133).

Vejamos como após de 30 anos da escritura desse texto de Coutinho, esse discurso sobre a necessidade de democratização do Estado, e de mudar a correlação de forças a partir da conquista progressiva dos aparelhos do Estado para resolver os graves problemas do “povo brasileiro”, está ainda hoje tão vivo dentro da esquerda democrático-popular. Numa entrevista a João Pedro Stedile, um dos principais dirigentes do MST, de 11 de fevereiro de 2014 intitulada “Stedile: Desafio para Reforma Agrária é democratizar Estado e mudar política” ele afirma:

Numa perspectiva mais geral, com as lutas nos engajaremos nas reivindicações pela democratização do Estado, como se apresenta atualmente a luta pela mudança nas regras políticas, e, com isso, continuar acumulando forças para produzir governos populares que tenham condições de realizar as mudanças necessárias (STÉDILE 2014).

Mas se alguém tivesse a suspeita que depois do último governo Dilma o MST finalmente tivesse se dado conta dos limites desta estratégia e mudado sua linha política, na última **Carta da Coordenação Nacional do MST**, de Fevereiro 2016 se menciona:

Urge a classe trabalhadora construir coletivamente, através de todas as mediações,

sindicatos, movimentos populares e partidos políticos progressistas, um novo projeto político para o país. Um projeto alicerçado na defesa e **no aprofundamento da democracia popular**, na distribuição da riqueza e na soberania nacional (MST 2016).

Numa outra entrevista, o advogado da Consulta Popular Ronaldo Pagotto vai explicando com mais detalhe quais são os gargalos que impedem as reformas estruturais para resolver os problemas do país e aponta como solução a Reforma Política:

É o debate do **aprimoramento da democracia** brasileira, quer dizer a democracia brasileira tem problemas de forma e conteúdo: forma, possibilidade do povo convocar plebiscito, apresentar um projeto de lei, etc. e **conteúdo, a presença muita expressiva do poder econômico influenciando as eleições**; candidatos que têm cada vez mais poder econômico que tem mais capacidade de atrair doações e investimentos porque dão retorno. Esses problemas **impedem que reformas estruturais** passem por nosso sistema político. Não vamos acreditar que um Congresso eleito majoritariamente nesses termos e que representa interesses dos grandes grupos econômicos promova uma mudança que vise a democratizar o acesso a renda, acesso a questões importantes, então o gargalo do sistema político fica cada vez mais claro, esse gargalo é a necessidade de ter cada vez mais mecanismos de participação popular; e não só com o plebiscito ou referendium, tem que enfrentar o problema do financiamento de campanha, assim como **o problema da sub-representação de setores da nossa sociedade**, de mulheres, de negros, indígenas, de trabalhadores, numa sociedade em que os trabalhadores são maioria. Segundo os dados do IAP a representação é de 70% dos grupos econômicos, então são **problemas, distorções da nossa democracia que precisam passar por uma reforma política**, que tenha o seu papel estrutural em **alterar o nosso sistema político** (CONSULTA POPULAR, 2014).

Antes de tudo, o dirigente esqueceu de dizer que os trabalhadores não são apenas a maioria, mas são os únicos que produzem toda a riqueza do país, portanto, seu poder não está no fato deles serem maioria mas no fato de ser os únicos produtores da mais-valia apropriada privadamente por aqueles grupos econômicos que financiam as campanhas e por isso controlam o 70% do Congresso. O problema do conteúdo da democracia seria o poder econômico influenciando eleições, ou seja, se fizermos reformas para acabar com alguma lei com o financiamento privado das campanhas resolveríamos o problema, pois conseguiríamos ter eleições mais justas e assim ter uma suficiente representação popular no parlamento que conseguiria realizar as reformas estruturais “em atraso”.

A solução, portanto, é ainda a de “ocupar” o Estado burguês, “disputa-lo”, “mudar a correlação de forças” dentro dele. De novo a aposta é democratizar o Estado burguês, como se proibindo legalmente o financiamento privado das campanhas eleitorais pudessemos resolver o problema da corrupção e dos “caixas 2”, como se uma melhor redistribuição da renda pudesse resolver os problemas da pobreza (algo estrutural neste modo de produção pela própria lei geral de acumulação capitalista), como se a simples incorporação de mais mulheres, negros e trabalhadores nos espaços de representação política desse Estado pudesse

garantir que estes defendam um projeto de emancipação da classe trabalhadora (é só ver o exemplo das representações de negros como Obama, Condoleezza Rice e Colin Powell nos Estados Unidos ou de mulheres como Margaret Thatcher, Dilma, Bachelet, ou de operários como Lula, Mujica, Daniel Ortega, Sanchez Ceren), como se o controle dos monopólios sobre esse Estado pudesse se resolver com leis e alterações no âmbito jurídico. Como se conquistando progressivamente espaços na sociedade política teremos melhores condições de conquistar sucessivamente espaços na sociedade civil, como se a inserção das massas nesse Estado nos permitirá alterar as estruturas de poder da sociedade capitalista.

Voltamos ao mesmo problema: confundem-se quem acreditam que o Estado é uma “coisa” que precisamos tomar; ele é uma relação social, ou melhor, a condensação de uma relação de força entre classes que precisamos alterar, e a única forma para alterar esta correlação de forças é construindo outro poder, de classe, que se desenvolve a partir da luta pela expropriação de fato do poder burguês, que mine o fundamento do poder da outra classe, isto é que implique um avanço progressivo da socialização dos meios de produção, da educação-cultura-ciência-técnica e, portanto, do poder político, por parte da classe trabalhadora.

Ora se para a EDP a tarefa é fortalecer a sociedade civil e conquistar progressivamente os aparelhos do Estado burguês, através da disputa de ideias entre os “adversários” (na versão de Weffort e Arruda Sampaio) ou através do fortalecimento de uma democracia de massa que permita introduzir elementos do socialismo (na versão de Coutinho); se o objetivo é democratizar o Estado para controla-o progressivamente respeitando as “regras do jogo”, qual será a forma de partido necessário para esta transição?

Será um partido “democrático”, que se distancie da tradição estalinista e que se adeque às condições “ocidentais” do Brasil, portanto um partido que “respeite as regras do jogo”, que “não seja militarizado e nem golpista”, que “não que tenha a pretensão de ser vanguarda”, que seja pluralista ao seu interior, ou seja, que aceite entre seus integrantes os que pensam “diferente”, por exemplo, os pequenos e médios “empresários” (sucessivamente, serão empresários de qualquer porte desde que sejam “produtivos”) que defendem o capitalismo e os Juracis Magalhães da vida; e um “partido de massa, pois essa é a única forma de contribuir para a construção da hegemonia numa sociedade complexa e “ocidental” como a brasileira de hoje.” (COUTINHO, 1986, p. 135). Além dessas características próprias da concepção estratégica democrático-popular, Iasi no texto de 1987 de disputa interna no PT, alertará o novo oportunismo que se esconde atrás desta concepção de partido (de massa, democrático e

que recusa “as vanguardas”):

Em recente encontro estadual do PT definiu-se que **“não passamos por uma crise de poder, mas apenas por uma crise da forma de governo, ou seja, não estamos no momento presente, numa crise revolucionária, portanto o momento é de ocupar espaços na sociedade civil**, nas instituições, no movimento sindical prioritariamente através das eleições na participação no Parlamento, etc. Coloca-se como objetivo a constituição de um governo democrático popular que realizaria transformações de caráter “anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiários”. Portanto, coerente a isso, a forma da organização deve ser em **partidos de massa**, sindicatos de massa, uma vez que o momento é **expandir a proposta do partido a um conjunto o maior possível de pessoas dentro da sociedade (...)** nenhum partido de quadros verdadeiramente marxista nega o trabalho frente a massa e sua importância, **ninguém nega que a revolução deve-se realizar com a participação da massa** nas ações, que levaram a derrubada do Estado burguês e a construção do socialismo, só algumas “seitas” pensam assim. No entanto, qualquer sindicalista, qualquer militante sincero sabe o trabalho de massa mais eficiente em relação direta à qualidade dos quadros que nele agem. O que esconde este aparente respeito as massas? Primeiro uma profunda incompreensão das tarefas de organização revolucionária e em seguida, em consequência direta, a manifestação do oportunismo. Perguntamos: o que é um partido de massa? Nos respondem: um partido aberto, que traga em suas fileiras um maior numero possível de trabalhadores (...) o que significa isso? Significa que **para entrar no partido basta preencher uma fichinha** que (salvo casos por nós conhecidos) entram sem nenhum problema para os registros partidários (e dos cartórios). A partir dali o militante pode participar do partido em todos os níveis (...) os oportunistas sutis nos dizem que **o partido “cresceu”** em todo o país, sem duvida isso é verdade. No entanto, quantos militantes autênticos se distanciaram ou estão apenas filiados sem nenhuma função dentro do partido, além de votar nas convenções e esperar eleições para burgueses para votar no partido – dos trabalhadores? O partido cresceu, está certo. **Mas cresceu sua força de classe, sua eficiência como organização de classe?** Um militante do partido se sente como parte de um projeto global revolucionário com uma tarefa a cumprir, ou basta-lhe o discurso que já agora é petista? (...) **quantos “militantes” realmente leram o programa do partido? Quantos tem clareza do que devem fazer para transformar este programa num plano de ação?** (...) para o oportunismo não interessa quadros que possam assumir a tarefa revolucionária, interessa “ampla” área de influência. Porque? Porque para a via traçada prioritariamente através das eleições o papel reservado à massa é votar, e para isto basta o carisma de alguém e a “influência” sobre a massa (...) **acusam nos de querer montar um partido de “iluminados”** de “pessoas diferentes da massa” (...) **a tarefa da organização revolucionária não é se igualar a massa**, mas dela se diferenciar. O verdadeiro comunista sabe que a consciência da sociedade capitalista é burguesa. O respeito a forma de falar e pensar da massa significa que devemos respeitar as limitações burguesas destas manifestações da consciência? **Mas quando falamos isso irão jogar em cima desde Paulo Freire até o Papa**, acusando-nos de querer encultir a consciência revolucionária de fora para dentro da classe. E é isso exatamente que queremos, porque sabemos, a consciência revolucionária não brota de vivência de exploração mas através de reflexão científica do funcionamento da sociedade, das raízes sociais e da vivência nasce a consciência da exploração, da consciência revolucionária econômica e histórica desta exploração. **Nos acusam de não sermos democratas, e não somos, somos comunistas;** democratas são aqueles que nos acusam e isso não é nenhum elogio (IASI, 1987).

Se o objetivo é “disputar o consenso” e ganhar as eleições, os dirigentes do PT não estão interessados em “construir o proletariado em partido”, mas de “construir o partido do proletariado”, o Partido da “massa trabalhadora” e não o Partido da “classe trabalhadora”, portanto faz sentido que as tendências críticas dentro do PT como a de Iasi sejam acusadas de

“vanguardistas”. E não é atoa que os oportunistas “jogavam em cima Paulo Freire e até o Papa” para justificar uma organização interna que permitisse a eles usar as massas como massa de manobra, e se lembrassem delas apenas em convenções e eleições; de fato o “espírito” paulofreiriano está na essência da EDP e se espalhou por milhares de organizações de educação popular⁴⁴, movimentos sociais e organizações populares em geral não apenas do Brasil, mas da América Latina toda através de mantras como “ninguém educa ninguém, todos nos educamos juntos” ou “é através do dialogo que nos transformamos juntos e transformamos a realidade”; ela é uma expressão do espírito “democrático” desse período histórico no campo da educação e do conhecimento, mas que transcendeu o campo da educação pois ajudou ao desenvolvimento do democratismo, do horizontalismo, do basismo, do culto ao saber popular junto com o desprezo pela teoria, todas no fundo expressões de uma postura anti-organização e anti partido, entendendo o partido nos termos dos nossos clássicos, como “organizador da classe”.

Qual fênix o movimento social renasceu do lento silencioso e capilar trabalho da comum idades eclesiais de base, dos sindicatos que não abraçam a luta armada, da esquerda que preferiu hibernar entre as classes populares. Renasceu do método Paulo Freire, a ensinar-lhes que ninguém é mais culto que o outro, existem culturas paralelas socialmente complementarias, e o erudito não sabe o que a cozinheira, o mecânico semi-analfabeto sabe o que não sabe o professor universitário (...) **agora é a vez dos pobres, e nós da “vanguarda” deveríamos passar à retaguarda, auxiliando-os a sistematizar politicamente seus movimentos por direitos de cidadania e democracia** (BETTO, 2004).

O PT, que surge em crise da ditadura, portanto, no período da abertura democrática e se querendo distanciar da tradição stalinista antidemocrática terá este componente “democrático” misturado ao cristianismo próprio do movimento das CEBs parte de sua fundação, assim será o partido dos pobres, dos de baixo, do dialogo paulofreiriano que não será apenas um dialogo circunscrito no âmbito do processo educativo, da relação educador-educando, mas será um dialogo que se estenderá a política, no diálogo com todos os “democratas”, incluindo setores da burguesia, será o partido do consenso entendendo este como “influência das maiorias” e não como uma nova “vontade popular”, consenso como fruto do diálogo, da negociação, da mediação das contradições de classe expressada no pacto social entre as classes, por isso Lula se insere perfeitamente na EDP; o “lulismo” não existiria sem a EDP:

⁴⁴ Só na CEAAL, Concejo de Educación de Adultos de América Latina y el Caribe, tem entorno de 200 organizações populares, movimentos sociais, ONGs que utilizam os princípios paulofreirianos da educação popular para ampliar a democracia estimulando a participação cidadã-popular dentro de projetos locais, nas comunidades, nos bairros; mas não uma educação popular que permita entender o funcionamento do sistema capitalista e atingir as causas estruturais dos problemas que afligem a classe trabalhadora.

Tem a tese do “lulismo”, da importância de lideranças carismáticas como produto da modernidade burguesa. Esse é um elemento importante do ciclo, mas não é o central. O crucial é a Estratégia Democrático e Popular, sem essa o Lula não existiria. O Campo democrático popular decifra o Lula, o Lula não decifra o Campo democrático e popular (SCAPI, 2012).

O Lula ganha força nesse caldo de cultura e é por isso que ainda até hoje no discurso na Avenida Paulista de 18 de Março, em plena crise política, ele procura resgatar o cadáver do projeto democrático popular com o mesmo discurso que a Carta aos brasileiros: ali na carta dizia “O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade”⁴⁵; hoje ele diz⁴⁵:

muita gente que acha que eu vou atacar (...) **eu não vou lá para brigar vou lá para ajudar a companheira Dilma** a fazer as coisas que tem que fazer [ou seja “eu vou resgatar o verdadeiro Projeto Democrático e Popular”]...não vou lá achando que aqueles que não gostam de nós são menos brasileiros que nós e que nós somos mais brasileiros que eles [aparece aqui o nacionalismo do social-liberalismo petista em que “todos somos iguais, todos brasileiros, todos o mesmo povo, e não há classes sociais”]...é como se a torcida do Santos, do Corinthians e do São Paulo ficassem brigando entre eles e não fossem companheiros depois que termina o jogo [eis aqui mais um reforço de despolitização do discurso onde somem as classes, pois além de ser iguais porque todos brasileiros, podemos ser amigos que apenas torcemos por times ou partidos diferentes, como se apoiar um partido ou outro fosse uma questão de gosto, como quem gosta mais do sorvete e quem mais do flan]; eles tratam a Dilma como se fosse uma mãe que aceitara a família na mesa, não tem todos os condimentos para fazer uma boa comida, os filhos se levantam e começam a jogar fora o que tem, quando na verdade **em épocas de crise a gente junta todo mundo e come o que tem** e faz o que pode naquele momento que a gente está vivendo [Este foi um dos momentos de maior ovação das massas; após reiterar a ideologia de fim das classes Lula faz aqui um apelo ao valores cristãos da solidariedade entre os irmãos de uma mesma família, tanto para resgatar a importância do “diálogo”, ou seja da política do pacto e conciliação de classe, como para preparar os trabalhadores a aceitar “pacificamente” o ataque que virão a partir de uma política de austeridade onde “todos teremos que apertarmos o cinto”; ou seja, além de ser todos brasileiros e possíveis amigos, já que “quando EU governei todos éramos amigos, também podemos ser todos irmãos, filhos de mãe Dilma, mas não podemos brigar porque falta a comida na mesa mas precisamos nos apertar todos o cinto porque é assim que funciona uma família em épocas de crise quando não tem muito que comer, e de novo EU voltei como bom pai de família para arrumar a casa e pacificar os ânimos”]. Esse país tem que **voltar a crescer**, esse país tem que ter uma **sociedade harmônica**, esse país tem que entender que **democracia é a convivência da diversidade**, tem gente que ainda não aprendeu que a democracia é a única possibilidade que a gente tem de fazer um governo com a participação do povo, que a democracia é a única possibilidade de fazer o povo participar das decisões do governo, a democracia é a única possibilidade que a gente vê de fazer o estudante participar das decisões da educação, de fazer os pais participarem da administração das escolas públicas, de fazer com que o emprego seja verdadeiramente um direito; **não existe espaço para o ódio nesse país (...)** eles

⁴⁵ Ao longo do discurso de Lula coloquei entre [] e em itálico meus comentários para ir dialogando com as palavras do Lula, desmiuçando elas e encaixando-as no discurso unitário e coerente da política de conciliação de classe da Estratégia Democrático e Popular petista. Dentro dos meus comentários recorro a um expediente: coloco entre “” as palavras de um Lula “narrador” por mim criado que dialoga e explicita melhor as palavras do verdadeiro Lula.

vestem verde e amarelo para dizer que são mais brasileiros do que nós; corte uma veia deles para ver se o sangue deles é verde e amarelo...é vermelho que nem o nosso. E eles não são mais brasileiros do que nós, porque na verdade eles são um tipo de brasileiro que gostaria ir para Miami e fazer compra todo dia e nós compramos na XV de Março, nos compramos na cidade que a gente mora, e a gente compra fiado, a gente não reclama que o dólar sobe porque fica caro ir para Miami, eu viajo para São Luiz, para o Rio Grande do Norte, para Bahia, eu viajo dentro do Brasil *[Eis aqui de novo o resgate de um nacionalismo democrático e popular petista que quer se diferenciar de um nacionalismo “coxinha”]*. Eu entrei para ajudar a Presidenta Dilma, porque nos **precisamos restabelecer a paz e esperança** *[um dos objetivos da política de pacto social é a “pacificação” da sociedade, desarmando politicamente aos trabalhadores retirando sua autonomia e garantindo uma “tranquila” e generosa acumulação de capital a burguesia e permitindo que o capital internacional sinta a confiança de investir num país pacificado]* e provar que esse país é maior de qualquer crise do planeta terra *[resgatando o mito do gigante brasileiro mas também do Brasil na época Lula, para preparar o terreno para 2018 e dizer “o Brasil de Lula é maior que qualquer crise, não há crise que me assuste”]* e que esse país vai sobreviver, esse país tem um pré-sal, tem o povo mais extraordinário, mais alegre e nós **precisamos recuperar o humor desse país** *[o Brasil do projeto democrático e popular original, o de Lula que vai devolver humor e alegria ao povo brasileiro]*, a alegria de ser brasileiro...essas pessoas que estão aqui estão aqui porque sabem o que é **o valor de fazer o pobre subir um degrau na escada social**...eu não quero diminuir eles para me subir, **eu quero subir e ficar junto com eles** *[de novo, “eu vou recuperar o verdadeiro projeto democrático e popular, de ascensão social, em que não há classes mas todos seremos classe media”]*...para a **nossa bandeira verde e amarela esta dentro da nossa consciência e do nosso coração** ...tem mais dois anos para a gente fazer o povo do campo voltar a ser feliz, para a gente cumprir as metas da reforma agrária, para a gente fazer mais PRONATEC, mais PROUNI, para a gente gerar mais emprego, para gerar mais salários, é isso que eu acredito e é isso que a companheira Dilma sabe que eu posso fazer, **é conversar, é dialogar**, é dialogar com trabalhador, com sem terra, com terra, com pequeno empresário, com médio empresário, com grande empresário, com fazendeiro, com banqueiro, eles sabem que **nunca na história do Brasil um presidente conversou tanto com eles** *[de novo aparece o Lula candidato a 2018 que resgata a verdadeira EDP fundada no pacto social, no “diálogo”]* e eles sabem que **nunca na história do Brasil eles ganharam tanto dinheiro** como ganharam quando eu fui Presidente da República desse país *[Outro momento de ovação...que demonstra o desarme político da classe trabalhadora: o povo que ovaciona este discurso é o que tem incorporado a ideologia do social liberalismo onde a burguesia cumpriria um papel importante na melhoria das condições de vida dos trabalhadores já que “gera empregos” e permite que o Brasil seja respeitado e bem posicionado a nível mundial. Dificilmente, por exemplo, Hugo Chavez poderia ter feito esse discurso]*. Eu só não imaginava que alguns ficassem com ódio porque uns dos poucos com poucos querem ganhar mas a gente fez eles repartir com os trabalhadores (DA SILVA, 2016).

Ora, a política “democrática” do diálogo, do pacto, da negociação se estendeu a todas as forças sociais e políticas satélites do PT, assim como a CUT que implementou as Câmaras setoriais:

Inédita no país, a Câmara Regional do Grande ABC composta pelos principais agentes econômicos, políticos e sociais do ABC paulista – governo do Estado, prefeituras, Legislativo, organizações representantes dos setores produtivos [isto é, da burguesia] e sindicatos, nasceu do sentimento comum de que já estava na hora de a sociedade assumir a responsabilidade sobre o destino de uma parte importante do país (...) Por que a câmara regional do ABC interessa aos trabalhadores? Em primeiro lugar, porque acreditamos na viabilidade da nova instituição, **de composição pluralista e democrática** (já estabelecida em seu regimento de

funcionamento) que permitirá a classe trabalhadora, representada por seus sindicatos, influir, pela primeira vez, no planejamento da região em que trabalha e reside (...) **o sindicato-cidadão...** se abre aos setores que reivindicam do campo democrático, para a **negociação e formação de parcerias** para a solução dos graves problemas sociais que a região e o país enfrentam (MARINHO, 1997).

Se olharmos a relação dos **países com melhores indicadores sociais**, econômicos e de desenvolvimento humano, percebemos que todos tem em comum uma **longa tradição democrática**. A democracia destes países mais desenvolvidos passou do estágio de representativa, em que os cidadãos apenas votam e transferem aos eleitos total responsabilidade pelos destinos da comunidade, para a **democracia participativa**, na qual **os eleitos e os cidadãos compartilham dessa responsabilidade** (...) quando falamos de **pacto social**, falamos de processo permanente que **envolve toda a sociedade** numa série de **negociações e acordos** sobre diversos assuntos que interessam à comunidade. **É uma cultura política que acredita na participação da sociedade e na negociação como formas de lidar com os conflitos, construir a paz social, consolidar a democracia e produzir melhores resultados a curto e longo prazo** (GRAJEV, 2002).

Para Gramsci, o partido que não organizar a classe vira um enxame de moscas. Ele, além de não ter nenhuma ilusão com a participação do partido no parlamento e de atribuir a este um papel de ativador das contradições de classe, como já vimos acima, tampouco tinha nenhuma ilusão democratista ou basista. Para ele, o partido é um “centralizador de forma hierárquica das diferentes lutas” através de um “totalitarismo progressivo”. A reforma moral dirigida pelo Moderno Príncipe, como já vimos, é indissociável de uma reforma econômica que atinja o “núcleo essencial do poder econômico”, portanto, sua ação é voltada para a expropriação do poder burguês que se fundamenta na propriedade dos meios de produção e no controle do processo de produção da riqueza e da vida como um todo. Para Gramsci, portanto, o partido, assim como é um instrumento catalisador e organizador das contradições de classe, também não fica preso à legalidade burguesa nem tem a ilusão de disputar o Estado burguês, que para ele tem que ser destruído e substituído por outro Estado, caso contrário o partido se suicidará politicamente como um “enxame de moscas presas numa tigela de manjar”:

O partido socialista não é uma organização de casta, mas de classe: é morfológicamente diferente de qualquer outro partido. Pode reconhecer no Estado, complexo da burguesia, apenas seu antagonista semelhante. Não pode entrar em concorrência para a conquista do Estado, nem diretamente, nem indiretamente, sem se suicidar, se desnaturar, e virar uma mera casta política, estranhada da atividade histórica do proletariado, e se tornar um enxame de *mosche cocchiere*⁴⁶ a caça de

⁴⁶ *Moscha cocchiera* é uma expressão idiomática da língua italiana que faz referência a um conto de fada de Fedro; neste conta-se a história de uma mosca que posou-se no timão de um carro levado por uma mula e ameaçou ela de fura-la com seu ferrão caso a mula não tivesse acelerado o ritmo. A mula muito tranquilamente respondeu à mosca que ria muito de suas ameaças e que poderia poupar suas palavras pois a única coisa que ela temia era o chicote do cachoeiro (*cocchiere*) que era quem realmente dirigia seu caminho. Dali a expressão se refere a pessoas que se atribuem grande importância, poder e autoridade ou gabam-se de influir em importantes acontecimentos no qual realmente tiveram mínima ou nenhuma influência; enfim, pessoas que se acham de conduzir alguma situação quando na realidade quem conduz são outras pessoas. É muito feliz e irônico o Gramsci nessa passagem pois expressa uma alerta sobre o processo de degeneração do partido socialista que gaba-se de influir na grande política do Estado da burguesia e joga aos quatro ventos seu “grande papel” que tem

uma tigela de manjar na qual ficará enredado e perecerá ingloriosamente. O partido socialista não conquista o Estado, o substitui; substitui o regime, elimina o governo dos partidos, substitui a livre concorrência com a organização da produção e da troca (GRAMSCI, 2007, p. 84 *L'intransigenza di classe e la storia italiana*).

Mas a “ampliação da democracia” do PT não é apenas ampliação do arco de alianças, da ampliação do dialogo entre os de cima que o torna o politico do pacto social, mas é também o partido da “ampliação da democracia” dos debaixo; não é por acaso que é o PT o inventor do Orçamento Participativo de Porto Alegre, replicado em centenas de outros municípios pelo Brasil e a América Latina; não foi por acaso que foi Porto Alegre a primeira sede do Fórum Social Mundial, o fórum dos Outros Mundos Possíveis, e cuidado em chamar esse mundo de socialista, porque o socialismo não é tão democrático, diverso e colorido como a festa das Alternativas, da participação dos diversos, múltiplos e coloridos sujeitos coletivos do planeta. Um grande encontro de “intercâmbio de experiências”, de catarses coletiva, onde todo mundo fala, opina, aporta mas onde o saldo político é quase nulo pois é o espaço do intercâmbio dos diversos mas não da articulação política da classe trabalhadora contra o capital.

Então o PT formula não apenas para o Brasil, ele vira uma referência para o mundo, e não apenas da esquerda, (Obama falará que “Lula é o cara”). Marta Harnecker, intelectual chilena que transita por vários países da América Latina representa a expressão continental da EDP, ela é uma defensora do “socialismo desde baixo”, desde o protagonismo dos de baixo, da importância do trabalho de formiga diz ela, educando o povo a participar; ela é uma das entusiastas do Orçamento Participativo de Porto Alegre, e foi das que contribuiu em difundir-lo em vários países com publicações, vídeos, etc. e inclusive em retomar essa experiência na formulação de políticas de outros países; em especial ela foi assessora do Ministério da Participação Popular e do Desenvolvimento Social da Venezuela, e participou na formulação das políticas sobre as Comunas na Venezuela:

Acho muito importante estudar a experiência de Porto Alegre, o orçamento participativo e todo o tipo de gestão coletiva que vai nascendo sob diferentes formas nessa cidade e que se está a dar em muitos governos do PT no Brasil e noutros lugares da América Latina. Os prefeitos do PT em Porto Alegre têm compreendido muito bem, por exemplo, que a pressão popular é fundamental para se conseguir que esse pesado aparelho herdado se possa orientar, pelo menos parcialmente, num sentido diferente. Porque perante essa institucionalidade herdada há duas possibilidades: uma é adaptar-se à institucionalidade e limitar-se a administrar de forma eficiente, a outra é usar essa

no parlamento e em outras esferas do Estado quando na verdade esta virando sempre mais um enxame de *mosche cocchiere* grudadas no manjar dos benesses do Estado burguês e que ali mesmo, grudadas, “perecerão ingloriosamente”.

institucionalidade para educar a população, para fomentar o protagonismo da gente e tem de se aceitar que se vão produzir conflitos entre as reclamações populares e as possibilidades de satisfazê-las e que a pressão popular sobre o governo pode ajudar quem nele está a desenvolver soluções (HARNACKER, 2013).

A questão fundamental do orçamento participativo (que de por si decide sobre uma ínfima parte do orçamento dos municípios) é sobre o saldo político deste instrumento de “participação”, e quando falamos em saldo político nos referimos ao que aporta este instrumento para organizar ou desorganizar a classe, ou seja, quanto consegue que os participantes deste processo se sintam parte de uma classe e lutem por um projeto de classe autônomo e independente ou quanto pelo contrário procure que os trabalhadores que ali participam se sintam cidadãos e esqueçam que fazem parte de uma classe. Quanto consegue esse espaço de participação alterar a correlação de forças entre as classes, portanto, quanto consegue impor um outro poder e uma outra hegemonia, a dos trabalhadores, sob o poder e a hegemonia da burguesia. Qualquer espaço de participação política é um espaço de luta de classes, é um espaço de tentativa de imposição de um poder e uma hegemonia de uma classe sob outra. Se os orçamentos participativos fizeram com que os trabalhadores que ali participaram se sentiram envolvidos no “jogo da participação”, se iludindo que estariam decidindo sobre as sortes de suas vidas quando em realidade não alteraram em nada (pelo contrário reforçaram) as estruturas de poder (de classes) que mantem eles nas condições de subordinação (econômica, política e cultural) constante ao capital; se este foi o saldo político, este foi um projeto muito bem sucedido para consolidar a hegemonia burguesa.

Num texto de Harnacker sobre a experiência das Comunas venezuelanas inspiradas entre outras formas de governo também no Orçamento Participativo diz:

Quando Aristóbulo Istúriz foi prefeito de Caracas, intentou fazer uma gestão muito participativa e encontrou-se com o problema de **como chegar ao povo**, como aproximar até **o mais humilde dos cidadãos** a possibilidade de se **politizar** e de adquirir a capacidade de tomar decisões. Para conseguir isso foi fundamental dar informação ao povo. Nós acreditamos que a **democracia representativa nossa não é nada democrática**; acreditamos que é a negação da democracia: nega o cidadão. O que estamos vivendo é uma consequência, é uma herança da ausência de democracia. Por isso não temos cidadãos. Que cidadãos podem existir numa democracia representativa como esta? Numa democracia deste tipo não podem existir cidadãos. Porque? Porque **só existem cidadãos quando existe igualdade de informação** entre eles. **Isso é democracia**. Quanta mais informação tenha o povo, melhor, porque a democracia é a capacidade de tomar decisões de maneira livre, e para tomar decisões nestas condições eu preciso ter informação, si não tiver informação participo em desvantagem e sou manipulado (HARNECKER, 2010, p. 3).

Em nossa opinião, o processo de politização é um processo de fusão e constituição da consciência de classe, e essa só se dá através de um processo de organização coletiva e de luta

desse setor da classe trabalhadora contra outros setores da classe antagonica ou de seus representantes (Estado burguês); por isso o simples acesso a informação de forma individual aos “cidadãos” não produz um processo de politização. Parece que o problema da falta de politização se reduz a falta de acesso à informação ou a manipulação da informação para que haja verdadeira democracia; para nós essa colocação esconde o verdadeiro problema da democracia: enquanto a democracia seja erguida sobre relações sociais capitalistas as pessoas não terão como ser “livres” de tomar decisões por mais acesso a informação que tenham; poderão fazer todas as leis para que os partidos tenham igual tempo de propaganda na televisão, ou impor o financiamento público das campanhas, e outras reformas políticas, mas os partidos continuarão a receber dinheiro nos “caixas 2”, e continuarão funcionando as redes clientelares montadas nas campanhas eleitorais para angariar votos, assim como continuarão as ameaças aos trabalhadores pelos patrões se não votar em x partido, continuará a compra de votos e a entrega de todo tipo de regalias em período de campanha eleitoral, etc. Continúa Harnecker:

O paternalismo do Estado é incompatível com o protagonismo popular. Leva o povo a se transformar em mendigo. Temos que passar da cultura do cidadão que mendiga à cultura do cidadão que conquista, que toma decisões; que executa e controla; que autogere, que autogoverna. Temos que passar – como diz Aristóbulo Istúriz – do governo para o povo ao autogoverno do povo, a que o povo assuma o poder. E isso apenas pode acontecer onde reina uma democracia plena, uma democracia socialista (HARNECKER, 2010).

Pareceria que ninguém poderia opor-se antes do afirmação aqui colocada. Entretanto as palavras não são simples palavras, mas expressam concepções de mundo e estratégias políticas distintas: para superar a democracia burguesa não será suficiente superar a cultura do cidadão que mendiga com a do “cidadão” que conquista, mas precisará se superar a cultura do “cidadão” que mendiga com a da trabalhadora que conquista, assim como precisaremos passar do governo para o povo ao autogoverno dos trabalhadores e não simplesmente ao abstrato autogoverno do povo. Substituir a palavra cidadão e povo com a de trabalhador não é um simples preciosismo de linguagem, mas reflete a passagem de uma estratégia democrático e popular e de um estágio democrático abstrato da consciência a uma estratégia socialista e de um estágio em que essa democracia ganha um conteúdo de classe imprescindível para romper com a democracia burguesa e instaurar uma democracia qualitativamente diferente, fundada em relações de produção não capitalistas. Mas já que a intelectual chilena sabe da autoridade ainda dos nossos clássicos entre a esquerda, procura respaldar seu pensamento “democrático” através do Lenin:

Poucos conhecem um pequeno texto do Lênin acerca do Estado — que contém notas prévias ao livro *O Estado e a revolução*, onde sustenta que **o socialismo devia ser concebido como a sociedade mais democrática**, a diferença da sociedade burguesa que é democrática só para uma minoria. Fazendo uma comparação com o capitalismo, o dirigente bolchevique afirmou que neste regime só existe democracia para os ricos e para um pequeno setor do proletariado, enquanto que na fase de transição, o socialismo, a democracia é quase completa, e não é completa porque não pode desconhecer a vontade da maioria e deve impô-la sob quem não querem se someter a essa vontade majoritária e que, uma vez alcançada a sociedade comunista, a democracia seria efetivamente completa (HARNECKER, 2010, p. 9).

Duas anotações merecem destaque essa passagem: primeiro faltou aqui especificar que a democracia completa ao que se refere Lenin só existirá quando tenha expropriados os capitalistas de seu poder, isto é, quando não tenha diferença entre os membros da sociedade por sua relação com os meios de produção, ou seja, a fase de transição não é uma simples imposição de uma maioria sobre uma minoria, mas a imposição pela força da maioria dos trabalhadores sobre a minoria burguesa de uma ordem em que desapareça a propriedade privada dos meios de produção e a exploração do trabalho; e segundo, que a democracia não é um limite insuperável, ela é uma forma de Estado, e, portanto, representa a aplicação organizada e sistemática da violência sobre os homens, mas essa começará a extinguir-se na medida em que os homens liberados da exploração capitalista, e de todos os horrores, bestialidades, vilezas que essa acarreta, se acostumarão pouco a pouco a observar as regras de convivência, a observá-las sem necessidade de coação, de repressão de um órgão especial externo que se chama Estado (LENIN, 1961, p. 107, 108, 119).

Se for verdade que a democracia é aquilo que Jose Paulo Netto chama de democracia método ou Bobbio chamaria de “regras do jogo”, ela é também o que Althusser chama de práticas de assujeitamento. A ideologia do poder local, do empoderamento, da descentralização se materializa em práticas (participação nos orçamentos participativos, nos conselhos, nos fórum, cabildos, etc.) e é nessas práticas que os “cidadãos abstratos” vão aceitando os valores da participação na ordem burguesa, do engajamento, da corresponsabilização, da pressão pacífica, e a esses se assujeitam⁴⁷. Essas práticas se tornam hábito, é na vivência cotidiana delas que a democracia se torna ideologia, primeiro porque essas práticas domesticam, ensinam “como fazer política”, como exercer o poder (é

⁴⁷ “No que tange a um único sujeito (tal o qual indivíduo), a existência das ideias que formam sua crença é material, pois suas ideias são seus atos materiais, inseridos em práticas materiais regidas por rituais materiais, os quais, por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as ideias desse sujeito” (ALTHUSSER, 1996, p. 130). Interessante o problema da materialização de ideias em práticas, hábitos e que isso reforça as ideias dominantes, algo que nos lembra do conceito de vida cotidiana de Lukács e Agnes Heller, aquela esfera insuprimível de cada ser social, dos hábitos, do dia-dia, o espaço da imediatez e do pragmatismo que mais se presta à alienação e à reificação. Por outro lado nos parece problemático, pelo seu mecanicismo, o entendimento de que essas ideias sejam definidas por algum aparelho ideológico.

emblemático o exemplo do Manual de Incidência Política da WOLA, Washington Office on Latin America); segundo porque como já falado, essas práticas não precisam ser impostas, encontram correspondência na vida real, invertida (faz sentido para o cidadão abstrato acreditar e lutar por mais liberdade porque ele é um ser livre e autônomo, todos os dias na sua vida real, na fábrica, no trabalho, ali onde nasce a hegemonia como diz o Gramsci); e segundo porque velam as contradições fundamentais da sociedade (entretendo os “cidadãos” no jogo da participação, envolvendo-os na infinidade de pequenas decisões, as da “pequena política”, conseguem ocultar as grandes decisões, as da “grande política”⁴⁸, e os sujeitos responsáveis por essas, as classes); apresentam o particular (do poder local, do micro) como universal (como se fosse ali que se disputa o poder geral da sociedade, e não na produção social da vida). Portanto, a democracia que se ergue sobre relações materiais capitalistas tem uma dimensão ideológica própria do Estado burguês e a superação dessa ideologia, portanto, a socialização do poder político, só pode acontecer a partir da superação desse Estado, estabelecendo novas relações materiais de produção. Isso implica que ao elevar a democracia num plano ético, como valor universal, estaríamos desconsiderando as determinações materiais que produzem essa alienação e estaríamos separando economia e política e caindo num politicismo idealista.

Existe outra vertente que aposta no aprofundamento da democracia como caminho para a superação do capitalismo que é própria desse ciclo histórico, só que a partir de uma posição autonomista ou anarquista. Seus formuladores mais destacados são Holloway, Raul Zibechi e Gustavo Esteva. Vamos analisar na continuação uma passagem de Esteva em que ele retoma as passagens do Marx na *Guerra civil da França*, ao dizer que não é suficiente apropriar-se da máquina do Estado e usá-la para outros fins mas é preciso destruir ela, como fez a Comuna e estabelecendo em seu lugar a democracia, entendida como alternativa prática à representação: “A comuna tinha que ser um corpo de trabalho, não parlamentar, executivo e legislativo ao mesmo tempo, com seus representantes eleitos e revogáveis”. Mas a partir desta caracterização da Comuna de Paris Esteva idealiza a comunidade (urbana ou rural) como espaço de realização da democracia:

A democracia radical implica o exercício do poder por parte do povo e não apenas sua delega ou o estabelecimento de uma constituição, significa viver democraticamente no dia-dia. Não há modelos claros para isso; durante um século

⁴⁸ “A grande política compreende as questões relacionadas com a fundação de novos Estados, com a luta pela destruição, a defesa, a conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política as questões parciais, e cotidianas que se colocam ao interior de uma estrutura já estabelecida para as lutas de preeminência entre as diversas frações de uma mesma classe política (...) é a política do dia-dia, a política parlamentar, de corredor, da intriga)” (GRAMSCI, 2012, p. 107, *Quaderno 13* § 5)

paramos de pensar, obcecado com a disputa ideológica. Mas se buscamos encontraremos uma variedade de comunidades urbanas e rurais e novas reformulações sobre a natureza do Estado. Comunidades aparecem como uma alternativa porque restabelecem a unidade entre a política e o lugar e as pessoas adquirem uma estrutura onde podem exercer seu poder sem ter que entregá-lo ao Estado. De novo aparece que o futuro será de alguma forma comunitário. O socialismo teve um impulso comunitário, mas virou coletivismo, burocracia e autodestruição (ESTEVA, 2011).

Esta leitura idealizada da comunidade parte de uma concepção também idealista da política e do poder, já que o poder estaria mais associado a disputa e o controle de um lugar/território (a comunidade) do que a alteração das relações sociais de produção na sociedade como um todo, e por consequência também no lugar/território, no caso a comunidade, onde este se disputa. Aqui de novo aparece o problema da separação entre política e economia, e a política se reduz a tomar decisões dentro da comunidade sem depender do Estado, o qual é uma outra ilusão porque se entendemos Estado não como um instrumento/aparelho/coisa externo a comunidade mas como uma relação social entre as classes, ou melhor como “uma condensação material de uma relação de forças entre as classes e frações de classes” (POULANTZAS, 1981, p. 147), a “comunidade” fará parte dessa relação, queira ela ou não, pois enquanto a comunidade toma suas decisões de forma democrática, os grandes monopólios continuam realizando seus negócios, explorando os trabalhadores e destruindo o planeta, e determinando as decisões da grande política do Estado nacional, portanto, determinando também as condições de existência das pessoas das comunidades.

Esse é o mesmo limite da democracia nas comunidades zapatistas do México, que reivindicam a autonomia do Estado mas não podem ser autônomas nem do Estado nem do capital e acabam administrando a pobreza material de uma economia de subsistência camponesa e não incidindo na alteração da correlação de forças entre as classes, ou seja enquanto os “caracoles” zapatistas administram suas escolas e seu sistema de justiça local, os grandes monopólios mexicanos associados aos grandes capitais internacionais continuam sem menor problema a extrair a mais-valia necessária para sua reprodução. Com matizes diferentes o MST do Brasil cai nesta mesma ilusão quando Gilmar Mauro, um dos seus máximos dirigentes, aposta numa concepção de poder popular que vê a conquista de poder na proliferação quanto mais ampla de assentamentos do movimento no território brasileiro, desconsiderando que poderemos ter milhares de assentamentos a mais, mas se eles continuarão integrados ao agronegócio, ou não forem parte de uma economia planificada

fundada sobre novas relações sociais, os assentamentos não se tornam espaços de um novo poder mas serão absorvidos pela força centrífuga das relações capitalistas.

Portanto, o ciclo democrático e popular e o PT além de ser o ciclo da democracia, do diálogo, dos de baixo, é também o ciclo do pluralismo porque como diz Coutinho não há democracia sem pluralismo; pluralismo interno ao partido, pluralismo social (entendendo o socialismo como uma economia mista) e pluralismo dos diversos, dos múltiplos sujeitos coletivos, dos novos movimentos sociais.

Argumenta-se que, nas 70/80 do século XX, constituiu-se no Brasil um campo de forças políticas e culturais, que guarda relação com a esfera da economia, composto pelas classes subalternas, intelectuais orgânicos, militantes, personalidades, ativistas diversos e estruturas de mediação, conformando o que, comumente, denomina-se hoje Campo Democrático Popular ou, simplesmente CDP (...) categoria construída a partir do referencial gramsciano. Seu **objetivo central** é a **luta pelo aprofundamento da democracia substantiva** e pela constituição de um **projeto alternativo de sociedade** (...) nele convivem, lado a lado, o subempregado, o biscateiro, o empregado regular, o bóia fria, o posseiro, o acampado, o meeiro, a doméstica. Mas também convivem a criança abandonada, o menino e a menina de rua, o idoso desamparado, o doente sem recursos, o adulto não alfabetizado. Os movimentos sociais populares, entretanto não podem ser vistos só pela ótica da produção industrial, do trabalho e das carências. Seus contornos também lhe são conferidos pela esfera da religiosidade e da cultura. Esta ampliação da percepção do popular com composição e identidade, indica a necessidade de revisão da concepção de um único sujeito histórico protagonista dos processos transformadores, o que não significa diminuir a importância do papel que a luta dos trabalhadores organizados, urbanos e rurais, tiveram desde o início da República Brasileira (PALUDO, 2001).

Em resumo: é a pluralidade de sujeitos coletivos que predomina sobre a centralidade da classe; os produtores de mais-valia são apenas mais um desses sujeitos, e mais ainda, o boia fria, o acampado, o doente sem recursos não são vistos enquanto trabalhadores, enquanto classe, enquanto sujeitos que podem e devem articular suas demandas específicas num projeto de classe para poder transitar ao socialismo. Se como a autora afirma o referencial do Campo Democrático Popular é gramsciano, deve ser mas bem o referencial gramscianismo “democrático” dos eurocomunistas mas não o do próprio Gramsci, pois ele mesmo considerava imprescindível a centralização dos diversos sujeitos da classe trabalhadora para a criação de uma democracia operária, algo que existiria já no capitalismo, como prefiguração do socialismo:

O Estado socialista existe já potencialmente nas instituições da vida social característicos da classe trabalhadora explorada. Ligar estas instituições entre elas, coordena-las e subordina-las **numa hierarquia de competências e de poderes, centraliza-las fortemente**, embora respeitando as necessárias autonomias e articulações, significa desde já criar uma verdadeira e própria democracia operária em contraposição eficiente e ativa ao Estado burguês, preparada desde já a substituir o Estado burguês em todas suas funções essenciais de gestão e domínio do patrimônio nacional” (GRAMSCI, 1955, p. 10, *Democrazia operaia*).

Mas para evitar que os gramscianos “democratas” atribuam essa passagem ao período pré-carcerário e “sovietista” do Gramsci, mostramos aqui abaixo como o Gramsci “maduro”, dos Cadernos, que entende a diferença entre sociedades “orientais” e “ocidentais” não tem nenhuma concepção “democrata” do partido; para ele o partido é sempre o executor de uma política totalitária, já seja de um totalitarismo “progressivo” ou de um totalitarismo “regressivo”:

Numa determinada sociedade ninguém é desorganizado e sem partido, desde que entendamos organização e partido em sentido amplo e não formal. Nesta multiplicidade de sociedades particulares, de caráter dúplice, natural e contratual ou voluntário, uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado, entendido estritamente como aparelho governativo-coercitivo. Acontece que os indivíduos pertencem sempre a uma sociedade particular e frequentemente a sociedades que estão essencialmente em contraste entre elas. Uma política totalitária tende justamente a: 1) obter que os membros de um determinado partido encontrem nesse partido todas as satisfações que antes encontravam numa multiplicidade de organizações, ou seja a romper os fios que atam esses membros a organismos culturais estranhos. 2) a destruir todas as demais organizações ou a incorpora-las num sistema em que o partido seja o único regulador. Isto acontece: 1) quando o partido é portador de uma nova cultura e tem-se uma fase progressiva; 2) quando um determinado partido pretende impedir eu outra força, portadora de uma nova cultura, se torne ela “totalitária”, e ali tem-se uma fase objetivamente “regressiva” e reacionária, ainda que a reação (como sempre acontece) não confesse a si mesma e procure aparecer como ela mesma portadora de uma nova cultura (GRAMSCI, 2001, p. 800, *Quaderno 6* § 136).

Com isso não estamos desvalorizando aqui o potencial revolucionário e anticapitalista de muitos desses novos sujeitos coletivos que se proliferaram na América Latina a partir do avanço das políticas neoliberais, mas justamente seus limites a partir de não estarem “centralizados hierarquicamente numa política “totalitária” progressiva”, como diria o Gramsci. Lembramos as lutas contra os processos de privatização de serviços básicos e de recursos naturais, como foi o caso das guerras da água e do gás na Bolívia, a luta pela educação pública no Chile, as lutas contra os leilões do petróleo no Brasil, as lutas contra o Tratado de Livre Comercio na América Central e contra a ALCA no continente todo, a luta pela terra e por educação e saúde públicas, gratuitas e de qualidade em vários países; assim como outras lutas relacionadas ao enfrentamento das contradições do próprio sistema capitalista e seus novos modelos de desenvolvimento, como no caso das lutas contra as remoções devidas aos processos de mineração, de construção de barragens, de especulação imobiliária nas grandes cidades, e as lutas contra os processos de militarização da vida e da violência e repressão do Estado.

Se for verdade que esse leque de lutas e experiências de poder popular expressa um potencial importante para a construção de uma alternativa a ordem capitalista, todas elas se

enfrentaram com os limites impostos: por um lado, pela expansão de relações capitalistas e os novos processos de expropriação do capital ao trabalho; por outro, pela política de Estados que defendendo os interesses dos grandes grupos monopolistas aprimoraram mecanismos de contenção, controle, apassivamento e repressão dessas lutas. Tudo isso impediu que se superasse a fragmentação e especificidade destas lutas, que se imprimisse a elas um projeto de classe comum entre os trabalhadores e que se constituíssem como uma alternativas de poder.

O nó da questão da consolidação de um poder popular que contribua a superação da ordem capitalista e a transformação socialista passa: 1) pelo fortalecimento da autonomia e independência de classe destas lutas frente ao Estado controlado pelas burguesias locais e internacionais e ao capital; 2) pela capacidade de articulação destas lutas entorno de uma pauta anticapitalista e a conformação de um outro poder, independente dos Estados, uma articulação destas lutas que dê unidade a estas e as coloque em movimento contra a burguesia e seu Estado. Será na experiência concreta de enfrentamento unitário dos interesses da burguesia nas diferentes lutas e da solidariedade entre elas que a classe trabalhadora poderá impulsionar as contradições do sistema capitalista contribuindo assim para o amadurecimento de uma ruptura socialista.

Resumindo o caminho percorrido até aqui, já vimos acima (Seção 1.3, pp. 20-26) como Marx mostra desde seus escritos juvenis o caráter alienante, “religioso” do Estado burguês, já que é expressão de uma alienação que acontece na vida real dos homens; já que o momento em que os homens perdem o controle de suas vidas frente ao movimento das mercadorias (fetichismo) corresponde ao momento em que o povo, de carne e osso, se torna cidadão e cuja vida também fica regulada por algo externo, a Constituição, que se torna “a religião da vida do povo, o céu de sua universalidade em contraposição à existência terrena de sua realidade”. É esse caráter alienante e “religioso” do Estado burguês, vinculado às relações materiais dominantes que ele expressa, que nos permite ver em Marx o Estado não apenas como instrumento de coerção, mas também de convencimento dada a função ideológica que este expressa a partir da defesa de uma liberdade e igualdade abstrata que não precisarão ser impostas pela força⁴⁹ já que estas serão defendidas pelos mesmos seres sociais produtores de mercadorias que vivenciam de forma permanente e necessária no seu cotidiano a realização dessa liberdade e essa igualdade através da troca de equivalente, força de trabalho, para uns, capital para outros.

⁴⁹ O fez com brutal violência quando do surgimento do capitalismo com a chamada acumulação primitiva e também nos períodos de crises.

Vimos, portanto, como esta concepção de Estado questiona a tese de que em Marx haveria uma teoria “restrita” do Estado: para Coutinho, Marx conceberia o Estado apenas como mero “comitê executivo dos negócios da burguesia” exercido através da coerção e por isso, tanto ele como Lenin, teriam pensado na revolução apenas como um “processo explosivo”, violento, como uma guerra de movimento; seguindo o Gramsci, CNC entenderia esta concepção de Estado apropriada para sociedades “orientais”, mas não para sociedades complexas, “ocidentais”, onde a partir do final de sec. XIX houve um processo de socialização da política (formação de partidos, sindicatos, e outras organizações da sociedade civil e a aquisição de direitos políticos e sociais), o Estado teria se ampliado e estaríamos na época da “guerra de posição”.

Vimos como esta leitura está atrelada a uma concepção de hegemonia entendida como uma direção moral e cultural da sociedade a partir da formação do consenso e da disputa de ideias e valores, que menospreza o conteúdo material dela, ou seja, o “convencimento” dos trabalhadores produzido diariamente a partir da posição subordinada que esses ocupam nas relações materiais de produção, é “a hegemonia nasce no chão da fábrica” (hoje diríamos nos locais de produção de mais-valia), como o mesmo Gramsci apontou, ou seja, o fato que elas/es são “convencidos” livremente obrigados a vender a única mercadoria que ele/ela possuem, sua força de trabalho, caso contrário morrem de fome, e são convencidos obrigados a respeitar uma disciplina de trabalho, eles são “educados na fábrica”. Além disso, hegemonia é também aquela exercida pela vida cotidiana atual da classe trabalhadora: é a hegemonia exercida por um metabolismo social sempre mais alienado e reificado já que quase todo espaço de intercâmbio social é mediado pelas mercadorias como nunca antes, onde mais do que nunca “sou o que tenho” e onde opera a lógica do “salve-se quem puder” que isola, apassiva, imobiliza, desmobiliza, despolitiza; é a hegemonia da naturalização da violência, da espetacularização e banalização da vida, da exacerbação da frivolidade e do hedonismo, do sequestro das/os trabalhadoras/es pelo mundo virtual e a desconexão do mundo real.

Para os defensores de uma transição democrática ao socialismo, seria a partir da disputa da hegemonia (como acima entendida) e da inserção nas instituições democráticas do Estado burguês junto com a pressão e controle destas instituições através de amplos movimentos de massa que se alteraria a correlação de forças para o avanço ao socialismo. Mostramos já nossa divergência com relação a esta formulação, pois a nosso ver e de acordo com Gramsci, assim como a hegemonia não pode prescindir do uso da força e da dominação econômica, a correlação de forças se modifica com avanços e recuos da força expressa pelas

classes em luta (nos diferentes espaços da sociedade civil e principalmente naqueles locais de produção de mais-valia) e não simplesmente pela disputa de suas representações políticas nas instituições do Estado burguês.

A concepção de “tomar o poder” está diretamente associada à concepção de Estado. Se entendermos o Estado, assim como o capital, não como uma coisa, mas como uma relação social (e não qualquer relação social, mas como uma relação social entre classes), e para sermos mais precisos como a “condensação material de uma relação de forças entre as classes e frações de classes” (POULANTZAS, 1981, p. 147), “tomar o poder” não pode ser entendido como a ocupação de um espaço, já seja na sociedade política ou na sociedade civil (quem fala isso não é Gramsci mas seus intérpretes), já que o poder não está na toma de uma coisa ou de um espaço mas na alteração de uma relação social; “tomar o poder” significará, portanto, alterar essa relação social destruindo o poder de uma classe e construindo o poder de outra. O único critério para sabermos se estamos “tomando o poder” é analisando o quanto estamos construindo/fortalecendo o poder de uma classe e destruindo/enfraquecendo o poder de outra classe.

E isso depende do entendimento de classe que tivermos; classe não se define para nós apenas pela posição ocupada no modo de produção (muito menos pelo nível de renda/consumo como entendido pelo petismo hoje), mas também pelo nível de consciência daquele setor da sociedade que ocupa um lugar no modo de produção sobre sua condição de classe e pela atuação desse setor na luta contra outra classe. Não é a quantidade de trabalhadores envolvidos num projeto ou ocupando um espaço dentro do Estado “ampliado” (sociedade política + sociedade civil) que define o poder da classe trabalhadora e, portanto, que pode acumular forças ou alterar a correlação de forças em favor da classe trabalhadora; o que define seu poder é quando esta quantidade (de trabalhadores) se transforma em qualidade (em classe).⁵⁰ A única forma para alterar a correlação de forças em favor da classe trabalhadora é “construindo o proletariado em partido” ou em “classe”, isso é construindo a autonomia e independência de classe dos trabalhadores na luta constante contra a burguesia,

⁵⁰ É a quantidade que em certas condições transforma-se de qualidade, ou seja, não é apenas a quantidade de trabalhadores envolvidos num projeto que define o poder da classe trabalhadora, aliás na maioria das vezes isso indicou o fortalecimento do poder de outra classe como no caso da socialdemocracia alemã, do fascismo italiano e do social-liberalismo petista ou de outra casta (a burocracia) no caso do estalinismo soviético. Todas estas experiências históricas não construíram o poder da classe trabalhadora porque impediram que a quantidade (de trabalhadores envolvidos num projeto) se transformasse em qualidade, ou seja, impediram que os trabalhadores se assumissem enquanto classe (em termos políticos, isto é de consciência e de atuação como classe), impediram a transformação da qualidade do trabalhador, obrigado a vender sua força de trabalho e produzir de forma alienada mercadorias, a qualidade de “produtor” ou classe dirigente, em termos gramscianos, que assume o controle do processo de produção da riqueza e da vida social como um todo.

entorno de um projeto contra o capital e pela socialização dos meios de produção e do processo de produção como um todo e, portanto, na luta pela socialização do poder político. Por isso tudo, a afirmação de Marx na *Guerra civil da França* de que “não é suficiente apropriar-se da máquina do Estado e usa-la para outros fins, mas é preciso destruir ela” não tem nada de anacrônico, mas reveste toda a atualidade, desde que entendemos que destruir o Estado não significa destruir fisicamente as sedes do Palácio do Planalto ou o Ministério da Saúde, Educação, etc., mas destruir o poder burguês e construir o poder dos trabalhadores, destruir as relações materiais capitalistas, destruir os pressupostos necessários e universais para a existência do Estado burguês.

Estas distintas concepções de poder, Estado e classe estão atreladas também com distintas concepções de correlação de forças. Para Coutinho a correlação de forças se altera através da progressiva conquista dos aparelhos do Estado introduzindo elementos de socialismo (que representariam as múltiplas rupturas) e Weffort a correlação de força mudaria na medida em que ampliamos o bloco democrático-popular. Muitas vezes já escutamos por militantes do PT e seus satélites (partidos da base aliada, centrais sindicais e movimentos sociais que gravitam entorno deste) que não tem como avançarmos mais nas mudanças porque não temos uma correlação de forças favorável, porque o Congresso está controlado pelos setores conservadores e porque a Rede Globo mente e manipula a realidade e o povo a favor da direita. Atrás destas afirmações há uma concepção de correlação de forças que pressupõe que a força estaria centrada no controle dos aparelhos do Estado (sociedade política) e nos aparelhos privados de hegemonia (sociedade civil) como é o caso dos meios de comunicação⁵¹. Essa análise da correlação de forças é coerente com uma concepção instrumental de Estado (incluindo os meios de comunicação como parte do Estado “ampliado”), entendendo o Estado como um instrumento ou uma coisa e a posse dele como fonte de poder (portanto, no exemplo anterior, se não controlo o Congresso e a mídia não tenho o poder suficiente para realizar as mudanças)⁵²; nessa visão não aparece a análise da correlação de forças a partir da análise das classes em luta.

⁵¹ Curiosamente, dentro da sociedade civil, os locais de produção de mais-valia quase nunca são lembrados como espaços de disputa de hegemonia, e quando são lembrados são apenas mais um entre muitos espaços onde se disputa a hegemonia.

⁵² Nesse aspecto é bom lembrar que o chavismo teve nos últimos governo de Chavez controle quase total dos aparelhos do Estado (além de ter o controle do governo, controlava quase o 80 % do Parlamento, o Judiciário, o Tribunal Supremo e o Conselho Nacional Eleitoral) e também tinha um bom controle dos meios de comunicação, através de varias televisões do Estado e uma multidão de rádios e televisões comunitárias que apoiavam o governo; entretanto a pesar desse “controle do poder” avançou muito pouco no “núcleo decisivo da atividade econômica”, isto é na socialização dos meios de produção, mantendo o controle da burguesia em no setor financeiro e no comercio exterior (fundamental para um pais que importa entorno do 70% da comida e

Ao nosso entender, para fazermos uma correta análise da correlação de forças teríamos que partir primeiro da atualização da *natureza das relações materiais dominantes* na formação social brasileira, do ponto de vista tanto das condições objetivas como subjetivas. No que diz respeito às *condições objetivas*, precisaríamos primeiro identificar o eixo de acumulação do capital hoje no Brasil, qual é o *padrão de reprodução do capital* (categoria acunhada por Jaime Osorio), identificar os *setores mais dinâmicos do capital* e sua *composição orgânica*⁵³, ou seja, identificando a fração burguesa hegemônica no bloco de poder e a situação da classe trabalhadora do ponto de vista das condições materiais de sua reprodução⁵⁴ e a inserção das classes e suas frações na *divisão internacional do trabalho*; enfim, tudo o que, como afirma Marx, podemos medir com a exatidão das ciências exatas. Ademais de ter claro esse mapa das condições objetivas desde a crítica da economia política, precisaremos analisar os elementos subjetivos da luta de classe, isto é o nível de organização e unidade tanto das frações burguesas como da classe trabalhadora entorno de um projeto de classe; assim como identificar qual é o projeto político que hegemoniza a atuação política dos trabalhadores e quais os demais projetos em disputa. Qual é o caráter do Estado burguês, quais suas formas de dominação político-ideológica para operar como fator de contratendência das crises do capital e de desmonte da organização autônoma dos trabalhadores. Como vemos a análise de correlação de forças, assim entendida, partiria de outra concepção de hegemonia, não apenas entendida como disputa de ideias-concepções de mundo e de espaços na sociedade política, mas de disputa de um poder de classe entre as classes em luta. Na concepção da EDP, a mudança da correlação de forças implica na negociação, no pacto, no diálogo para ampliar o consenso.

Se como vimos acima, as tarefas principais para o desenvolvimento da EDP eram “disputar as ideias socialistas” ao interior da sociedade civil através do convencimento de quantas mais pessoas para poder ganhar sua legitimidade e avançar no controle do Estado burguês, democratizando-o, a forma que o PT assumiu foi coerente com a estratégia: um partido que para “ganhar o consenso da maioria” e ganhar as eleições para “avançar no controle do Estado” se apresentasse como um partido “democrático”, ou seja, que respeitasse as “regras do jogo” e fosse não violento nem militarizado; que fosse de “massa”, no sentido

outros bens de consumo), setores estratégicos para um país de capitalismo rentista como a Venezuela. Isso demonstra nossa tese de que o fundamento do poder não se encontra no controle ou disputa dos aparelhos do Estado “ampliado” mas no poder das classes, e na luta destas para a alteração das relações sociais de produção.

⁵³ Não apenas identificando a prevalência de mais-valia relativa ou mais-valia absoluta no padrão de acumulação mas também o grau de dependência (tecnológica e financeira) dos grandes centros de acumulação.

⁵⁴ Relação do salário com o custo de vida, ou mais precisamente com o valor de reprodução da força de trabalho, níveis de pobreza, de acesso a educação, saúde, moradia, todos eles discriminados por gênero e raça.

de se preocupar a identificar militantes que tivessem “influência” sobre as massas e não que fossem “organizadores da classe”; que fosse pluralista, no sentido de aberto a receber quem pudesse ser útil a dar algum retorno eleitoral ou que tivesse “influência” nas massas. O PT, portanto, assumiu a forma necessária para o desenvolvimento da EDP e desenvolveu a estratégia, independentemente que esta não deu os resultados esperados (de fato não se disputaram “as ideias socialistas” pelo contrário desapareceu o socialismo do discurso público e da agenda política do PT e tampouco se acumularam forças dentro do Estado, pelo contrário o partido ficou sempre mais refém da direita e desarmou a classe). Lembremos, a estratégia é o caminho proposto para alcançar um objetivo estratégico, mas não é o objetivo em si, portanto não podemos avaliar a sua realização a partir dos resultados obtidos, a partir do seu alcance do objetivo final mas a partir do cumprimento do caminho escolhido. O equívoco da estratégia está no fato que não é como pensava Kautsky que a ocupação do Estado burguês poderia alterar a correlação de forças e, portanto, a alterar também progressivamente a natureza de classe deste Estado, pois como apontava Gramsci o Estado é sempre o Estado-classe.

CAPÍTULO 4 O Chile de Allende, um divisor de água no debate sobre democracia e socialismo

No existe en la historia ningún caso en que los reaccionarios, los explotadores, los privilegiados de un sistema social, se resignen al cambio, se resignen pacíficamente a los cambios (...) y todos conocen la historia del fascismo en diversos países, en los países que fueron la cuna de ese movimiento, cómo surgieron; y cómo los privilegiados, los explotadores, cuando aun sus propias instituciones —cuando aun sus propias instituciones—, inventadas y creadas por ellos para mantener el dominio de clase no les sirven, las destruyen ellos mismos (...) no hay nadie más anticonstitucional, más antilegal, más antiparlamentario y más represivo y más violento y más criminal que el fascismo (...) El fascismo, en su violencia, liquida todo: arremete contra las universidades, las clausura y las aplasta; arremete contra los intelectuales, los reprime y los persigue; arremete contra los partidos políticos arremete contra las organizaciones sindicales; arremete contra todas las organizaciones de masa y las organizaciones culturales.

(Último discurso de Fidel Castro em sua visita oficial no Chile em 1972, poucos meses antes do golpe de Pinochet, CASTRO, 2009, pp. 4-7)

4.1 A particularidade da formação social chilena e da revolução de 1970-1973

Assim como o resto dos países latino-americanos, o eixo de acumulação de capital no Chile do anos 60 do século passado estava marcado pela história de dependência desse país do centro capitalista desde a época da Coroa espanhola. Escasso em reservas de ouro e com dificuldades para desenvolver a agricultura, o Chile, diferente de outros territórios como México e Peru, não era um país atrativo para a classe dominante castelhana. O problema da terra sempre foi um problema central no Chile já que sempre houve escassez de terra cultivável (no Norte por insuficiência de chuva e no Sul por excesso da mesma) e a única terra cultivável, na região para central do país, estava concentrada em enormes latifúndios: “de acordo com o censo de 1925 98% da terra cultivável dessa região estava em mão de um 3% dos proprietários” (FUNDACION FEDERICO ENGELS, 1998, p. 5). Além da produção de vinho, azeitonas e fruta a exploração principal dos grandes latifundiários foi o cultivo de alfafa e outros forragens para gado, com métodos rudimentares e utilizando uma numerosa classe de semiproletários, os “rotos”, que viviam em condições infra-humanas de brutal exploração.

Por essas razões Chile não modernizou a agricultura nem teve uma reforma agrária e só quando os latifundiários se deram conta que seria mais rentável dividir suas terras e vendê-las

em parcelas investiram suas ganancias em negócios urbanos controlando assim os bancos e o comércio e constituindo assim uma poderosa oligarquia que controlava a inteira economia do país junto com o imperialismo. A aliança entre burguesia e terratenientes se fortalece após vitória militar em 1883 contra os índios araucanos junto com o boom econômico mundial entre 1891-1913 que dá como resultado a expansão das fronteiras nacionais e a exploração dos nitratos e do cobre sob controle crescente do imperialismo. Já nos anos da I Guerra mundial o 50% da exploração de minérios era estrangeira. O surgimento do capitalismo no Chile vincula de forma contundente os interesses imperialistas aos interesses da oligarquia local conformada por terratenientes, banqueiros e comerciantes. Esta fusão de interesses é a razão principal da impossibilidade de existência de “burguesia nacional” que pudesse levar a cabo as tarefas de uma revolução democrático-burguesa, tarefas que serão levadas a cabo pela classe operária em aliança com o campesinato (FUNDACION FEDERICO ENGELS, 1998, p. 5-10).

Se o surgimento do capitalismo no Chile tem bastantes analogias com a de outras formações sociais latino-americanas pela ausência de uma burguesia “nacional”, a fusão dos interesses entre os latifundiários, a burguesia comercial e bancária e o imperialismo, o caráter autocrático do Estado e a impossibilidade destas burguesias de realizar revoluções democrático-burguesas clássicas (CUEVA, 1983, pp. 122-123), a pesar deste ser do próprio Cueva citar o caso do Chile como “um “contraexemplo” pelo fato ser o primeiro país a formar um Estado relativamente sólido e estável (...) porque na sociedade civil que o sustenta não existe a escravidão, e o feudalismo não vai além de sua débil expressão no “inquilinato”, embora o capitalismo ganhe terreno com bastante celeridade” (CUEVA, 193, pp. 46-47); a novidade do Chile está na singularidade das estratégias empreendidas pelo movimento operário chileno para a revolução socialista no país.

Si nos outros países latino-americanos o movimento operário foi hegemonizado pelo etapismo dos partidos comunistas, por sua vez ditada pela política da III Internacional, que caracterizava as formações sociais latino-americanas como semifeudais, indicava como principais inimigos e entraves do desenvolvimento capitalista e das revoluções democráticas nacionais burguesas ao imperialismo e aos latifundiários, e apontava a necessidade do movimento operário se aliar numa primeira etapa com as supostas “burguesias nacionais” para realizar estas tarefas democráticas, modernizar o país e ter maior controle sobre Estado para supostamente controlar progressivamente o setor privado; no Chile, já em 1932 nascia o Partido Socialista Chileno, onde conviviam tendências revolucionárias de diferentes

orientação (marxista, anarquista, socialdemocrata, nacional populista e trotskistas), que tinha grande influência nas massas proletárias, com uma linha política que se distanciava diametralmente daquela do Partido Comunista Chileno, algo que fica patente em várias passagens de um dos documentos fundacionais do partido, a Declaração de Princípios, presente no cartão de cada militante:

a transformação evolutiva por meio do sistema democrático não é possível porque a classe dominante organizou-se em corpos civis armados e ergueu sua própria ditadura para manter aos trabalhadores na miséria e ignorância e impedir sua emancipação (...) a classe capitalista está representada pelo Estado atual, que é um organismo de opressão de uma classe sobre outra. Eliminadas as classes, deve desaparecer o caráter opressor do Estado, limitando-se este a guiar, harmonizar e proteger as atividades da sociedade (...) durante o processo de transformação total do sistema é necessária uma ditadura dos trabalhadores organizados (FUNDACION FEDERICO ENGELS, 1998, p. 9).

Já desde 1951 socialistas e comunistas se aliam e lançam Salvador Allende como candidato à Presidência. No final dos anos '60 os partidos populares, entre eles o Movimento Izquierda Revolucionaria (MIR) e a Central Única de Trabajadores (CUT) organizaram uma greve camponesa que foi violentamente reprimida pelo governo do Partido Demócrata Cristiano (PDC). Este contexto marcará a formação da Unidad Popular (UP), coalisão formada pelo Partido Comunista Chileno (PCC), pelo Partido Socialista (PS) e outros partidos menores como o Partido Radical, a Ação Popular Independente e um racha do PDC chamado Movimento de Ação Popular (MAPU).

A maior divergência que se expressava neste momento entre as forças de esquerda era sobre a possibilidade de uma vitória eleitoral e sua relação com a estratégia socialista. Os comunistas colocavam a meta socialista como algo a ser alcançado em um horizonte longínquo, enquanto os socialistas defendiam que uma vitória eleitoral poderia ser o início da construção socialista. Apresentaram um programa que refletia esta tensão. Propunha-se a nacionalização da economia, aprofundar a reforma agrária, retomar o crescimento econômico, ampliar a oferta de emprego e provocar uma melhora significativa na qualidade de vida das camadas populares (IASI 2013).

Estas duas particularidades do Chile, 1) a tradição revolucionária do movimento operário chileno e 2) um Estado relativamente sólido e estável com tradição constitucionalista e a presença de forças armadas progressistas; fizeram da formação social chilena assumir rasgos únicos na luta de classe dos países latino-americanos, e assim permitiram a chegada ao governo pela via eleitoral da UP com um programa socialista, e que uma vez chegado ao governo cumpriu esse programa. Não queremos desmerecer aqui a altura política de Allende mas assim como falamos antes de que o Lula é um produto do ciclo democrático popular e

sua figura ganha força por estar inserida nesse período, da mesma forma Allende é produto da tradição revolucionária do movimento operário chileno e as medidas que ele tomou foram possíveis fundamentalmente pela radicalidade da esquerda chilena nos anos em que ele foi Presidente; como muitos autores reconhecem o movimento operário e de massa chileno foi além dos partidos de esquerda pautando o ritmo das mudanças naqueles anos.

A pesar das divergências na definição de táticas e estratégias dentro da esquerda chilena no período do governo Allende, havia um consenso sobre a existência de uma crise de dominação do sistema capitalista chileno que levou a instauração do governo Allende através da vitória eleitoral em 1970.

Em 1970 Allende ganha as eleições, ainda que com uma margem muito estreita, e com a maioria do Congresso controlada pelos partidos conservadores, e a pesar de ter o risco de não ser nomeado pelo Congresso, a mobilização das massas alertou o Departamento de Estado norte-americano, que já estava disposto a apoiar a direita chilena para não deixar Allende assumir o governo, e reorientou seu aliados a optar por um plano de desestabilização contínuo durante o governo.

Allende assume o poder e cumpre o programa, nacionalizando a extração do cobre responsável pelo 80% de receita do país e controlada até então por multinacionais norte-americanas, estatizou o sistema financeiro, colocou normas de controle sobre os monopólios industriais e as empresas de telecomunicações, a Unidade Popular tinha ferramentas para dirigir a economia, ainda que nos marcos do capitalismo. O resultado já no primeiro ano foi surpreendente. O desemprego caiu pela metade, os salários subiram entre 35% e 60%, o setor industrial cresceu 12% e o PIB 8,3%, a reforma agrária é imediatamente estendida a 30% das terras, e apesar destas heresias, inflação declinou (IASI, 2013).

A direita articulada com imperialismo norte-americano reagem. Manobra para baixar o preço do cobre, sabota as minas, o Exibank suspende o crédito internacional, os jornais burgueses fazem o trabalho de desinformação. A dívida passa de 2,5 bilhões em 1970 para 4 bilhões em 1973. As reservas de 350 milhões tornam-se um déficit de 400 milhões. Os empresários fecham as fábricas em um *lockout* em 1972 e os caminhoneiros, financiados pela CIA, paralisam os transportes rodoviários em Outubro de 1972. Os trabalhadores nos cordões ocupam as fábricas e se armam (IASI 2013).

Allende diz: “comprometi-me a agir dentro das leis e da constituição e ninguém me fará abandonar este caminho”. No parlamento os conservadores, aqueles a quem o povo

chamava carinhosamente de “múmias”, exigem a aplicação da lei do desarmamento. O governo reage aos boicotes e cria as Juntas de Abastecimento e Preços e os Comandos Comunais. O Ministro da Defesa, General Prats, fiel ao governo da Unidade Popular, comunica ao presidente que setores das forças armadas planejam interromper o processo constitucional e se dispõe a prender os líderes. O comando das forças armadas considera este ato uma ingerência e exige o afastamento de Prats. Assume o ministério o General Augusto Pinochet (IASI, 2013).

4.2. Porque fomos derrotados? Duas estratégias na revolução em debate e tensão entre elas

O interessante da análise dos acontecimentos da revolução chilena para nosso estudo reside no fato que nesta experiência aparecem todos os elementos do debate sobre a transição ao socialismo através do “aprofundamento da democracia”, entretanto dois cremos interessante aprofundar: a relação da UP e das demais forças políticas com respeito a legalidade do Estado; e a constituição de um novo poder, como germe de um novo Estado, o poder popular.

Como vimos, o PCC e um setor do PS defendiam uma via democrática ao socialismo pelas condições particulares do Chile, sua tradição democrática de sociedade com Estado estável, FFAA progressistas e pelo fato da esquerda socialista ter uma tradição revolucionária com uma forte expressão eleitoral. Apesar da tradição revolucionária do PS que ia na contramão da maioria da esquerda etapista latino-americana, a Unidade Popular era formada fundamentalmente pela aliança entre PS e o PCC, como os dois partidos principais da coalisão, e o mesmo Allende dentro do próprio PS defendia uma linha legalista e democrática ao socialismo a partir das condições históricas do Chile⁵⁵.

⁵⁵ “Qual será nossa via, nosso caminho chileno de ação para triunfar sob o subdesenvolvimento? Nosso caminho será aquele construído ao longo de nossa experiência, o povo nas eleições, o assinalado no programa da Unidad Popular: o caminho ao socialismo em democracia. Pluralismo em liberdade. Chile reúne as condições fundamentais que, utilizadas com prudência e flexibilidade, permitirão edificar a sociedade nova, baseada na nova economia (ALLENDE, 1973, p. 131) (...) Se nos detemos a meditar um momento e olharmos para atrás em nossa história, os chilenos estamos orgulhosos de ter conseguido impor pela via política acima da violência, essa grande transformação. Essa é uma nobre tradição. Ao longo de nosso permanente combate pela liberação, de lenta e dura luta pela igualdade e pela justiça, preferimos sempre resolver os conflitos sociais com os recursos da persuasão, pela ação política. Rechaçamos, nos chilenos, no más profundo de nossas consciências, as lutas fratricidas. Mas sem renunciar jamais a reivindicar os direitos do povo. Nosso escudo fala: “pela razão ou pela força”; mas diz primeiro pela razão. Essa paz cívica, esta continuidade do processo político não é consequência fortuita do azar. É o resultado de uma estrutura socioeconômica, de uma relação peculiar das forças sociais que nosso país tem construído de acordo a realidade de nosso desenvolvimento (...) a estabilidade institucional da Republica foi uma das mais altas da Europa e da América. Esta tradição republicana e democrática chega a

Em 1968 o PCC assim definia o caráter da revolução chilena:

Chile necesita un **gobierno popular antiimperialista y antioligárquico**, que tenga el **apoyo de la mayoría nacional**, constituido por todos los partidos y corrientes que coincidan en un programa de transformaciones revolucionarias. En él deben estar los obreros, los campe-sinos, los empleados, las mujeres, los jóvenes, los pequeños y medianos empresarios, no sólo a través de los partidos que los interpretan, sino también **mediante representantes de sus organizaciones de masas en las instituciones y escalones correspondientes de la Administración del Estado**"...en las condiciones de nuestro país, **cuanto más amplio sea este gobierno, más firme, revolucionario y operante** también lo será (...) la transición al socialismo no estará libre de conflictos. Sin embargo tendrá que llevarse a cabo, teniendo en cuenta que **habrá capitalistas que estarán de acuerdo en dar y recibir un trato amistoso con el nuevo régimen** (CORVALAN, 1969, pp. 44-45-46).

De acordo com Marini (1974) a revolução chilena estaria marcada por duas estratégia em disputa. Por um lado o PCC puxava para aceitar as regras que a burguesia impunha e centrava sua luta dentro destas regras:

ao dar-se conta que o sistema se desmoronava, tratou de alargar progressivamente as brechas para provocar alterações, as quais iriam resultar num sistema de dominação mais favorável à participação das massas populares; isto é, para o PC não se tratava de derrubar o sistema mas sim de o modificar. A sua fórmula de **“democracia avançada”** correspondia a um processo **de maior democratização do Estado**, fortalecida por certas reformas sócio-econômicas, **que garantiriam as forças populares uma gravitação mais significativa no centro do poder (...)** isso implicava **uma política definida de alianças (...)** procurar uma aliança com as camadas médias (...) a definição de três áreas de propriedade (estatal, mista e privada), consagrada no programa da UP, representava a expressão programática dessa estratégia. O PC foi além. Considerando aproveitar as contradições inter-imperialistas em escala mundial, substituiu a presença do capital norte-americano no Chile pelo alemão, francês e japonês (MARINI, 1974, p. 6).

Para Marini, o propósito do PC não era ser instrumento da política burguesa mas abrir passo ao socialismo dentro da concepção de uma revolução por etapas, isto é completar a revolução burguesa primeiro, reformar a estrutura econômica e o Estado ampliando a influência desse sobre o setor privado, posto que ainda não considerava que existiam os elementos que pudessem pôr em xeque a existência do Estado burguês.

Radicalmente distinta, de acordo com Marini, a posição do MIR, principal força de esquerda fora da Unidad Popular, que ainda que apoiasse o governo⁵⁶, que ao comprovar a existência de uma crise do sistema, não a considerava passageira e com possibilidade de ser

formar parte de nossa personalidade, impregnando a consciência coletiva dos chilenos” (ALLENDE, 1973, p. 126).

⁵⁶ O MIR fazia parte da segurança pessoal do Presidente e pôs à disposição do governo seu sistema de inteligência para desarmar vários planos sediciosos da direita.

reabsorvida através de reformas mas pelo contrário via nela elementos que prefiguravam uma situação revolucionária que precisava ser assumida, caso contrário teria levado a contrarrevolução. Essa tese do enfrentamento inevitável entre o povo e as classes dominantes não implicava a afirmação já da existência de uma crise revolucionária no país, sequer no período de crise de Outubro '72, assim como alguns intentaram inferir deformando a linha política do MIR para melhor combate-la.

De acordo com a concepção leninista, o MIR via na **agudização das contradições inter-burguesas** e na **ascensão ininterrupta do movimento de massas** (no qual participavam cada vez mais camadas politicamente atrasadas) elementos propícios à **conversão da crise de dominação burguesa** numa crise revolucionária que permitiria a derrocada da burguesia e do imperialismo e o estabelecimento de um Estado popular e revolucionário. A condição para que se produzisse essa conversão era o aparecimento e desenvolvimento de um poder de massas alternativo ao Estado burguês, cujos órgãos fossem simultaneamente instrumentos de combate do povo e os germens da organização estatal capaz de substituir o Estado vigente (MARINI, 1974, p. 7).

A diferente análise sobre a conjuntura chilena levaria o MIR e o PCC a desenvolver uma política de alianças oposta. Embora os inimigos a combater fossem comuns, a grande burguesia e o imperialismo, a diferença estaria na definição do bloque revolucionário e na relação a estabelecer com as capas medias e alguns setores da burguesia. Se para o PCC tinha que se estabelecer com estas uma aliança, dando a elas garantias de desenvolvimento e controlando-as através do Estado, para o MIR os empresários deveriam estar sob controle das massas trabalhadoras tanto na produção como na distribuição:

a **palavra de ordem do controle operário, lançada pelo MIR, foi recusada com indignação pelo PCC**, que a alcunhou de “anarquista”, precisamente porque implicava que as relações entre a burguesia e o proletariado não estariam baseadas na colaboração, mas sim na força. Esse não era um problema isolado: toda a política do MIR estava dirigida a orientar a disposição de luta da maioria da classe operaria, assim como dos pobres da cidade e do campo, em direção a seu fortalecimento político e orgânico à custa da burguesia. Isso tornar-se-á dramaticamente patente quando, ao sobrevir a escassez em grande escala de produtos essenciais, o MIR joga todos seus trunfos na necessidade de desenvolver órgãos de controle de massas sobre a produção e a distribuição, enquanto que o PC, além de procurar entendimentos com os setores empresariais, recorre prioritariamente aos aparelhos repressivos do Estado no combate à especulação (MARINI, 1974, p. 8).

Mas vejamos agora como os próprios protagonistas da revolução analisam esta divergência de estratégia. Dia 17 de Julho, um dos momentos mais álgidos da revolução e do debate sobre a estratégia a apenas umas semanas após do primeiro intento de golpe de estado frustrado, “*Tancazo*”, e após alguns meses da consolidação e generalização dos organismos de

poder popular, Miguel Enriquez, Secretário Geral do MIR, pronuncia um discurso histórico⁵⁷ no Teatro Caupólican:

Dos tácticas se ofrecen a la clase obrera y al pueblo. Una, que establece que **no es posible profundizar la ofensiva popular**, pues **encendería de inmediato el enfrentamiento**, que es necesario ganar tiempo; se mantiene al interior de la institucionalidad burguesa, a la que no deja criticar, pero al no dar una salida alternativa a ésta, se abren al **diálogo con sectores del campo contrario**, el que sólo pueden construir **devolviendo empresas y haciendo concesiones**. Esta táctica está irremediavelmente condenada al fracaso, pues buscando aliados en el campo contrario los pierde en el propio. La otra táctica es la táctica revolucionaria. Es la táctica que ha puesto en práctica la clase obrera y el pueblo en las semanas recientes. La táctica revolucionaria consiste en reforzar y **ampliar la toma de posiciones en las fábricas**, fundos y distribuidoras. **No devolver las grandes empresas tomadas**, incorporarlas al área social bajo Dirección Obrera, imponiendo en la pequeña y

⁵⁷ Reproduzimos aqui alguns trechos de uma entrevista à Miguel Enriquez concedida pela revista *Chile Hoy* algumas semanas após do discurso do Teatro de Caupólican em que ele aprofunda com mais detalhes as divergências estratégicas entre o MIR e algumas forças da Unidade Popular, principalmente o PCC: “Hoje, sob as bandeiras da “normalização” da produção e do país, do **diálogo** e do **consenso** mínimo, os partidários de um projeto de conciliação de classe como saída política à atual situação, intentam construir as condições para o **diálogo** propondo a **devolução das grandes empresas** tomada pelos trabalhadores, tolerando incursões repressivas contra trabalhadores mobilizados em Cordões e Comandos, permitindo o despejo policial de fábricas tomadas, abrindo querelas contra organizações revolucionarias, através da repressão (...) O análise da conjuntura atual permite outra saída? Os reformistas recalcitrantes e os centristas sustentam suas políticas a partir de duas premissas: consideram que, a pesar da **situação** ser “difícil” ela **tende à “normalização”** e que por outra parte **não há força suficiente** para desenvolver uma contraofensiva. A partir dessas premissas, a todas luzes falsas, concluem que a tarefa fundamental é **ganhar tempo**, dando um passo atrás para depois dar dois a frente, ter um folego, uma trégua. Na realidade, as **forças golpistas** civis e uniformadas **não tem sido desarticuladas**, pelo contrario, se fortalecem descaradamente na mais absoluta **impunidade**. A tática da demissão e da chantagem esta em pleno desenvolvimento, entregando rendimentos mais que suficientes à classe patronal e fortalecendo progressivamente suas posições. A classe operaria e o povo, a pesar que na ultima semana continuaram levando a frente a tática da contraofensiva, também sofreram importantes golpes como consequência da **política de “respiro”** que desde o dia 29 impulsaram os setores reformistas recalcitrantes e vacilantes do Governo e da UP: **despejos, inspeções e devolução de empresas**. A situação é muito mais grave que em todas as conjunturas agudas anteriores, na medida que as **classes patronais** conseguiram, desta vez, levar massivamente o enfrentamento político e social desde o terreno civil **para o interior dos quarteis**. Dois blocos sociais e políticos se constituíram, tomam posições, se ameaçam e espreitam um ao outro. **Não é possível voltar a normalidade anterior**. Só será possível eliminar a ameaça golpista desarticulando e aplastando agora os setores civis e uniformados comprometidos com a política do golpe. Por sua vez isso será possível se **acumularmos aceleradamente força, onde é possível acumula-la: o movimento de massas e a oficialidade e suboficialidade anti-golpista** das Forças Armadas. **A única tática que pode permitir esta acumulação de forças consiste em desenvolver agora uma extrema contraofensiva revolucionaria e popular**. Uma tática dilatória que permita ganhar tempo pode ser correta, mas apenas em determinadas situações e sempre que isso não implique debilitar nossas próprias forças e este não é o caso da conjuntura atual. A **correlação de forças** produzida imediatamente depois do intento golpista abortado **é a melhor que tem se criado nos últimos anos**. Nunca antes tinha se desenvolvido uma ativação e **radicalização da classe operaria** como a gerada nas últimas semanas; setores do movimento camponês, de movimento de favelas e do movimento de massas tem desenvolvido consideravelmente **seus níveis de consciência e organização**. Através de uma tática revolucionaria é possível multiplicar essa força enormemente e a curto prazo. A oficialidade anti-golpista, a sub-oficialidade e a tropa de todas as ramas das Forças Armadas tem sido capazes, até agora, de neutralizar os intentos golpistas de 29 de Junho e os posteriores no interior dos quarteis. A **debilidade da classe operaria** e do povo **não originou-se** numa correlação de forças favoráveis. Se desenvolveu e esta se desenvolvendo **uma tática defensiva e vacilante** que debilita o povo. Que na busca para ganhar tempo acaba por dar tempo às classes patronais para se articular, para se fortalecer, para passar a ofensiva, derrubar o Governo e golpear à classe operaria e ao povo. (ENRIQUEZ, 1973)

mediana industria el Control Obrero. **Desarrollando la fuerza de los trabajadores fuera de la institucionalidad burguesa**, estableciendo el Poder Popular en los Comandos Comunales, los Comités de Defensa, multiplicando y extendiendo la ofensiva popular, incorporando a ella a los pobladores, campesinos y estudiantes, extendiendo la movilización a todo el país. **Desarrollando la alianza de los trabajadores con los soldados**, suboficiales y oficiales honestos. Rescatando la base obrera y popular de la Democracia Cristiana. Fortaleciendo la **alianza revolucionaria de la clase obrera y el pueblo**. Impulsando la reagrupación de los revolucionarios y la acción común de la izquierda por la base. (Trechos del discurso de Miguel Enríquez, dirigente del MIR, en el Teatro Caupólican el 17 Julio de 1973, pocos meses antes del golpe de Estado del 11 de Septiembre).

A história dará razão a exatidão desse análise da conjuntura realizado pelo MIR no momento mais crucial no desfecho da revolução chilena, umas semanas após do “*Tancazo*”, tentativa de golpe realizada em Junho de 1973, e alguns meses antes do fatídico 11 de Setembro. Aqui aparecem claramente as duas táticas para a revolução ante a conjuntura pre-golpe, onde a burguesia já opera claramente fora de qualquer marco legal todo tipo de plano sedicioso e onde a classe trabalhadora agudiza sua resistência: por uma lado a linha defendida por vários setores da UP (principalmente pelo PCC) com a política do “respiro” e do diálogo com a burguesia e de desarme político e militar da classe trabalhadora para voltar a “normalidade”; por outro aquela defendida pelo MIR que não considera possível voltar a “normalidade” e que defende um ataque e desarticulação contundente de todos os elementos golpistas e uma contraofensiva revolucionária e popular, única forma de acumular forças para a revolução.

Carlos Altamirano, Secretário Geral do PS, não compartilhava dessa hipótese de que ao existir duas estratégias haveria uma falta de direção única do processo, entretanto reconhece o equívoco da própria estratégia defendida pelo PS:

Certas pessoas apontam a **influência decisiva que a “ausência de uma direção única” teve na derrota do Governo Popular**. Dizem que isso foi produto de duas linhas estratégicas que, operando simultânea e alternativamente, não conseguiram chegar a concretizar-se de modo consequente. A nosso ver, trata-se de uma afirmação equivocada. Basicamente, **o erro não está na existência de duas estratégias, mas sim na aplicação obstinada de uma delas, a incorreta (...)** até o instante de sua dramática extinção, o processo de além com estranha obstinação ao objetivo estratégico: **a institucionalização de uma via política ao socialismo (...)** o que definiu, fundamentalmente, a **derrota político-militar da Unidade Popular foi sua pretensão estéril de agarrar-se cegamente às instituições liberais, quando a burguesia já tinha arrastado a luta de classes para fora da instituição**. Na verdade, faltou a Unidade Popular a capacidade de prever e alterar as formas de luta quando isso se tornou necessário (ALTAMIRANO, 1979, pp. 199-200).

Altamirano reconhece que quem ficou preso a legalidade foi a Unidade Popular, não a burguesia, que em todo momento quebrou ela. Mostra também como o governo ficou refém da institucionalidade burguês e defendeu a política do “respiro”, de respeito da legalidade com a ilusão de que isso pudesse levar a “normalização” da situação política:

o Parlamento, o Poder Judiciário e a Inspeção Geral da República aliam-se numa **sistemática obstrução às tarefas do governo**. Eles agem abertamente, sem manter falsas aparências de fidelidade aos princípios institucionais; pelo contrário, trabalham com **desavergonhado abandono das normas** que até então conduziam a institucionalidade chilena. O Parlamento não despacha nenhum projeto de lei de iniciativa governamental; aprova projetos de reajuste salarial sem financiamento, a fim de incentivar a inflação; afasta ministros, passando por cima do espírito e da letra da Constituição. Os tribunais silenciam diante dos desmandos físicos e verbais da burguesia rebelada. As reiteradas queixas judiciais apresentadas pelo governo frente às incríveis provocações publicitárias da oposição são arquivadas ou invalidadas. Em troca, as queixas ocasionalmente apresentadas contra jornalistas ou líderes de movimentos populares são imediatamente aceitas e encaminhadas com odiosa severidade. Quando a polícia civil surpreende grupos fascistas em atos de sabotagem ou de terrorismo evidentes, o Poder Judiciário dá liberdade aos presos. O “Senhor Inspetor” fazia o que bem entendia. Os decretos baixados pelo governo ou não eram referendados ou só eram depois de inesgotáveis discussões, fortalecendo com isso a imagem de ilegitimidade (...) Em resumo, a oposição burguesa contra-revolucionária se constituía a si mesma como defensora e garantia da legalidade. Enquanto o grosso de sua ofensiva se desenvolvia clandestinamente, ela, impunha ao governo o respeito à lei como uma espécie de “camisa-de-força”. Nascido sob o amparo da ordem jurídica, o governo se enredava cada vez mais nas suas redes paralisadoras (ALTAMIRANO, 1979, pp. 194-195).

Este relato mostra claramente como não existe nunca uma legalidade ou uma “regras do jogo” acima das classes. Voltamos a questão da legalidade/clandestinidade analisada no capítulo anterior: enquanto a burguesia atuava nos dois lados (legal e secreto), as forças populares estavam presas no respeito das “regras do jogo” que só eles respeitavam.

Numa entrevista a Corvalán, Secretário geral do PCC, em 1972, ou seja ainda com Allende no governo, ele reconhece:

A legalidade chilena constitui um obstáculo. Isso é indiscutível (...) e são escassas as possibilidades de modificar esta situação, esta institucionalidade, nem com plebiscito e nem no Congresso. Penso que isso é antes de tudo um problema de forças, de correlação de forças e de consciência social (CORVALÁN in LABARCA, 1975, p. 246).

Ou seja, voltamos ao problema da correlação de forças, levantado ainda hoje na maioria dos casos em que se justifica a necessidade de uma política de alianças sometida ao imperativos da classe dominante e que leva à perda da autonomia das organizações revolucionárias. E quando o jornalista pergunta porque o governo deveria se preocupar tanto

de assegurar da aplicação da legalidade si o mesmo Corvalán reconhece que esta legalidade é um obstáculo, ele responde:

Aqui temos uma situação muito simples. Por uma parte está nosso compromisso com o país, estabelecido, consagrado no Programa Básico da Unidade Popular, de fazer as mudanças dentro da legalidade. Por outra parte, a maioria do país está a favor das mudanças, desde que elas se façam dentro da legalidade. Não existe nenhuma possibilidade de realiza-los com êxito, nesse momento, fora da legalidade (CORVALÁN in LABARCA, 1975, p. 247).

Aqui nos encontramos frente a uma contradição na formulação do PCC: por uma lado há um reconhecimento de que a legalidade burguesa representa um obstáculo para a transformação socialista e de que esses obstáculos não podem ser removidos dentro da própria institucionalidade e legalidade burguesa; por outro lado se afirma que “a maioria do país está a favor das mudanças dentro da legalidade [burguesa] e não há possibilidade de realizar estas mudanças fora da legalidade”. Isso mostra primeiro que a estratégia do PCC é guiada mais por uma “maioria” eleitoral mais que por um projeto de classe e segundo que não consegue solucionar a contradição entre a destruição do velho Estado, necessária para o nascimento do novo, e a manutenção do mesmo, necessária, de acordo com eles, para continuar tendo o apoio das “maiorias” a favor das mudanças.

Já após da derrota e do golpe Corvalán reconhecerá que foi um equívoco respeitar aquela legalidade, reconhecendo portanto que não pode haver uma democracia em abstrato no socialismo, pois ela deve ser uma democracia que restringe algumas liberdades à burguesia.

Como Unidade Popular e como Governo cometemos **dois tipos de erros**: uns de direita e outros de esquerda (...) O principal erro de direita foi **nossa debilidade com relação a tolerar e não impedir as atividades sediciosas do inimigo** e o abuso que fazia das liberdades consagradas na Constituição (...) os contrarrevolucionários usavam descaradamente a prensa, a radio e a televisão para preparar o derribamento do Governo. Sem nenhuma dissimulação proclamavam que “os marxistas bons são os marxistas mortos” e anunciavam que “Jakarta vem” (...) foram detidos e sometidos a processo uns poucos terroristas mas o poder judicial, com o respaldo da maioria do parlamento, anulava tais ações (CORVALÁN, 1982, p. 163).

Aqui Corvalán está reconhecendo que a necessidade de uma democracia de outra qualidade, uma democracia de classe ou uma ditadura do proletariado, ou seja, onde haja restrição das liberdades para a burguesia para poder combater seus planos sediciosos. Não pode-se apenas atuar no marco da lei e da constituição liberal burguesa; elas não são suficientes para contra restar o poder de classe da burguesia.

Isso de tolerar os excessos dos contrarrevolucionários constitui um erro capital. Nossa experiência indica que **os revolucionários temos que lutar pela liberdade**

para o povo e não para os inimigos. A revolução tem que dar mais liberdade ao povo e, ao mesmo tempo, impedir que a contrarrevolução se abra passo. Permitir isso último conduz ao fracasso da revolução, ao triunfo da contrarrevolução e ao terror sangrento. Não tem outra alternativa. Por isso **não compartilhamos as posições dos que acham que a liberdade é indivisível e que a revolução e o socialismo devem dar os mesmos direitos a todos**, incluindo seus inimigos. Os capitalistas no fazem isso; sequer nos países de democracia burguesa mais desenvolvida (CORVALÁN, 1982, p. 165).

Essas passagens mostram como o erro principal do PCC, e de consequência da Unidad Popular, foi acreditar numa democracia em abstrato, uma democracia como valor universal, uma democracia onde todas/os teriam os mesmos direitos e liberdades. O reconhecimento do fato que “a revolução e o socialismo não podem dar os mesmos direitos para todo mundo” (trabalhadoras/es e burguesia) é o reconhecimento que a única forma para a transição ao socialismo é a “ditadura do proletariado” e não uma ampliação da democracia. O erro dos dirigentes comunistas e socialistas chilenos foi acreditar numa universalidade abstrata das liberdades democráticas mas a experiência mostrou para eles que não existe a democracia em abstrato, ela é sempre a democracia de uma classe sobre outra, e está sempre imersa na luta de classe, ela é sempre uma unidade democracia-ditadura entre classes em luta.

Ora, nesse respeito à legalidade burguesa, nessa confiança nas tradições democráticas e na estabilidade do Estado chileno fazia parte a confiança da lealdade das FFAA e portanto em não se colocar a questão militar, da defesa militar do processo como um imperativo. Esse, diz o Altamirano, será o principal equívoco:

Hoje, nós acreditamos que a derrota da Unidade Popular não se deve à soma de erros reparáveis, mas a presença e um **erro irremediável: a incapacidade da direção revolucionária em construir a defesa militar do processo**, considerando a confrontação como algo inevitável – não por vontade nossa, mas por decisão dos adversários. Em outras palavras, o problema do poder era um problema básico. Neste sentido, **não podia ser e nem foi resolvido enquanto permanecesse a confiança cega e irracional na institucionalidade** – pois a própria burguesia já tinha resolvido destruí-la (...) era possível no Chile de 1970 a 1973 – passagem pacífica ao socialismo, “em pluralismo, liberdade e democracia? (...) **não era viável** e nem possível a manutenção de uma linha política institucional até “iniciar a **construção do socialismo**”, **sem provocar rupturas**. Por exclusiva vontade das classes dominantes, a confrontação devia produzir-se em algum momento desse itinerário. E, para isso, o processo devia, obrigatoriamente, contar com uma estrutura defensiva militar (...) Em última análise, isso significava, de modo brutalmente claro, que se negava às forças populares um desenvolvimento pacífico em direção à revolução. O que a burguesia nos anunciou mil vezes, em sua conduta cotidiana, era apenas sua disposição de destruir as formas representativas do estado burguês para preservar sua essência capitalista. Ante essa decisão, a única **opção realmente adequada era** estar preparada para **mudar as formas de luta, no momento oportuno**. Isso significava, pura e simplesmente, das armas à revolução,

possibilitar-lhe a defesa do processo, renunciar a cair indefeso ante o inimigo (ALTAMIRANO, 1979, pp. 202-205).

Corvalán também compartilhará desse equívoco:

Na mentalidade chilena que, de uma u outra forma, e em maior ou menor medida, alcançaram todos os partidos. Nos referimos, obviamente, à crença que as Forças Armadas do Chile se singularizavam por sua subordinação ao Poder Civil e por sua prescindência, por seu profissionalismo (...) com o Governo nas mãos, **pensávamos que seríamos capazes de modificar o carácter das FF.AA. contando com uma correlação de forças favorável no país e apoiando-nos nos setores democráticos das instituições militares. Esta concepção demonstrou-se insuficiente.** De fato, ainda que considerasse o caráter de classe das FF.AA., o subvalorizava (...) é evidente que não nos tínhamos preparado adequadamente para a defesa do Governo Popular em qualquer terreno (CORVALÁN, 1982, pp. 168-170).

Além de estar iludidos sobre a possibilidade de “modificar o caráter das FF.AA. contando com uma correlação de forças favorável” também houve outro equívoco que não menciona o Corvalán que diz respeito a desconfiança de armar o povo na defesa da revolução. A defesa da revolução não podia depender apenas da modificação do caráter das FFAA mas da defesa de uma força de classe autônoma como aquela que de fato se constituiu a partir das organizações de poder popular. Teotônio dos Santos destacará isso:

O problema é que um novo passo para o socialismo, **depois de cumprida as tarefas anti imperialistas, anti latifundistas**, e em parte as anti monopolistas, com as quais não tinham um desacordo básico, **exigia uma mudança de concepção da relação de governo com as forças armadas.** Implicava, ao mesmo tempo, **desenvolver a capacidade do proletariado de criar uma força militar** que levaria a um novo tipo de acordo com as forças armadas e que levaria a formação de um Governo Popular com a participação de militares revolucionários (...) Para resolver este problema, o proletariado teria que aumentar sua influência nas camadas intermediárias e baixas das forças armadas e desenvolver uma capacidade militar autônoma para impor a hegemonia no processo" (DOS SANTOS, 2013, p. 42)

Um último aspecto que nos parece importante analisar nesse balanço sobre a derrota da revolução no Chile é relacionado a uma presumida causa que o PCC identificou na derrota, e que teve repercussões nos debates e nas estratégias fora do Chile (como veremos adiante): de acordo com eles teria havido um “desvio esquerdista” da revolução que teria acelerado o processo além de suas possibilidades e provocado a direita a planos sediciosos. Já vimos como a direita chilena conspirou desde o começo quebrando a legalidade independentemente da política de “respiro” do governo, mas nos parece importante ver o balanço que Altamirano faz sobre esse ponto:

Outro ponto de vista bastante difundido é aquele que se atém ao **ritmo** presumivelmente inadequado **do processo**: ele se teria “**apressado**” demais,

inclinando-se **perigosamente para a esquerda**. Acredita-se que o desenlace abrupto da experiência chilena não teria ocorrido se o governo tivesse buscado uma “pausa” para demarcar os períodos devidos do programa revolucionários. Essa opinião tem especial importância sobretudo porque provocou, no desenrolar do processo, um amplo e acalorado debate. A nosso ver, esse enfoque especial traz a influência de um **conceito mecanicista da revolução**, imaginada como um simples dispositivo sujeito à vontade de seus condutores, que podem acelerar ou retardar o seu ritmo arbitrariamente. Os que assim pensam esquecem os fatores mais surpreendentes do fenômeno revolucionário: a dinâmica por ele gerada, as tensões que provoca, a exaltação de uma consciência coletiva feita com paixão, vontade e imaginação de centenas de milhares de seres humanos. (...) **o “congelamento” do processo não seria possível sem sacrificar a revolução (...)** As massas tinham chegado a formular uma exigência revolucionária que superava a vontade de suas direções. Cremos que era dever de nossa liderança encampar e orientar essa exigência (ALTAMIRANO, 1979, pp.198-201).

4.3 A questão do poder, do Estado e o poder popular como germe de um novo Estado

Em 1972 o CESO (Centro de Estudos Socioeconômicos) radicado em Santiago promoveu um debate entre intelectuais e dirigentes políticos sobre “La transición al socialismo y la experiencia chilena”; dele publicou-se um livro que recolheu estes debates, entre ele um texto de Teotônio dos Santos. Nele, a partir de um balance do Symposium coloca algumas questões que nos parecem chave no debate sobre o poder entre as forças de esquerda desse período. Ele afirma que um dos temas centrais no debate foi: quando começa a transição ao socialismo? **“Só pode-se falar em transição ao socialismo desde o momento em que o poder passa à classe operaria”** (DOS SANTOS, 2009, p. 79).

Theotônio afirma que entre as forças que apoiavam o processo revolucionário existiam duas concepções de dualidade de poder: para uns esse se distinguia entre a rama executiva do poder, controlada pelo governo, e outra que abarcaria as outras esferas do Estado (poder legislativo, judiciário, etc.), entendendo que essa concepção estiver mais relacionada ao Partido Comunista Chileno e a boa parte do Partido Socialista; a outra concepção identificava outro poder se gestando ao lado do poder constituído do Estado, na organização dos operários, dos camponeses e moradores de bairros que poderia se converter em algum momento, em poder alternativo ao Estado burguês, assim como aconteceu no paro patronal de novembro de (DOS SANTOS, 2009, p.72).

A continuação Theotônio destaca outro aspecto relacionado ainda ao tema do poder que foi central no debate daquele momento: como tomar o poder, assumindo que a chegada ao governo não corresponde a toma do poder mas que pode contribuir e criar as condições para a tomada do poder.

A questão chave que aporta o processo chileno atual é a de dispor de um governo popular no interior do Estado burguês e de empregar seu sistema legal par servir a transformação revolucionaria que deverá destruir esse Estado e essa legalidade para substituí-la por um Estado e uma legalidade socialista. Ficou claro, entretanto, que essas mudanças só serão revolucionárias quando se decida finalmente a questão do poder, garantindo à classe operaria a direção real do país. Ficou bastante claro que **a toma do poder ocorre através da constituição do poder alternativo e não pela conquista gradual do Estado existente**. Trata-se, pois, da necessidade cientificamente definida de destruir o velho Estado anárquico e burocrático e de criar o novo Estado centralizado, planificador e sob o direto controle das massas (DOS SANTOS, 2009, p. 85).

É este aspecto apontado por Theotônio da constituição de um poder alternativo que consideramos o diferencial da experiência chilena e que consideramos chave na tensão entre as duas estratégias. No Chile de fato houve uma constituição do que se chamou de poder popular que se constituiu como o germe de um novo Estado e que poderia ter chegado a enfrentar e destruir o velho Estado burguês se a Unidad Popular tivesse corrigido a estratégia.

Progressivamente e de forma improvisada foram se criando uma série de organismos como os *Cordones Industriales*, *Consejos Campesinos*, *Comandos Comunales*, *Juntas de Abastecimiento y Precios* e outras modalidades de participação de base que se multiplicaram sobre tudo a partir do paro patronal do transporte em outubro de 1972. Foi graças principalmente a esses organismos que conseguiram defender a revolução reconstruindo a atividade produtiva nas fábricas, obrigaram a abrir aos comerciantes que pretendiam aderir à paralização e empurrar a uma ausência artificial de insumos e garantiram a distribuição de insumos nas fabricas e em coordenação com as JAP - Comités de Abastecimiento – a chegada de produtos nos bairros criando mercados populares. Com sua atividade garantiram também o transporte público e deram orientações ao Estado onde este não estava conseguindo chegar momentaneamente.

Além disso, de funcionar como um poder paralelo, funcionaram como catalisadores do processo de consciência do povo trabalhador. Uma das declarações dos *Cordones* após o paro patronal mostra o grau de combatividade desses órgãos de poder popular:

Si los momios desean parar la fábrica, nos tomaremos la fábrica y la haremos producir. Si ellos intentan paralizar el transporte, pondremos los camiones de las fábricas para hacer posible a todo chileno que se mueva por donde necesite o requisaremos los vehículos, la gasolina y los transportes que sean necesarios para impedir la crisis artificial que se propicia por parte de sectores golpistas. Si ellos intentan un golpe, responderemos aislando a los sectores en que se ubican los Cordones Industriales para convocar al sector militar constitucionalista a cumplir con el deber de las FFAA y los apoyaremos con toda la fuerza de que se disponga (KRIES, 2013, p. 49).

Existe uma tensão entre o PCC e o MIR (e também com outros setores do PS e outras forças de esquerda) também com relação a autonomia dos órgãos de poder popular. Vários dirigentes falarão da desconfiança do PCC com relação as organizações de poder popular, e de uma postura de controle, tutela mas que apoio. Por outra parte o PCC os acusará de fomentar paralelismo. No fundo nos parece que a questão esta no fato de que os *Cordones* apesar de apoiar o governo Allende, não estão dispostos a dar uma carta branca a este e exigem que esse cumpra o programa e que não ceda as pressões da direita. Vemos abaixo pelas declarações dos próprios protagonistas a natureza desta tensão:

São várias as declarações oficiais do PCC ou os discursos de Corvalán em que podemos confirmar uma posição hegemônica do PCC, ou seja de apoio aos organismos de poder popular desde que o partido pudesse controla-los, tutela-los e dirigi-los na linha política por este traçada, isso é, na política “do respiro”, do “diálogo”, como as medidas de devolução de fabricas ou desarme dos trabalhadores para “normalizar” as relações com a Democracia Cristiana. Os *Cordones* tem seu respaldo na medida em que forem controlados por eles e que apoiem o governo:

Concebimos esos *Cordones* como órganos de poder que **no son ni pueden ser paralelos**, ni menos opuestos, **al Gobierno Popular** (...) Algunos de estos organismos fueron de nuestra iniciativa y estuvimos por desarrollarlos todos y por crear otros más. Pensábamos, con razón, que debían ser embriones de un nuevo poder, pero no en oposición al Gobierno de Allende, sino **apoyándolo resueltamente**. Como se sabe, en este campo proliferaron, o tuvieron cierta influencia, otras tendencias que se orientaban a crear un poder popular alternativo y en contra del Gobierno de Allende y no fuimos capaces de derrotar esas tendencias en toda la línea. No todo dependía, pues, de nosotros 178-179 (...) Naturalmente, los comunistas estamos en favor del fortalecimiento de todas las formas de poder popular y de la creación de nuevas formas de ese poder que nazcan de la iniciativa de las masas, a condición de que, como es lógico, tiendan a fortalecer al Gobierno de la UP y no a debilitarlo, **siempre y cuando no se planteen como alternativas a él**, porque esto último significa echar agua al molino del enemigo y contribuir al logro de su sueño predilecto, el de tumbarlo. 130 Apoyamos resueltamente las decisiones de la Central Única de Trabajadores, en el sentido de fortalecer los Comités de Producción de las industrias y cordones industriales, **bajo su dirección** y una disciplina férrea y común. **A nadie le está permitido arrancarse con los tarros, correr con colores propios** ni hacer leseras que muy bien aprovecha el enemigo...El Partido Comunista, junto a los demás partidos de la Unidad Popular y a todos los revolucionarios dispuestos a **actuar bajo una sola dirección responsable y no como francotiradores o por la libre**, pondrá en el platillo de la balanza toda la fuerza de su organización, su disciplina y coraje (CORVALAN, 1978, p.193).

Por outro lado, varios dirigentes do poder popular negam que houvesse paralelismo com a CUT mas sim expressam que existia uma diferente concepção de fazer política e

construir o poder e de respeito da autonomia, uma autonomia que não é apenas política mas uma autonomia de classe. Numa entrevista a Hernan Ortega, militante do PS, Presidente do *Cordón* industrial Cerrillos (um dos mais importantes) e Presidente da Coordenadora Provincial dos *Corodones Industriales*, ante a pergunta se a criação da Coordenadora não criaria um paralelismo com a CUT, ele responde que não, na medida em que CUT funcionasse, pois critica a central por estar burocratizada, distante das fabricas, que não consegue fazer a mediação necessária entre o governo e as fabricas, que as vezes tomava decisões contrarias a aquelas que os trabalhadores tomavam em Assembleias e não se preocupava em como mediar, informar, construir junto com os trabalhadores o novo poder.⁵⁸

Na mesma linha de raciocínio, Juan Alarcón, militante do PC e Presidente da Empresa têxtil nacionalizada SUMAR expressa as dificuldades dessa relação entre partidos-governo e o poder popular e relata um episódio em que um grupo de operários da empresa, financiados pelo setor da direita da democracia cristã, os “*amarillos*”, foram flagrados numa campanha de sabotagem da empresa. Os dirigentes convocaram a uma assembleia dos trabalhadores onde foram apresentadas todas as provas da sabotagem e a assembleia decidiu pela demissão. Isso cria um problema a nível nacional com a Democracia Cristiana que condiciona o governo a

⁵⁸ Aqui reproduzimos alguns trechos da entrevista que explicam com mais detalhe esta relação tensa entre o poder popular e o poder oficial: “é necessário aclarar primeiro que a CUT tem sido boicotada pelos democrata-cristãos e depois, que **nossos conselheiros não cumpriram com suas funções. Você chega ali e geralmente não encontra ninguém.** Nós queremos que a CUT funcione bem, que não apenas reclame o direito de ser o organismo máximo dos trabalhadores, mas que demonstre que é assim nos fatos, que esteja plenamente incorporada nas lutas da classe operaria. Além disso nos planteamos objetivos distintos aos que até agora a CUT se colocou, pois **lutamos pela conquista do poder** e acreditamos que devemos dar à classe operaria a condução necessária para isso. Quando **criticamos a CUT como burocrata**, estamos criticando **a estrutura**, não as pessoas. Na medida em que a CUT modifique sua estrutura e assuma novas tarefas, nossa Coordenadora já não terá mais sentido para existir (...) nossa Coordenadora não tem mais o sentido de intercambiar experiências, evitar o foquismo que tem surgido em alguns *Cordones*, evitar o surgimento paralelo de outros *Cordones* onde eles não existem, evitar desvios infantis de esquerda. Se trata essencialmente de coordenar a luta. Não pretendemos suplantar a CUT ou os partidos que são os que devem conduzir a luta da classe operaria no país. - Mas a pesar das intenções de não paralelismo, as últimas ações os *Cordones* de Cerrillos e Vicuña Mackenna não responderam à direção da CUT e tem sido desautorizadas por ela - O que aconteceu é que **a CUT ordenou a toma de industrias e depois pediu a devolução de algumas** delas. Nos *Cordones* parece ter havido um paralelismo quando estes se negaram a devolver as empresas. Mas o que aconteceu? Nos **fizemos uma ampla discussão no interior da classe operaria e chegamos a conclusão de que as empresas não deviam ser devolvidas.** Por outra parte, a **CUT fez** uma ampla ou reduzida, não sei, discussão a **um nível superestrutural, chegando a conclusão de que não existiam condições de manter certas empresas nas mãos dos trabalhadores.** Mas ninguém fez uma ponte entre ambas discussões. E quem é responsável disso, senão a CUT? Porque **não e informa às bases das dificuldades?** Como os trabalhadores carecem dessa informação, dificilmente podem toma-la em conta quando definem suas plataformas de luta. Cremos que agora mais do que nunca os trabalhadores tem o direito de que falem com eles com clareza, de que se discuta com eles a situação política” (ORTEGA, 1973, p. 7).

barrar algumas Lei no congresso caso não fossem reintegrados os trabalhadores da SUMAR. A cúpula do governo decide reincorporar os trabalhadores sem sequer avisar os dirigentes da empresa (GAUDICHAD, 2014, p. 97).

Esta Declaração da Coordenadora Provincial dos *Cordones Industriales* explicita claramente os termos desta tensão entre poder popular e poder oficial:

A CPCI nasce como resultado do avanço e empurre da classe operaria que responde a ofensiva fascista da burguesia, tomando fabricas, fundos e empresas fortalecendo suas organizações na luta **pela defesa e avanço do Governo popular** e o início da construção da sociedade socialista. **Em nenhum momento nos colocamos como paralelos a CUT, já que a reconhecemos como a máxima organização dos trabalhadores** chilenos a nível nacional. **Os Cordones se colocam o problema do poder** e da construção de organizações germes de poder popular (Comandos Comunais de Trabalhadores) pelo que **requerem a autonomia necessária** para cumprir o papel de condutores dos diferentes setores sociais aliados ao proletariado na luta pelo socialismo. Os *Cordones* são organismos amplos da classe que agregam e organizam aos trabalhadores por encima de seus colores políticos. A condução política estará dada pelos partidos proletários que assumam o papel de vanguarda na luta (...) os *Cordones* são **organismos complementários** ao governo popular e vitalizadores dos organismos da classe operaria, **mas em nenhum caso** devem ser organismos **dependentes**. **Objetivos gerais** dos cordões: a) **defensa e ampliação das conquistas do governo e da classe**; b) representar de forma direta e democrática os trabalhadores do *Cordón*; c) **se constituir em organismos de defesa do atual Governo na medida em que este represente os interesses dos trabalhadores**; d) organizar a **profundização do processo e a agudização das contradições de classe**; e) lutar de forma enérgica por **uma maior participação da classe nas decisões** inerentes a seus interesses, e **incrementar o poder dos sindicatos e das organizações da classe**; f) cooperar de forma decisiva na organização e **preparação dos organismos de defesa** do setor de tal maneira que garantissem o controle territorial e político por parte da classe (...) Nos *Cordones industriales* deve predominar o sentido **da mais ampla participação dos trabalhadores**, deve-se dar livre curso à **criatividade da classe**, a suas iniciativas revolucionarias. Deverá se lutar **contra o sectarismo e contra a burocracia** empezinhada em **tomar acordos superestruturais e às espaldas das massas**. Numa palavra, nos *Cordones industriales* deve se instaurar uma **democracia proletária**” (COORDENADORA PROVINCIAL DOS CORDONES INDUSTRIALES, 1973, p. 7).

Esta Declaração nos parece muito esclarecedora da qualidade desse novo poder, e algo importante para nosso estudo, pois representa o germe de um novo Estado com objetivo a se fortalecer na medida que enfrente e destrua o outro poder, o outro Estado. É um “*poder desde abajo*”, que se constrói nas Assembleias dos trabalhadores nas fabricas, mas ao mesmo tempo que se coloca a questão do poder do Estado-classe, que apoia seu governo Allende mas ao mesmo tempo não dá nenhuma carta branca e reivindica uma autonomia de classe, consciente de que é dessa autonomia que depende o avanço ou retrocesso do governo popular ao

socialismo. O poder popular no Chile foi ao nosso ver uma das experiências mais importantes da nossa classe de concreção daquela concepção de partido em Marx, da “construção do proletariado em partido”; os *Cordones* foram um partido nos termos de Marx e Gramsci porque foram “organizadores da classe”, e foram um partido atravessado por vários partidos assim como os Soviets, mas foram um partido onde seus militantes eram centralizados antes pela linhas políticas do *Cordón* que pelas linhas de seus partidos porque enquanto partido-classe a fidelidade era antes a classe que a estruturas burocráticas distantes e nem sempre “fieis” a classe. Frank Gaudichad (2014) que realizou seu doutorado sobre a experiência dos *Cordones industriales* e o poder popular em geral, que realizou bastantes entrevistas aos protagonistas desta experiência conclui:

Testimonios de los trabajadores chilenos que vivieron este período demuestran el **conflicto** permanente que se vivió en las empresas **entre identidad de clase y militancia política**. Las entrevistas realizadas a varios de ellos no permiten confirmar que uno de los grandes balances que estos trabajadores han podido realizar de su experiencia vivida durante la UP es esta voluntad de priorizar, antes de todo, la solidaridad de clase mientras que ésta a menudo fue “parasitada”, en particular, por el sectarismo político y las propias vacilaciones de la CUT y el gobierno (GAUDICHAD, 2014, p. 128).

Esta tensão dos militantes expressa a tensão entre as duas estratégias, dois caminhos ao socialismo. A força do poder popular no Chile se deu pelo fato destes organismos entenderam que seu poder não estava na disputa do Estado burguês mas na sua destruição e construção paralela de um novo Estado fundado na luta contra o poder burguês e na articulação entre os diferentes segmentos da classe trabalhadora; uma articulação não mais entre cidadãos mas entre trabalhadores de bairros articulados aos trabalhadores nas fabricas para garantir a distribuição dos alimentos, e por sua vez articulados a outros trabalhadores do transporte para enfrentar a greve do transporte, e por sua vez articulados aos trabalhadores do comercio para garantir o subministro de matéria prima nas fabrica; foi o germe de um novo poder-Estado-classe onde a esferas da produção e reprodução da vida não se concebiam separadamente.

Mas ao mesmo tempo foi um germe aplastado não apenas pela reação burguesa mas também por aquela das burocracias partidárias que olhavam nesse poder ou como simples bases de apoio para defender o governo, ou como uma ameaça por não ter muitas vezes o controle desse, ou como uma força que deveria ser canalizada por dentro do Estado; não viram esse germe como um potencial para destruir o poder burguês, no Estado e na sociedade em geral, a partir da criação de um novo Estado.

Si nos basamos en los textos programáticos y fundadores de la UP, se puede decir que el “poder popular” transita desde una versión minimalista hasta una más compleja: de un simple apoyo de las bases populares organizadas a la política del gobierno hasta la creación de los gérmenes de un nuevo Estado y de nuevas relaciones de producción en la perspectiva de una transición al socialismo. Con todo fue la versión minimalista la que dominó la conducción del proceso en las esferas gubernamentales y la dirección de los partidos (GAUDICHAD, 2014, p. 28).

Esta visão minimalista, além de expressar uma estratégia de poder e acúmulo de forças distintas a aquela dos *Cordones*, também nas palavras de dirigentes dos *Cordones*, era permeada pelo estalinismo dentro dos partidos, principalmente dentro do PCC:

Desde el ascenso de Elías Lafferte, en torno a los años treinta, con continuidad con Conteras Labarca y Luis Corvalán, el Partido Comunista había **abandonado las ideas de participación desde la base** social de Recabarren por otras en las que se imponía la visión de la ortodoxia estalinista. En los militantes se sobreestimulaba una **vocación docente hacia la población que no era equilibrada con un estímulo a aprender de ella**; visión más cercana e la que llegaba de Moscú e interpretada como leninismo. Los cuadros que la ayuda internacional ayudaba a financiar también se hacían rehenes ideológicos de quienes otorgaban esa ayuda (...) Tras esas visiones se obligó a los trabajadores a **devolver empresas, se reprimió en las fábricas** reticentes por la policía, se orientó a la población a **canalizar sus preocupaciones e mecanismos de delegación** y representación y a volver a su relación cotidiana anterior con los partidos y con las instituciones (...) El protagonismo de base existente en los órganos del poder popular también encontraba la desconfianza de muchos dirigentes de los partidos de izquierda, (...).Particularmente el PC, aunque no parezca conveniente a posteriori recordarlo porque puede parecer una disminución de su larga epopeya de luchas y sacrificios, concentraba una **acentuada desconfianza por todo aquello que no fuese programado, administrado y dirigido desde la cúpulas partidarias**. Esa actitud también se expresó en el PS y el MIR (KRIES, 2013, pp.56-78-79).

La **fuerza integradora del Cordón**, con sus elementos de diálogo y respeto a las decisiones de las asambleas, era sorprendente. El **derecho de crítica y la libertad de expresión eran totales y se practicaban abiertamente por sobre cualquier disciplina de partido**, iglesia o secta (AZGARA, 2013, p. 81).

As palavras destes dirigentes nos lembram aquela concepção de democracia e de centralismo democrático que vimos acima do próprio Gramsci ao falar da relação entre intransigência-tolerância, da necessidade de máxima democracia dentro do partido e das organizações da classe e disciplina na execução do plano, respeito e confiança nas instâncias de poder da classe e na capacidade criadora que a classe tem em sua formação enquanto classe na luta. Creio que a preocupação do CNC sobre a socialização do poder político tinha muito a ver com esta alienação do poder própria do estalinismo e que se reproduziu dentro de vários partidos comunistas e de outras organizações da classe trabalhadora no mundo inteiro.

Em 1962, alguns anos antes da derrota no Chile, Che Guevara escreveria *Táctica y Estrategia de la revolución latinoamericana*, um texto de combate político que dialoga com a esquerda daquele momento; a pesar de estar descrevendo uma situação generalizada dentro da esquerda latino-americana daqueles anos, como vimos acima hegemonizada pelo etapismo do movimento comunista internacional, tem um caráter premonitor com relação ao que acontecerá poucos anos depois no Chile, justamente pelo acerto de suas análises nesse momento histórico e resume os nós do debate teórico, tático e estratégico até aqui analisados.

Frente a esta táctica y estrategia continentales, se lanzan algunas fórmulas limitadas: luchas electorales de menor cuantía, algún avance electoral, por aquí; dos diputados, un senador, cuatro alcaldías; una gran manifestación popular que es disuelta a tiros; una elección que se pierde por menos votos que la anterior; una huelga que se gana, diez que se pierden; un paso que se avanza, diez que se retroceden; una victoria sectorial por aquí, diez derrotas por allá. Y, en el momento preciso, se cambian las reglas del juego y hay que volver a empezar. ¿Por qué estos planteamientos?

¿Por qué esta dilapidación de las energías populares? Por una sola razón. En las fuerzas progresistas de algunos países de América **existe una confusión terrible entre objetivos tácticos y estratégicos**; en pequeñas posiciones tácticas se ha querido ver grandes objetivos estratégicos. Hay que atribuir a la inteligencia de la reacción el que haya logrado hacer de estas mínimas posiciones defensivas el objetivo fundamental de su enemigo de clase.

En los lugares donde ocurren estas equivocaciones tan graves, el pueblo apronta sus legiones año tras año para conquistas que le cuestan inmensos sacrificios y que no tienen el más mínimo valor. Son pequeñas colinas dominadas por el fuego de la artillería enemiga. La colina parlamento, la colina legalidad, la colina huelga económica legal, la colina aumento de salarios, la colina constitución burguesa, la colina liberación de un héroe popular (...) Y lo peor de todo es que para ganar estar posiciones hay que intervenir en el juego político del Estado burgués y para lograr el permiso de actuar en este peligroso juego, **hay que demostrar que se puede estar dentro de la legalidad burguesa. Hay que demostrar que se es bueno, que no se es peligroso**, que no se le ocurrirá a nadie asaltar cuarteles, ni trenes, ni destruir puentes, ni ajusticiar esbirros, ni torturadores, ni alzarse en las montañas, ni levantar con puño fuerte y definitivo la única y violenta afirmación de América: la lucha final por su redención.

Contradictorio cuadro el de América; **dirigencias de fuerzas progresistas que no están a la altura de los dirigidos**; pueblos que alcanzan alturas desconocidas; pueblos que hierven en deseos de hacer y dirigencias que frenan sus deseos. La hecatombe asomada a estos territorios de América y el pueblo sin miedo, tratando de avanzar hacia la hecatombe, que significará, sin embargo, la redención definitiva. Los inteligentes, los sensatos, aplicando los frenos a su alcance al ímpetu de las masas, desviando su incontenible afán de lograr las grandes conquistas estratégicas: **la toma del poder político, el aniquilamiento del ejército, del sistema de explotación del hombre por el hombre** (GUEVARA, 2014, pp. 290-291).

4.4 As repercussões da revolução chilena fora do Chile

A revolução chilena e sua derrota teve grande impacto a nível mundial, pela legitimidade e a solidariedade que o Governo Allende tinha conquistado nos apenas três anos de governo, pela fato de ser um alvo privilegiado do imperialismo norte-americano e pela atrocidade da repressão e do genocídio operado pela ditadura de Pinochet. Mas também a

interrupção abrupta e violenta da única experiência de “via pacífica e democrática ao socialismo” que tinha se realizado até então criou um divisor de águas e um debate intenso sobre as vias ao socialismo.

Em América Latina, relata Fidel Nieto, que na época do golpe era da direção da Juventude Comunista de El Salvador e sucessivamente da direção do FMLN, o golpe no Chile nos mostrou que não era possível chegar ao socialismo pela via democrática-eleitoral, e isso incentivou a formação de organizações guerrilheiras na América Latina.

Por outro lado, da outra parte do mundo o Partido Comunista Italiano dedica um amplo espaço de aprofundamento sobre a derrota do processo chileno. *Rinascita*, jornal oficial do PCI, dedica a partir de final de Setembro até Dezembro de 1973 uma seção especial chamada “Reflexões desde a Itália após os acontecimentos do Chile”, e todas semanas publicará editoriais, artigos de aprofundamento, reportagens, etc. sobre o Chile. Berlinguer escreve vários editoriais; um dele se chamará “*Via democrática e violência reacionária*”; nesse, após de percorrer um recorrido histórico pela tradição democrática da Itália na luta contra o fascismo que uniu varias forças “de inspiração socialista, católica e de outras inspirações democrática na luta pela democracia, a independência e a unidade do país” e justificar a linha política do partido de “aglutinar a grande maioria do povo arredor de um programa de luta para renovação democrática de toda a sociedade e do Estado”, conclui que “só esta linha e nenhuma outra pode isolar e derrotar os grupos conservadores e reacionários, pode dar à democracia solidez e força invencíveis”.

Na leitura até aqui já parece claro por onde *il Secretario* quer encaminhar o raciocínio: será a “maioria do povo”, portanto fruto de uma ampla aliança, que lute pela “renovação democrática de toda a sociedade”, incluindo portanto a burguesia, que poderá dar solidez e força invencíveis. Ora é claro que a alusão a Chile é direta, mas a pergunta que cabe fazer ao Secretario seria: se foi justamente essa a linha adotada pela Unidad Popular (que abriu o “diálogo” com a DC e “calmou”, conteve, desarmou política e militarmente as organizações do poder popular) que levou ao desfecho do Golpe, como pode ele afirmar exatamente o contrario, “que só esta linha e nenhuma outra pode levar a derrotar aos grupos reacionários e dar solidez a democracia”? A resposta está clara nas entrelinhas das passagens seguintes: para o PCI, assim como para o PCC, a derrota do processo se deu por um desvio esquerdista de um setor que provocou a direita e levou está a reagir violentamente.

Sabemos, como mostra mais uma vez a trágica experiência chilena, que esta reação antidemocrática tende a se tornar mais violenta e feroz quando as forças populares

começam a conquistar as alavancas fundamentais do poder no Estado e na sociedade. Mas qual conclusão precisamos tirar desse conhecimento? Talvez aquela proposta de alguns irresponsáveis de abandonar o terreno democrático e unitário e escolher outra estratégia feita de discursos pretensiosos mas inconsistentes, mas cujo êxito de rápido e inevitável isolamento e derrota da vanguarda conhecemos claramente? Nós pensamos, pelo contrário, que os grupos dominantes apostam a quebrar o quadro democrático, a dividir o país em dois e a desatar a violência reacionária; **isso deve nos levar a empurrar ainda mais e a ter firme em nossas mãos a causa da defesa das liberdades e do processo democrático**, a evitar a divisão vertical do país e a empenharmos com mais decisão, inteligência e paciência a isolar os grupos reacionários e a buscar qualquer possível entendimento e convergência entre todas as forças populares. É verdade que tampouco a atuação coerente dessa linha por parte da vanguarda revolucionária exclua o ataque reacionário aberto. Mas quem pode contestar que o torne mais difícil e crie as condições mais favoráveis para rechaça-lo e destruí-lo ao nascer? A **eventualidade ao recurso à violência reacionária “não deve levar a ter uma dualidade de perspectivas e de preparação prática**. A quem se pergunta à luz da experiência chilena, como se recolhem e acumulam as forças capazes de derrotar os ataques reacionários, nós continuamos a contestar: fortalecendo a organização, a mobilização e a combatividade do povo, consolidando e estendendo cada dia as alianças de combate de classe operária com as massas populares, realizando desta forma, na luta, sua função de classe dirigente (BERLINGUER, 1973, p. 3-5).

Desde Roma as coisas não devem se ver tão horríveis como desde Santiago; dizer a um povo que está sofrendo as piores atrocidades de um regime fascista “não se armem, a força da maioria derrotará o fascismo”, é no mínimo grotesco. Para aqueles como Victor Jara, que tiveram suas mãos cortadas pela fera fascista, talvez não faria muito sentido a frase de Berlinguer de “agarrar firme nas mãos a defesa da liberdade e da democracia” para desarmar a violência reacionária. O edital seguinte de Berlinguer sobre os acontecimentos no Chile se titulará *Alianças sociais e formações políticas*

O objetivo de uma força revolucionária não é alcançável no puro voluntarismo de setores mais combativos das massas trabalhadoras mas se movendo sempre de uma visão do possível, unindo combatividade e resolução (...) a via democrática ao socialismo é uma transformação progressiva - que na Itália pode-se realizar no âmbito da Constituição antifascista - da inteira estrutura econômica e social, dos valores e das ideias guias da nação, do sistema de poder e do bloco de forças sociais em que esse se exprime. A força deve-se expressar na incessante vigilância, na combatividade das classes trabalhadoras, na determinação de frear as manobras e as tentativas de ataques as liberdades, a direitos democráticos e a legalidade constitucional (...) na Itália, precisamos partir da constatação que existe uma estratificação social e uma articulação política muito complexas (...) isto nos permite novas possibilidades de alargamento do sistema de alianças da classe operária e para uma renovação democrática e socialista (...) a estratégia das reformas pode-se afirmar e avançar só se for sustentada por uma estratégia de alianças (...) a profunda transformação da sociedade pela via democrática precisa de um *consenso* bem claro: na Itália esta pode se realizar apenas como revolução da grande maioria da população; só a esta condição *consenso e força* se integram e podem se tornar um realidade invencível (...) isto leva não apenas a necessidade de uma política de

amplas alianças sociais mas também da convergência e uma colaboração de todas as forças democráticas e populares até a realização entre elas de uma aliança política. A contraposição e o choque frontal entre partidos que tem uma base no povo, e pelas quais massas importantes da população se sentem representadas, conduzem a uma rachadura, a uma verdadeira divisão em dois do país, que seria prejudicial para a democracia e arrastaria as mesmas bases do Estado democrático. Sempre estivemos convencidos disso, e hoje a experiência chilena reforça essa convicção – de que a unidade dos partidos dos trabalhadores e das forças de esquerda não é suficiente para garantir a defesa e o progresso da democracia (...) a gravidade dos problemas do país, as ameaças de aventuras reacionárias e a necessidade de abrir finalmente a nação uma segura via ao desenvolvimento econômico, de renovação social e de progresso democrático tornam sempre mais urgente e maduro que cheguemos a aquilo que pode ser definido como o novo grande “compromisso histórico” entre as forças que recolhem e representam a grande maioria do povo italiano. (BERLINGUER, 1973, 12 Oct, pp. 3-5).

A estrutura desse editorial mostra a operação política que Berlinguer faz usando o Chile para justificar uma linha política do PCI. Ele puxará um gancho com o editorial anterior ao falar no começo do texto sobre o “voluntarismo de setores mais combativos” em clara referência aos “irresponsáveis que pretendem abandonar o terreno democrático” do editorial anterior quando se refere explicitamente aos acontecimentos do Chile; mas nesse último editorial ele já não falará mais sobre o Chile mas sobre a Itália e a necessidade de um novo grande “compromisso histórico” com a Democracia Cristiana.

Mauro Iasi relata que a direção do PT de São Paulo organizou um encontro em 1990, um debate sobre a experiência da revolução chilena, em que estava presente também o Lula, onde foi convidada Marta Harnecker para relatar sobre a experiência. Na hora dela expor as causas da derrota apontou como um dos principais equívocos no seu balanço, e que na verdade não era apenas dela mas do PCC, o desvio esquerdista do processo. Não cremos que este balanço da experiência chilena surtiu no Lula ou o PT o mesmo impacto que teve no PCI, entretanto serviu para confirmar que o único caminho possível ao socialismo fosse o caminho do diálogo, da negociação e do pacto para mediar os conflitos e “avançar no longo processo de mudanças”.

Podemos encontrar referências de uma adesão a tese da derrota por causa de um desvio esquerdista em algumas passagens de intelectuais orgânicos vinculados ao PT. Weffort ao falar sobre sua concepção de socialismo baseado numa economia mista, que leva portanto o respeito da propriedade privada da burguesia não monopolista, traz o exemplo do Chile para mostrar como um dos erros “esquerdistas” do governo Allende e outros setores da esquerda foi não ter ganhos a pequena burguesia para o socialismo:

Uma das coisas que mais me impressionou no Chile foi a greve dos caminhoneiros (que tinha dinheiro da CIA, sem menor dúvida) mas o mais espantoso é que era uma greve de caminhoneiros. Era uma greve, em geral, de pequenos proprietários de caminhões. Faz-se um movimento de transformação da sociedade que encontra, inicialmente, um enorme bloqueio de massa, na pequena burguesia e na classe média (WEFFORT, 1986, p. 152).

CNC por outro lado, no seu textos mais importantes, *A Democracia como valor universal*, quando defendendo a progressiva conquista de posição e a formação de um bloco democrático e popular para a “renovação democrática”, faz uma alerta ao “esquerdismo” que nos lembra muito a crítica que o Berlinguer faz sobre o esquerdismo no Chile como causa da derrota:

Nesse sentido, as forças realmente populares devem estar alertas contra as tentações do “golpismo”, o qual – mesmo quando se apresenta sob vestes falsamente “progressistas” – não faz senão repetir os procedimentos elitistas que caracterizam a “via prussiana”. Qualquer tentativa de impor modificações radicais por meio da ação de minorias (militares ou não) levará as forças populares a grandes desastres políticos; além disso significará o truncamento do processo de renovação democrática, um processo que – nunca é demais insistir – só será efetivo se realmente popular quando crescer “de baixo para cima” e quando representar a incorporação da amplas maiorias ao cenário político. O “golpismo de esquerda” que infelizmente marcou boa parte do pensamento e da ação política das correntes populares no Brasil – é apenas uma resposta equivocada e igualmente “prussiana” ao processos de direção “pelo alto” de que sempre se valeram as forças conservadoras e reacionárias em nosso país. Quanto mais se torne efetiva a socialização da política, tanto menos será possível invocar a justificação relativa de processos desse tipo. (COUTINHO, 1979, p. 45).

A pesar do CNC estar falando do Brasil, essa passagem bem poderia ser uma referência de análise dos fatos chilenos, onde houve uma “efetiva socialização da política”, onde inclusive houve a formação de um Estado com tradições bem mais democráticas e progressistas que o Brasil, e onde houve um processo “realmente popular que incorporou amplas maiorias ao cenário político”. Entretanto foi justamente a falta de uma estratégia de defesa popular e militar do processo chileno (e quem reconhece isso são os próprios dirigentes da Unidad Popular) que levou a sua derrota. Foi justamente e principalmente esse equívoco que levou ao “truncamento da renovação democrática”. Lembrando de novo, que estas posturas de negação apriorística de outras formas de organização e luta da classe trabalhadora em sociedades “ocidentais” não é nova dentro do marxismo e de novo encontramos o Kautsky como um defensor destas posições quando condenava, ao igual que fazia o PCC qualquer ação armada como “anarquista”, provocadora da burguesia, que já estaria “raivosa” e esperaria qualquer pretexto para “provocar a guerra civil por medo da revolução”:

O partido socialista não só não tem razão alguma para adotar esta política desesperada, senão que tem motivos de sobra para agir de modo que o ataque de raiva dos dirigentes, se é inevitável, seja ao menos demorado no possível, a fim de que não estale senão quando o proletariado haja chegado a ser bastante forte para abater o louco furioso e dominá-lo sem outro processo; este ataque assim seria assim, o ultimo, e os danos que causaria, os sacrifícios que custaria, seriam os mínimos possíveis. Só a esta poderia beneficiar (KAUTSKY, 1979, pp. 46-47).

Podemos concluir que a experiência chilena foi um divisor de água no debate sobre uma transição democrática ao socialismo porque, dependendo do balanço sobre a derrota feito pelas diferentes organizações que ali participaram, orientou ou bem a reforçar a ideia de que seria possível e mais ainda necessário em formações sociais “ocidentais” transitar por uma via democrática ao socialismo com as implicações que já vimos sobre as políticas de alianças e de acúmulo de forças, ou bem seriam necessária outras formas de organização da classe e de luta para acumular forças para uma ruptura socialista. Che Guevara, alguns anos antes da revolução chilena escrevia:

A qualidade de um revolucionário se mede por sua capacidade de encontrar táticas adequadas a cada mudança de situação, em ter sempre em mente as diversas táticas possíveis e em explorá-las ao máximo. Seria um erro imperdoável descartar por princípio a participação em algum processo eleitoral. Em determinado momento ele pode significar um avanço do programa revolucionário. Mas seria imperdoável também limitar-se a esta tática sem utilizar outros meios de luta, inclusive a luta armada como instrumento indispensável para aplicar e desenvolver o programa revolucionário (...) Quando se fala em alcançar o poder pela via eleitoral nossa pergunta é sempre a mesma: se um movimento popular ocupa o governo de um país sustentada por ampla votação popular e resolve em consequência iniciar as grandes transformações sociais que constituem o programa pelo qual se elegeu, não entrará imediatamente em choque com os interesses das classes reacionárias desse país? O exército não tem sido sempre o instrumento de opressão a serviço destas classes? Não será então lógico imaginar que o exército tomará partido por sua classe e entrará em conflito com o governo eleito? Em consequência, o governo será derrubado por meio de um golpe de estado e aí começa de novo toda a velha história (GUEVARA, 1970, p. 50).

No Chile faltou aos dirigentes da revolução esta qualidade que o Che apontava quase que de forma profética poucos anos antes do desfecho da revolução chilena. Faltou entender a tempo que a estratégia estava equivocada e precisava ser corrigida.

Mas quais são as reflexões que esse balanço sobre a derrota da revolução chilena traz para o nosso estudo?

Fizemos questão de trazer para análise o balanço feito pelos máximos dirigentes das principais organizações que dirigiram a revolução chilena. Isso antes de tudo por uma responsabilidade política com essa experiência da nossa classe tão cara e importante para nós e onde ao mesmo tempo perdemos muitos companheiros vítimas da barbárie fascista. Mas também achamos importante mostrar as contradições desse processo pelas palavras dos

próprios formuladores e executores da estratégia que foi derrotada. As palavras de Corvalán que a luz da derrota reconhece que no socialismo a burguesia não pode ter as mesmas liberdades que os trabalhadores, tem para nós um peso muito maior que as de Berlinguer que desde Roma fala, a luz dos fatos chilenos, sobre a necessidade de ampliar mais ainda as alianças para derrotar a violência (usando de fato o Chile para justificar a linha do “compromisso histórico” com a Democracia Cristiana).

Os fatos no Chile nos mostram os impasses de pensar a transição ao socialismo pela estratégia do acúmulo de forças dentro do Estado burguês. Nos mostram como a lealdade com a institucionalidade burguesa e suas “regras do jogo” não interessa a burguesia e nunca lhe interessará quando essa legalidade inflja seu poder como classe, e por isso ela se fortalece (no legal e secreto) na medida em que nós estaremos presos a um respeito abstrato dessa legalidade e não entendermos que as leis são expressões da correlação de força entre as classes em luta e não ao contrário; força que se expressa sempre e necessariamente também no terreno militar, e por isso para os que lutamos por uma transição ao socialismo esse tema não pode ser um tema tabu. As palavras do Corvalán, principal defensor de uma via legal, “pacífica” e democrática ao socialismo, que reconhece que não é possível ficarmos presos na legalidade burguesa e que não podem haver liberdades iguais para todo mundo, também nos mostra a atualidade dos nossos clássicos sobre a necessidade da “ditadura do proletariado” para a transição do capitalismo ao comunismo e a necessidade de destruir o Estado burguês, na sua forma e conteúdo, também em sociedades tão “ocidentais” como o Chile dos anos 70.

Outra tema importante que nos traz a revolução chilena é sobre a construção de um novo poder (poder popular) e sua relação com o velho poder. A relação que a Unidade Popular, e principalmente o PC, estabelece com esse novo poder põe em questão justamente a estratégia do acúmulo de forças para uma transição ao socialismo a partir de um aprofundamento da democracia em abstrato. Os dirigentes dos *Cordones* perguntariam: de que acúmulo e de que democracia estamos falando? Quando se desarma política, econômica e militarmente ao povo trabalhador para mostrar a burguesia que “vamo-nos portar bem” e respeitar as nossas “regras do jogo” (porque eles respeitam quando querem). A experiência dos *Cordones* mostra como a disputa de hegemonia por parte dos trabalhadores é um processo que se constrói junto com a “formação da classe” e de sua força; a “vontade popular” e as ideias e concepções de mundo não se formam apenas pelo consenso, não param no ar, e nem apenas nos “indistintos” e “múltiplos” aparelhos privados de hegemonia; elas estão ancoradas à tensão permanente dos interesses das classes em luta.

O fundamental do contra-poder que se cria no Chile é sua autonomia de classe e isso é o que põe em conflito com a via pacífica ao socialismo e mostra como é só através de um poder e uma democracia de nova qualidade e conteúdo que é possível avançar ao socialismo, só quando socialização da política se torna socialização do poder político e económico que é possível acumular forças contra a burguesia e seu Estado.

CONCLUSÕES

A tese principal que defendemos até aqui é que não há como existir democracia-condição social, nos termos de José Paulo Netto, ou seja, poder de decidir sobre o conjunto da vida social, ou melhor, uma democracia dos produtores da riqueza social (classe trabalhadora) que ao se aprofundar leve a uma autodireção dos produtores associados, sem a negação e superação da propriedade privada dos meios de produção e a divisão social e hierárquica do trabalho (ou seja, a separação entre os que pensam e os que executam entre os que governam e os que são governados), sem a agudização das contradições de classe e a superação em favor das/os trabalhadoras; portanto, socialização do poder econômico (dos meios de produção e do processo de produção como um todo) e do poder político precisam caminhar junto. Se a luta é pela democracia em abstrato, como um “valor universal”, sem explicitar o conteúdo e a qualidade da democracia a conquistar, a democracia se torna um fetiche, uma forma de alienação da política, ou seja, o contrário do que ela aparenta, assim, não ajudará a avançar na direção à emancipação humana, mas, pelo contrário, se tornará uma forma de dominação do Estado burguês para velar as contradições principais dessa sociedade e assim manter o consenso e a manutenção da ordem.

Decorrente do anterior, socialização da política não é a mesma coisa que socialização do poder político; sem a socialização do poder econômico, e, portanto, sem o ataque aos interesses da burguesia e agudização da luta de classe, não há socialização do poder político; a socialização da política sem a socialização do poder político leva à despolitização e a apatia política da classe trabalhadora.

Essa tese poderia ser desmentida pelas experiências eurocomunistas dos anos 60-70, que promoveram um aumento da socialização da política sem uma correspondente socialização do poder econômico, e a pesar disso, houve um aumento da politização da classe trabalhadora europeia. A questão é que não houve de fato uma socialização do poder econômico, mas só algumas reformas que melhoraram as condições de vida da classe trabalhadora (Welfare State), entretanto, a superação da ordem capitalista estava na agenda política; o socialismo era uma realidade para um terço da população do planeta e se colocava como bandeira para partidos e organizações políticas nos outros dois terços, era um projeto, uma possibilidade, uma necessidade. Além disso, houve um ascenso das lutas nos anos 70 a raiz da crise econômica, dos processos de descolonização na África, de resistência no Vietnã, e de revolução na América Latina, eram tempos em que as lutas que reivindicavam

demandas corporativas estavam atreladas a projetos de outra sociedade. A questão principal é que nessa época, política e economia não estavam desvinculadas, isso permitia que a luta, a mais específica, sempre estava inserida num projeto maior, a perspectiva da totalidade estava presente, essas duas esferas não estavam separadas.

A ressalva que podemos fazer a tese anterior, portanto, é que há despolitização quando a socialização da política não esta associada a luta pela socialização do poder econômico desde uma perspectiva da totalidade (como superação da ordem capitalista), isto é quando política e economia se concebiam como esferas autônomas; ou seja, politização e movimento da consciência estão ligados à luta, à experiência das contradições de classe que se agudizam em momentos em que a classe entra em cena com seu projeto.

Os eurocomunistas, Carlos Nelson Coutinho e o PT colocaram uma questão importante: sem socialização do poder político não há socialismo, ou seja, não é suficiente a estatização dos meios de produção; concordamos e achamos essa preocupação legítima e importante, sobretudo após da derrota das experiências do séc. XX onde a ditadura do proletariado (sob a burguesia) foi substituída por uma ditadura de uma burocracia (sob o proletariado). Entretanto o que não era suficiente, a socialização do poder econômico, virou desnecessário.

Com o PT houve uma socialização da política sem uma socialização do poder político; isso serviu como instrumento de consentimento, apassivamento e conciliação de classe. Se a característica do período anterior era a exclusão, a impermeabilidade das classes subalternas, a desse período é que todos foram envolvidos, seja nas instituições formais sejam nas novas “trincheiras da sociedade civil” (Porto Alegre, movimentos sociais, ONGs, etc.), isto é, houve foi uma socialização da política (PT, CUT, MST, criaram os instrumentos da nossa classe, e se criaram conselhos, etc.). Essa socialização implicou numa despolitização da política, num deslocamento da grande política para a pequena política. Para Lukács, o processo de democratização não pode estar descolado do processo de politização, mas o que houve foi o inverso. Há quem associa a democratização a um processo de intensificação do engajamento, mas hoje o paradoxo é que a “consolidação da democracia” (ou melhor, a abertura de espaços para o “jogo” da participação) levou a uma diminuição do engajamento. O problema é que quem concebe a democracia desta forma pensa ela de uma forma ideal, achando que a ampliação da democracia leva necessariamente a exigência de mais democracia, logo a um maior engajamento.

Numa entrevista a uma dirigente do MST perguntei: você concorda que o aprofundamento da democracia leva a uma progressiva transformação da sociedade rumo a superação do capitalismo? A resposta foi:

o aprofundamento da democracia não se dá apenas na participação em eleições, pois quando falamos em democracia sempre reduzimos o conceito ao processo eleitoral, mas não pode ser somente isso. De que tipo de democracia falamos? Nos ultimos anos **com o avanço da democracia também houve mais acomodamento** político uma vez que ao conquistar alguns direitos basicos a população se acomoda pensando que os problemas gerais da sociedade ja estão resolvidos, ou, não toma para si o problema geral da classe trabalhadora na perspectiva da superação; **sim, precisamos lutar por mais democracia** mas quando falamos de democracia nos referimos a um **processo mais profundo de participação popular**, participação nos espaços de decisão, nos espaços de poder, pois democracia não é apenas votar, ainda que o voto seja importante. É necessario criar amplos espaços de participação onde a sociedade também se ocupe de questões mais amplas da política,mas que também no seu fazer cotidiano ajudem a resolver os problemas sem esperar a vida inteira que os governos resolvam. É preciso **criar espaços de tomadas de decisões coletivas** e que esses espaços sejam eficientes e **que tenham legitimidade**, por exemplo, como a sociedade participa **de temas importantes** que muitas vezes ocupam o centro do debate mas não chegam na população e por isso não existe possibilidade nenhuma das pessoas opinarem. A população elege seus candidatos e depois acompanha pela televisão o que acontece no país, por que são eles, os políticos, que elaboram e votam as leis de acordo com os seus interesses e não de acordo com os interesses do povo. Temas importantes como meios de comunicação, lei antiterrorismo, trasngenicos, etc. deveria ser pautado o dialogo com a população. A participação em eleições não leva a mais democracia, ainda mais num sistema eleitoral tao corrompido igual ao que temos no Brasil, onde os intereses do capital são mais importantes do que uma população inteira. **Para um avanço na democracia é necessario rupturas: rupturas com o próprio sistema de democracia** que não nos representa por que não é verdadeiramente democrático, por isso temos que aprofundar o sistema de democracia no Brasil, talvez reinventalo. Também temos que **deixar de votar em pessoas**, temos que **votar em um projeto** que represente os interesses da classe e que seja capaz de fazer mudanças estruturais **e rupturas com o capital**. O governo do PT fez mais alianças que rupturas com a buerguesia. Deixou de lado os trabalhadores oferecendo lhes programas sociais e fez um pacto com a burguesia. E hoje no momento de crise são os trabalhadores que saem nas ruas para defender o mesmo governo q optou governar para os ricos. **Porque o PT não fez rupturas? Por que o PT nao tinha interesse em romper com a lógica que os levou até o governo.** Se tivesse rompido com o agronegócio, por exemplo, teria avançado em temas importantes e estruturais como é a questao da terra no Brasil. As pessoas não participam da política porque ao votar elas transferem o poder para outro que o exerce e não se sentem mais obrigadas a se organizarem; o **projeto estratégico colocado hoje virou o de ganhar as eleições**. Mas de que maneira as pessoas participam de um projeto politico e de que forma elas estão concientes da luta que estão travando. Para isso a importancia da formação da consciência dentro de um projeto emancipador e que busque na sua essencia a superação do capitalismo, pois a **democracia por si só nao busca transformação social muito menos superação do capitalismo, pelo contrário ela mantém a ordem do capital vigente porque vivemos em uma democracia burguesa**. No MST se a gente não fizesse formação de consciência, a gente só lutaria pela terra mas nosso projeto é muito maior, é um projeto de sociedade, a construção do socialismo, e para isso temos que fazer processo de formação de consciência com a base e ir construindo coletivamente o projeto que queremos (MST, 2015).

Nesse relato de uma dirigente do MST podemos destacar vários elementos: primeiro a consciência clara da falência da democracia representativa do Estado burguês que reduz a

democracia a votar cada quatro ou cinco anos quem será que governará no próximo período o mesmo Estado burguês, portanto, para a mesma classe social. Por outro lado há uma reivindicação de “lutar por mais democracia”, que expressa ainda uma formulação presa a EDP, é ainda o discurso próprio desse ciclo histórico, entretanto, é um discurso que aponta os limites da EDP e os germes de uma ruptura com a própria estratégia na medida em que aponta para um conteúdo novo de democracia, que surja da formação de outro poder, um poder popular constituído em “espaços de toma de decisões coletivos e que esses espaços tenham legitimidade sobre temas importantes”, a pesar que entre os temas importantes mencionados por ela em que esse novo poder interferiria não aparecem os relacionados com a expropriação da burguesia do seu poder econômico (meios de produção e processo de produção como um todo), algo a nosso ver imprescindível para que esse poder se constitua de fato como outro poder (autônomo e antagônico ao Estado burguês e ao capital). Apesar disso ela menciona a necessidade de rupturas “com o próprio sistema de democracia e com o capital”, algo que mostra um conflito com a EDP que fortaleceu sua aliança com o grande capital e centrou seu projeto estratégico em ganhar eleições e manter a governabilidade.

No fundo a EDP e a luta por mais democracia se sustenta sob o princípio da democracia como valor universal. Mas, como já vimos, a democracia não é universal porque acaba com o Estado e tanto a democracia como o Estado são um espaço de alienação porque consolidam e legalizam uma ordem onde o Estado se coloca como mediador entre o homem e a liberdade do homem, assim como apontado por Marx na *Questão Judaica*. Lembro numa aula que Coutinho ao falar do valor universal da democracia e da necessidade de existência do Estado também numa sociedade sem classes, colocou um exemplo de uma decisão que precisava ser tomada e que não implicava conflitos de classe: decidir entre a construção de uma ponte ou a de um hospital; que esta decisão requereria de um debate e de uma decisão entre um coletivo de pessoas; a isso ele chamava de democracia e se precisaria de organismos dedicados a execução desta e de muitas outras decisões, que ele chamaria de Estado. A pergunta que nos fazemos é, porque teríamos que chamar isso de democracia? Como dizia Florestan:

Na periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem “simples palavras”. Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas praticas, especificas e criadoras, elas tem de se apossar primeiro de certas palavras chaves, que não podem ser compartilhadas com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruir ou se prejudicarem irremediavelmente (FERNANDES, 1981, p.1).

No *Estado e a revolução* Lênin esclarece sobre a confusão entre a forma e o conteúdo da palavra democracia, ou seja, o fato que os trabalhadores elejam seus representantes e num

conselho debatam seus problemas é algo da forma da democracia que sobrevive e precisará ser aprofundado; agora isso não significa manter o parlamento, pois ali também se elegem representantes para discutir os problemas só que o parlamento não é um lugar para resolver os problemas mas para defender interesses de classes, então uma representação pode e deve permanecer após do capitalismo mas não tem porque ser uma representação parlamentar, ou pelo menos entendendo o Parlamento da democracia burguesa:

Essa "espécie de Parlamento" não será um Parlamento no sentido burguês da palavra. Essa "espécie de Parlamento" não se contentará em "regular o trabalho e fiscalizar a administração burocrática", como o imagina Kautsky, cujo pensamento não vai além dos quadros do parlamentarismo burguês. Na sociedade socialista, uma "espécie de Parlamento" de deputados operários determinará, evidentemente, o regulamento interno e fiscalizará o funcionamento do "aparelho", mas esse aparelho não será "burocrático". Os operários, senhores do poder político, quebrarão o velho aparelho burocrático, o demolirão de alto a baixo, não deixarão pedra sobre pedra e o substituirão por um novo aparelho, compreendendo os operários e os empregados e, para impedir que estes se tornem burocratas, tomarão imediatamente as medidas propostas por Marx e Engels: 1.º) elegibilidade, e também imobilidade em qualquer tempo; 2.º) salário igual ao de um operário; 3.º) participação de todos no controle e na fiscalização, de forma que todos sejam temporariamente "funcionários", mas que ninguém possa tornar-se "burocrata" (LENIN, 1961).

Este processo de destruição do Estado permite que a democracia ganhe uma outra qualidade, que fará com que quanto mais ela se desenvolva mais se tornará desnecessária, quanto mais plena mais irá se extinguindo:

A Comuna "contentava-se por assim dizer, em substituir a máquina do Estado quebrada por uma democracia mais completa: supressão do exército permanente, elegibilidade e imobilidade de todos os funcionários. Na realidade, ela "contentava-se", assim, em substituir - obra gigantesca - certas instituições por outras instituições essencialmente diferentes. É esse, justamente, um caso de "transformação de quantidade em qualidade": a democracia, realizada tão plenamente e tão metodicamente quanto é possível sonhar-se, tornou-se proletária, de burguesa que era; o Estado (essa força destinada a oprimir uma classe) transformou-se numa coisa que já não é, propriamente falando, o Estado (LENIN, 1961).

Para os eurocomunistas e Coutinho essa concepção de Estado e democracia expressa a particularidade da Rússia de 1917, portanto é datada e circunscrita a uma formação social de tipo "oriental", bem diferente daquela da Europa dos anos 70 ou do Brasil dos anos 80 ou de hoje, e portanto não é atual. Entretanto quando os trabalhadores/as começam a expressar, assim como apontado pela dirigente do MST, a clara falência da democracia burguesa e a "necessidade de construir espaços de toma de decisões coletivos sobre temas importantes que tenham legitimidade e apontem uma ruptura com o próprio sistema democrático e com o capital", ou seja, quando se faz sentir a necessidade de construir outro poder, um poder

popular por fora do Estado burguês e contra ele⁵⁹, nos parece que as palavras do Lenin adquirem uma grande atualidade, pois há uma coincidência entre a necessidade da destruição do velho aparelho burocrático burguês e sua substituição por uma democracia de novo conteúdo. E o novo conteúdo está associado a uma concepção de democracia que não separa política de economia, onde a destruição do velho aparelho burocrático e do capital precisam andar juntas, porque a opção de votar cada 4 anos para eleger um presidente e disputar o Estado burguês já não representa nenhuma garantia de avanço para a classe trabalhadora, e o poder precisa ser conquistado através da organização e luta autônoma e independente dos que produzem a riqueza de toda a sociedade.

A análise sobre a pertinência ou não da “luta pela democracia” como um caminho para a transformação socialista da sociedade não pode estar dissociada do análise da formação social e das estratégias que a classe trabalhadora de cada formação social construiu ao longo dos diferentes ciclos históricos. Não é a mesma coisa lutar pela democracia hoje no Brasil que na Colômbia ou na Guiné Bissau. Entretanto, analisamos algumas experiências históricas concretas de desenvolvimento de estratégias democráticas ao socialismo, a do PCI da Itália, a do Chile da Unidad Popular e a do PT brasileiro, e podemos identificar que apesar de formações sociais e processos históricos da luta de classe diferentes, levaram a impasses que dizem respeito a vários pressupostos comuns:

1) a necessidade do diálogo, do entendimento, da negociação, do pacto entre as classes e suas representações políticas. O erro do Unidad Popular foi acreditar que pactuando com a DC (por exemplo quando no momento de agudização da crise e ofensiva golpista aceitou a imposição de uma lei de armas que impedia o armamento ao povo para defender a revolução) teria mantido a estabilidade do governo; da mesma forma Maduro cometeu o mesmo erro quando ao conformar a Conferência de Paz após o fenômeno das *guarinbas* (cortes de ruas que deixaram o país com mais de 40 mortos em poucas semanas em 2014 após a vitória eleitoral de Maduro) incorporou a agenda política da direita que tinha sido derrotada nas urnas minando avanços obtidos durante os governos anteriores liderados por Hugo Chavez; o PT de Lula e Dilma igualmente se submeteu a todo tipo de pressão pelos partidos da base aliada e inclusive os da oposição achando que a política de conciliação permitisse a manutenção do governo e hoje finalmente descobriu que por mais concessões que fizeram não garantiram o apoio desses setores. Em todas estas experiências se cometeu o equívoco de acreditar que

⁵⁹ Apesar de essa formulação não representar a linha oficial do MST na atualidade, me parece que ela vai crescendo entre a militância do movimento e das organizações de esquerda em geral, sempre mais incrédula de uma transformação da sociedade através de uma disputa do Estado burguês.

entre as classes pode haver fidelidade como num casal, ainda mais quando um parceiro (PT, PSUV, Unidad Popular, PCI) demonstra com fatos todo amor e a entrega ao outro; achou-se que o portar-se “bem” garantiria a paz em família. Mas o amor entre capital e trabalho, apesar de ser tão necessário (um não pode existir sem o outro), é também necessariamente um “amor livre” porque a burguesia sempre escolherá a melhor forma para dominar, com mais consenso ou com mais força, e, através de seus partidos políticos tradicionais ou emprestando (atraindo) outros mais novos e insuspeitáveis. Então enquanto senta numa mesa de diálogo para pactuar, conspira e articula por trás com outras forças, pois sabe que sua força não depende de sua “boa” conduta de “bom amante”, mas da capacidade de impor seu domínio, pelo consenso e/ou pela coerção (não apenas política mas fundamentalmente econômica) e pela capacidade de desarticulação de seu amante/inimigo de classe.

Meu orientador sempre fala brincando que o mundo se divide em dois grupos, os que leram e os que não leram o Príncipe de Machiavel: os que entenderam o que é a força política e como ela se constrói e defende e os que não entenderam; dentro da esquerda latino-americana democrático-popular poderíamos agregar outros dois grupos, os que leram e os que não leram a *Mensagem ao Comitê Central a Liga dos Comunistas* de Karl Marx, mas ao mesmo tempo em que não leram Marx por acharem ele obsoleto, acharam mais oportuno substituí-lo por autores mais atuais como Marta Harnecker e Paulo Freire. Então há um senso comum democrático e popular latino-americano que acha possível convencer o opressor através do diálogo⁶⁰, e entregar espaços de poder para o oprimido (até chegar ao socialismo), talvez desconsiderando o detalhe que opressor e oprimido fazem parte de classes sociais com interesses antagônicos e irreconciliáveis.

Da mesma forma há um senso comum que acha que a transformação radical da sociedade passa pela proliferação e generalização de experiências como os orçamentos participativos, as comunas, os assentamentos, as assembleias de bairros e outras experiências de “poder desde baixo”, também desconsiderando outro detalhe, que em cada uma dessas experiências vivem pessoas que comem, se vestem, moram vendendo sua força de trabalho como mercadoria para produzir mais-valia apropriada por outra classe social e que a participação destas pessoas nesses espaços não altera em nada essa condição básica de existência dessas pessoas, posto que não altera em nada a concentração e centralização de

⁶⁰ Para Freire o “diálogo é a essência da ação revolucionária (...) e todo ser se desenvolve (ou se transforma) dentro de si mesmo no jogo de suas contradições (...) O opressor só se solidariza com os oprimidos quando o seu gesto deixa de ser um gesto piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando, para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados” (FREIRE, 1987, pp. 76-77-23).

capital dos grandes monopólios que atuam naqueles territórios, muito menos da burguesia em geral, e que, finalmente, determinam as condições de existência destas pessoas.

Levanta-se a bandeira da autonomia-empoderamento do indivíduo, do bairro, da comuna, do assentamento, do “*caracol zapatista*” sendo que não pode haver autonomia de um assentamento do MST, de uma Comuna em Caracas ou de um Caracol em Chiapas dentro da sociabilidade capitalista do Brasil, da Venezuela e do México⁶¹. A única autonomia que constrói poder para avançar rumo ao socialismo é a autonomia de classe, ou seja, a autonomia da classe trabalhadora frente ao Estado burguês e ao capital, aquela que vai se formando na medida em que se consegue “construir o proletariado em partido”, isto é, que consiga congregar trabalhadores/as que se pensam e atuam enquanto classe, aquela onde as/os trabalhadores/as dos bairros, assentamentos, comunas, *caracoles*, etc. se aglutinem entorno de um projeto de classe, em que a fidelidade não é com relação a um partido “x” ou “y” ou a uma figura carismática como Chavez, Lula, Marcos, Nestor, Evo, etc., mas com relação à classe e seu projeto (foi justamente isso que os Cordões Industriais em Santiago conseguiram, antes de uma fidelidade cega ao governo Allende, que consideravam como seu governo, tinham um projeto de classe que defendiam autonomamente); onde não existe uma fé em Constituições, leis, decretos ou autoridades e representantes do Estado burguês porque se entende a legalidade e a institucionalidade como algo em constante movimento, algo que precisa ser destruído e construído permanentemente, já que é expressão da luta entre as classes e que portanto tem avanços e recuos para os/as trabalhadores/as conforme a força das classes em luta e não conforme os pactos e as negociações entre suas representações políticas.

2) o entendimento de “acumular forças” e disputa de hegemonia ocupando os espaços da Estado “ampliado” (sociedade política + sociedade civil) burguês e democratizando-o. De acordo com esta concepção o Estado burguês não precisaria ser destruído, mas poderia ser progressivamente democratizado até chegarmos ao socialismo. Voltando ao tema da autonomia, o acúmulo de forças das/os trabalhadoras/es passa pela construção de seus espaços de autonomia de classe e não pela ocupação dos espaços do inimigo de classe. A aposta de Kautsky, dos eurocomunistas, do PC chileno e do PT não é uma adesão ao parlamentarismo

⁶¹ Não pode haver autonomia por varias razões: primeiro porque não há como viver asilado da sociedade, é impossível competir economicamente aos grandes monopólios e também sobreviver politicamente aos impactos produzidos na consciência de um ser social que vive uma vida cotidiana sempre mais mercantilizada, violenta, alienada e reificada; segundo porque as pessoas que moram nesses locais para satisfazer suas necessidades também dependem do mercado capitalista onde são permanentemente expropriados, não apenas quando contratados formalmente mas também quando espoliados por novas relações de trabalho (trabalho integrado, em casa, por conta própria, etc.) ou quando removido de suas terras e casas, ou quando expropriados de seus direitos (educação, saúde, previdência, etc.).

burguês. Nas formulações da democratização do Estado (Kautsky), da democracia progressiva (Togliatti), da democracia de massas (Ingrao), da democracia da teoria das pinças do PT o que se defende é a disputa de uma hegemonia e o acúmulo de forças a partir da conquista de espaços dentro do Estado burguês e de sua democratização a partir da irrupção das massas nesse Estado. Os Cordões Industriais entenderam a importância da autonomia de classe e apesar de defender o governo Allende não ocuparam o Estado, mas defenderam ele desde fora, a partir da construção dos germes de outro Estado, e na medida em que o governo tomasse medidas que favorecessem um “acúmulo de forças” a favor dos trabalhadores; a relevância dessa experiência esta em demonstrar que hegemonia e acúmulo de forças se constroem sempre mantendo a autonomia de classe, independentemente das alianças e dos recuos que podem ser dado na curso da luta de classe.

3) a necessidade de uma transição para a transição ou, pela falta de condições objetivas, de uma etapa democrática, na maioria dos casos antimperialista e antimopolista (mas não diretamente anticapitalista, portanto, sem tocar a propriedade privada da mediana e grande burguesia “produtiva”). Esta mediação “democrática” implica no alargamento do arco de alianças e no respeito da legalidade burguesa por parte dos trabalhadores (mas não por parte da burguesia que sempre joga nos dois campos, legal e clandestino), desta forma, implica em duas grandes debilidades para os trabalhadores, a facilidade de perda de autonomia e a falta de preparação destes em caso de uma ruptura da legalidade por parte da burguesia.

4) há uma concepção de partido político bem distante da concepção dos nossos clássicos (Marx, Engels, Lenin, Gramsci). Para estes o partido era um “organizador da classe”, em termos organizativos-políticos e de consciência, um espaço para fortalecer a autonomia e independência de classe dos trabalhadores. Para os defensores de uma via democrática ao socialismo o partido se reduz a maquina a organizador de consenso ou instrumento de disputa de “hegemonia” (entendendo hegemonia como sinônimo de consenso/convencimento, portanto bem diferente de como concebida por Gramsci, como já vimos antes) e facilitador do “diálogo” (pacto, negociação) com outras forças políticas, portanto mediador entre interesses de classes antagônicos, operador de uma política de conciliação de classe, instrumento da pequena burguesia política; e para operar esta política se converte numa maquina eleitoral para ganhar as eleições e num controlador da classe, barrando qualquer organização independente dos trabalhadores que não estejam sob a tutela do partido.

A reivindicação da democracia como um valor universal, tanto para os eurocomunistas como para os formuladores da EDP, como para os defensores de uma via chilena pacífica ao socialismo, partia de uma crítica ao socialismo real como sistema que carecia da socialização do poder político pela falta de democracia.

Cremos que atribuir a crise da União Soviética a uma falta de democracia não nos permite enxergar a verdadeira causa, que se reproduz entre os defensores de uma transição democrática ao socialismo: a separação entre política e economia que se expressou na falta de uma luta conjugada entre socialização do poder político e socialização do poder econômico.

Esse elemento central pode ser analisado a partir de outros sub-elementos que derivam diretamente deste e que jogaram um papel fundamental na consolidação da ordem do capital:

1) uma concepção economicista de forças produtivas limitada a indicadores econômicos, como por exemplo a ideia que permanece desde Bujarin até Lula sobre a necessidade do crescimento do bolo (a qualquer custo e de qualquer forma) para permitir uma melhor redistribuição desse bolo e que desconsidera o fato que a forma em como se produz esse bolo (ou seja as diferentes relações de produção que se estabelecem para produzi-lo) tem repercussões diretas na organização política e nas formas de consciência dos produtores do bolo. Ainda hoje para o PT há uma falta de desenvolvimento capitalista que impede avançar em reformas estruturais (Walter Pomar).

2) uma concepção de propriedade limitada ao âmbito da legislação (e não entendendo esta como uma totalidade de relações integradas no âmbito político, econômico e cultural) que não permite ver as dimensões políticas de socializar (ou não socializar) os meios de produção.

Isso vale tanto para os reformistas, socialdemocratas ou os defensores de uma via democrática ao socialismo onde o que não era suficiente (a estatização dos meios de produção) virou desnecessário (incluindo em suas estratégias setores da burguesia média e grande, desde que produtiva e não especulativa, portanto perdendo qualquer autonomia de classe); como para os burocratas do socialismo real, que achavam que estatizar fosse suficiente e não se deram conta da continuidade do processo de alienação política a qual foi sometida a classe trabalhadora dos países do socialismo real.

3) a questão do poder limitada ao controle do Estado (tanto do Estado burguês como do Estado proletário) entendendo esse como o centro do poder e não como expressão de um poder que se cria na esfera da produção e reprodução da vida social.

Este último ponto requer de um maior aprofundamento: para nós o Estado é uma relação social entre classes (e os representantes políticos destas classes) em luta, relação que se fundamenta na alteração da correlação de forças entre estas classes (e suas frações) em luta e não apenas nos pactos e negociações entre os representantes políticos destas classes. Isso quer dizer que para intervir na construção de uma política de superação da ordem do capital é preciso construir o poder da classe trabalhadora que permita alterar a correlação de forças entre esta e a burguesia (no caso dos países capitalistas) ou entre esta e a burocracia (no caso das experiências socialistas) na luta pelo controle do processo de produção e reprodução da vida social; é preciso construir, como já apontava Marx 150 anos atrás “o proletariado em partido”, ou seja, permitir que os proletários se constituam enquanto “classe”, em termos políticos e de consciência.

A nosso ver, tanto as experiências dos governos “progressistas” latino-americanos da última década como as experiências socialistas do século XX impediram o surgimento e o desenvolvimento desse outro poder, qual seja a organização autônoma e independente dos trabalhadores para o controle e a direção progressiva do conjunto da vida social; impediram a criação de um poder popular, ou de um duplo poder, nas experiências capitalistas contemporâneas, e a construção de um Estado de novo tipo, como premissa-resultado de um processo emancipador em direção ao “não Estado”, no caso das experiências socialistas.

De acordo com os dirigentes das experiências “progressistas” seria a partir de uma maior inserção nas instituições do Estado burguês junto com o apoio e a pressão sobre estas instituições de movimentos de massa que se alteraria a correlação de forças para o avanço ao socialismo. A nosso ver, pelo contrário, a correlação de forças se modifica com avanços e recuos da força expressa pelas classes em luta, e não simplesmente pela disputa de suas representações políticas nas instituições do Estado burguês. Portanto, isso pressupõe, do ponto de vista do proletariado, a necessidade deste se constituir enquanto “classe” e isso acontece somente no embate contra o poder da burguesia, poder que se fundamenta na propriedade privada dos meios de produção. A constituição da força do proletariado, portanto, não pode prescindir de se construir a partir da alteração das relações fundamentais de produção, qual sejam a superação da propriedade privada dos meios de produção e um controle crescente do processo de produção como um todo, implicando assim a superação da divisão social hierárquica do trabalho; só assim que a classe trabalhadora pode se fazer enquanto classe, se tornar classe dirigente, permitindo assim a superação da ordem do capital.

Poder local, descentralização, participação cidadã tem sido slogans hegemônicos nas agendas dos governos “progressistas” latino-americanas que visam converter os trabalhadores em cidadãos, portanto fazer desaparecer do debate e da luta política as classes e suas lutas; assim como o “empoderamento” de setores específicos (como negros-as, mulheres, LGBT, desvinculando suas lutas com a luta de classe, isto é com uma luta anticapitalista), ou a criação de conselhos e fóruns consultivos. Tudo isso teve a finalidade de envolver os trabalhadores na solução de problemas locais, menores ou específicos de algum setor, desvinculando esses problemas dos problemas fundantes da ordem capitalista, distraindo assim milhões de trabalhadores da grande política e do enfrentamento dos problemas fundamentais que geram as condições de exploração e opressão, que dizem a respeito à alteração das relações de produção; o envolvimento no “jogo da participação” em nada alterou as relações fundamentais de produção, pelo contrário consolidou o poder burguês (perda de direitos históricos dos trabalhadores, incremento dos lucros do grande capital, privatizações de serviços públicos, etc.).

Por outro lado a participação dos trabalhadores nas experiências socialistas tem sido reduzida na maioria dos casos a consulta de decisões (sem vínculo deliberativo destas consultas), a mobilização popular ou apoio aos governos, e a entender os trabalhadores como cidadãos ou beneficiários coletivos de políticas públicas, mas nunca chegou a ser “autogestão plenamente autônoma da sociedade por parte dos produtores livremente associados em todos os domínios, muito além das restritas mediações (obviamente ainda necessárias durante algum tempo) do Estado político moderno” (MÉSZÁROS, 2010, p.16).

De novo o problema central em ambos os casos tem sido a separação dos trabalhadores (economia) em cidadãos (política) impedindo a constituição deles enquanto “classe” e permitindo manter os elementos fundamentais para a reprodução da ordem do capital: a expropriação e apropriação alienada do trabalho excedente e o Estado enquanto tal.

Os órgãos regulatórios de tomada de decisão geral - da escravidão e da servidão feudal até a escravidão assalariada capitalista de nosso tempo - tiveram que ser articulados entorno dessa categoria central [trabalho excedente] do ser social (...) sob o capitalismo, esse processo assumiu a forma de extração e conversão economicamente reguladas de trabalho excedente em mais-valor, e o imperativo correspondente, em última análise insustentável e letal, de sua acumulação em expansão como autoimposição destrutiva do capital. Essa forma histórica específica poderia ser alterada sob o sistema do capital pós-capitalista na direção da ***extração política e alocação discriminatória do trabalho excedente***, ainda a custa do trabalho [próprio das experiências do “socialismo real”]. O que sempre importou e continua a importar ***enquanto o sistema de expropriação e dominação superimposto do trabalho excedente sobreviver sob qualquer forma, é a substância em si, que muda sua forma. A questão fundamental, portanto, é a expropriação e a apropriação alienada do trabalho excedente enquanto tal, não apenas esta ou***

aquela forma particular disso, e em termos da estrutura do comando politico geral das determinações regulatórias alienadas de hoje, o Estado enquanto tal. Ambos permanecem ou caem juntos. O tempo disponível da humanidade não pode ser liberado sem isso. Essa é a montanha que *devemos* escalar e conquistar (MÉSZÁROS, 2015, pp. 102-103).

Isso nos coloca um outro desafio fundamental para a análise sobre o Estado na atualidade que consideramos importante incorporar em futuras pesquisas: atualizar o debate sobre o fenecimento do Estado dentro da campo marxiano-leniniano. Nossa hipótese é que esse debate está indissociável com a estratégia e forma de organização e luta da classe trabalhadora na atualidade. No debate sobre sujeito histórico, há umas perguntas que a nosso ver são chave hoje para toda organização da classe trabalhadora comprometida com a luta para a superação da ordem do capital: as estratégias, táticas e formas de organização adotadas historicamente nas experiências socialistas e nas formações sociais capitalistas latino-americanas da atualidade contribuíram e contribuem para a “construção do proletariado em partido”, nos termos de Marx, isto é para a “construção da classe” em termos políticos e de consciência de classe? Quais têm sido as principais barreiras que impediram esse processo e quais os principais desafios e tarefas que precisam ser assumidos para que isso aconteça, para superar a fragmentação dos trabalhadores-as e suas lutas agregando-as entorno de um projeto de classe comum contra o capitalismo?

REFERÊNCIAS

AMENDOLA, Giorgio. Entrevista com Giorgio Amendola, 27 Janeiro 1977. In: CORRADO, Belci (Org). **Oltre Gramsci?**. Roma: Edizioni cinque lune, 1977.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e a sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALLENDE, Salvador. El pueblo, al fin hecho gobierno, asume la dirección de los destinos nacionales. In: **Referencias**. La Habana: Universidad de La Habana, n. 2, 1973.

ALTAMIRANO, Carlos. **Dialética de uma derrota**. São Paulo: Editora brasiliense, 1979.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj (Org). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AZARGA, Carlos. Crear, crear... poder popular. In: KRIES, Rafael. **Los viejos del Cordón Industrial**. Reflexiones sobre poder popular y movimientos de base en Chile (1972-1973). Caracas: Fundación Celarg, 2013.

BAMBIRRA, Vania e DOS SANTOS, Theotônio. **La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin**, Volúmenes I e II. México: Era, 1981.

BERLINGUER, Enrico. **Democracia, Valor Universal**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira; Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. Via democratica e violenza reazionaria. In: **Rinascita**. Roma: n. 39, 5 ottobre 1973.

_____. Alleanze sociali e schieramenti politici. In: **Rinascita**. Roma: n. 40, 12 ottobre 1973.

BERLINGUER, Luigi. Le istituzioni tra sabotaggio di destra e democrazia di base. In: **Rinascita**. Roma: n. 50-51, 21 Dicembre 1973.

BETTO, Frei. **A mosca azul**: reflexão sobre o poder. Rio de Janeiro: editora Rocco, 2006.

CASTRO, Fidel. Una revolución no se hace con la ley. Discurso no Club Rotario de La Habana, 15 de Janeiro de 1959. In: CASTRO, Fidel, **El pensamiento de Fidel Castro**: selección temática. La Habana: Editora Política, 1983.

_____. **Chile y Allende**: una mirada al proceso revolucionario chileno. Querétaro: Ocean Sur, 2009.

CERRONI, Umberto. **Teoria do partido político**. São Paulo: Livraria Editora Ciências

Humanas, 1982.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. Tradução de Michael Howard, Peter Paret e Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle, 1984. Disponível em: <https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>

COELHO, Erelino. **Uma esquerda para o capital**: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã; Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

CONSULTA POPULAR, entrevista ao advogado Ronaldo Pagotto da Consulta Popular sobre Reforma Política, 16 Agosto 2014. Disponível em: <http://noticias.r7.com/jornal-da-record-news/2014/08/16/advogado-fala-de-reforma-politica-e-participacao-social/>

COORDENADORA PROVINCIAL DE LOS CORDONES INDUSTRIALES. Declaración de la Coordinadora de Cordones In: **Chile Hoy**. La Habana: Casa de las Américas, n. 59, Julho-Agosto 1973.

CORVALAN, Luis. **Chile: 1970-1973**. Santiago del Chile: Sofia Press, 1978.

_____. **El poder popular, única alternativa patriótica y revolucionaria**. Santiago de Chile: Informe al XIV Congreso Nacional de Partido, 1969.

_____. **Tres periodos en nuestra línea revolucionaria**. Dresda: Verlag zeit im bild, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: n. 9, março 1979, p. 33-47.

_____. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: **Cadernos ABESS. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional**. São Paulo: Cortez, n. 4, maio 1991.

_____. Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira. In **Crítica Marxista: a estratégia revolucionaria na atualidade**. São Paulo: Editora Juruê, 1986.

_____. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008 a.

_____. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2008 b.

CRAINZ, Guido. **Il paese mancato**. Dal miracolo economico agli anni ottanta. Roma: Donzelli Editore, 2005.

CUEVA, Augustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 1983.

DA SILVA, Luiz Inácio Lula. Gravação do discurso na Avenida Paulista. São Paulo, 18 de Março 2016, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YyizJ5ekK64>

DE ARRUDA SAMPAIO, Plinio. O PT na encruzilhada, pp. 111-140. In: SADER, Emir (org.). **E agora, PT?** Caráter e identidade. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

DE OLIVEIRA, Francisco. Qual é a do PT?. pp. 9-34. In: SADER, Emir (org.). **E agora, PT?** Caráter e identidade. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo: Xamã, 2000.

DOS SANTOS, Theotônio. A viabilidade do capitalismo dependente e a democracia. In: WOLFE, Alan, DOS SANTOS, Theotônio, GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **A questão da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

_____. Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira. In **Crítica Marxista. A Estratégia revolucionaria na atualidade**. São Paulo: Editora Joruês, 1986.

_____. **¡Bendita Crisis!** Socialismo y Democracia en el Chile de Allende. Caracas: Fundación Editorial El perro y la rana. 2013.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo: Editora UNESP, 1997.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global Editora, 1984.

ENRIQUEZ, Miguel. **Discurso pronunciado no Teatro Caupólican**. Santiago do Chile, 17 de julho de 1973. In: http://www.archivochile.com/Miguel_Enriquez/doc_de_miguel/miguelde0005.pdf

_____. El Mir y la situación actual. In: **Chile Hoy**. La Habana: Casa de las Américas, n.59, Julio-Agosto de 1973.

ESTEVA, Gustavo. **Another perspective, another democracy**. In Socialism and Democracy on line, 2011. Disponível in: <http://sdonline.org/51/another-perspective-another-democracy1/>

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **O que é revolução**. 1981. Disponível em: http://files.gocufg.webnode.com/200000082-63a06649b8/oqueerevolucao_0.pdf

_____. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio De Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1978

FUNDACION FEDERICO ENGELS. Lecciones de Chile: a 25 años del golpe militar. In: **Marxismo hoy**. Madrid: Fundación Federico Engels, n. 5, Septiembre 1998.

GARCIA ITURBE, Nestor. **Una foto de la democracia representativa**, 20/09/2012.
Disponível em: <http://alainet.org/active/58098&lang=es>

GAUDICHAUD, Frank. **Poder popular y cordones industriales**. Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973. Santiago de Chile: LOM Ediciones, Centro de investigaciones Diego Barros Arana, 2014.

GRAJEW, Oded. Um pacto pela cidadania. In: **Opinião**. São Paulo: 12 de novembro 2012.

GRAMSCI, Antonio. **L'ordine nuovo (1919-1920)**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1955.

_____. **La costruzione del partito comunista (1923-1926)**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1971.

_____. **Socialismo e Fascismo: L'ordine nuovo 1921-1922**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1978.

_____. **Quaderni dal cárcere**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2001.

_____. **Escritos Políticos, vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Il moderno príncipe: il partito e la lotta per l'egemonia**. Roma: Donzelli Editore, 2012.

_____. **Scritti scelti**. Milano: Radici Bur, 2007.

GRUPPI, Luciano. L'esigenza di una nuova guida. **Rinascita**. Roma: n. 50, p. 3-4, Dic. 1976.

GUEVARA, Ernesto. Tática y Estrategia de la revolución latinoamericana. In: **América Latina**. Despertar de un continente. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, Centro de Estudios Che Guevara, Ocean Sur, 2014.

_____. Cuba, exceção histórica? In: **Obras. 1957-1967**. Havana: Casa de las Américas, 1970.

HARNECKER, Marta; QUIROZ, Sergio. O marxismo e os desafios atuais: entrevista de Marta Harnecker. In: **Caleidoscópio brasileiro**, 13 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/caleidoscopiobrasileiro/2010/12/13/o-marxismo-e-os-desafios-actuais-entrevista-de-marta-harnecker/>.

_____. Democracia y socialismo: el futuro enraizado en el presente. Anexo al libro: **Inventando para no errar: América Latina y el socialismo del siglo XXI**. Artículo Inédito: 15 de março de 2010. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/118327.pdf>.

IASI, Mauro Luís. **Recuperar o marxismo revolucionário**. Inédito (documento de debate interno do PT), 1987.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Educação, Consciência de Classe e Estratégia Revolucionária**. Gravação da palestra no V EBEM (Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo), UFSC, Abril 2011.

_____. **Chile e a experiência de poder popular**. In: Blog da Boitempo, 06/09/2013 disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2013/09/06/chile-e-a-experiencia-do-poder-popular/>

_____. **Inventario sobre a Estrategia Democrático e Popular**. Gravação de curso, Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Orientação de pesquisa de Tese**. Gravação, UFRJ, 2013.

_____. **O PT e a Revolução Burguesa no Brasil**. Artigo no prelo, 2014

_____. Estado, ditadura e permanências: sobre a forma política. In: IASI, Mauro Luís; GRANJA COUTINHO, Eduardo. **Ecos do Golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois**. Rio de Janeiro: Morula, 2014b.

INGRAO, Pietro. **Masse e potere**. Roma: Riuniti, 1977.

KAUTSKY, Karl. Democracia e tomada do poder político. In: Kautsky K, Lenin, V. **A ditadura do proletariado/ a revolução proletária e o renegado Kautsky**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **O Caminho do poder**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

KRIES, Rafael. La coyuntura de octubre de 1972. In: KRIES, Rafael. **Los viejos del Cordón Industrial**. Reflexiones sobre poder popular y movimientos de base en Chile (1972-1973). Caracas: Fundación Celarg, 2013.

_____. ¿Hacia donde se dirige el país tras el paro patronal? In: KRIES, Rafael. **Los viejos del Cordón Industrial**. Reflexiones sobre poder popular y movimientos de base en

Chile (1972-1973). Caracas: Fundación Celarg, 2013.

_____. Los partidos políticos *vis a vis* el poder popular. In: KRIES, Rafael. **Los viejos del Cordón Industrial**. Reflexiones sobre poder popular y movimientos de base en Chile (1972-1973). Caracas: Fundación Celarg, 2013.

LABARCA, Eduardo. **El Chile de Luis Corvalán**: una entrevista de 27 horas. Barcelona: Editorial Fontamara, 1975.

LENIN, Vladimir Ilich. **El Estado y la Revolución**. La Habana: Editora Política, 1963.

_____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

_____. **Que fazer? Problemas candentes do nosso tempo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Situação revolucionária**. In: Material de formação para curso de monitores, Núcleo de Educação popular 13 de Maio. São Paulo.

LUXEMBURGO, Rosa. Questões de organização da socialdemocracia russa. In LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MACHADO, João. Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira. In **Crítica Marxista. A Estratégia revolucionária na atualidade**. São Paulo: Editora Jorúês, 1986.

MAGRI, Lucio. **Il sarto di Ulm**. Una possibile storia del PCI. Milano: Il Saggiatore, 2009.

_____. Relação de abertura do Congresso “La nuova sinistra e Togliatti”, in **Da togliatti ala nuova sinistra**, Il Manifesto/quaderno n. 5. Roma: Alfano editore, 1976.

MANDEL, Ernest. **Crítica do eurocomunismo**. Lisboa: Edições Antidoto, 1978.

MANSUR, Isabel, MARTINS, Caio, MOTTA, Stefano, NEVES, Victor, PRADO, Fernando. A “estratégia democrática e popular” e um inventário da esquerda revolucionária. In: **NIEP-Marx e o Marxismo**, v.2, n3, 2014.

MARINHO, Luiz. **A nova imagem do ABC paulista**. Discurso na Câmara Regional do Grande ABC. São Paulo: 25 de fevereiro de 1997.

MARINI, Ruy Mauro. **Dos estrategias en el proceso chileno**. 1974
http://www.archivochile.cl/Chile_actual/21_est_ide/chact_estidea0022.pdf

MARX, Karl. **Mensagem do Comitê Central a Liga dos Comunistas**, [1850]. Material de formação para curso de monitores do Núcleo de Educação popular 13 de Maio. São Paulo.

_____ **Para a Crítica da economia política.** Lisboa-Moscovo: Edições Progresso, 1982. Em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>

_____ **O capital.** Livro I. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____ **A ideologia alemã.** São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

_____ **El manifiesto comunista.** Madrid: Fundación Federico Engels, 2004.

_____ “La cuestión judía”. In: **Escritos de juventud.** Buenos Aires: Editorial Antídoto, 2006.

_____ A guerra civil na França. In: **A revolução antes da revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____ **Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____ **Grundrisse:** manuscritos económicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____ **Crítica ao Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MASSARI, Roberto. **Il '68.** Come e perché. Bolsena (VT): Massari editore, 1998.

MAURO, Gilmar. A estratégia é superar o capital. In: **Debate Socialista.** São Paulo: n. 3, 11 de abril 2008.

MAZZEO, Miguel. **Que [no] hacer:** apuntes para una crítica de los regímenes emancipatórios. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

MÉSZÁROS, Ivan. **La teoria de la enajenación en Marx.** La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

_____ **Para além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____ **Atualidade histórica da ofensiva socialista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

_____ **As montanhas que devemos conquistar.** São Paulo: Boitempo, 2015.

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. ET.AL, **Direitos humanos no Brasil 3: diagnósticos e perspectivas.** Passo Fundo: IFIBE, 2012.

MST, Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra. **Gravação de entrevista à dirigente do MST Judite Santos,** Coordenadora da Brigada Internacional do MST em Cuba, La Habana, 2015.

_____. **Carta de Caruaru**. Fevereiro 2016.
Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/215582/MST-ir%C3%A1-intensificar-mobiliza%C3%A7%C3%B5es-contra-retrocessos.htm>

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. **Democracia e transição socialista**: escritos de teoria e prática. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

NEVES, Victor. **Projeto de Pesquisa de Tese sobre Carlos Nelson Coutinho**. UFRJ, 2013.

ORTEGA, Hernán. No hay paralelismo con la CUT. In: **Chile Hoy**. La Habana: Casa de las Américas, n. 59, Julio-Agosto de 1973.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

PNUD, Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo, OEA, Organización de Estados Americanos. **Nuestra Democracia**. México, 2010.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

ROO, Marcel. ¿Por qué el proceso de la UP pudo ser derrotado? In: KRIES, Rafael. **Los viejos del Cordón Industrial**. Reflexiones sobre poder popular y movimientos de base en Chile (1972-1973). Caracas: Fundacion Celarg, 2013.

SALVADORI, Massimo Luigi. **Eurocomunismo e socialismo soviético**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1978.

_____. Premissas e temas da luta de Karl Kautsky contra o bolchevismo. Desenvolvimento capitalista, democracia e socialismo. In: MATTICK, Paul. et al. **Karl Kautsky e o marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988, p.159-181.

SANTARELLI, Enzo. Grandezza e limiti dell' Unità Popolare. In: **Rinascita**. Roma: n. 50-51, 21 dicembre 1973.

SCAPI, Luís. **Inventario sobre a Estratégia Democrática e Popular**. Gravação de curso, Rio de Janeiro, 2012.

STEDILE, Joao Pedro; SORIANO, Rafael. **Desafio para Reforma Agrária é democratizar Estado e mudar política**. In: <http://antigo.mst.org.br/node/15702>, 11 de abril 2014.

TOGLIATTI, Palmiro. **Socialismo e democracia**: obras escolhidas- 1944/1964. Rio de

Janeiro: Ilha, 1980.

_____. **O caminho italiano para o Socialismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____ et al. Os problemas da Democracia Socialista. In: **O que é o Stalinismo.** Vitória Limitada, 1960.

THOMPSON, E.P., **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora Unicamp, 2010.

WEFFORT, Francisco. Mesa Redonda: A estratégia da revolução brasileira. In **Crítica Marxista. A Estratégia revolucionaria na atualidade.** São Paulo: Editora Joruês, 1986.

_____. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2010.

ZIZEK, Slavoj. **As portas da Revolução:** escritos de Lenin de 1917. São Paulo: Boitempo, 2005.